

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Maria Rosana da Costa Oliveira

ECONOMIAS SOLIDÁRIAS E TERRITORIAIS (EST) PARA A AUTONOMIA CAMPONESA: Uma análise sobre a Associação dos Produtores Agroecológicos (APA) Bodega do Povo -Viçosa – CE- Brasil e a Cooperativa Multiativa para o Desenvolvimento do Madalena Médio (COOMULDEMM) –Yondó- Colômbia.

Recife
2023

MARIA ROSANA DA COSTA OLIVEIRA

**ECONOMIAS SOLIDÁRIAS E TERRITORIAIS (EST) PARA A AUTONOMIA
CAMPONESA:**

Uma análise sobre a Associação dos Produtores Agroecológicos (APA) Bodega do Povo -Viçosa – CE- Brasil e a Cooperativa Multiativa para o Desenvolvimento do Madalena Médio (COOMULDEMM) –Yondó- Colômbia.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves.

Área de concentração: regionalização e análise regional

Recife
2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

O48e Oliveira, Maria Rosana da Costa.
Economias solidárias e territoriais (EST) para a autonomia camponesa :
uma análise sobre a Associação dos Produtores Agroecológicos (APA)
Bodega do Povo - Viçosa - CE - Brasil e a Cooperativa Multiativa para o
Desenvolvimento do Madalena Médio (COOMULDEMM) - Yondó -
Colômbia / Maria Rosana da Costa Oliveira. – 2023.
223 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2023.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Economia solidária. 3. Camponeses. 4. Autonomia. I.
Gonçalves, Claudio Ubiratan (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2024-124)

MARIA ROSANA DA COSTA OLIVEIRA

**ECONOMIAS SOLIDÁRIAS E TERRITORIAIS (EST) PARA A AUTONOMIA CAMPONESA:
UMA ANÁLISE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS (APA)
BUDEGA DO POVO – VIÇOSA – CE – BRASIL E A COOPERATIVA MULTIATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO MADALENA MÉDIO (COOMULDEMM) – YONDÓ – COLÔMBIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 29/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência
Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez (Examinador Externo)
Universidade Federal do Paraná

Participação via Videoconferência
Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe

Participação via Videoconferência
Profa. Dra. Hellen Charlot Cristancho Garrido (Examinadora Externa)
Universidad de Caldas

Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

***À minha avó Maria Rodrigues da Costa (in
memoriam)***

AGRADECIMENTOS

Antecipo desculpas sinceras se não conseguir mencionar todos e todas que gentilmente me ajudaram nesta caminhada e me auxiliaram-se para a realização e conclusão desta tese.

Espiritualmente, agradeço a Deus, aos anjos e aos santos que me sustentaram para que eu tivesse forças para continuar.

Agradeço aos meus pais, Pedro Paulo de Oliveira que mesmo diante das minhas ausências, as compreendeu amorosamente e sempre esteve ao meu lado me incentivando. A minha mãe, Maria Rosimar da Costa, minha maior referência como ser humano e como profissional. Seu amor, sua doação e suas orações me movem e me guiam, gratidão.

Agradeço às irmãs Gerciane Maria, pelos conselhos e pela dureza necessária e decisiva. Rosa Emília, pela gentileza e disponibilidade em momentos que sempre precisei e Maria Rosalia, obrigada pelo companheirismo e amor. Os momentos de risada foram indispensáveis.

Agradeço as sobrinhas Rafaela e Jasmine por chegarem neste mundo e me preencherem com um amor novo e incondicional que ainda não conhecia.

Ao meu amigo de tantos anos Cleiton Marinho, obrigada pela generosidade, motivação e tantos momentos felizes.

Aos colegas e amigos do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC), Maria Alice, Ana Maria, Mercedes Péres, Alexandre (Xando), Renata, Bruna Maria, Avelar, Anderson Bezerra (Dinho), Francisca M. (Chica), Vitor Matias, Cássio Expedito, Beatriz Barbosa, Luana Elis, Andrés, Judson Jorge e Izabela Gomes, meus agradecimentos por todo aprendizado coletivo.

Agradecimento especial à amiga Suana Silva e ao querido José Ignácio (Nacho), que mesmo sem me conhecer me receberam em sua casa e me deram carinho e suporte quando cheguei em Recife. A vocês, gratidão eterna.

Ao orientador e amigo, Professor Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves, que, desde o nosso primeiro, encontro me passou tranquilidade e confiança. Obrigada pelos conselhos e por ter segurado em minha mão tantas vezes. Saiba que em minha recente trajetória profissional me inspiro muito em você.

Aos meus amigos e amores, Anderson e João. Obrigada pela amizade, pelos diálogos estimulantes e por tantas risadas, me sinto honrada em ter vocês na minha vida. Que nossa amizade seja insolúvel.

Aos colegas de moradia em Recife, Bruno Andrade, Marcia Frometa, Patricia Naia e Heitor Candido que me mostraram, a partir da enorme determinação, o quanto eu tinha capacidade para seguir em frente.

Agradeço em nome de Reginha Mateus, Isabel Cristina e Lenna Santos, aos amigos e amigas da Cáritas que gentilmente abriram as portas para mim, me apresentando o trabalho desta organização e os desafios da Economia Solidária nos territórios cearenses.

Obrigada aos homens e mulheres que fazem parte da Associação dos Produtores Agroecológicos Bodega do Povo (Mazé Alves, Gorete Rocha, Glaucia Silva, Monaiane Silva, Maria da Penha, Chico Antonio, Dorinha Sousa, Jorgiel Oliveira, Dona Hilda, Ivonildo Pereira, Gracilene Pereira, Benjamim, Joelma Morais, outros) a confiança, o carinho e a força de vocês me inspiram a vivenciar o que temos de melhor de maneira coletiva.

Ao Professor Dr. Juan Delgado da Universidade Externado de Colômbia, meus agradecimentos pela preocupação, carinho e delicadeza nos meses que passei em Colômbia. Obrigada pelo estímulo e pelas direções nos possíveis caminhos a seguir. A minha gratidão imensa ao Professor Dr. Dario Fajardo. Obrigada pela paciência e

generosidade ao compartilhar comigo um pouco do seu enorme conhecimento sobre a complexa questão agrária colombiana. Foi uma honra ter sido sua aluna.

Aos amigos e amigas que fiz na Universidade de Externado e fora dela (Edith Ortegón, Isabel Botero, Juliana Beltran, Valentina, Kate Salcedo, William Sierra, Carlos Diaz, outros) gratidão e saudades!

Aos amigos de moradia, Leonardo Valencia e Lina Patrícia, obrigada pelo apoio e pelo cuidado diário.

Aos amigos dos movimentos sociais da Colômbia, obrigada pelo carinho e confiança. A modulação mútua e recorrente entre emoção sentimento e pensamento, tão presente nas reflexões de Fals Borda enquanto Sentipensar, adquiriu sentido em cada conversa, em cada trabalho de campo, em cada despedida. Minha cabeça e meu coração não são mais os mesmos após conhecer vocês, muito obrigada! Em nome de tantos e tantas, agradeço a Juliana Millan diretora política da Associação de Trabalho Interdisciplinario (ATI), Nury Martinez e Eberto Diaz da Federação Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO), César Jerez (Membro das Associações Campesinas de Perijá y La Guajira) e antigo representante da Associação Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC), Ana Zoraid representante da Associação Herrera, Julián Cortés (Professor e líder social de Cundinamarca), Yezid Arteta ex-combatente das FARC, atualmente escritor e analista político, e Liliane Obando (socióloga e defensora de direitos humanos), Viviana Andrea (Estudante de educação comunitária).

A Fanny Castellanos da direção política do Partido Comunes e vice-presidenta da Economia Sociales del Comum (ECOMUM). Agradeço a confiança por me mostrar o trabalho realizado pela organização desde o escritório em Bogotá e me proporcionar a visita em um dos territórios de reincorporação. Gratidão.

As famílias da Nova Área de Reincorporação (NAR). Omaira Diaz, obrigada pelo acolhimento e confiança. Vocês me proporcionaram momentos de aprendizado,

reflexão e muita felicidade. Los extraño! Em nome de todos e todas, agradeço a Augustin, Asdrubal, Israel, Edwin, Adriana Castañeda, Melissa Vasquez e Edgar.

Agradecimento especial aos professores, Prof. Dr. Jorge Montenegro, Profa. Dra. Christiane Campos e a Profa. Ms Andrea Natalia pelas importantes contribuições em meu exame de qualificação.

Agradeço ao Programa de doutorado Sanduiche no Exterior (PDSE) – CAPES pela oportunidade e apoio financeiro durante meu estágio sanduíche na Universidade Externado de Colômbia.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em nome do servidor Eduardo Veras, pela atenção, compreensão e eficiência diante de todas as demandas apresentadas durante este percurso.

Agradeço o aporte financeiro da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) para que este trabalho pudesse ser desenvolvido.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo compreender a importância das *Economias Solidárias e Territoriais* (EST) para o fortalecimento das autonomias camponesas. Para isso, analisamos duas experiências norteadas pelos princípios da Economia Solidária, a Associação dos Produtores Agroecológicos (APA) *Bodega do Povo* localizada em Viçosa do Ceará, Mesorregião do Noroeste Cearense do Brasil e a *Cooperativa Multiactiva do Magdalena Médio* (Coomuldemm) situada na zona rural do município de Yondó, departamento de Antioquia, noroeste da Colômbia. Apesar de estarem em países distintos, ambas enfrentam problemáticas comuns como a desigualdade social e a concentração de terras. Diante desses desafios, elas tecem economias alternativas a partir de seus territórios, como estratégias de fortalecimento econômico, social e político. Busca-se não reduzir o território a uma pequena dimensão, pelo contrário, reconhece-se que este possui multidimensionalidade onde cada aspecto, seja econômico, cultural, social ou político, é interdependente e pode contribuir para o fortalecimento das autonomias. Autonomias entendidas enquanto lógica processual, de construção e exercício de poder coletivo (MODONESI, 2010). Ao longo da pesquisa, pluralizamos o conceito de *Economia Solidária*, entendendo-a como múltipla, construída nos e a partir dos territórios. No espaço agrário, o campesinato é o que melhor representaria as EST, pois, ao longo da sua história de existência e re-existência (PORTO GONÇALVES, 2006), esse tipo de organização se baseia na solidariedade e na cooperação.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Economia Solidária; Autonomia e Campesinato.

RESUMEN

Esta tesis tiene como principal objetivo comprender la importancia de las Economías Solidarias y Territoriales (EST) para el fortalecimiento de las autonomías campesinas. Para ello, analizamos dos experiencias guiadas por los principios de la Economía Solidaria, la Asociación de Productores Agroecológicos (APA) Bodega do Povo ubicada en Viçosa do Ceará, Mesorregião do Noroeste Cearense do Brasil y la Cooperativa Multiactiva do Magdalena Médio (Coomuldemm) ubicada en la zona rural del municipio de Yondó, Departamento de Antioquia, Noroccidente de Colombia. A pesar de estar en diferentes países, ambos enfrentan problemas comunes como la desigualdad social y la concentración de la tierra. Frente a estos, tejen economías alternativas desde los territorios como estrategia de fortalecimiento económico, social y político. Se busca no reducir el territorio a una pequeña dimensión, por el contrario, se reconoce que tiene multidimensionalidad donde cada aspecto, económico, cultural, social, económico y político es interdependiente y puede contribuir al fortalecimiento de las autonomías. Autonomías, entendidas como lógica procesal, construcción y ejercicio del poder colectivo (MODONESI, 2010). A lo largo de la investigación pluralizamos el concepto de Economía Solidaria, entendiéndola como múltiple, construida en y desde los territorios. En el espacio agrario, el campesinado es quien mejor representa a la EST, pues a lo largo de su historia de existencia y re-existencia (PORTO GONÇALVES, 2006) se basa en la solidaridad y la cooperación.

PALABRAS CLAVE: Territorio; Economía Solidaria; Autonomía y Campesinado.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the importance of the Social and Solidarity Economy (SSE) in strengthening peasant autonomy. For this purpose, we analyzed two experiences guided by the principles of Solidarity Economy: The Associação dos Produtores Agroecológicos (APA) Bodega do Povo located in Viçosa - Ceará, Mesoregion of Northwest Ceará in Brazil and the Cooperativa Multiactiva do Magdalena Médio (Coomuldemm) located in the rural area of the town Yondó, department of Antioquia, northwest Colombia. Despite being in different countries, they both face common problems, such as social inequality and land concentration. Due to these challenges, they conceive alternative economies out of their territories as strategies for economic, social, and political empowerment. Rather than reducing the territory to a small dimension, the effort is to recognize its multidimensionality, where each aspect, whether economic, cultural, social, or political, is interdependent and can contribute to strengthening the autonomies. Autonomies which are understood as procedural logic, of construction and exercise of collective power (MODONESI, 2010). Throughout the research, the concept of Solidarity Economy is pluralized, understood as multiple, built within and from territories. In the agrarian sphere, the peasantry is what would best represent the SEE because, throughout its history of existence and re-existence (PORTO GONÇALVES, 2006), this type of organization is based on solidarity and cooperation.

KEYWORDS: Territory; Solidarity Economy; Autonomy and Peasantry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Região de Planejamento Serra da Ibiapaba	89
Figura 2 -	Localização dos polos de produção irrigada do Ceará	93
Figura 3 -	Produção Agricultura Familiar Ibiapaba (2017)	103
Figura 3 -	Espacialização da intoxicação exógena por agrotóxicos agrícolas	
Figura 4 -	nos municípios cearenses	109
Figura 5 -	Localização da Rede Bodegas	118
Figura 6 -	Localização da APA – Bodega do Povo	125
Figura 7 e 8	Quintal Agroecológico de Lucilene	127
Figura 9 -	Quintal Agroecológico de Dorinha	127
Figura 10 -	Associados no Ponto Fixo Bodega do Povo	131
Figura 11 -	Bandeira Movimento Ibiapano de Mulheres	131
Figura 12 -	Feira dos produtores da Bodega do Povo	131
Figura 13 -	Reunião itinerante Bodega do Povo - Compostagem.	136
Figura 14 -	Joelma ‘despalhando’ o milho	136
Figura 15 -	Alimentos da Bodega do Povo	136
Figura 16 -	Lista de produtos comercializados pela APA Bodega do Povo	139
Figura 17, 18 e 19	Campanha da APA Bodega do Povo “Você sabe de onde vem seu alimento”?	140
Figura 20 -	Consumidora e sua cesta agroecológica	141
Figura 21 -	Praça cerimonial dos Taironas para troca de produtos com outras tribos da região	147
Figura 22 -	Cursos oferecidos pela Associação Herrera	161
Figura 23 -	Cultivo na associação Herrera	161
Figura 24	Encontro Urbano e Rural promovido pela Associação Herrera	161
Figura 25-	Cultivo de flores Associação Herrera	161
Figura 26 -	Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação (ETCRS)	165
Figura 27 -	Ex-combatentes assassinados em Colômbia – (2016-2022)	167
Figura 28 -	Centro da ZRC do Vale do Rio Cimitarra	178
Figura 29 -	Produtos da Ecobúfalo	178
Figura 30 -	Localização Vereda San Francisco - Yondó	180
Figura 31 -	Fanny e o rio Magdalena Médio	181
Figura 32 -	Frutos do rio Magdalena Médio	181
Figura 33 -	Território NAR OMAIRA DIAZ	182
Figura 34 -	Representantes da ONU presentes no NAR Omaira Diaz	182
Figura 35 -	Reunião dos firmantes com a Comissão Nacional da Verdade	182
Figura 36 -	Projeto Piscicultura – NAR Omaira Diaz	187
Figura 37 -	Firmante Asdrubal	187
Figura 38	Assembleia Coomuldemm	189
Figura 39, 40 e 41	Juventude e a Psicultura	191
Figura 42 -	Divisão dos alimentos do NAR	192
Figura 43 -	‘Meninas da Vereda’	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos Polos de Irrigação do Ceará	94
Tabela 2 - Empresas territorializadas na região da Ibiapaba	97
Tabela 3 - Número de imóveis rurais e área ocupada	103
Tabela 4 - Municípios prioritários que realizaram ao menos uma notificação de intoxicação por agrotóxicos no Sinan – Brasil (2007 - 2015)	108

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANZORC	Associação Nacional De Zonas De Reserva Campesina
APA	Associação dos Produtores Agroecológicos
ATI	Asociación de Trabajo Interdisciplinario
CCA	Cooperativa Central de Reforma Agraria
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
COMUNES	Partido Político Comunes
COOMULDEMM	Cooperativa Multiactiva para el Desarrollo del Magdalena Medio
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECOMUN	Ecomun Economías Sociales del Común
ELN	Exército de Libertação Nacional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPS	Economia Popular e Solidária
ESS	Economia Social e Solidária
ETCR	Espaço Territorial de Capacitação e Reincorporação
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FENSUAGRO	Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGAC	Instituto Geográfico Augustin Codazzi
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MIM	Movimento Ibiapano de Mulheres
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAR	Nova Area de Reincorporação
PDRI	Projetos de Desenvolvimento Rural integrado

PIN	Programa de Integração Nacional
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PROCEAGRI	Programa Cearense de Irrigação
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
SAN	Secretaria Executiva do Agronegócio
DAS	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SEDET	Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
STRR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEC	Universidade Externado de Colombia
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ECONOMIA SOLIDÁRIA LATINO-AMERICANA: ANCESTRALIDADE COMUNITÁRIA E RESISTÊNCIA TERRITORIAL	31
2.1	A Economia Social do Norte e a ascensão da <i>Economia Solidária</i> desde o Sul	44
3	AS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS E TERRITORIAIS (EST) CAMPONESAS.....	58
3.1	A reprodução da Comum-unidade camponesa como contradição do sistema capitalista	61
3.2	<i>Economias Solidárias e Territoriais</i> (EST) camponesas como “baluartes” a expansão capitalista no campo	66
4	A COLONIZAÇÃO DA YBYÃ-PABA E AS LUTAS CONTRA A DESCOMUNALIZAÇÃO DA VIDA	76
4.1	Economia colonial – economia nacional – as sucessivas ofensivas do latifúndio aos modos de viver e de produzir	87
4.2	Monocultura neoliberal: as novas e velhas tentativas de desarticulação camponesa.....	94
5	A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS (APA) <i>BUDEGA DO POVO</i> – VIÇOSA DO CEARÁ E A PRÁTICA DA SOLIDARIEDADE TERRITORIAL	119
5.1	“Enquanto houver quem acredite, a semente é boa”: desafios e transições da APA <i>Budega do Povo</i>	134
5.2	Na pandemia da Covid-19 a inventividade coletiva floresce	139
6	“TERRA PARA SEMEAR, TETO PARA SONHAR E VIDA PARA TRABALHAR”: ECONOMIAS SOLIDÁRIAS PARA A REINCORPORAÇÃO E RE- EXISTÊNCIA TERRITORIAL DOS EXCOMBATENTES DAS FARC	144
6.1	Questão agrária colombiana: decomposição e recomposição das <i>Economias Solidárias e Territoriais</i>	146
6.2	Associação Herrera: Território de solidariedade e aprendizagem para as mulheres de Madrid-Cundinamarca	160

6.3 Acordo de paz e o surgimento das Economias Sociais do Comum (ECOMUM).....	163
6.4 Yondó- Antióquia: a luta comunitária pela terra e pelo território	171
6.5 Com os pés no território – Vivências no processo de construção da Cooperativa Multiactiva para o Desenvolvimento do Magdalena Médio (Coomuldemm).....	180
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS	208

1 INTRODUÇÃO

Mais do que uma trajetória acadêmica, esta pesquisa resulta de uma escolha de vida, que foi motivada, inicialmente, pela história da minha família, unida por encontros e desencontros provocados pela estrutura desigual no campo cearense. A fome, a miséria e o êxodo perpassaram a vida dos meus pais, dos meus avós e, provavelmente, dos meus ancestrais. Desde muito cedo, eu convivi com a memória de minha avó, que, na ausência de ferramentas, lavrou a terra com as próprias mãos e a memória de meu avô, vaqueiro, tangendo o gado gordo dos patrões, enquanto seus filhos padeciam de fome em casa. Entendi, portanto, que, apesar de urbana, sou fruto da desigualdade agrária que levou meus pais à capital, em busca de melhores condições de vida. Creio que a história dos meus pais, dos meus avós e dos meus ancestrais são também a minha história. E ela me levou a esta pesquisa, à questão agrária cearense na universidade.

Na graduação¹ e no mestrado², eu participei do *Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais* (LEAT) da *Universidade Federal do Ceará* (UFC) e realizei estudos na região do Baixo Jaguaribe, um dos polos de expansão do agronegócio cearense. Tive a oportunidade de apreender os impactos socioambientais do agronegócio nos territórios que circunscrevem o Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi e a atuação do Estado, a partir da Embrapa, junto aos pequenos, médios e grandes produtores neste perímetro.

No doutorado, por sua vez, eu optei por pesquisar as experiências econômicas solidárias camponesas alternativas aos princípios e à política de morte promovida pelo latifúndio. Historicamente, estas experiências se expressam como “re-existências” plurais e coletivas, que submergem e emergem em momentos distintos, desafiando aos que acreditam que os camponeses e as camponesas, (sejam eles faxinalenses, geraizeiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, outros) estão destinados ao desaparecimento ou a proletarização. Ao contrário, estes e estas continuam a desafiar a racionalidade neoliberal cotidianamente, se organizando em experiências comunitárias (cooperativas, associações, mutirões, bancos comunitários, outros) com princípios e práticas de produção, comercialização e consumo alternativos aos

¹Título do trabalho de graduação em Geografia na Universidade Federal do Ceará (UFC): Os Impactos dos Agrotóxicos e o ensino de Educação Ambiental no Distrito Tomé- Quixeré- CE (2009).

² Título da dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC): Embrapa e a Pesquisa Técnico-Científica no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi-CE (2012)

princípios capitalistas. Não isentamos estas experiências das contradições e dos desafios intrínsecos à própria lógica de reexistir aos ímpetus do individualismo, da competitividade, mas obstinadamente muitas não sucumbem.

Inicialmente, para o projeto submetido à seleção de doutorado, o nosso principal objetivo seria discutir a importância das atividades ligadas a *Economia Popular Solidária* (EPS) e sua contribuição na construção de um desenvolvimento territorial sustentável, tomando como evidência a Associação dos Produtores Agroecológicos (APA) *Bodega do Povo*, experiência localizada em Viçosa do Ceará, microrregião da Ibiapaba, Mesorregião do Noroeste cearense. A associação está inserida em uma rede estadual de comercialização solidária denominada 'Rede Bodega'. Presente em cinco municípios (Fortaleza, Aracati, Viçosa do Ceará, Maranguape e Sobral), é composta por 56 grupos produtivos e atinge economicamente aproximadamente 456 famílias. Vinculada a esta rede, a APA *Bodega do Povo* foi criada em 2004 por camponeses e camponesas da zona rural de Viçosa e Tianguá, que buscavam ter o controle do processo produtivo, da distribuição e da comercialização de suas mercadorias. Desde 2004, trinta famílias produzem frutas, verduras e produtos beneficiados, em quintais agroecológicos. Elas chegam a 78 itens produzidos para comercialização em feiras, cestas agroecológicas, ponto fixo etc.

Poderíamos compreender, assim, a APA *Bodega do Povo*, como um território de resistência, a partir da perspectiva econômica, é claro, mas também, da perspectiva política, cultural e ambiental, visto que ela está inserida em meio ao território do agronegócio, da fruticultura e da floricultura do Planalto da Ibiapaba, contrapondo-se aos princípios desta forma de produzir, ou seja, a *Bodega do Povo* se opõe à monocultura, à utilização desenfreada de agrotóxicos e à concentração de terras.

A oportunidade de realizar o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE)³, especificamente na Universidade Externado da Colômbia, representou um divisor de águas em nossa pesquisa, pois nos deu a oportunidade de reformular e

³ Fruto do convênio entre Universidade Externado de Colômbia (UEC) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), processo: 88881.187822/2018-01

expandir o objetivo principal da pesquisa. Dentre as alterações, optamos pela substituição do conceito “desenvolvimento”, o qual tem sido rotineiramente utilizado para hierarquizar países e regiões e legitimar as relações de poder, representando assim a prática da colonialidade do poder. “Desenvolvimento” se mostrou, aos nossos olhos, um construto social e histórico do máximo interesse para a manutenção da ordem, na sociedade capitalista (GÓMEZ, 2006). Outro conceito importante se refere ao da “autonomia”, neste caso, que foi incluído em nossas reflexões. Mais do que uma mudança conceitual, esta categoria entra no acervo marxista como algo fundamental para a análise e a compreensão dos processos de subjetivação política correspondente às experiências de emancipação (MODONESI, 2010).

Deste modo, após leituras e trabalhos de campo, o objetivo principal desta tese se definiu como uma tentativa de compreender a importância das experiências em *Economia Solidária e Territorial* (EST), para o fortalecimento das autonomias camponesas. Dentro dessa discussão, o território torna-se uma categoria ativa e multidimensional em que, através das práticas cotidianas, podemos compreender as reais possibilidades da Economia Solidária, no fortalecimento de autonomias. Autonomia, aqui, entendida enquanto conquista da luta dos movimentos sociais e, ainda que de forma embrionária, já se manifesta (CAMPOS, 2006).

Logo, o conceito de autonomia, que discutiremos nesta pesquisa, distingue-se da autonomia individual puramente liberal, na qual a dimensão econômica está separada e sobreposta às dimensões sociais, culturais e políticas. Propomos pensar a autonomia comunitária e relativa, como marco da ação que se fundamenta em instituições sociais, que permite a existência de indivíduos autônomos, livres e educados para a liberdade, isto é, educados para amar a própria liberdade e a dos outros. Como Castoriadis ressalta: não há indivíduos autônomos, em qualquer sentido politicamente digno de nota, sem uma sociedade autônoma – e vice-versa (SOUZA, p.79, 2012).

Deste modo, buscamos compreender a importância das experiências em *Economia Solidária e Territorial* (EST) para o fortalecimento das autonomias camponesas a partir da análise da Associação dos Produtores Agroecológicos (APA) *Bodega do Povo*, mas também da Cooperativa *Multiactiva do Magdalena Médio* (Coomuldemm). A Cooperativa Multiactiva do Magdalena Médio (Coomuldemm) está situada em uma zona rural do município de Yondó na Colômbia. Trata-se de uma das

cooperativas ligadas a ECOMUM- Economias Sociais do Comum. Por sua vez, a Ecomun foi criada em 2017, em um contexto de acordo de paz, firmado um ano antes entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Sua distribuição se dá em nível nacional e conta com aproximadamente 150 cooperativas. A base de ação a nível produtivo social e econômico da Ecomun se orienta para promover a economia popular, campesina, social e solidária, como modelo alternativo para o sustento da vida coletiva dos territórios. Um dos territórios destinados a receber a população reincorporada foi o município de Yondó, no coração do Magdalena Médio. Um dos territórios que mais sofreu os impactos do conflito armado. A intensidade da violência sofrida pelos territórios foi o critério para escolha dos municípios que receberiam as cooperativas. Ou seja, os firmantes⁴ buscaram democratizar os benefícios gerados no acordo de paz entre as populações que mais sofreram com a guerra, principalmente, os campesinos, os indígenas e as comunidades afro. Mesmo diante dos enormes desafios, em especial, o da não implementação da *Reforma Rural Integral*, eles continuam a trabalhar coletivamente nos projetos produtivos desenhados pela cooperativa, como a piscicultura, o plantio de cacau e a venda de carne e queijo de búfalo.

Apesar de estarem em países distintos (Brasil e Colômbia), ambos se aproximam, por exemplo, nos aspectos que se referem à concentração de terras e, consequência disso, à desigualdade social. E suas experiências em ES se realizam dentro de uma perspectiva territorial. O território mais que um lócus de realização, é uma estratégia de fortalecimento econômico, social e político. Ao longo da pesquisa, procuramos pluralizar o conceito de *Economia Solidária*, entendendo-o como múltiplo, construído de baixo, nos territórios e a partir deles. Busca-se, desse modo, desvincular a discussão da *Economia Solidária* de uma perspectiva que a situa numa visão eurocêntrica (Economia Social) e urbana. Entendemos que o campesinato é quem melhor representaria as *Economias Solidárias e Territoriais*, pois, ao longo da sua história de existência e r-existência (PORTO GONÇALVES, 2006), ele se baseia justamente na solidariedade e na cooperação. As experiências APA *Budega do Povo* e Coomuldemm, cada uma em sua própria realidade socioespacial, exemplificam construções coletivas de solidariedade e resistência territorial.

⁴ Refere-se aos signatários em espanhol, ou seja, os (as) ex combatentes que firmaram o Acordo de Paz em 26 de Setembro de 2016.

Além do objetivo principal, busca-se alcançar outros objetivos específicos. Dentre eles, elaborar um histórico do processo de construção das EST, a partir de uma análise ancestral e latino-americana, compreendendo as economias como processos de construção sócio-históricas, que apresentam especificidades territoriais e perpassam outras dimensões da vida. Em um território, marcado pelo processo de colonização, acreditamos que falar sobre economia/economias, sem abordar ancestralidade, seria repetir um espaço-tempo de outros. Explicitamos as experiências indígena, afro e camponesas como exemplos desse processo que nos distingue das experiências do Norte. Propomos, como outro objetivo, discutir a economia camponesa enquanto contra espaços do modo de produção capitalistas. Neste ponto, busca-se, além de discutir a contradição da existência dessa classe social, relacionar os princípios da sua economia com os princípios da EST, entendendo que eles podem se coadunar. Com o intuito de ampliarmos a nossa escala de análise, intenta-se reconstituir o processo de colonização da Ibiapaba e as lutas do capitalismo contra a descomunalização da vida. Ao territorializar-mos as experiências coletivas em ES, procura-se compreender as práticas em *Economia Solidária* no território da APA *Budega do Povo* no município de Viçosa do Ceará. Não só no seu papel de articulação de uma rede estadual de comercialização, mas também a de uma rede territorial de construção e realização política, educacional e de vínculo territorial através do sindicato, da escola, das formações políticas ou em agroecologia, outras.

Em continuação ao contexto descrito, aproximamo-nos da Colômbia e de suas especificidades territoriais. Buscamos nos aproximar da complexa questão agrária colombiana e refletir sobre as decomposições e recomposições das Economias próprias, aqui, entendidas como *Economias Solidárias e Territoriais* (EST) ao longo dos anos. Como último objetivo, procura-se vivenciar a experiência de construção coletiva de uma Cooperativa em um território elegido para reincorporação de ex-combatentes das FARC.

. Como método, nesta tese, recorro a tentativa de aproximação do materialismo histórico e dialético e a decolonialidade. Compreendemos que ambas nos auxiliam na compreensão da possibilidade de outras formas de organização social, econômica e política, a partir dos territórios como contraponto aos princípios e práticas do modo de produção capitalista. Reconhecemos os limites destas economias enquanto propostas revolucionárias, no entanto, encontramos em seus princípios/valores, e

principalmente nas práticas sociais, um potencial emancipador. Quando nos referimos à organização do trabalho e as suas relações, reconhecemos nestas economias certas práticas, que buscam a desalienação do trabalhador, a autogestão e a sobreposição do valor de uso sobre o valor de troca. Trata-se de uma nova cultura, na qual o exercício do trabalho coletivo e solidário aponta para a decolonialidade. Isso como parte da construção da emancipação humana. Mesmo inseridas dentro do capitalismo, este sistema não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si a pluralidade de sujeitos sociais. Dentro dessa perspectiva e a partir do escopo decolonial, pluralizamos o conceito de economia e de território, compreendendo a sua diversidade através dos sujeitos sociais que as compõe. O território se torna uma categoria ativa nesta análise, ou seja, mais do que um enfoque estreito do território enquanto nível de ação, o resultado é uma postura epistemológica, que reconhece o valor do território, privilegiando essa escala de observação para, daí, apontar as especificidades das práticas, geralmente, ignoradas na análise macroeconômica dominante nas diversas ciências econômicas (HILLENKAMP; VERSCHUUR, GUÉRIN, 2014). É a partir dele, do território, que se busca a compreensão da realidade, em específico da realidade brasileira e colombiana, através das formações socioeconômicas particulares. Na aproximação dos métodos, assumimos o desafio de propor novas reflexões e possibilidades de interpretação da ES latino-americana, não no singular, mas enquanto categoria plural. Através da categoria *Economias Solidárias e Territoriais* (EST), procura-se reconhecer as experiências coletivas territoriais com suas dinâmicas, potencialidades e limitações. Nesse processo, concordamos com Mejía (2014): contra a colonialidade do saber, precisamos superar a forma de compreender a realidade da América Latina segundo categorias que foram elaboradas para dar conta da realidade europeia. Atentamos para o fato de que grande parte das pesquisas em ES, trazem um roteiro que privilegia a realidade europeia pós-revolução industrial e urbana, desse modo, buscamos elaborar um caminho apontando para os aspectos do comunitarismo e da reciprocidade, características específicas da nossa realidade. Ou seja, a partir dos territórios, enaltecemos as formações históricas específicas que apontam para nosso próprio caminho, traçado historicamente com coragem e resistência.

Em relação a metodologia, ao longo de toda a construção do trabalho, realizamos leituras, coletas de dados, trabalhos de campo e entrevistas. Participamos de reuniões

com a Rede Bodega na Cáritas Arquidiocesana em Fortaleza. Realizamos desde 2017, trabalhos de campo em Viçosa do Ceará. Foram entrevistados associados e associadas da APA *Bodega do Povo* dentre eles (Mazé Alves, Gorete Rocha, Glaucia Silva, Monaiane Silva, Dorinha Vieira, Maria da Penha, Chico Antonio, Dorinha Sousa, Dona Hilda, Gracilene Pereira, Joelma Moraes), representantes da *Cáritas* (Reginha Mateus, Isabel Cristina e Lenna Santos) , educadores da *Escola Família Agrícola Chico Antonio Bié* (Jorgiel Oliveira e Chico Antonio), o presidente do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais* de Viçosa do Ceará (Ivonildo Pereira) e integrantes do *Movimento Ibiapano de Mulheres* (Liliane de Carvalho e Daniela Silva).

Na Colômbia, destacamos as leituras realizadas no mestrado em ‘Dinâmicas Rurais e Globalização da Universidade Externado da Colômbia’, especialmente, durante a disciplina *Concepções e Teorias sobre a Relação Rural-Urbana* ministrada pelo Professor Dr. Dario Fajardo. Todavia, entendemos que o que deu sentido às categorias já existentes ou a possibilidade de criar outras foi o contato com uma multiplicidade de experiências comunitárias, que produzem e reproduzem territórios de vida na Colômbia estimuladas por diversos agentes (Estado, ONGS, Igreja, outras), que refletem essa imbricação e essa disputas envolvendo a construção de políticas públicas em ES no país.

Dentre os trabalhos de campo, destacamos a participação no *Foro sobre Economias Próprias* em Popayan; a visita à *Associação Herrera* em Madrid – Cundinamarca; a visita ao escritório da Ecomun, rede de cooperativas formada por firmantes da paz que se distribui por 24 municípios em todo o país.

Por identificação e aproximação com alguns dos membros, elegemos a Ecomun enquanto rede de comercialização solidária para fazer os trabalhos de campo, na zona rural de Yondó, onde visualizamos o processo de construção da Coomuldemm e participamos de assembleias com alguns membros do partido político Comunes e integrantes da cooperativa. Os depoimentos dos signatários foram coletados nas assembleias com autorização. Dentre as entrevistas realizadas na Colômbia, ressaltamos a da vice-presidente da Economia Sociais do Comum (ECOMUM), Fanny Castellanos; da diretora política da Associação de Trabalho Interdisciplinario – Juliana Millan do Professor da Universidade Externado de Colômbia; a do recente vice-ministro do Desenvolvimento Rural - Dario Fajardo e da diretora técnica da Unidade de Planejamento Agrícola Rural (UPRA) - Inés Rey

Martínez. E, igualmente, destacamos as entrevistas com os representantes dos movimentos sociais da Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária (FENSUAGRO) – Nury Silva e Eberto Diaz e Cezar Jerez ex-coordenador da Associação Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC), assim como, a do ex-comandante das FARC e atual negociador da paz com as dissidências Yezid Arteta Dávila.

Importante salientar que para chegada nestes territórios ainda sob o drama social e econômico do conflito armado, foram fundamentais a mediação de organizações como a Associação Nacional de Zonas de Reservas Campesinas (ANZORC); a Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária (FENSUAGRO) e a Associação de Trabalho Interdisciplinário (ATI). Todas estão no enfrentamento diário da violência sistemática contra lideranças, ativistas, firmantes da paz, principalmente, em territórios rurais. Estas organizações potencializam e fomentam, além de atividades políticas, as economias solidárias e territoriais camponesas.

A partir do Intercâmbio, desta troca, não poderíamos mais nos referir a *Economia Solidária* no singular, pois, pensado a partir dos territórios, trata-se de algo que apresenta características políticas, culturais e sociais distintas, sendo, portanto, o território a categoria chave. Refere-se a um ponto de partida e de realização destas economias - indígenas, quilombolas, camponesas e outras. Além destas revisões, a utilização da categoria *Economia Popular* foi suprimida, visto que em algumas leituras, a economia informal ou precarizada está como sinônimo.

De acordo com Razetto (1993), a Economia Popular pode ser vista através de, pelo menos, cinco tipos de atividades e empreendimentos: soluções assistenciais e filantrópicas, atividades ilegais e pequenos delitos; iniciativas não estabelecidas e informais; organizações econômicas coletivas populares, como as cooperativas por exemplo e outras. Delimitamos com maior clareza que esta pesquisa coaduna os princípios da *Economia Solidária*, aqui, denominadas *Economias Solidárias* e *Territoriais*, entendidas enquanto experiências emancipatórias, que buscam fortalecer autonomias não só econômicas, mas também políticas, sociais e culturais. Na pesquisa, buscamos pluralizar o conceito de *Economia Solidária*, desta maneira, não nos limitando a uma análise puramente institucional, vinculada à política pública, entendendo-a como fruto das práticas sociais a partir dos territórios não só do tempo presente, mas também ancestrais, sendo assim múltipla.

Na *Bodega do Povo* havíamos programado campos para o ano de 2020, no entanto, devido à pandemia da Covid-19, tivemos que suspender todas as atividades presenciais. Desse modo, utilizamos tecnologias de comunicação remota (Google Meet, Zoom, Skype) acessíveis, de modo que pudéssemos continuar a nos comunicar com as comunidades do território de Viçosa e do NAR Omaira Diaz na Colômbia. Foi possível realizar entrevistas, acompanhamos e participamos de reuniões, assembleias, foros etc.

Estruturamos a tese em 5 capítulos. O primeiro capítulo se intitula “A Economia Solidária dos Trópicos: uma aproximação a Economia Solidária Latinoamericana”, no qual refletimos sobre o processo de construção das EST, a partir de uma perspectiva histórica, apontando a influência das economias naturais e as economias sociais no processo de construção das EST. Busca-se ultrapassar o determinismo e compreender de que modo, as experiências comunitárias e coletivas atuais guardam o gérmen da solidariedade forjada como forma de resistência indígena, negra e camponesa. Com o intuito de corroborar com a ideia de que a economia não é sinônimo de mercado, amparamo-nos inicialmente em estudos da antropologia econômica a partir de autores como Mauss (2007) e Polanyi (2012), os quais compreendem os aspectos econômicos para além das trocas materiais, pois permeiam as relações sociais não sendo a acumulação sua centralidade. Estas leituras nos ajudam a refletir de que maneira essas diversas economias, diversas formas de existir no território latino-americano foram abruptamente desarticuladas a partir da expansão colonial europeia.

Como nos indicou Luxemburgo (2007), essa expansão não poderia ser realizada com a presença das “economias naturais”⁵, que constituíam empecilhos à mercantilização da vida e homogeneização do pensamento. Apesar do ‘choque frontal’ imposto pela colonização, as diferentes formas de viver (indígenas, afro, camponesas, outras) resistiram, construindo e reconstruindo territórios que se opunham drasticamente à lógica colonial monocultora. A categoria “território”, desse modo, se torna central para entendermos estas economias. Valorizamos o esforço de intelectuais latino-americanos, que buscaram entender a *Economia Solidária*

⁵Em todas as formações de economia natural – comunidades camponesas primitivas com propriedade comum da terra, relações de servidão feudal ou outras quaisquer – o que a define é a produção em função das necessidades domésticas, e por isso mesmo não existe ou é escassa a demanda de mercadorias estrangeiras e, de modo geral, não há excedentes de produtos próprios ou pelo menos nenhuma necessidade premente de dar saída a produtos excedentes (LUXEMBURGO, 1975, P.316)

brasileira a partir do cooperativismo inglês urbano. No entanto, acreditamos que a despeito das teorias sobre economia social terem como matriz a economia social, na prática a sua existência se dá de maneira plural, policêntrica e multicultural, sendo necessário, portanto, aterrarmos junto aos territórios para compreendermos de que modo são tecidos, organizados ou, nas suas contradições, esgarçados enquanto arranjos econômicos, ampliando assim a abordagem dessas experiências.

Ainda no primeiro capítulo, discutimos o processo de institucionalização da *Economia Solidária* enquanto política pública. Buscamos verificar em que momento houve o processo de transição de práticas de *Economia Solidária* enquanto movimento social, enquanto práticas sociais de comunidades tradicionais; outras formas de organização, e como se deu sua transformação em política pública a nível nacional. A partir de leituras de Bursztyn (2008), Oliveira (2007), Josefa Lisboa (1999), Demo (2002) e outros, apontamos que há, no Brasil, duas formas de construção das políticas em *Economia Solidária* que muitas vezes se articulam entre si. Uma *Economia Solidária* que se constrói de cima para baixo, de forma centralizada e sem a participação da sociedade e outra *Economia Solidária*, no sentido inverso, de baixo para cima construída a partir dos territórios de vida e realizada por sujeitos sociais diversos no campo e na cidade.

No segundo capítulo, “As Economias Solidárias e Territoriais Camponesas”, exprimimos que há em seus contra espaços - apesar da ideologia homogeneizante do capitalismo, que se apresenta como caminho irreversível e unitário -, outros tipos de relações econômicas, que nos convidam cotidianamente a nos explicar as suas existências e resistências. Não visibilizadas, elas submergem e subvertem a lógica capitalista, tecendo organizações comunitárias com práticas sociais e econômicas movidas por princípios e valores de uma economia que tem centralidade na vida. Denominadas, nesta pesquisa, como EST (cooperativas solidárias, redes, associações, comunidades tradicionais, feiras, clubes de trocas, bancos comunitários), nascem como uma forma de resistências territoriais construída nos territórios. Elas combatem a ideologia do neoliberalismo como única forma de vida, nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo. O campesinato, neste capítulo, é trazido enquanto classe, que representa esse modo de produção particular ou, como preferimos, essa prática econômica baseada na solidariedade e na cooperação

antípodas aos princípios presentes no latifúndio improdutivo e do agronegócio insustentável socioambientalmente.

No capítulo três, “A colonização da Ybyã-Paba e as lutas contra a descomunalização da vida”, trazemos o processo de formação socioterritorial da região da Ibiapaba, microrregião onde se localiza a APA *Budega do Povo*. Buscamos explicar as várias tentativas de decomposição comunitária, a partir do modo de produção capitalista, em suas diferentes etapas. Também fazemos um resgate do processo de ocupação socioterritorial da região, desde o período colonial até o capitalismo neoliberal, em que o modelo que se assenta na região é o agronegócio, uma atividade que impacta os territórios e as suas diversas formas de vida. Procuramos, assim, enaltecer as práticas comunitárias existentes neste território, muito antes de serem denominadas atualmente como exemplos de *Economia Solidária*. Trata-se antes de tudo, de hábitos em que a vida, em suas diferentes formas, possuía centralidade. O caminho único defendido pelo processo colonial demarca como a diversidade foi substituída por uma única ideia de progresso, modernização ou desenvolvimento. O passado-presente, portanto, é uma ponte para entendermos as resistências que nos cobram sentido

Diante da expansão do capitalismo no campo Ibiapabano, no capítulo quatro, “A Associação dos Produtores Agroecológicos (APA) *Budega do povo* – Viçosa do Ceará e a prática da solidariedade territorial”, demonstramos que reexistem experiências coletivas e territoriais, que buscam um outro modo de viver e produzir. Destacamos a APA *Budega do Povo*, localizada em Viçosa do Ceará, formada por 30 famílias de camponeses territorializados em sítios, assentamentos em Viçosa e Tianguá. Tal experiência, desde 2014, agrega camponeses e camponesas que resolveram produzir, comercializar e consumir de maneira distinta.

Desenvolve em seus quintais produtivos uma diversidade de alimentos como arroz da terra, macaxeira, batata doce, café, feijão, jerimum (de leite e caboclo), milho, amendoim, cenoura, alface, temperos, frutas, mel, entre outros; a partir de princípios da agroecologia e com a participação preponderante das mulheres. Comercializam em ponto fixo, em feiras por exemplo e, com a Pandemia de covid - 19, encontraram na comercialização das cestas agroecológicas a melhor maneira de dividir os alimentos com a comunidade. A associação atua junto ao Sindicato e ao Movimento Ibiapano de mulheres, os quais contribuem para politização da experiência, fazendo

com que seja mais do que um espaço de produção e comercialização, mas também de discussão política em busca por direitos e autonomia.

No quinto capítulo, “Terra para semear, teto para sonhar e vida para trabalhar: Economias Solidárias para a reincorporação e re-existência territorial dos ex-combatentes das FARC”, seguimos o mesmo caminho estruturado ao longo do trabalho, o qual busca explicitar o processo de colonização como um grande choque e como decomposição das economias naturais, o qual teve como consequência a expansão e concentração da terra. Processo que se repete ao longo do imperialismo e neoliberalismo, permeado pela violência patrocinada, ora pelo Estado, ora por oligarquias regionais, setores empresariais internacionais, que continuam a perseguir as comunidades (indígenas, camponesas e afro). Baseada nos princípios da *Economia Solidária*, a Ecomum - construção dos ex-combatentes firmantes do acordo de paz entre o governo e as FARC em 2016 – se distribui em todo o território nacional, articulando-se com outras cooperativas inseridas nos Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação (ETCR), dispostas em 24 municípios do território colombiano.

A eleição dos territórios para receberem os projetos produtivos se deu onde o conflito armado foi mais agudo, neles, busca-se, a partir da implementação do acordo, principalmente do primeiro ponto - a reforma rural integral - o acesso a terras e aos direitos não só concernentes aos ex-combatentes, mas também as comunidades (indígena camponesa e afro). Tivemos a oportunidade de acompanhar “com os pés no território” do (NAR) Omaira Diaz o processo de construção da Cooperativa Multiactiva Madalena Médio (COOMULDEMM). Ali, visualizamos os desafios da reincorporação, o não cumprimento por parte do Estado, a insegurança social e territorial aos firmantes da paz, que entregaram as armas e aguardam até esse momento a implementação do acordo. Enquanto, o acordo ainda é apenas um horizonte, homens e mulheres do território Omaira Diaz continuam a trabalhar coletivamente nos projetos produtivos (piscicultura, plantio de cacau, tubérculos, búfalos); a resistir às violências e a reivindicar outro campo colombiano, onde a terra e o território sejam direitos.

Trazendo como inspiração a frase do primeiro fórum mundial, ‘Um outro mundo é possível’, realizado em Porto Alegre, no ano de 2001, enfatizamos não só a possibilidade de outros mundos, mas sua urgência diante dos efeitos bárbaros do

capitalismo. Especificamente, no espaço agrário latino-americano, trazemos elementos que apontam os efeitos socioambientais da expansão capitalista e como o campesinato mesmo diante de todo ataque continua a representar uma classe social rebelde, que alimenta e articula práticas socioeconômicas desde o chão dos territórios, as quais divergem do agronegócio e do latifúndio. Desse modo, o desafio é entender de que forma a experiências em EST pode fortalecer as autonomias múltiplas, que podem se traduzir enquanto ofensivas e resistências territoriais.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA LATINO-AMERICANA: ANCESTRALIDADE COMUNITÁRIA E RESISTÊNCIA TERRITORIAL

*Todas las voces todas, todas las manos todas
Toda la sangre puede ser canción en el viento
Canta conmigo, canta, hermano americano
Libera tu esperanza con un grito en la voz.
(Mercedes Sosa – Canción con todos)*

Este capítulo analisa alguns elementos que nos ajudam a compreender as *Economias Solidárias e Territoriais* (EST) latino-americanas a partir de uma perspectiva ancestral, diferente do conceito europeu de *Economia Social*. Compreendemos que o processo de construção destas economias possuem antecedentes longínquos e expressa formas de resistência coletiva diante das consecutivas ofensivas do capitalismo, em suas distintas fases (colonialismo, capitalismo, neoliberalismo, globalização) em nosso território. De acordo com Júnior (2008):

Se na Europa a gênese de atividades econômicas com solidariedade esteve relacionada com as reminiscências do trabalho associado e comunitário e a luta dos artífices em se contraporem a forma e a organização fabril capitalista, alimentada pelos ideais da revolução francesa (E.P. Thompson, 1987); na América Latina o começo de uma economia com solidariedade foi gestado a partir das estratégias de sobrevivência dos indígenas, dos negros e de parcelas dos imigrantes que estavam marginalizados na lógica produtiva aplicada na região (p.2)

Desse modo, entendemos a América latina enquanto espaço original (QUIJANO, 2005), onde se inaugura o tempo padrão de poder moderno colonial e, conseqüentemente, territórios de onde se forjaram resistências a sua formulação. Resistências exercidas não por uma única classe, mas por múltiplos sujeitos (indígenas, afro, camponeses, outros) com suas organizações sociais, econômicas e territoriais próprias, nas quais os princípios da reciprocidade e da cooperação já estavam enraizados antes mesmo da formulação teórica do que viria ser a 'Economia

Social', tanto foi assim, que idealizadas, inspiraram utopias europeias dos séculos XVI a XVIII.

Diante das sucessivas formas de opressão, apresentam-se transformadas, recriadas a partir e nos territórios independentes da sua escala de ação. Sua principal característica é a presença da solidariedade nas suas práticas e princípios. Consideramos pertinente explicar as economias solidárias não somente a partir da perspectiva da crise econômica e laboral dos anos 1970, pois compreendemos que esta visão não abarca a multiplicidade de sujeitos e experiências que fogem ao limite urbano, a fábrica, construindo redes para além do comércio, mas redes de vizinhança, cuidado, reciprocidades em torno de questões que envolvem debates para além do econômico, mas do ambiental e de gênero, debates irracionais para o sistema capitalista utilitarista, que cotidianamente cobra o sentido e relevância destas outras economias existirem e reexistirem.

Nesse sentido, pensar a *Economia Solidária* na América Latina exige análise de elementos da sua formação histórico-social, pois só assim seria possível perceber a dinâmica, a abrangência e as possibilidades do fenômeno na região. Orientamo-nos pela relevância das economias pré-capitalistas ou naturais enquanto “muralhas” no processo de expansão do sistema colonial. O rompimento destas enquanto condição para o controle dos territórios, o extermínio, a exploração dos corpos e extração dos bens naturais. Isto demonstra que o sistema econômico primitivo estava enraizado nas relações sociais muito além das trocas materiais. Ele perpassava a cultura, a espiritualidade, as interações com a natureza entre as comunidades, a partir dos seus territórios. Territórios entendidos, desde a acepção ancestral, enquanto espaços de vida, de construção coletiva e comunitária (Mauss, 2017). Desse modo, como atividade inerente a todas as sociedades, a economia assumiu inúmeras formas que não decorriam necessariamente de escassez ou da existência de fins alternativos (Polanyi, 2012). De acordo com Polanyi:

O clã e o totem, o sexo e o grupo etário, o poder da mente e as práticas cerimoniais, o costume e o ritual, todos eram instituídos por sistemas sumamente complexos de símbolos, enquanto a economia não era designada por nenhuma palavra que transmitisse a importância do abastecimento de víveres para sobrevivência animal do ser humano. (p.236)

As formas de integração das comunidades eram embutidas de solidariedade, reciprocidade, cooperação e dádiva. O propósito destas trocas era tornar as relações mais próximas. Apesar das hierarquias sociais, existia uma sociabilidade na qual preponderava o cuidado com o outro, a ação coletiva e o sentido de pertencimento a uma comunidade. A família extensa aparece como unidade de produção e consumo. A circulação econômica entendida era guiada pela lógica da reciprocidade. Não havia o conceito de propriedade como direito de dispor de objetos definidos, nem o de racionalismo econômico, do qual se costuma abordar as teorias econômicas, mas uma interação com o meio ambiente natural, na medida em que este lhes proporcionava meios para satisfazer suas necessidades. De acordo com Souza (2002):

As sociedades parentais – fundadas no parentesco – possuem um setor econômico com marcadas características, tais como: a produção é orientada pelas necessidades familiares; esta produção é tecnologicamente simples e sem complicada divisão de trabalho; o alimento ocupa um lugar predominante na produção; existe uma relativa liberdade na utilização dos recursos da produção; e as trocas são comprometidas com a redistribuição de produtos elaborados. O grupo familiar, qualquer que seja, surge, então, como unidade de produção e consumo, e como segmento autônomo no interior do conjunto social mais amplo (p.223).

A ruptura entre essas relações ocorreu com a chegada do mundo moderno, quando os elementos mercantis em expansão se combinaram e tragaram para si a força de trabalho e a terra. Nos países europeus, a luta contra as estruturas sociais primitivas manifesta-se sob a forma de política colonial (Luxemburgo, 1976). O colonialismo, base do sistema capitalista em expansão, exemplifica este processo não natural, patrocinados por Estados Europeus que representavam o período de transição de uma idade média dominada pela religião para a época moderna, em que os bens materiais estão na ponta das escalas de valores - a conquista de territórios com abundância de valores de uso e uma estrutura material concreta.

O conhecimento geográfico foi imprescindível para a expansão territorial, pois este, através das técnicas de mapeamento, permitia a dominação de dois elementos essenciais para as conquistas, o espaço e o tempo, tão importantes para os mercadores ansiosos por lucro. De acordo com Gonçalves (2020):

Com a colonização eurocêntrica do espaço pelo tempo, até mesmo a cartografia foi revolucionada com a Projeção Mercator oferecendo aos mercadores uma representação no mapa em que o espaço é medido em segundos e minutos das latitudes e longitudes e, assim, dando mais segurança aos negócios e aos negociantes que precisam ganhar tempo. (p.109)

Desse modo, a economia natural oferecia rígidas barreiras às necessidades do capital (noção de propriedade, solidariedade orgânica, percepção distinta da natureza). O que eram territórios de sentidos múltiplos (línguas, culturas, religião) deveriam ser arbitrados pela nova ordem mundial para se tornarem homogêneos. A nova racionalidade econômica, portanto, será incorporada nas relações sociais a partir de um referencial ocidental. Confirmando esta perspectiva, Mauss (2017), ao pesquisar os sistemas econômicos primitivos, conclui que foram as sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um 'animal econômico' e, para que isso fosse possível, os separaram das suas comunidades – seres humanos ligados pelo tecido da experiência comum - e dos fatores que antes os integravam, a terra e o trabalho.

Exemplificando a multiplicidade de sistemas organizativos econômicos antes da colonização, trazemos o exemplo da América latina. Antes Abya Ayala – terra em amadurecimento, terra vital com distintos territórios Tawantinsuyu (região do atual Peru, Equador e Bolívia), Anahuac (região do atual México e Guatemala, principalmente), terras guaranis (envolvendo parte da Argentina, do Paraguai, sul do Brasil e Bolívia, principalmente), Pindorama (nome que os Tupis designavam o Brasil) e Wallmapu (território de soberania Mapuche), cujos povos mantinham relações sociais e sistemas econômicos distintos.

Cardoso (1981) estima que havia entre 40 a 100 milhões de pessoas neste continente. Segundo o mesmo autor, é possível traçar três diferentes processos produtivos com base na categoria “modo de produção” na região. Esta abarcava 5% do território latino-americano, mas concentrava 90% da população, compreendia o Haiti, a República Dominicana, os planaltos centrais do México, talvez, também uma parte da zona maia, a região dos Chibchas da Colômbia, o setor Quechua-Aimará dos Andes centrais. Caracterizava-se por uma agricultura intensiva de tubérculos (milho e batata), irrigação e cultura de terraços. Cabe destacar que, nesta região pré-urbana, se organizavam feiras para a troca entre povos vizinhos e o trabalho com metais já era bastante desenvolvido.

Uma segunda região, também pequena, ocupando outros 5% do território que vinculava as planícies e os planaltos mexicanos e parte do sudeste norte americano (atual Novo México e Arizona), cuja produção de milho baseado no sistema coivara dava a tônica do estilo de vida da população. E uma terceira região expressa pela dimensão territorial de 90%, na qual predominavam a coleta, a caça e a pesca. De forma geral, caracterizam-se pela instituição da família como unidade de produção e consumo, pela posse coletiva das áreas de caça e das terras de lavoura e pela ausência de um comércio intragrupal (a não ser por troca de serviços).

No Brasil, de acordo com Bethell (1990), os povos originários eram divididos em três troncos linguísticos: tupi, aruak e caribe. Em geral, viviam semi-aldeados e sua economia incluía agricultura, caça, pesca, fabricação de arcos e cerâmica. Seminômades, esses grupos tinham grande mobilidade territorial dependente das guerras, dos meios de bens necessários à sobrevivência, clima, entre outros. Ao contrário dos povos Maias do México, eles não conheciam a escrita e a maioria não tinha religião organizada. Viviam comunitariamente sem autoridades formais individuais, com exceção do pajé, autoridade espiritual.

Com a conquista territorial ligada ao comércio europeu no século XVI, Espanha e Portugal rompem esta estrutura socioterritorial, a partir da separação e instituição da propriedade da terra e do trabalho inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para isso, os europeus utilizaram múltiplas formas de violência que, de acordo com Luxemburgo (1976), seriam o resultado direto do choque do capitalismo com as estruturas da economia natural, as quais, por seguir uma outra lógica, entravariam a acumulação. O capital usurário e comercial europeu se fundiu ao capital produtivo enraizado de forma embrionária nas terras e nos corpos dos povos originários latino-americanos (TRASPADINI, 2016). Eles extrairiam e produziram nestes territórios cobiçados bens naturais ou mercadorias destinadas ao mercado mundial, e sua mais valia seria, desde então, desfrutada pela oligarquia local e pelos interesses imperialistas.

Múltiplas formas de violências foram realizadas, como a inferiorização dos povos e dos seus saberes; a condenação das religiões ou crenças; a proibição do uso das suas línguas; as tentativas de destruição da autoridade do pajé; a transformação dos papéis exercidos pelas mulheres e sua submissão aos homens; além da devastação dos espaços sagrados, que ligava o homem à natureza. O capital, nesse

momento representado pelo sistema colonial, não confiava nas estruturas econômicas naturais e não renunciaria ao potencial produtivo que estes espaços apresentavam. Por isso, agiram com violência nestes territórios a fim de agilizar o processo de conquista e romper as relações comunitárias para, então, apropriarem-se da terra e do trabalho indígena. Segundo Luxemburgo (1976), esse processo permanece até hoje.

Como os laços tradicionais dos indígenas constituem **a muralha** mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemático das estruturas sociais não-capitalistas, com que tropeça em sua expansão. Isso não significa já a própria acumulação primitiva, mas seu processo continua até hoje (p.379).

O próprio escambo, cotidianamente ridicularizado em “filmes”, “telenovelas”, pela “inocência” ou “ingenuidade” indígena, consistia na reciprocidade entre estes povos. O escambo é um princípio estabelecido entre as comunidades que não tinham a concepção de valor material, mas da relação entre dar e receber. Essa troca se transforma em um processo de violências reais ou simbólicas, que submetem as comunidades originárias a um rito de passagem, a curto ou médio prazo, de uma antiga economia comunitária do tipo cooperativista, para o sistema econômico competitivo e individualista do mundo ocidental (Souza, 2012).

De acordo com Luxemburgo (2015), os espanhóis fizeram com que os indígenas passassem a conhecer a fundo este belo produto da economia monetária e da pressão fiscal. Sobrecarregadas de dívidas, as terras dos índios que não foram extorquidas passaram maciçamente para as mãos dos capitalistas, e a taxaçoão daquelas terras constituiria ainda um capítulo à parte na infâmia europeia.

O roubo das terras, os impostos, o trabalho forçado e a usura formavam uma corrente que quebrou a existência das comunidades agrárias indígenas. O desmoronamento dos fundamentos econômicos foi suficiente para desagregar a ordem pública tradicional e os laços sociais entre os indígenas. Estes fundamentos econômicos foram, por sua vez, sistematicamente destruídos pelos espanhóis ao desmantelarem as autoridades tradicionais. (LUXEMBURGO, 2015, p.131)

É preciso considerar que o processo de violência às comunidades tradicionais não se resguardou aos indígenas. A mão-de-obra indígena não foi suficiente para a demanda de trabalho nas colônias e enriquecimento da oligarquia local e

metropolitana. Os europeus se utilizarão do farto comércio de homens e mulheres advindos da África e terão neles as mãos que darão sustento ao desenvolvimento do capitalismo como sistema de produção mundial.

Durante mais de três séculos a escravidão das populações negras foi um dos meios utilizados pelos europeus para garantir o desenvolvimento da economia colonial latino-americana, transformando-se na mola propulsora das mais diferentes atividades produtivas, no campo ou nas cidades. Segundo Vianna (1970, pág. 257), a escravização dos negros foi “a maior e mais prolongada transmigração forçada de povos que registra a história, tão rica de consequências que nenhum estudo consegue abrangê-la totalmente”.

Mesmo com a subjugação e a violência estabelecidos aos povos escravizados, estes, não passivos, se organizavam coletivamente numa espécie de ‘associativismo negro’ (Ramos, 1938) e, desde a travessia, forjaram estratégias de sobrevivência e emancipação. Os quilombos representam uma experiência de ruptura da ordem jurídica vigente na época. Eram uma constante ameaça à economia colonial, cujo combate exigia a criação de todo um aparato repressivo especializado. Assim, “ao tomarem posse de um pedaço de terra, onde morando e trabalhando criavam o quilombo, estavam revogando, através da luta, e na prática, a legislação imposta pela classe dominante que os excluía da condição de possuidores da terra, fosse a que título fosse” (ROCHA, 1989, pag.45)

De acordo com Melo (2005, p.2) os quilombos que se formaram e se espalharam pelo território brasileiro traziam duas práticas insurrecionais. A primeira relativa à ocupação da terra, que não se fazia dentro do modelo estatal da compra e venda ou da sucessão hereditária, e o segundo se refere ao próprio questionamento do regime servil e que contribuiu para a sua derrocada. Com efeito, o apossamento de um território quilombola significava uma medida duplamente insurgente e aí se encontra a grandeza da luta histórica dos escravos fugidos que lograram trazer, a despeito da distância continental, um pedaço da África para o Brasil, no tocante ao território e cultura, ajudando a que o país se livrasse da maldição de manter pessoas cativas servindo a outras sem liberdade. Além disso, foi a primeira demonstração de que a posse da terra, como instituto independente da propriedade, podia ser utilizada em sua função social para afirmar a moradia, produção e trabalho dos rebelados do sistema escravagista.

Para Gomes (1996), em diversas regiões escravistas brasileiras, assim como em outras áreas das Américas negras, os escravos, a partir de suas roças e economias próprias, e os quilombolas, com suas atividades econômicas, acabaram formando um campesinato negro ainda durante a escravidão. Estudos históricos recentes, especialmente os de Gomes (2015), reconheceram estruturas econômicas distintas do modelo colonial organizadas por escravizados e escravizadas em quilombos e mocambos. Eram múltiplas estruturas socioeconômicas, pois fatores geográficos, demográficos e culturais influíam e teciam os “territórios de liberdade”, cuja lógica de produção, comercialização e consumo se contrapunham ao modelo monocultor colonial. Nestes territórios de liberdade a produção de alimentos era coletiva e diversa, para o consumo interno e para troca do excedente, sendo, portanto, mais complexa do que o próprio sistema colonial que privilegiava a monocultura e o mercado externo. De acordo com Flávio dos Santos Gomes (2015):

A produção econômica podia ser complexa, como foi nos grandes quilombos coloniais de Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Além do feijão, arroz e mandioca com fartas plantações, aproveitavam do peixe em abundância e da carne de animais silvestres, pois passavam dias caçando. Plantavam, colhiam e realizavam festas para homenagear suas colheitas. A agricultura não foi a única na economia quilombola. Há indicações de várias outras atividades, desde o fornecimento de lenhas à fabricação de cerâmica e cachimbos, além de outros utensílios da cultura material nos quilombos que chegaram a ser comercializados, portanto, integrados às regiões através de intermediários (p.10).

A partir dos estudos deste autor, torna-se possível rompermos com o ideário de que os quilombos eram territórios desconectados, ao contrário, possuíam articulação com as lógicas econômicas das regiões, onde se estabeleciam. Atentamos para o sistema econômico organizado por cativos e quilombolas, pois estes também resultam das práticas descritas por Cardoso (1989), que as denominou como a “brecha camponesa no sistema escravista”. Onde no Brasil, havia a concessão de pequenas parcelas de terras aos escravos para cultivarem sua própria subsistência. Portanto, existiam camponeses não proprietários, camponeses proprietários, atividades camponesas dos quilombolas e o protocampesinato escravo através de suas roças. De acordo com Gomes (2015), a luta escrava pela autonomia do cultivo das roças podia estar entrelaçada com outros embates, abrindo espaços autônomos e modificando a organização do trabalho.

De acordo com Amaro (2004), a reciprocidade de origem comunitária e popular da África é uma das mais fecundas e, ainda segundo o autor, teria várias expressões históricas com necessidade de mais discussão nos trabalhos acadêmicos. Na revista do arquivo municipal de São Paulo, há um texto escrito por Arthur Ramos (1938), no qual ele expõe o espírito do “associativismo negro”, que se trasladou da África para o Brasil. Homens e mulheres provenientes dos pontos mais diversos deste continente, pertencentes a povos e culturas distintas, se encontravam em meio ao oceano atlântico nos navios negreiros e a partir daí estabeleciam relações de ajuda mútua diante da violência comum.

A articulação negra, no campo e na cidade, se construiu a partir da criação de associações, confrarias, irmandades, que fortaleciam não só a expressão cultural dos povos negros, mas também a possibilidade da “compra” da liberdade, através das caixas de alforria. Retomamos a discussão sobre o sentido da economia enquanto prática social interdependente das dimensões culturais, religiosas e naturais. O que faz com que esse comunitarismo negro resgate o seu verdadeiro sentido.

Estas associações originaram-se do regime da escravidão. Foi um esforço coletivo que fizeram os negros, de reação ao regime que os oprimia. Reação na confraria religiosa, à busca de um consolo ou derivação espiritual. Reação, no grupo de jogo, nas festas cíclicas das congadas. Reação econômica, com a criação das caixas de alforria. (RAMOS, 1938, p.107).

As caixas de alforria eram resultado da contribuição de homens e mulheres que articulados em irmandades e confrarias cooperavam com o fruto do seu trabalho para a compra de sua carta de alforria. Todo o ano procedia-se à distribuição de dividendos pelos mutuários. Os escravizados se auxiliavam mutuamente, nesta verdadeira cooperativa de emancipação. De acordo com Ramos (1938), caixas de empréstimo e juntas de alforria existiram em várias províncias do Brasil, fundadas por escravizados.

Além das caixas de confraria, Ramos traz a importância do mutirão como organização coletiva de trabalho em que, negros, brancos, homens e mulheres, se dão ou vendem um dia de trabalho ao fazendeiro ou a outro colono, terminando a sua tarefa num festival que avança noite adentro. Semelhante às ‘Sociedades Congos’ e aos ‘Combites haitianos’, espécie de comunidades de trabalho, permanentes ou transitórias, com os seus chefes, seus componentes, seus cânticos, sociedades de vizinhança e de trabalho, numa verdadeira organização sindical. A tradição folclórica

e a importância da aquisição econômica tinham uma significação social: revelavam a tendência de homens e mulheres se agruparem para a sua defesa e organizarem pacificamente a sua autonomia e libertação.

Aos escravizados que fugiam dos engenhos e das cidades, os quilombos e mocambos representavam a possibilidade de forjar outra “forma de viver” em meio à violência da sociedade colonial monocultural. Unidos entre si pelos laços de solidariedade e reciprocidade, eles construíram territórios com sociabilidade múltipla com aspectos culturais, religiosos e econômicos próprios.

De acordo com Gomes (2015), os quilombos caracterizavam-se como ‘cidades negras’ em que os negros-negras mantinham relações comerciais com os moradores das vilas vizinhas, levando os seus produtos da lavoura da cana, banana, feijão etc., e trocando-os pelos artigos que necessitavam, como tecidos, instrumentos, armas e munições. Palmares, criado no século XVII foi o maior quilombo das Américas (RODRIGUES, 2010) chegou a ter uma população de 20.000 ‘almas’ onde a propriedade da terra era comunitária. E no estado negro o dinheiro não circulava (GALEANO, 2000). Conforme Clóvis Moura (1985), a base da economia de Palmares era a agricultura policultora. Plantavam principalmente o milho, que era colhido duas vezes por ano. Depois da colheita, descansavam duas semanas. Plantavam ainda feijão, mandioca, batata-doce, banana e cana-de-açúcar. Isto constituía a lavoura que alimentava os habitantes da república, sendo o excedente trocado com os vizinhos. Ainda segundo o autor:

Disso se deduz que os quilombolas, ao repudiar o sistema de latifúndio dos sesmeiros, adotam a forma do uso útil de pequenos tratos, roçados, base econômica da família livre; que o excedente da produção era dado ao Estado, como contribuição para a riqueza social e defesa do sistema; que **a solidariedade e a cooperação eram praticadas desde o início dos quilombos**, que deve remontar aos princípios do século XVII (p.38)

A busca por autonomia e emancipação provocava a elite colonial que reprimia estes territórios com violência. Chamamos atenção para o fato de que as comunidades indígenas e negras possuíam inimigos em comum: as bandeiras contratadas para exterminar/destruírem indígenas (Guerra dos Bárbaros), para o sucesso da expansão colonial, foram as mesmas solicitadas para lutar contra os quilombos. Indígenas e quilombolas utilizaram, na medida do possível, estratégias de sociabilidade próprias que as mantiveram vivas no campo ou na cidade.

Ainda na esteira dos sujeitos sociais que representam a ancestralidade das *Economias Solidárias* na América latina, destacamos o campesinato. Berget (2011), em seu livro 'Puerca Tierra', define o campesinato como uma classe de sobreviventes. Não é à toa, pois as origens sociais destes sujeitos relacionam-se a um duplo processo de exclusão, da terra e dos direitos. Representados por uma categoria social múltipla - os bastardos, os negros, os mestiços – estes foram excluídos da condição de proprietário da terra e da condição de escravizados. A exclusão do camponês do pacto político tem definido o seu lugar e sua participação no processo histórico, em geral, como uma figura ausente. De acordo com Wanderley (2003):

O campesinato foi frequentemente visto como resíduo. No caso brasileiro esta concepção se junta à outra, que tendo como modelo (tipo ideal) as formas camponesas europeias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor - escravos e, posteriormente, capital-trabalho. (p.15)

Ao longo da expansão da monocultura - cana de açúcar, café, outros - destinada à exportação, esta categoria social e política foi a responsável pelo plantio de gêneros alimentícios para abastecimento e para comércio '*economia do excedente*' - café, tabaco etc. O campesinato possui modo de viver e de se relacionar com o território de maneira distinta; tanto na forma de trabalhar (trabalho em família) como nos saberes relacionados ao manejo dos bens da natureza. Organizam-se a partir de uma economia própria, visando à reprodução sociopolítica-econômica-cultural. De acordo com Bartra (2010):

La palabra campesino designa una forma de producir, una sociabilidad, una cultura, pero ante todo designa un jugador de ligas mayores, un embarnecido sujeto social que se ha ganado a pulso su lugar en la historia. Ser campesino es muchas cosas, pero sobre todo es pertenecer a una clase: ocupar un lugar específico en el orden económico, confrontar predadores semejantes, compartir un pasado trágico y glorioso, participar de un proyecto común⁶. (p.07)

Ser camponês transcende aspectos objetivos, no sentido de que há uma subjetividade que deve ser levada em conta nas relações sociais e econômicas. Este sujeito social, mantém relação de reciprocidade como dar sem esperar receber nada

⁶A palavra camponês designa um modo de produzir, uma sociabilidade, uma cultura, mas acima de tudo designa um jogador da liga principal, um sujeito social amargurado que conquistou seu lugar na história. Ser camponês é muitas coisas, mas acima de tudo é pertencer a uma classe: ocupar um determinado lugar na ordem econômica, enfrentar predadores semelhantes, compartilhar um passado trágico e glorioso, participar de um projeto comum (BARTRA, 2010).

em troca, receber sem se sentir obrigado a dar algo em troca, trocar atividades e serviços sem equivalência mercantil/monetária (MAUSS, 2007). No trabalho, características como uma preponderância pelo valor de uso; a inseparabilidade da terra do trabalhador, nem sua conversão em mercadoria, divisão técnica do trabalho baseada na cooperação familiar, ou seja, há uma estrutura organizativa da *Economia Campesina* que articula se diretamente a *Economias Solidárias*. Desse modo, a comercialização, através de cooperativas e associações vem sendo discutida como fortalecimento econômico, político e social pela ES e, talvez por isso, estudos sobre questão agrária e campesinato tem expandido as suas análises a este campo.

Durante muito tempo, houve um predomínio de uma história brasileira que se fez muito tempo urbana, deixando que muitos dos acontecimentos políticos camponeses, fossem desconhecidos, escondidos, esquecidos pela sociedade. Em um país, cuja estrutura agrária foi sempre marcada pela concentração de terra e pelo latifúndio - **Guerra de Canudos** (BA 1896-97), **do Contestado** (PR e SC – 1912-16), **Trombas e Formoso** (BR 153 Belém-Brasília), **Araguaia-Tocantins** entre tantas outras, foram resistências, construções de formas de viver alternativas, coletivas, solidárias em busca de autonomia. Tornaram-se guerras, conflitos pela ampla violência estatal e oligárquica exercida.

Citamos o exemplo de Canudos, anunciado por Rama (2008), como uma das experiências religiosas comunitárias estritamente locais, sob o signo constante do milenarismo e do messianismo, cumpridas em regiões isoladas já integrantes de um “campesinato analfabeto”. A Nova Jerusalém que o “Bem-aventurado” Antônio Conselheiro fundou em 1890 na Bahia apresenta uma mescla de ideologias (messianismo, utopismo, anarquismo) com forte caráter de autonomia comunal.

Esta experiência, quando contada pelos sobreviventes, demonstra como foram prósperos os dias no arraial. Foram quase quatro anos de alegria, fartura e paz, onde a terra era partilhada e dela grandes e pequenos usufruíram de igual modo. Não existia enriquecimento, pois o que mais importava era ser livre e viver. Todos na luta por dias melhores, resistindo, seguindo com fé e esperança. Dentre as citações dos sobreviventes destacamos a de Macedo (1964):

Recordações, moço? Grande era o Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava da roça na beira do rio. Quem tinha gado, tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos, tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de reza, ia rezar. De tudo se tratava porque a nenhum

pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino (p.67).

O que distingue a experiência de canudos é que toda a sua estrutura e organização coletiva foi realizada a partir de um movimento orgânico e territorial, com a participação de negros, índios, roceiros e fugitivos da lei, que buscavam um modo de vida diferente do modelo de exploração e de concentração de terras predominante na região Nordeste do Brasil, representando para as elites (locais e nacionais) uma ameaça. Para comunidades semelhantes a Canudos, o território assume uma importância material e simbólica muito grande, pois é a partir dele e de suas riquezas naturais e simbólicas, que são forjados o seu sustento e a sua cultura. Seculares ou quiçá milenares, tais modos de vida, ao Sul do mundo, têm eventuais pontos de conexão com o pensamento associativista, o qual, por sua vez, está na origem da economia solidária em termos modernos, seja nos modos de trabalhar, seja na divisão dos excedentes ou ainda na maneira de viver em comunidade.

Na América Latina, o que vem institucionalmente sendo chamado de *economia solidária* ressurge e se fortalece nos anos 1970, como uma forma de resistência aos estados ditatoriais e, tomando fôlego, na década seguinte, com o processo de democratização do continente. Buscaremos no próximo capítulo discutir o processo de institucionalização da *Economia Solidária* a partir da passagem de Economias múltiplas e territoriais construídas por múltiplos sujeitos (indígenas, quilombolas, camponeses, outras) para a *Economia Solidária* institucionalizada, enquanto política pública. Não desmerecemos o apoio e a atuação do Estado, Igreja, ONGS junto às comunidades, mas compreendemos que é preciso estar atentos aos dois modelos de *Economia Solidária* em disputa: o primeiro realizado de cima para baixo, assim, substituindo o sentido de solidariedade por um sentido de tutela. O segundo, o qual defendemos, é construído de baixo para cima a partir dos territórios, com a contribuição de distintos sujeitos sociais, portanto, de maneira coletiva, em que, sem deixar de exigir a atuação do Estado em suas esferas (municipais, estaduais e federais), tem como horizonte a autonomia e a emancipação.

Autonomias como propostas e estratégias de luta – “o único antídoto possível” - de acordo com Escobar (2016 p. 215), para nos opormos ao sonho sedutor do desenvolvimento. A categoria território, portanto, se insere no debate que pretendemos realizar sobre *Economias Solidárias* com o intuito de compreender o tema a partir da centralidade do conceito. Desse modo, território, surge como

categoria principal cujas relações se dão a partir de (in) formação partilha, reciprocidade; mobilização; luta; resistência; político-cultural-ambiental, descolonização, conquista da autonomia decisória e de melhores condições decidida para e com o povo (SAQUET, 2019).

2.1 A Economia Social do Norte e a ascensão da *Economia Solidária* desde o Sul

Concordamos com a afirmação de Paul Singer, de que *Economia Solidária* surgiu de uma ‘invenção de operários’ (Singer, 2000) que lutavam contra a pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial no século XIX. No entanto, entendemos que é preciso distinguir no tempo e no espaço o que representou e representa a economia social enquanto fundamento e o que viria a ser a economia solidária, pois esses dois termos, comumente utilizados como sinônimos, possuem diferenças, sendo preciso, portanto, levá-las em conta.

A Economia Social nasce na Europa, no final do primeiro terço do século XIX, como outra maneira de fazer *Economia Política* (Guélin, 1998, p.1998). Todas as tendências políticas embarcaram nesta nova proposta, tanto socialistas (Pecquer, Vidal, Malon) como social-cristãos (Le Play) e mesmo liberais (Dunoyer), sensibilizados com o custo humano da revolução industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social em suas reflexões (LECHAT, 2004).

A *Economia Social* resulta, portanto, da ressaca das injustiças sociais da Revolução Industrial, quando os trabalhadores mais desfavorecidos tentaram encontrar formas de reagir ao mercado, criando uma economia da entre-ajuda e de cooperação. No capitalismo, em ascensão, o arranjo do proletariado em cooperativas, mutualidades e associações, representou uma forma organização e luta de classe contra o programa e à ação burguesa europeia.

Inspirados na Revolução Francesa de 1789 e na Revolução de Operários na “Primavera dos Povos” de 1848, teóricos como Proudhon, Marx, Engels, Bakunin, defenderam outra forma de organização da sociedade, em oposição a que se construía no capitalismo, no entanto, diferiam dos pensadores utópicos ao buscar uma intervenção revolucionária. Marx e Engels acreditavam que era possível romper com

o sistema capitalista a partir da criação de partidos políticos e das estruturas do Estado e em etapas instituírem o socialismo/comunismo.

Numa disputa do seu significado histórico-socioeconômico, os liberais capitalistas, a partir do final dos anos 1870, adotaram a perspectiva das cooperativas como alternativas de democratização da riqueza sem tocar em questões como a propriedade e o Estado. Os seus maiores representantes, Leon Walras (1834 -1910) e Marshall (1842 -1924) sublinharam o potencial competitivo dos empreendimentos em meio à livre concorrência, sem levar em conta o caráter solidário que os trabalhadores estabeleciam entre si. Faziam alusão aos socialistas como sectários e irracionais, no entanto, desconheciam a realidade social ao enfatizar dados matemáticos e não as qualidades morais para a cooperação. De acordo com Marshall (1985):

A cooperação poderia florescer na agricultura e combinar as economias de produção em larga escala com muitas das alegrias e proveitos sociais das pequenas propriedades. Exige hábitos de confiança e respeito mútuos. Infelizmente, os mais bravos e ousados, e, portanto, os mais dignos de confiança entre os homens de lavoura, mudam-se sempre para as cidades, e os agricultores constituem uma gente suspicaz (p.257).

De acordo com Amaro (2014), a economia social não foi capaz de propor um projeto econômico próprio, autônomo, capaz de ser alternativo aos dois projetos que se digladiavam no século XX, o do mercado e o do Estado, ao capitalismo e ao socialismo. Se subordinando, através das cooperativas/associações/mutualidades ao mercado ou ao estado com pequenas exceções.

A partir da Segunda Guerra Mundial a *Economia Social* vai ter um grande desenvolvimento, sobretudo na Europa, mas também noutros países, através do “Estado de bem-estar social”⁷, levando este desenvolvimento a uma institucionalização cada vez mais forte. No entanto, este Estado de bem-estar social será atingido tanto pela crise do petróleo quanto pelo próprio desenvolvimento de mercado, registrando-se neste período novos fenômenos, novas demandas, provocadas por uma série de mudanças principalmente de ordem econômica e cultural.

⁷Em decorrência da depressão econômica de 1929, seguida pelas consequências gravíssimas da Segunda Guerra Mundial, houve uma intervenção forte por parte do Estado, dentro de uma política de tipo Keynesiano, implementando políticas econômicas e sociais com o objetivo de corrigir as falhas do mercado (ALEIXO, 2014).

O movimento organizado da *Economia Solidária* nasce num contexto de crise do Estado Social nos anos 1980. Sua origem é policêntrica e multicultural⁸ (AMARO, 2004), ela representa a mudança radical de uma solidariedade essencialmente social para uma solidariedade muito mais abrangente. De acordo com Coraggio (2012):

Quanto ao conceito de Economia Social e Solidária, o vemos como um grande guarda-chuva que engloba conceitos e práticas muito diversas. 'Social', como já dito, se refere a considerar expressamente a relação entre formas de integração social da economia, enquanto 'solidário' se refere a uma sociedade que organiza sua economia de modo a alcançar solidariamente a reprodução e o desenvolvimento da vida de todas e todos em uma relação virtuosa com a natureza da qual fazemos parte (p.31-32).

Ao buscar definir *Economia Solidária*, Estivill (2012) a denomina como uma filha rebelde da *Economia Social*. A filha que critica o seu pai e sua mãe e que pretende afirmar outros valores. Os principais seriam a democracia econômica, a transformação social; a dimensão política; a economia feminista; a ecologia, o consumo responsável e as estratégias informais de organização coletivos.

Amaro (2018) a distingue como uma economia 'Ecocêntrica' em que assume uma postura diferente daquela arrogância do antropocentrismo que governou a modernidade. Ao contrário disto, a economia solidária propõe em uma das suas vertentes a transição de uma cultura antropocêntrica para uma cultura ecocêntrica, na qual todos os seres vivos fazem parte da vida e o ser humano tem um papel dentro desse contexto. Mas esse papel não significa se aproveitar dos outros seres vivos, mas, sim, ser fraterno e solidário. É importante atentar para esses valores fundamentais para o século XXI, e que eles não se limitam apenas a conceitos morais, mas, políticos e democrático. É um conceito científico a partir da interdependência sistêmica na nossa casa comum.

A partir dos anos 1980, a política da *Economia Solidária* amplia-se e territorializa-se nos países do Sul, acompanhando as consequências sociais da crise⁹

⁸Economia solidária é um conceito que tem várias origens e especificidades. Três versões de economia solidária: versão francófona (teoria), versão ibero-americana-sul-americana (experiências práticas) e versão Macaronésia a partir dos açores de cabo verde, das áfricas todas que é extraordinário e está por sistematizar e trabalhar (AMARO, 2018).

⁹A crise dos anos 1980 foi provocada pela reação conservadora montada pela parceria dos governos Reagan e Thatcher, que aumentaram as taxas de juros internacionais em níveis tão acentuados que provocaram o crash das economias dos países latino-americanos, começando pelo México, em setembro de 1982, seguido de imediato pelo Brasil (ANDERSON, 1997).

causada pelo processo inflacionário e, posteriormente, em 1990, intensificado pelas políticas neoliberais. No Brasil, resulta também do processo de abertura democrática, provocada pelas lutas em que se almejava a construção de um Estado e instituições mais democráticas, que pudessem absorver as demandas da sociedade e incorporá-las à agenda do Estado. Os sujeitos sociais que já praticavam a *Economia Solidária* entendiam que possuíam direitos e caberia ao Estado assegurá-los. O que aconteceria na medida em que as instâncias governamentais (formadas por representantes eleitos democraticamente) aceitassem a agenda e as pautas da *Economia Solidária*, enquanto outra lógica de organização, que tem como eixos principais, o conceito da autogestão, ou seja, de gestão democrática e posse coletiva dos meios de produção, assim como, práticas comunitárias de produção.

A ascensão da *Economia Solidária*, enquanto movimento social, resulta do processo de democratização política e da expansão do neoliberalismo, cujas consequências econômicas afetarão os sindicatos e os direitos trabalhistas, alvos desse novo *modus operandi* do capitalismo. Assistiremos a uma transição de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, que produzirá uma massa de trabalhadores em serviços atrasados em condição de trabalho precário, informal, análogo a escravidão. De acordo com Harvey (2014):

[...] A promessa do bem-estar de todos não se realiza por uma série de contradições, dentre elas, as tendências antidemocráticas que evoca, ao passo que existe uma clara falta de simetria nas relações entre pessoas e corporações; e mais, uma crescente consolidação do poder oligopolista, monopolista e transnacional nas mãos de poucas corporações centralizadas; outra contradição seria a produção de incoerência social à medida que destrói formas de solidariedade ao voltar-se exclusivamente para as liberdades de mercado e para a mercadificação de tudo [...]”(p. 89-90).

Diante desse sistema de exclusão, trabalhadores e trabalhadoras se organizaram através de práticas econômicas alternativas (coletivos, associações, redes, feiras, bancos comunitários, grupos de consumidores, cooperativas, assentamentos, outros), em contraposição às tensões sociais, culturais e ambientais, provocadas pela expansão do capitalismo em suas distintas representações. Passaram a atuar com os coletivos, a igreja, os movimentos sociais, os sindicatos, entre outros.

A igreja atuou na coordenação de atividades e organização dos coletivos em torno de cooperativas e associações. Ressaltamos dentre as instituições, a ação da Cáritas. Criada em 1956 na *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)*, a metodologia da Cáritas sustentou-se em torno da ideia da educação de base. Nos anos 1990, a instituição projetou iniciativas como a dos *Projetos Alternativos Comunitários (PAC)*, iniciando um trabalho de assessoria, apoio e capacitação para iniciativas de produção, comercialização, cooperativas e centros comunitários. Essa instituição atuou tanto na cidade, quanto no campo, em parceria com os movimentos que lutavam pela reforma agrária (MST) e a organização de cooperativas rurais, como a *Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAGS)*, *Central Única dos Trabalhadores (CUT)*, sindicatos entre outros. Além da Igreja, despontam de maneira mais isolada, políticas a nível municipal, atuando em torno da *Economia Solidária* enquanto projeto econômico alternativo ao desemprego e à precarização do trabalho.

As aspirações de movimentos sociais, sindicatos, igreja, partidos políticos etc, em torno da construção de políticas públicas voltadas às práticas econômicas comunitárias alternativas ao modelo capitalista de desenvolvimento, puderam se reunir no *Primeiro Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidária*, realizado em Porto Alegre, 1998, na Criação da *Rede Socioeconômica de Economia Solidária (RBSES)*, em 2002 e no *I Fórum Social Mundial (FSM)*, que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001.

Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1500 pessoas participaram da oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, em que se discutiu a auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras; as políticas públicas e as perspectivas econômicas e sociais de trabalho e de renda (FBES, 2001). Consideramos o *Fórum Social Mundial* de 2001 como um divisor de águas, pois a partir dele criou-se o *Fórum Brasileiro de Economia Solidária* e, desde sua realização, os movimentos se articularam em busca da construção e efetivação de uma política pública - a política da *Economia Solidária*. Ao descrever sua participação no evento, Sguissardi (2001) relata o ponto de vista dos movimentos sociais:

O Fórum Social Mundial constituiu-se, pois, numa nova etapa deste movimento mundial de resistência ao pensamento hoje hegemônico no mundo: o neoliberalismo e a globalização que lhe convém. Como

diz um dos seus idealizadores, Francisco Whitaker, da Comissão Brasileira Justiça e Paz, 'Mas além das manifestações de massa e protestos, pareceria possível passar-se a uma etapa propositiva, de busca concreta de respostas aos desafios de construção de 'um outro mundo', em que a economia estivesse a serviço do ser humano e não o inverso' (2001, s/p).

Não desconsideramos a importância desse momento histórico no processo de construção da política pública em *Economia Solidária*, cujo objetivo seria fortalecer as experiências territoriais através do acesso a recursos públicos e a possibilidade da efetivação das suas atividades comunitárias. Todavia, entendemos que esta institucionalização ao mesmo tempo em que poderia fortalecer economicamente as experiências, devido aos fomentos, poderia igualmente as vulnerabilizar, metamorfoseando os princípios e valores presentes historicamente nas experiências comunitárias no campo e na cidade, como por exemplo, a horizontalidade e a autogestão.

A interferência Estatal, de ONGs, da Igreja Católica ou partidária nos processos decisórios, anteriormente feitos de maneira coletiva, dentro das comunidades, poderia cooptar e tutelar as decisões do grupo. Isso não significa que a saída seja abandonar o apoio dessas instituições, mas que as políticas devam ser construídas em uma perspectiva coletiva e territorial, de modo que se avalie as características econômicas, políticas e sociais de cada território.

Compreendemos que há, no Brasil, dois modelos de construção de políticas públicas que não se excluem: a primeira é construída de maneira centralizada, cujas decisões se dão de cima para baixo. A segunda, a que aqui defendemos, seria a construída no sentido inverso, de baixo para cima, desde os territórios pelos diversos sujeitos sociais que demandam essas políticas e atuam por elas.

A *Economia Solidária* de cima para baixo levaria em consideração uma solidariedade vertical, pregada pelo centro, pela elite ou pelo Estado enquanto representante que não considera as demandas de cada território e articula as políticas de forma homogênea sem a participação ou da escuta da sociedade em questão. É realizada com base nos países centrais, com o ímpeto colonizador, que continua a atuar em todos os sentidos, desde a economia até a cultura. O trabalho de algumas Organizações não governamentais (ONG), vindas de países europeus ou norteamericanos baseadas em ideologia assistencialista, pode omitir uma racionalidade, que tem como objetivo a conciliação das classes e o apaziguamento das lutas por

transformações estruturais. Por trás do discurso da ‘falta de solidariedade’ estão também estruturas fortes de conhecimento colonialista que tiveram e mantêm o duplo efeito de destruir a natureza e tornar a maioria dos povos subalternizados (Sachs, 2000).

A caridade se disfarçaria de solidariedade e o seu propósito se reduziria ao assistencialismo e a ausência crítica, o qual visaria transformar todos e todas em iguais. Entendemos que as experiências comunitárias são formadas por sujeitos sociais diversos e pela presença de conflitos, de críticas inerentes, por isso, optamos por utilizar o conceito de comunidade. O conceito amplo de comunidade, enquanto relação e estrutura de socialização entre as mesmas pessoas denotam, em nosso caso, uma ordem territorial solidária que prioriza os valores e fundamentos de afetividade, emoção, tradição e justiça social (GONÇALVES, 2005).

Um dos aspectos que vulnerabiliza a conformação das experiências comunitárias (cooperativas, associações, bancos sociais, outros) se refere ao desenvolvimento da sua teoria e de sua prática, esta bebe prioritariamente na fonte das teorias e das soluções pautadas no cooperativismo inglês ou na experiência trazida pelos imigrantes europeus no século XIX, nas regiões Sul e Sudeste. Sua estreita relação com o capitalismo e o impulso maior para sua implantação por meio do Estado demonstram a disparidade em seus objetivos se comparado aos ideais que as fizeram surgir na Europa dos séculos XVIII e XIX (LISBOA, 2007).

Não construímos, assim, um caminho próprio de luta e emancipação em conformidade com as especificidades comunitárias dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses), cujos séculos de luta demonstram a busca permanente de autonomia e emancipação. Mariátegui (2010), desde a realidade peruana, propunha em oposição ao latifúndio, uma organização de cooperativas de produção e de consumo, que levasse em consideração a tradição social, econômica e política da comunidade incaica. Conforme o autor:

Las ‘comunidades’ que han demostrado bajo opresión más dura condiciones de resistencia y persistencia realmente asombrosas, representan en el Perú un factor natural de socialización de la tierra. El indio tiene arraigados hábitos de cooperación. [...] La comunidad puede transformar-se em cooperativa, com mínimo de esfuerzo (p.79).

De ‘cima para baixo’, foi a forma adotada pelo Estado, durante todo o processo de desenvolvimento do sistema cooperativista e associativista no território brasileiro.

Nos anos de 1970, período da ditadura militar, este mediou e direcionou as ações das organizações de produção, com o intuito de desarranjar as formas de organização, e utilizar as cooperativas e associações como uma extensão dele próprio (LISBOA, 2007). No espaço agrário, utilizou-se das associações, não como modelo rural, mas urbano. Seu objetivo, conforme Conceição e Kolming (2001), era o de esvaziar os sindicatos. Não tinham o intuito de politizar, apesar de seu modelo ser pautado numa ideologia comunitária.

As cooperativas e associações agropecuárias criadas nesse momento foram apoiadas por instituições como Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento. A atuação dos governos militares frente às associações e cooperativas no campo foi de instrumentalização total e centralização do poder. De acordo com Lisboa (2007):

O associativismo, ou seja, a espacialização de associações rurais no Brasil foi estimulada por recursos internacionais. O Projeto Nordeste, criado em 1985, trazia as propostas de planejamento participativo por meio do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, que se constituiu um importante veículo de disseminação de associações no espaço agrário brasileiro, sobretudo no Nordeste. A formação de associações era uma forma encontrada pelo Estado para evitar as possíveis insurgências no campo, à medida que, através delas, promovia a disseminação de investimentos públicos e ‘permitia’ a participação, dificultando, dessa forma, a organização de movimentos radicais no espaço agrário (p.73).

Para Schneider (1991), esse processo se deu porque a implantação do cooperativismo aconteceu predominantemente por via oficial “de cima para baixo”. Porque, na fase inicial de implantação desse sistema de produção no Brasil, houve apenas um transplante desse modelo, sem levar em conta as características culturais, tornando-as, assim, apenas um instrumento de poder político (1991, p.37).

A *Economia Solidária* busca, portanto, romper com estas práticas criando alternativas a este modus com que as cooperativas e associações foram direcionadas de modo vertical e não as perpetuar agora sob a égide da solidariedade. Contraditoriamente, este modelo também fomentou e criou condições para formação e fortalecimento de cooperativas e associações camponesas desde os seus territórios, impedindo o seu isolamento e exclusão. Conforme Oliveira (2007), as cooperativas ofereciam as vantagens da compra/venda em escala, consolidando e fortalecendo os camponeses, permitindo, assim, a sua reprodução, em oposição à crescente proletarianização a que está historicamente submetido.

É preciso, desta forma, reconhecer que há o cooperativismo totalmente inserido dentro do mercado capitalistas, onde as empresas se articulam para obter benefícios jurídicos e principalmente econômicos. No campo, citamos como exemplo as cooperativas Aurora¹⁰, COAMO¹¹, Coopercitrus¹², entre outras são cooperativas que utilizam relações de trabalhos familiares para não terem que investir na contratação de mão-de-obra assalariada. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação familiar sem remunerá-la, essas organizações recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria, e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. De acordo com Oliveira (1999):

Transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas. [...] ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela a acumulação possa aumentar. (p. 80)

Temos também cooperativas e associações que utilizam o discurso da *Economia Solidária*, mas que, em sua prática, constroem suas bases em relações verticais de poder e exploração da força do trabalho. De acordo com Campos (2010), “estas experiências não são impermeáveis às relações capitalistas de produção. Eventualmente, reproduzem-se o trabalho alienado e a acumulação capitalista sob o discurso da solidariedade e da participação coletiva (p.84)”.

A *Economia Solidária e Territorial*, a qual temos como horizonte, é construída e realizada pelos movimentos sociais no campo e na cidade desde os distintos territórios e nas suas várias expressões (cooperativas, associações, feiras, bancos comunitários, outros), que articulados aos atores/agentes estatais em suas distintas escalas (prefeitura, estado, federal), igreja, ONGs, disputam o Estado, principalmente a sua descentralização, tendo assim como horizonte a autonomia. Nesse sentido, o antropólogo marxista López y Rivas (2004) argumenta que a construção da autonomia nos territórios não implica necessariamente a renúncia à pressão e ao diálogo com o Estado, embora forme e fortaleça um sujeito coletivo mais forte para confrontá-lo. Conforme Barbosa e Rosset (2021):

¹⁰ Conglomerado de 11 cooperativas fundadas em 1969 em Chapecó-SC, associadas de processamento de suínos e avicultura.

¹¹ Cooperativa fundada em 1970 no Paraná, para produção de soja, seguida por milho, trigo e café, além de possuir um terminal marítimo e dois parques industriais para trabalhar os grãos. Conta com 110 unidades espalhadas em 71 municípios do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

¹² Cooperativa nascida em São Paulo em 1976, conta com mais de 35 mil agropecuaristas associados. Produtores de culturas como café, cana, citros, soja, milho, pecuária e hortifruti.

En términos del movimiento campesino latinoamericano, opinamos que no es un error preocuparse por el Estado, aunque sí es un error hacer un fetiche del Estado, al permitir que los ciclos electorales descarrilen los procesos territoriales más autóctonos, y hacer pequeñas y grandes concesiones a los políticos y los partidos con el afán de atraer programas y financiamientos, los cuales muchas veces decepcionan (y que muchas veces generan niveles peligrosos de dependencia), descuidando lo propio, desde el trabajo de base, la formación política, y los vertientes de autoabastecimiento y autonomía territorial y local. Sí, luchar contra el fascismo, en la esfera política, sí, demandar otras políticas educativas para el campo (por ejemplo), pero a la vez, sí, construir autonomías en los territorios (p.24).

Consideramos ser preciso analisar cada experiência comunitária em sua singularidade, desde os territórios como uma ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e sociabilidade. Os territórios, deste modo, representam a expressão espacial das relações sociais e, a partir deles, compreenderíamos de que modo os sujeitos sociais associam os princípios da *Economia Solidária* as suas práticas comunitárias cotidianas. Distinguiríamos, assim, as experiências que fazem parte do cooperativismo tradicional ou de uma ‘falsa’ economia solidária.

Ainda no movimento contra colonial das palavras entendendo que estas carregam postura política, nós nos contrapomos à denominação ‘empreendimentos econômicos’¹³ utilizada por teórico e pelas políticas públicas (municipais, estaduais e federais) para definir as experiências em *Economia Solidária*, pois este termo priorizaria o sentido de organização econômica e aproximaria estas experiências de um caráter empresarial capitalista. O que deixaria de enaltecer, em sua terminologia, outros princípios e valores que as guiam essas experiências, como a autogestão, horizontalidade, o respeito à natureza, a igualdade racial e de gênero etc. Pois mais que alternativas, estas práticas econômicas carregam o sentido maior da economia humana.

Em torno de um horizonte solidário, contraposto à selvageria capitalista dominante, se amplia o debate sobre o cooperativismo autogestionário e solidário como meio adequado para a reestruturação da socioeconomia no Brasil. A discussão tem esse mérito extraordinário de trazer para a preocupação social a necessidade de reestruturação econômica. No I Fórum Social Mundial – descrito no início deste

¹³*Empreendimento Econômicos Solidários* (EES) são definidos como organizações coletivas supra familiares permanentes, com diversos graus de formalização, nas quais os trabalhadores exercem coletivamente o processo gestor e a alocação de resultados de uma determinada atividade econômica, seja ela de produção de bens, de prestação de serviços, de fundo de crédito, de comercialização e de consumo solidário (BRASIL, 2019).

subcapítulo como um momento de reunião dos movimentos sociais, universidades, setores da Igreja, na construção da política pública de âmbito nacional. Este momento de ampliação das discussões culmina na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, do *Partido dos Trabalhadores* à presidência do Brasil. Este contexto simboliza o momento da institucionalização da política de *Economia Solidária* a nível nacional.

A política pública se inicia quando um grupo político chega a um governo e abre uma agenda para receber as demandas dos movimentos sociais. As demandas da *Economia Solidária* foram organizadas na *I Plenária Nacional* realizada em São Paulo em que estavam presentes 200 pessoas. Nesta ocasião, elaborou-se uma carta coletiva para o recém-eleito presidente intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Ela apresentava diretrizes gerais da *Economia Solidária* e reivindicava a criação da *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (SENAES) em parceria com o *Fórum Brasileiro de Economia Solidária* (FBES).

Criada em 2003, a SENAES foi vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o compromisso de superar práticas tradicionais de dependência das experiências comunitárias, que haviam comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. Paul Singer, professor, economista e militante do movimento da *Economia Solidária*, esteve à frente da SENAES como secretário nacional, tendo a tarefa de articular a *Economia Solidária* não só com atividades vinculadas ao Ministério do Trabalho, mas aos Ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Agricultura entre outros ministérios, entendendo assim a *Economia Solidária* como um tema transversal.

Uma das primeiras tarefas da SENAES foi realizar o mapeamento dos ‘empreendimentos’ solidários para a elaboração de um atlas. O mapeamento visava um diagnóstico sobre a situação das experiências comunitárias que tivessem características solidárias. De acordo com Gaiger e Kuyven (2019):

O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa cerca de 18 mil empreendimentos. Em 2007 houve uma complementação, chegando-se a quase 22 mil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu também órgãos de apoio e fomento e as políticas públicas totalizando quase 20 mil empreendimentos.

A partir da citação, podemos verificar que há um crescimento significativo de experiências em ES após a criação da SENAES. Conforme Paul Singer (2012), após 2003, 40% dos empreendimentos solidários foram criados. Temos, portanto, o Estado

como indutor da criação de cooperativas, associações, bancos, que obtinham os recursos públicos para fomentar suas atividades de produção, comercialização e consumo.

Dez anos depois, com a crise social e política de 2013, temos uma redução significativa dos gastos públicos direcionados a SENAES. Tal situação agrava-se após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a instauração do governo Temer (2016-2019), o qual rebaixou a SENAES à condição de subsecretaria. Em janeiro de 2019, após a eleição de Jair Bolsonaro a SENAES foi extinta, assim como o Ministério do Trabalho e Emprego e a política da *Economia Solidária* foi alojada residualmente no Ministério da Cidadania, na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana sem nenhuma designação orçamentária.

Entendemos que a *Economia Solidária* incorporada nos governos Lula (2003-2011) e Dilma Rouseff (2011-2016) foi direcionada de maneira ambígua. Havia um espaço do governo para atender as demandas dos movimentos, no entanto, ainda ínfimo em relação ao que as experiências comunitárias necessitavam. A política em ES não poderia ser somente uma fachada, feita para encobrir governos, cuja maior preocupação estaria em resguardar os compromissos impostos internacionalmente pela cúpula neoliberal. Não estamos nos referindo somente aos recursos econômicos, que estavam abaixo do necessário – dado à amplitude de experiências a nível nacional -, mas à marginalização do setor, funcionando apenas como um apêndice do governo, sem visibilidade e diálogo mais profundo junto aos setores populares sobre as políticas em que as experiências em ES estavam articuladas, isso tanto no campo e quanto na cidade.

No campo, destacamos o *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*¹⁴ e o *Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*¹⁵ (BRASIL, 2014). Apesar dos avanços nesse setor, e com o intuito de aprimorar a políticas públicas em ES, não podemos esquecer da necessidade de maior proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras,

¹⁴ O PAA é um programa por meio do qual o governo federal compra alimentos da agricultura familiar, dispensado o processo licitatório, e os destina gratuitamente às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como os restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias (p.7).

¹⁵ A lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE deve ser utilizado obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, dispensando-se o procedimento licitatório.

que fazem parte das formas organizativas solidárias - cooperativas, associações e outras formas de organização coletivas - como alternativa à problemática do desemprego e desigualdade. Em conformidade com Barbosa (2007), entendemos que a ambiguidade dos governos progressistas se expressa em:

Programas sociais inovadores, aliados à aderência irrefutável ao ajuste estrutural do capitalismo, incorporando nesse processo ideias e temas de interesse de lutas sociais históricas de direitos sociais, o que torna a passivização o meio de os trabalhadores brasileiros se relacionarem com eles, ainda que sem efeito social. Não correspondem às aspirações autênticas, mas promovendo um ambiente consensuado necessário a esse horizonte social de maior penalização e conceituação do trabalho (p. 111).

O Estado é, em grande parte, um espólio privado. O golpe maior está em ocultar que a origem principal da marginalização das maiorias se apresenta como redentora, em abusivo efeito de poder. O caráter indutor e as decisões centralizadas e verticais a cargo da secretaria (SENAES), tão distante dos territórios, impossibilitou muitas vezes um maior diálogo sobre os limites e os desafios da ES em sua dimensão territorial. E isso infelizmente pode ter contribuído para que muitas experiências sem bases, nem princípios orgânicos para a cooperação, nem a reciprocidade ou tampouco solidariedade diante das crises socioeconômicas, deixassem de existir.

Como foi dito acima, no Brasil, há duas formas em que a Economia Solidária se expressa: uma pensada de cima para baixo, realizada de forma centralizada e sem a participação da sociedade e outra, de baixo para cima, construída desde os territórios de vida e realizadas por sujeitos sociais diversos no campo e na cidade.

Compreendemos desse modo, as Economias Solidárias e Territoriais como práticas econômicas plurais, suas formas organizativas territorializam-se de maneira distinta (cooperativa, associação, feira, banco comunitário, redes solidárias, outros) e seus horizontes são as autonomias (territorial, econômica, gênero, racial, alimentar, outra). Apesar de disputar o Estado, associações deste tipo conseguem subverter o caráter da dependência e não deixar de lado suas bandeiras por reformas estruturais como o direito da cidade, a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de territórios quilombolas, a soberania alimentar, dentre outras.

Consideramos que a política pública em ES institucionalizada deva cada vez mais ser descentralizada, superando as formas centralistas do exercício de poder. Busca-se a aproximação das políticas aos territórios e que estas sejam instrumento comunitário para a construção de sua independência política e não subalternização.

Os movimentos sociais não podem estar sujeitos aos governos cujas mudanças eleitorais estão no horizonte como possibilidade submetendo as experiências a instabilidade e vulnerabilidade. É preciso reverter a situação atual de subjugação das práticas em *Economia Solidária* aos ditames do neoliberalismo e isso passa por políticas sociais de confronto com a desigualdade social, gestadas também fora do Estado. As *Economias Solidárias e Territoriais* realizadas como outras práticas da reprodução cotidiana nos convidam a reconhecê-las como luzes na contraluz, como mundos possíveis, pelo menos pensados, como tal, assim, também são representações geográficas.

No espaço agrário, quando sugerimos autonomia camponesa, referimo-nos à autonomia coletiva e relativa. Isto é, os coletivos não devem ser tutelados pelo Estado, mas podem pressionar os governos para que os programas sejam mais amplos do que são. Emerge uma visão bem mais estruturada de cidadania, tipicamente emancipada, desbordando as tendências usuais de certa abordagem de bastar-se com cidadania assistida.

Desse modo, as *Economias Solidárias e Territoriais* (EST) apresentam-se como exemplos do que Mignolo (2014) denomina como giro descolonial, em que, na abertura e na liberdade do pensamento, é possível reconhecer a existência e resistência das formas de vida (economias-outras, teorias políticas-outras), contraditoriamente produto do modo de produção capitalista. Ou seja, apesar dos discursos econômicos dominantes, que insistem em apontar um único caminho econômico; os povos, as sociedades, os sujeitos sociais têm sido criativos em vislumbrar outras possibilidades e as colocam em prática (REYGADAS, 2014). No próximo capítulo, portanto, avaliaremos estas outras possibilidades a partir das práticas comunitárias construídas desde e nos territórios camponeses contra a hegemonia do modo de produção capitalista.

3. AS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS E TERRITORIAIS (EST) CAMPONESAS

*A solidariedade tem que ser construída em
nossos corpos, em nossos comportamentos, em
nossas convicções.
(Paulo Freire, 2014)*

Diante dos efeitos desastrosos da reprodução ampliada do capital no espaço agrário - desigualdade social e destruição da natureza - propomos a compreensão das *Economias Solidárias e Territoriais* (EST) como práticas comunitárias construídas desde e nos territórios, de um lado, contrárias à hegemonia do modo de produção capitalista e, de outro lado, como formas de fortalecimento das autonomias camponesas. De acordo com Barbosa e Rosset (2021), a autonomia representa força, quando considerada como algo oposto à heteronomia. Desse modo, contra a usurpação do poder camponês pelo Estado, que os enfraquece, a autonomia camponesa busca historicamente recuperar a condução das decisões em seus vários âmbitos e assim cria e recria formas de participação comunitária, assembleias, associações, cooperativas, movimentos sociais, conselhos etc. O que torna imprescindível os seus territórios enquanto base para produção e reprodução da vida.

Compreendemos as EST como práticas econômicas, sociais e culturais realizadas nos territórios cuja lógica econômica em suas etapas (produção, comercialização e consumo) apresenta um conjunto articulado de elementos estruturais que as envolvem, além da autogestão, também o trabalho comunitário e não alienante; o respeito à natureza; a igualdade de gênero, a busca por autonomia etc. Denominamos estas características como 'contraespaços' (MOREIRA, 2006) no modo de produção capitalista, pois elas expressam a partir dos territórios a defesa do modo de sociabilidade a contrapelo da espacialidade capitalista. De acordo com o autor, contemporaneamente os contraespaços assumem distintas feições, sendo que no campo, eles podem ser aprendidos através das "(...) formas emergentes de economia popular, ora designadas de economia dos setores populares e ora de economia solidária, voltadas ao estabelecimento de uma modalidade autogestionária de economia, controlada pelos de baixo" (MOREIRA, 2006, p.24)

Enfatizamos as economias solidárias no plural para afirmarmos a reexistência de diferentes práticas sociais nos territórios, que se relacionam de modo distinto entre si e com a natureza, criando espaços alternativos de produção e reprodução da vida.

A categoria território apresenta-se como chave nesta análise para compreender as relações não só de cunho econômico - produção, comercialização e consumo, mas de sociabilidade e cooperação.

O território seria deste modo analisado a partir da perspectiva de emancipação e autonomia territorial dos povos e movimentos sociais. Conforme Porto-Gonçalves (2001), o território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Esta perspectiva analítica aposta em abordagens autonomistas, emancipatórias, de busca de resistências e soberanias dos movimentos sociais pela construção de gestões democráticas dos territórios (FUINI, 2016; PORTO- GONÇALVES, 2002, 2005; SAQUET, 2013).

Entendemos, pois, a Associação dos Produtores Agroecológicos *Bodega do Povo* em Viçosa do Ceará - Brasil e Cooperativa Multiativa para o Desenvolvimento do Madalena Médio (Coomuldemm) em Yondó Colômbia enquanto territorialidades, cujas práticas sociais existem para além da sustentabilidade econômica. Tem como horizonte a cooperação, a solidariedade e autonomia. Apesar de estarem localizadas em países distintos, elas compartilham privações e violências procedentes da desigualdade social no campo. São formadas por camponeses e camponesas em distintas formas organizativas (cooperativas, associações, feiras entre outras), articuladas através de redes de comercialização solidária (Rede Bodega e ECOMUM), como alternativa autonomista à ordem global em prol de interesses territoriais.

Produzem, comercializam e consomem de maneira distinta, pois estão ancoradas em princípios e valores alternativos aos do capitalismo no campo (propriedade comunitária, trabalho não alienante, respeito a natureza, igualdade de gênero). A produção prioriza as famílias e a comercialização nas comunidades próximas. Através das suas formas organizativas (associações, cooperativas, redes solidárias, feiras etc.) territorializam valores e princípios anticapitalistas. São exemplos para outras comunidades que também buscam fortalecer suas autonomias (territorial, gênero, política, alimentar etc.). São as relações intra-comunidades, associações, cooperativas, que refletem um confronto simbólico de estratégias, projetos e imaginários de ordem solidária em contraste ao individualismo e a competição proposta pelo sistema capitalista. Se constroem sobre bases distintas as do capitalismo, por isso ainda vistas como marginais frente a imensa concentração do

capital oligopólio, mas isso não impede suas diferentes expressões. Devem ser protegidas, contra sua destruição ou absorção ao sistema dominante.

Sobre o trabalho, há a tentativa por parte destes coletivos de resgatar a atividade laboral enquanto fomentadora intelectual, material e moral contra a investida capitalista, que condenou o trabalhador a uma propriedade causando alienação e sofrimento. O ideário neoliberal investiu contra o trabalhador e qualquer forma de proteção da classe. A flexibilidade que passa a marcar o trabalho com a reestruturação produtiva, a desestruturação dos sindicatos leva a classe trabalhadora a viver num clima de insegurança crescente e contínuo. Atentamos para a intrínseca relação entre a precariedade do trabalho urbano e a expulsão de trabalhadores do campo como consequência do modelo de produção agrária adotado no Brasil, que provoca o aumento exponencial da concentração da terra, a mecanização e, principalmente, as violências.

O sistema capitalista neoliberal com aval do Estado sinaliza que não haja emprego de qualidade, em quantidade suficiente, provocando o aumento das massas trabalhadoras precisando vender força de trabalho. A biopolítica, a gestão estatal dessa massa se faz como um 'trabalho de sísifo', buscar incluir aqueles que o capitalismo está excluindo cotidianamente. É o Estado quem continua a ser no capitalismo não só um instrumento dos dominadores e dos exploradores, mas também a arena de lutas sociais pelos limites, as condições e as modalidades de dominação e exploração (QUIJANO, 2005).

De acordo com Bartra (2011) devem-se propor valores, critérios e métodos distintos aos do desenvolvimento neoliberal. Os conceitos alternativos podem e devem respaldar-se nas experiências em curso, nos modos diferentes de fazer as coisas, que estão demonstrando sua viabilidade. No Sul, onde estas tomaram força a partir de 1980, refletem que por aqui as coisas não foram feitas para serem preservadas, ao contrário, conforme o autor:

A democracia radical e a economia do sujeito são alternativas que vêm do sul. Isso não se deve a algum privilégio ontológico dos trópicos ou virtude intrínseca das velhas civilizações equinociais, mas porque ali se concentram o despotismo e a injustiça, porque na ordem barbara da periferia inventar opções solidárias é uma questão de vida ou de morte. As alternativas sulistas não são uma proposta de última hora, mas estão sendo gestadas há décadas marcadas pela resistência social. (p.206)

É preciso fomentar experiências/práticas sociais que fortaleçam as dimensões objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, ao contrário da alienação de todas as etapas do processo produtivo. Alimentar a solidariedade da classe, construir relações mais simétricas, sem discriminação e dominação do outro. A afirmação de que o homem está alienado do seu ser genérico quer dizer que um homem está alienado do outro, como cada um deles está alienado da essência humana. A alienação do homem e, em geral, toda relação do homem consigo mesmo, só encontra realização e expressão verdadeiras na relação em que o homem está com o outro (MARX, 1984, p.113).

As economias solidárias e territoriais expressam deste modo, para além dos processos inerentes ao desenvolvimento geral e particular do capitalismo, um contrassenso a homogeneidade e ao determinismo econômico, através de formas distintas de sociabilidade refletidas em alternativas de produção, comercialização e consumo, que ganham vida nos territórios e nos desafiam cotidianamente a explicar suas reexistências.

3.1 A reprodução da Comunidade camponesa como contradição do sistema capitalista

Vimos no primeiro capítulo que a desagregação das formações sociais dos territórios, compreendidos hoje por América Latina, em seus distintos modos de produção¹⁶, valores de uso e uma estrutura material concreta, foi condição para confinar terra e trabalho à dinâmica de produção de valor e, assim, possibilitar a transição não-uniforme¹⁷ do feudalismo para o modo de produção capitalista, sua configuração 'mercantil' (LUKÁCS, 1989, p.98). O processo de dominação colonial, desse modo, utilizou as formas de produção comunitárias para fazê-las produzir mercadorias ou, então, transformou os produtos das mesmas em mercadorias,

¹⁶De acordo com Traspadini, a partir das características inerentes aos povos originários latino-americanos não nos permite defini-los como modo de produção primitivo quando levamos em consideração as especificidades próprias de um processo continental em que já existiam no período da conquista grandes centros comerciais, políticos, econômicos, como Tenochtitlan-México, Potosí na Bolívia, Cuzco no Peru. estas grandes regiões conectadas por duas grandes fontes lingüísticas – Nahuatl E Quéchua – expõem a centralidade da riqueza encontrada para a posterior produção da riqueza capitalista (p.127).

¹⁷A etapa concorrencial do capitalismo se deu de forma desigual temporal e espacialmente (OLIVEIRA, ano).

fazendo-as circular no seio da economia capitalista industrial. Processo histórico denominado por Marx (1989), como acumulação primitiva, acumulação contínua e constitutiva, que tem a terra e o trabalho como base para a produção mercantil da vida.

Na América Latina, a apropriação das terras produtivas e a exploração, subjugação (indígena), e escravização africana, demonstram o caráter específico na dinâmica geral de produção e reprodução do capital. Para além do saqueio material (natureza) e da brutal violência nas formas de trabalho, há um processo de espoliação irreparável, de economias, cultura, tecnologias, saberes, memória, ou seja, do que antes era comunal (valor de uso) para aquilo que passou a se tornar propriedade (valor de troca).

Essa lógica separatista entre a terra e o ser humano se contrapõe ao princípio da 'comum – unidade', no qual está presente a unicidade orgânica entre a sociedade e a natureza como relação intrínseca. A vida em suas várias dimensões trabalho, religião, cultura, segue o ritmo da natureza e o território é base para produção e reprodução da vida em comunidade. Esta última e o território estão numa relação de recíproco pertencimento. Segundo Schilling (1974):

Comunidade designa qualquer corpo social mais ou menos importante (matrimônio, família, parentesco, tribo, povo, Estado, associação, igreja, seita e até uma fábrica ou uma empresa) somente quando os vínculos de seus membros, uns em relação aos outros, são de tal forma primordiais e sólidos que qualquer litígio que a vida possa ocasionar entre seus membros se eleve além desse vínculo que nunca é posto em dúvida (p.53).

No espaço agrário, a comunidade significa a articulação das famílias, solidarizada no trabalho familiar, nos campos, nas hortas e nos roçados, comunitárias, bem como nas celebrações e festas. Comunitário seria o coletivo e comum, os quais remetem à apropriação e ao usufruto da natureza e dos bens e serviços, em detrimento dos interesses particulares (CONCEIÇÃO; KOLMING, 2001). No capitalismo, a terra (natureza) adquire valor de troca segundo as regras do mercado, o proprietário fundiário, portanto, poderia explorá-la de modo exclusivo rompendo com qualquer outra forma de utilização comum. O debate sobre questão agrária é categoria central na conformação do capitalismo em nosso continente no passado-presente, pois fortalece a consolidação da modernidade e do Estado-Nação, uma nova fase e

dimensão da questão agrária: os que terão terra *versus* os sem-terra (TRASPADINI, 2018).

Diante a espoliação da terra e do trabalho pelo capital no espaço agrário, os sujeitos sociais (indígenas, quilombolas, camponeses, outros), despossuídos de terra e mais ainda de território (enquanto espaços de vida) irão disputar historicamente de distintas formas de luta e igualmente sofrer as violências do capitalismo manifestadas ao longo da história. Importante destacar, que quando mencionamos os enfrentamentos, não estamos nos referindo ao enfrentamento direto, mas, de acordo com Ianni (2009), na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca; a produção de valor, o trabalho alienado; sobre a resistência à transformação da terra em monopólio do capital, sobre a afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário. Segundo o autor:

A comunidade camponesa pode ser uma utopia construída pela invenção do passado, pode ser a 'quimera' de algo impossível no presente conformado pela ordem burguesa. Uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações produtivas e as relações de produção no capitalismo, mas pode ser uma fabulação do futuro (IANNI, 2009, p.143)

Ao contrário do que afirmam autores como Kautsky (1980) e Marx (1999), com o desenvolvimento do capitalismo, as relações camponesas, que não são capitalistas, permanecem existindo no campo. O camponês estaria enquadrado, na teoria de Marx, como produtor simples de mercadorias. Ou seja, o dinheiro estaria presente apenas como mediação entre dois valores de uso qualitativos para o camponês, ou como meio de subsistência ou de produção. Em conformidade com Oliveira (2007):

Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D [Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro] na sua versão simples e D-M-D' [Dinheiro- Mercadoria-*Mais* Dinheiro] na sua versão normal, ampliada. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula M-D-M [Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria]. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar (p. 52)

De acordo com Marx, a diferença fundamental entre a produção camponesa e a capitalista estaria no movimento de circulação. Chayanov (1981) vai além desta análise, propondo elementos que demonstram a sobrevivência e reprodução do camponês, ainda que subordinada ao capitalismo e as denomina enquanto modo de produção 'particular', não capitalista, cuja unidade elementar seria representada pela

família, camponeses trabalhadores, proprietários dos meios de produção. O destino da produção teria como prioridade à autossustentabilidade, todavia, o excedente ou fração desta produção seria comercializada para atender necessidades encontradas no espaço urbano.

Ao contrário da racionalidade capitalista, a vida camponesa não é apenas a organizada em torno da produção, o dinheiro tem nessas economias uma função complementar, embora tenham nexos decisivos com a economia como um todo. Como vendedoras de excedentes agrícolas, são produtoras diretas de seus meios de vida, o que as protege do mercado na subsistência e as protege também na comercialização de que não são propriamente dependentes (MARTINS, 2021). As economias camponesas representam, para além de um modo de produzir, outros modos de existência que sobrevivem ativamente e criativamente, em uma realidade social que resistiu às investidas e às usurpações do capitalismo no campo.

Privilegiar o valor de uso sobre o valor de troca significa também redescobrir o território. O território torna-se não só um espaço de atividade econômica, mas também de responsabilidade política e de troca cultural. Trata-se do lugar de outra racionalidade. Não se trata, assim, de reduzi-lo a uma pequena dimensão, mas de refletir em termos de multidimensionalidade.

Ao debater a *Economia Camponesa* a partir das *Economias Solidárias e Territoriais* extrapolamos os limites da relação familiar articulando esses sujeitos históricos e políticos às práticas associativas - cooperativas, associações, redes, teias que possam vir a fortalecê-las não só no aspecto econômico, mas também a construção de autonomias - política, territorial, alimentar e outros. Autonomia, que permita aos indivíduos conservarem sua identidade e diferença no seio da coletividade a qual pertencem. Ou como define Castoriadis (1982), isso implica na possibilidade de os coletivos refletirem conscientemente e (re)construírem suas próprias instituições e sua história, em vez de construí-la atribuindo sua criação à forças externas, como 'Deus' ou o 'mercado'.

Uma realidade alargada de economia baseada no trabalho, na solidariedade e na cooperação antípoda aos princípios presentes no modelo do latifúndio improdutivo e do agronegócio. Estas economias frutificam do chão dos territórios e baseiam-se em lógicas distintas de produção e reprodução da vida. Entendemos as *Economias Solidárias e Territoriais* camponesas como tradições econômicas que sobreviveram

de épocas recuadas de nossa história. São formas de resistência territorial representadas por maneiras alternativas de organização econômica, social, política, que se regeneram, persistem e se renovam em consequência do desenvolvimento desigual do capitalismo que as recria. Indo além da sustentabilidade econômica, elas articulam territórios em torno de outro projeto de mundo pautado na solidariedade, na cooperação, no respeito às distintas formas de vida.

Nesse quadro, pode-se defender a solidariedade com certeza, em primeiro lugar, como utopia imperecível da humanidade e, em segundo lugar, como aproximação relativa historicamente viável. É bem possível construir na história sociedades mais igualitárias, embora nunca iguais. Sociedade igual é algo linear, não dialético, improdutivo. Solidariedade horizontal caminha de mãos dadas com a consciência crítica. De acordo com Paulo Freire (2018):

Na perspectiva de algumas pessoas da esquerda, nós deveríamos primeiro transformar radicalmente as estruturas materiais da sociedade para poder atuar sobre a superestrutura e somente com estas transformações estruturais concretizadas nós poderíamos ver a realização da solidariedade na sociedade. Nesse tipo de sonho, o sonho mecanicista de transformar as condições materiais da realidade, assume-se que no dia seguinte ao da promoção destas mudanças estruturais profundas teríamos um novo homem e uma nova mulher e nós poderíamos instaurar a solidariedade. A história demonstra que não é bem assim. solidariedade tem que ser construída em nossos corpos, em nossos comportamentos, em nossas convicções (p.81).

Entendemos que é preciso criar alternativas dentro do sistema ou ao lado do sistema e isso não significa abandonar o projeto socialista. Ao contrário, sem esperar, as experiências comunitárias estão sendo construídas no agora, com suas contradições e desafios, negando o caminho único e linear da história, ao propor outras formas de existências. Há quem pense que isso significa eliminar gradualmente o sistema, há quem pense que não, que são economias que vão coexistir com o modo de produção capitalista. O importante é compreendê-las enquanto existências que desafiam a lógica inevitável do caminho único.

3.2 Economias Solidárias e Territoriais (EST) camponesas como “baluartes”¹⁸ a expansão capitalista no campo

O processo de expansão das experiências econômicas alternativas dentro do sistema capitalista são, de certa maneira, o resultado do naufrágio dos grandes projetos utópicos da modernidade - do socialismo de Estado e do liberalismo. De acordo com Reygadas (2014), as economias alternativas são filhas de uma dupla crise: a do socialismo autoritário que desmoronou depois da queda do muro de Berlim e a do capitalismo neoliberal, que pretendia ser a única alternativa no final do séc. XX, cujas contradições e limitações ficaram em evidência através do desemprego estrutural e das crises econômicas e financeiras, que afetam o mundo nos últimos 20 anos. Ainda conforme o autor, a grande ‘UTOPIA’ (no singular e com letras maiúsculas) vai se transformar em “utopia” (no plural e com letras minúsculas) por ter pretensões mais modestas.

Las propuestas alternativas actuales cuestionan los mitos del mercado totalmente libre y del mercado sin fronteras, porque en su práctica se topan cada día con intervenciones del Estado o de poderes fácticos que favorecen a grupos privilegiados; no obstante, muchas de ellas no se proponen acabar con el mercado, sino regularlo o reorientarlo para que sea más incluyente y justo. Tampoco pretenden prohibir la propiedad privada, sino limitarla, acotarla y rodearla de otras formas de propiedad (cooperativa, común, social, estatal). No buscan eliminar las desigualdades, sino sólo reducirlas y atemperarlas. La paradoja está en que si transigen demasiado con lo existente puede erosionarse su potencial transformador, pero si se radicalizan de una manera extrema puede reducirse su viabilidad (REYGADAS, 2014, p.20).

Algumas das propostas econômicas alternativas são, em sentido estrito, anticapitalistas (não só diferem do capitalismo, se opõe a esse sistema e buscam de maneira ativa sua destruição ou desaparecimento); enquanto outras coexistem com o capitalismo como ocorre com as cooperativas e outras formas de econômica solidária. Paul Singer definiu isso como implantes socialistas (Singer & Machado, 2000). Ou seja, refere-se às experiências que lutam cotidianamente e permanentemente contra a lógica do mercado, do produtivismo, da destruição da natureza, da apropriação privada dos meios de produção etc. Elas criam assim outra cultura, um outro modo de viver e produzir.

¹⁸ Referência baseada em um dos estudos de Orlando Fals Borda (1968) em que apontou a resistência camponesa caribenha como ‘baluartes da autogestão’ diante do avanço do capitalismo no campo.

As experiências desse tipo se ampliam no campo e na cidade, são experiências comunitárias em EST, que respondem às violências do seu tempo e atuam desde os seus territórios na luta por autonomias (política, justiça, territorial, econômica, educativa, entre outras). São capazes de criar redes internacionais de cooperação com outros movimentos sociais, dentre os movimentos, destacamos o levante zapatista de Chiapas no México em 1994. Ocasão em que os indígenas se rebelaram em defesa dos seus territórios contra o Estado e contra os grandes proprietários de terras. O levante ocorreu em meio a um contexto neoliberal, que tinham como objetivo inicial a tomada de poder como outras revoluções ocorridas na América Latina e América Central, contudo, de maneira estratégica, resolveram construir sua autonomia territorial como forma de organização democrática, o de “mandar obedecendo” e lutar desde aí contra os efeitos danosos do neoliberalismo.

Os planos de luta dos Zapatistas se organizam em nível local, nacional e internacional, com a união de todas as resistências desde “baixo e à esquerda”. Um dos seminários realizados em abril de 2017 tinha como título “Os muros do capital, as rachaduras da esquerda” e ele se referia ao capitalismo como um grande e poderoso muro, um bloco; contudo, esse muro apresentaria rachaduras, brechas e seria tarefa dos movimentos sociais, das organizações, das comunidades tradicionais desde os seus territórios ampliarem essas brechas e rachaduras para que o sistema fosse demolido.

Entendemos, pois, as *Economias Solidárias e Territoriais* como práticas sociais que podem ampliar as rachaduras do capitalismo ao expor suas fraquezas e contradições, ao revelar outras maneiras de produzir e existir ou, como diria Bartra (2015), esse tipo de experiência coletiva se torna uma espécie de “trincheira” ou de um “parapeito”, nos quais se constroem organizações dos mais diversos modos e propósitos, agrupamentos que podem ser étnicos, econômicos, sociais ou políticos; local, regional, nacional ou internacional.

No Brasil, o *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* (MST), cuja origem histórica refere-se à ocupação de terras improdutivas desde 1979 e, para além da ocupação, o movimento preocupa-se em organizar os camponeses em torno da produção, comercialização e consumo, entendendo que esta é uma das formas de fortalecê-los economicamente e enquanto movimento social.

O histórico de cooperativismo e associações dentro do MST se inicia na década de 1980, no começo, houve resistência dos camponeses assentados ao cooperativismo proposto, pois a pouca experiência, a incerteza e a cultura camponesa do trabalho familiar fizeram com que muitos preferissem cultivar em suas parcelas. Tal situação gerou instabilidade no processo inicial de formação e fortalecimento das cooperativas. Conforme lemos no seguinte trecho de Paul Singer (2003):

A aceitação do cooperativismo se dá gradualmente. em 1988 foi organizado um 'manual de cooperação agrícola' do MST. Em 1989, o MST passa a tentar organizar a produção nos assentamentos através de Laboratórios Organizacionais, metodologia desenvolvida por Clodomir de Moraes a partir da experiência das Ligas Camponesas e que visa a formação de cooperativas de produção autogestionárias. Criaram-se ainda em 1989 as primeiras CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária) no Rio Grande do Sul: a COOPANOR e a COOPTIL (SINGER, 2003, p.87).

Ao longo dos anos com a troca de experiências, a formação técnica e a capacidade de diálogo com os camponeses, estes compreenderam que, apesar de se sentirem mais 'livres' em seus lotes, a cooperação e associação seriam mais eficientes para a produção e reprodução de suas famílias ao oferecer menos riscos que a atividade individual isolada. Os jovens, principalmente, passaram a se interessar pelos maquinários e pela industrialização de produtos e a aceitação dos camponeses desta forma de organização da produção e comercialização foi uma questão de tempo.

Fortaleceram-se as compras e vendas em comum, permitindo o avanço das formas associativistas, cooperativas, as feiras etc. O trabalho em comunidade permitiu que houvesse liberdade de escolha dos camponeses não sendo uma imposição vertical na tomada de decisões nos assentamentos. Homens e mulheres puderam escolher qual atividade exerciam em seus territórios. De acordo com relatório da Confederação das *Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil* (CONCRAB): “uns podem apenas trocar dias de serviço. Outros podem ter alguma linha de produção em comum, outros podem estar em grupos coletivos. Outros podem estar ligados a uma cooperativa. Outros estão em uma cooperativa totalmente coletiva” (1998, p.50).

A produção nos assentamentos, portanto, se organiza de duas formas: a comunitária, que é composta por associações, cooperativas, agroindústrias, e, de outro lado, a produção feita nos roçados e quintais. Atualmente, contam com 160 cooperativas, 120 agroindústrias, 1900 associações e 450 mil famílias assentadas

(MST, 2022)¹⁹. O MST compreende a cooperação como forma não só de desenvolvimento social e econômico, mas também como forma de enfrentar e diminuir os níveis de exploração que o sistema capitalista impõe aos camponeses. A sua instalação e crescimento é condição fundamental para a resistência do capitalismo no campo (CONCEIÇÃO; KOLMING, 2001).

Sublinhamos que o avanço destas formas de organização social e econômica nos assentamentos não substituíram o debate central do movimento sobre a necessidade de uma reforma agrária em nosso país. Todavia, não se trata efetivamente de elementos antagônicos, são atividades que se complementam, pois, para que haja uma forma de organização camponesa, é preciso que exista uma base territorial. Sendo assim, a produção, a comercialização e consumo têm como suporte a terra, pois é dela que serão retirados os alimentos que serão destinados aos camponeses e a classe trabalhadora das cidades. O agronegócio não alimenta, ele produz somente *commodities* agrícolas - mercadorias padronizadas para o mercado externo. Neste mecanismo de reprodução ampliada do capital. Soja, carne, milho, algodão e açúcar são as culturas²⁰ mais produzidas pelo Agronegócio no Brasil.

O Brasil é hoje o principal exportador mundial de açúcar; o segundo maior produtor de álcool (o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar) e se tornou nos últimos anos, o maior exportador de soja e o segundo maior exportador de milho (BOMBARDI, 2017). Enquanto aumenta a produção destas culturas para exportação, diminui a produção de itens básicos para alimentação nacional. Em 2015, o Brasil importou 850 mil toneladas de arroz, 150 mil toneladas de feijão e 6 milhões de toneladas de trigo. A produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial, onde quer que ela seja produzida (OLIVEIRA, 2001). Segundo projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Brasil continuará a importar estes alimentos nos próximos dez anos.

¹⁹ <https://mst.org.br/nossa-producao/>

²⁰ Dentre os 10 primeiros produtos com maior participação no total das exportações brasileiras, tivemos: soja, açúcar, carne de frango, farelo de soja, carne bovina, celulose e café em grão. Ou seja, 7 dentre os 10 produtos mais exportados pelo Brasil (em % do valor total das exportações) são produtos agropecuários, sendo que a soja figura tanto em grão – portanto, como produto básico (ocupa o primeiro lugar na pauta de exportação) – quanto como ‘farelo e resíduos da extração de óleo de soja’ – produto semi-faturado – (BOMBARDI, 2017). P.22

Poderíamos afirmar que as EST camponesas, quilombolas, indígenas têm assegurado abastecimento urbano a preços inferiores aos que teriam se fossem produzidos de modo empresarial e capitalista. Demonstra a contradição inerente do capitalismo em que seu mercado de alimentos e de matérias primas, ainda depende de modos ditos ‘atrasados’, pré-capitalistas de produzir. Contradição que revela o dever de visibilizar e fortalecer as organizações comunitárias, as quais trazem um arranjo das relações sociais alternativas ao do capitalismo, no qual se reduzem ou quase dissipam a expropriação, o desemprego, a miséria, a alienação.

Estudo elaborado pela ação coletiva *Comida de Verdade*²¹ mapeou experiências em abastecimento alimentar e destacou mais de 300 experiências de sistemas agroalimentares protagonizadas por organizações populares, coletivos, redes e movimentos sociais, do campo e da cidade, que, mesmo durante a pandemia, garantiu que a comida chegasse à população. Realizado entre os meses de agosto e outubro de 2020, o mapeamento buscou iniciativas já existentes ou criadas no contexto da pandemia, como feiras e/ou sistemas de entrega mobilizados pela agricultura familiar, hortas urbanas, cooperativas de agricultores e/ou consumidores, coletivos de consumo organizado, ações de troca, abastecimento ou de doação de alimentos e demais experiências desenvolvidas por entes da sociedade civil.

Além destas experiências apontadas pela ação, destacamos a doação de alimentos realizada por movimentos sociais camponeses como *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) e *Movimento dos Pequenos Agricultores* (MPA) em diversas cidades brasileiras. Em um contexto de retorno do Brasil ao mapa da fome, estes coletivos a partir de seus assentamentos, cooperativas, associações distribuíram toneladas de alimentos diariamente nas comunidades urbanas empobrecidas.

As experiências coletivas fundadas desde os territórios enquanto um contramovimento, num sentido polanyiano, à mercantilização; uma tentativa de ‘resgatar’ e desmercantilizar o trabalho, a natureza ou o dinheiro, aumentando a diversidade da economia e, em consequência, estabelecendo estruturas novas e resilientes à economia do dinheiro. De acordo com Demo (2002):

Haveria que saudar efusivamente o surgimento de alternativas, sobretudo se pensarmos que, com a queda do socialismo real, ficamos

²¹ <https://acaocoletivacomidaverdade.org/>

confinados ao neoliberalismo. O apelo à utopia teria precisamente esta significação: olhar mais longe, perceber alternativas, vislumbrar luzes na contraluz. A utopia representa nossa teimosia e rebeldia, incluindo-se nela, em seu extremo, a ideia de que ‘contra os fatos sempre há argumento’ (p.164).

Quando se trata de teimosia, rebeldia, o campesinato talvez seja a classe que melhor as representam, pois são sujeitos históricos e políticos que, mesmo com a ausência de direitos e diante de todos os conflitos promovidos pelo latifúndio e pelo agronegócio, continuam a enfrentar e resistir em seus territórios, produzindo uma diversidade de alimentos. De acordo com Altieri (2010), no final de 1980, havia na América Latina cerca de 16 milhões de unidades de produção camponesa, que ocupavam cerca de 60,5 milhões de hectares, equivalente a 34,5% do total da terra cultivada.

Ainda conforme o autor, a população camponesa inclui 75 milhões de pessoas, que representam quase dois terços da população rural de toda a América Latina. O tamanho destas unidades produtivas é de aproximadamente 1,8 hectares e, mesmo assim, a contribuição da agricultura camponesa ao fornecimento geral de alimentos na região é significativa. Estas pequenas unidades foram responsáveis por 41% da produção agrícola para o consumo doméstico, assim como, são responsáveis pelo cultivo, a nível regional, de 51% do milho, 77% do feijão e 61% da batata. A contribuição à segurança alimentar que, aqui, destacamos como autonomia alimentar é tão crucial hoje como foi há vinte anos.

Para produzir, o campesinato latino-americano ocupa, arrenda, possui, territorializa-se em quintais produtivos. Sua produção principal se refere ao autoconsumo e, parte dela apenas, serve a comercialização com objetivos imanentes a sua própria reprodução. Equivocam-se as reflexões em estudos sobre *Economia Solidárias* no espaço agrário que voltam suas análises somente para o processo de comercialização, pois, de acordo com Luxemburgo (2015), é no processo de produção que se estabelece de que maneira se darão as trocas em suas diferentes formas.

Desse modo, a terra e o trabalho, discutidos nos capítulos anteriores como elementos capturados pelo ‘sopro mortal do capitalismo’, devem ser resgatados às mãos dos trabalhadores e trabalhadoras, através da democracia agrária. Isso significa que o elogio a rebeldia camponesa não representa a aceitação de que estes sujeitos sociais continuem a ser privados dos seus meios de produção, melhor dizendo, de sua autonomia territorial para reprodução das diversas formas de vida. O exercício

das autonomias nas experiências coletivas, a exemplo do que vem sendo disputado pelo movimento indígena latino-americano, revela a importância autônoma para resistência territorial aos impactos econômicos, culturais, políticos, psicológicos, provocados pela égide neoliberal.

Seriam fortalecidas, portanto, as autonomias das experiências comunitárias construídas de baixo para cima, no qual os sujeitos teriam controle de todas as etapas econômicas, desde a produção até o consumo, evitando assim sua exploração por intermediários. Há aspectos subjetivos que escapam à análise puramente mercantil, pois, historicamente, camponeses levam parte de sua produção para praças de mercado, não só para obter o dinheiro necessário à aquisição das mercadorias, mas para estar em espaços de contato, ter momentos de socialização e fortalecimento político. O valor de troca surge, assim, como condição da possibilidade de intercâmbio de valores de uso que, desde uma perspectiva imanente do camponês, constitui o começo, o fim e o objetivo de tal circulação (BARTRA, 2010).

Compreendemos que as experiências em EST não devam estar presas à tutela governamental, mas isso não significa que não devam disputar o campo político para fazê-lo funcionar bem, já que o Estado depende substancialmente do controle democrático por parte da população. Políticas sociais de confronto com a desigualdade são gestadas também fora do Estado, através da participação em sindicatos, associações, cooperativas, igrejas, movimentos sociais, partidos etc. Entendemos que as próprias organizações em EST podem constituir-se como territórios de revitalização democrática ou, de acordo com Escobar (2017), podem se constituir vias para emancipação através da “creación de espacios no capitalistas y de nuevas formas de territorialidade” (p.55)

Gostaríamos também de destacar, dentre as autonomias, a importância da autonomia feminina no campo. De que maneira práticas em EST podem visibilizar e fortalecer a participação das mulheres para além do trabalho doméstico. Com a regressão de direitos em contexto de neoliberalismo, as mulheres da cidade e do campo são vulnerabilizadas e exploradas.

No espaço agrário há um agravante, a reprodução de relações patriarcais na família e nas comunidades camponesas baseadas em tradição, as quais invisibilizam, negam e inferiorizam o trabalho da mulher camponesa. Isso resulta na sobrecarga

dos trabalhos domésticos e nas diversas formas de violência (violência física, psicológica, patrimonial, outras). Conforme Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2014):

As organizações de mulheres e os movimentos feministas desenvolveram práticas econômicas que não são dissociadas do social e que merecem ser melhor analisadas com base nas contribuições dos-as economistas, antropólogo-as e sociólogo-as feministas, como do-as economistas especialistas em Economia Solidária. Basear-se na análise dessas experiências pode contribuir para a formulação de proposições de modelos diferentes, para a constituição de relações sociais que não se fundamentam na exploração do trabalho de pessoas de gênero, classe ou raça de categorias subalternas (p.11).

Acreditamos que é preciso reverter o quadro de subalternização, criando territórios contra qualquer tipo de opressão e discriminação. Entendemos que as mulheres exercem um papel ativo na agricultura que infelizmente não aparece nos censos agropecuários, mas que as experiências em EST e em Agroecologia vêm demonstrando o seu protagonismo. Dentre as ações femininas, destacamos a resistência às formas de exploração da vida humana e da natureza, pois são as mulheres que lideram transformações das práticas produtivas nos territórios incorporando saberes, técnicas e tecnologias alternativas para a produção de alimentos livres de veneno, práticas de início voltados para os filhos e, posteriormente, com o crescimento da produção entram em redes de comercialização para a comunidade.

Além do debate sobre gênero, reconhecemos a importância das EST como experiências que podem subverter a lógica separatista entre campo e cidade. Conforme Bartra (2014), desde os anos 1980, os princípios da agricultura sustentável e do comércio justo levaram a relações de solidariedade cada vez mais extensas entre os produtores camponeses e os consumidores metropolitanos. Em tempos de pandemia, este aspecto ficou mais evidente. A alimentação saudável ganhou centralidade diante da ameaça de um vírus letal, esse fato potencializou o surgimento ou o fortalecimento de experiências camponesas que produziam e comercializavam uma diversidade de alimentos nas cidades.

No ano de 2020, o Papa Francisco organizou um evento mundial denominado *Economia de Francisco* na cidade italiana (em alusão ao encontro realizado por Francisco de Assis no século XIII), no qual convocava economistas, pesquisadores, a juventude no geral, para discutirem a proposta de uma nova economia, mais justa,

fraterna e com protagonismo de quem é atualmente excluído. Uma economia humana que tenha homens e mulheres em sua centralidade. Em suas recentes encíclicas *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti* nos convidou enquanto 'família humana' a buscar alternativas ao modo de produção capitalistas cujas bases de lucro se assentam na espoliação da natureza e na exploração humana. Sobre o trabalho, sobre um dos direitos que ele discute nos documentos, o pontífice relata:

O trabalho deveria ser o âmbito deste multiforme desenvolvimento pessoal, onde estão em jogo muitas dimensões da vida: a criatividade, a projeção do futuro, o desenvolvimento das capacidades, a exercitação dos valores, a comunicação com os outros, uma atitude de adoração. Por isso, a realidade social do mundo atual exige que, acima dos limitados interesses das empresas e duma discutível racionalidade económica, "se continue a perseguir como *prioritário o objetivo do acesso ao trabalho para todos*. (p.98-99)

Torna-se um desafio das economias, a inserção e não exploração das camadas populares, no campo e na cidade, ao propor a construção de outra sociabilidade com relações de trabalho onde haja horizontalidade nas decisões, divisão igualitária de recursos, autogestão, entre outros. As experiências em Economia Solidária que aqui denominamos Economias Solidárias e Territoriais ilustram esse processo, pois são geridos de forma inteiramente coletiva, democrática. Opõe-se a alienação no trabalho, que é típica da empresa capitalista e busca retomar o sentido do trabalho como uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer (Singer, 2000).

O discurso sem saída do capitalismo assume um viés autoritário que inviabiliza uma multiplicidade de experiências em práticas econômicas alternativas existentes no Brasil e no mundo, as quais buscariam outra maneira de produzir, comercializar, consumir e, principalmente, outra forma de viver. Por isso, trataremos no próximo capítulo da experiência comunitária *Budega do Povo*, localizada no Estado do Ceará, a qual articula famílias camponesas que, em meio à expansão do agronegócio na região de Ibiapaba, produzem em seus quintais agroecológicos, comercializam no ponto comercial e nas feiras e trocam os próprios produtos, além de manterem vínculos de sociabilidade e cooperação territorial.

Para compreendermos esta experiência, devemos ir além das práticas econômicas, observar os tipos de resistências dos vínculos comunitários. Para isso, nós nos voltamos ao passado, como forma de entender o presente, no qual esta experiência mais do que um exemplo de produção, comercialização e consumo

alternativo, ela se constitui de resistência territorial as tentativas de descomunalização da vida, impostos pelo capitalismo em suas diferentes etapas.

Procuramos, assim, enaltecer as práticas comunitárias existentes neste território muito antes de serem denominadas como exemplos de *Economia Solidária*, mas antes de tudo, hábitos em que a vida em suas diferentes formas possuía centralidade. O caminho único defendido pelo processo colonial demarca como a diversidade foi substituída por uma única ideia de progresso, modernização e desenvolvimento. O passado-presente, portanto, é uma ponte para entendermos as resistências que nos cobram sentido.

4 A COLONIZAÇÃO DA YBYÃ-PABA²² E AS LUTAS CONTRA A DESCOMUNALIZAÇÃO DA VIDA

Nos robarán nuestros frutos, nos cortarán nuestras ramas, quemarán nuestros troncos, pero nunca, nunca arrancarán nuestras raíces, pues mientras la comunalidad persista, nuestros pueblos antiguos vivirán siempre...Y seguramente también la humanidad entera (Andrés Miguel Velasco).

O capitalismo em suas diferentes etapas apropriou-se da terra e do território, base para a comunalização²³ da vida dos povos (indígenas, camponeses, quilombolas, outros). A colonização, o mercantilismo, capitalismo financeiro, neoliberalismo, globalização, todos provocaram guerras históricas contra os coletivos e a tudo que representa o comunal. Ao separar homem e natureza, uma unidade até então indivisível, as diferentes formas de capitalismo se apropriaram dos bens comuns (terra, água, outros), como recursos que situavam os países centrais na hegemonia comercial. A invasão colonial, ao negar a diversidade, buscou homogeneizar constantemente a diversidade, de economias, culturas, saberes, entre outros. Disso resulta um dos fundamentos da crise civilizatória que nos atravessa ainda hoje, uma cultura homóclata (LUNA, 2004), que concebe o indivíduo como o centro e a natureza como obstáculo.

Acreditamos, desse modo, ser importante, elencar neste capítulo, o processo de colonização da região da Ibiapaba sob a égide da inferiorização e da espoliação das terras e territórios dos povos originários que ali habitavam. A questão agrária se torna central e sua relação é intrínseca com o discurso de extinção da população indígena. “Extinção “que não impossibilitou a resistência dos povos, os quais de distintas formas criaram e ressignificaram seus territórios, seus modos de vida, dando a eles novos sentidos e significados, seja em resguardos mais protegidos ou a partir da transfiguração social em categorias como o campesinato, sujeitos sociais cujos

²² A estância da terra alta ou da chapada; o escarpado ou alcantilado (SAMPAIO, 1987).

²³Comunalización: Todo pensamiento, en tanto proceso de interacción social en una naturaleza concreta, se concibe como una energía que tiende a perpetuarse y a expandirse. Es decir, en la medida que existe claridad en un pensamiento, éste diseña su propio camino y desde esta perspectiva el desarrollo comunalitario ha sido y seguirá siendo una comunalización permanente, de generación en generación. Comunalización es promoción, educación, ideologización en función de una práctica cotidiana, fundada en el trabajo y en el cumplimiento de obligaciones comunes. La comunalización, por lo mismo, es un paradigma para el bien común decidido comunalmente, por medio de la comunalización, en un territorio apropiado comunalmente. Desde esta visión, la comunalización es el ejercicio cotidiano de la comunalidad (LUNA, 2004. N° de página).

costumes, religiosidades, rituais, economias próprias e coletivas territorializaram-se na Ibiapaba como processo e resultado da colonização.

Em meio ao semiárido nordestino e a oeste do Estado do Ceará, o altiplano da Ibiapaba durante anos foi um lócus de intensa presença indígena. Homens e mulheres de diversas etnias - Anacés, Acanguaçu, Reriús e Tabajaras - escaparam da violência da expansão colonialista ibérica através do avanço pastoril (produção extensiva e subsidiária da monocultura açucareira) e tinham na Ybyã-paba um território de sobrevivência e reconstrução de suas formas de vida.

Eram milhares que se distribuíam nas proximidades dos sopés das serras ou no caminho até o topo como forma de conexão social e de defesa caso os inimigos chegassem. Até lá interagiam e usufruíam dos bens naturais da floresta úmida, como a caça de animais silvestres (anta, veado, capivara, tamanduá, macaco, onça, paca etc.); raízes e frutas - bananas, batatas, maracujás, melancias, melões e palmitos encontrados nas matas virgens. De acordo com Barros (1993), os indígenas não tinham concepção de propriedade privada. Pelo sistema de sociedade em que viviam, consideravam qualquer 'presa' pertencente a todos ou a ninguém. A solidariedade era protegida pelos costumes e as tradições; a vida econômica estava inserida na organização social e política da sociedade; não havia lugar para transações econômicas (POLANYI, 2016).

O altiplano da Ibiapaba ganha um forte significado ancestral para o nosso estudo, pois, durante anos, se constituiu como um território da possibilidade de reconstrução de modos de vida comunitários, autogestionários, baseados na reciprocidade e no princípio da dádiva. Reconhecemos a existência de diferenças internas, conflitos, mas nenhum deles era por lucro ou acumulação e não impossibilitavam a convivência. Somente com a invasão estrangeira, primeiro os franceses, posteriormente, pelos portugueses, a partir de expedições ibéricas que resultaram na entrada da companhia de Jesus, vão se transformando, traduzindo costumes e práticas milenares que posteriormente ressurgirão.

Do ponto de vista colonial, o controle territorial daquela região era imprescindível, visto ser uma área de fronteira cuja ameaça de entrada de franceses vindos do Maranhão era constante. Estes cooptavam os indígenas para obtenção de riquezas naturais como a madeira, minerais preciosos, além de terra para plantio. Visando barrar essa possível invasão e definitivamente controlar o território da Serra da

Ibiapaba, os portugueses enviaram tropas lideradas por Pero Coelho. De acordo com relatos do Frei Vicente Salvador (1989), o conflito teria durado entre 4-6 meses. O que pode ser explicado pela dificuldade de acesso ao altiplano, bem como a desmedida obstinação indígena diante de uma tropa munida de homens e armas.

(...) E, sobretudo, vindo à noite tornaram os inimigos do alto a tirar muitas flechadas, e pedradas de fundas, com que feriam os nossos, ralhando que festejavam a sua vinda, porque senão senhores de cativos brancos, e outras coisas desta sorte (...). O Tuim Mirim lhe respondeu que não havia o capitão fazer tal aleivosia, porque lhe seria mal contado de seu rei, com a qual resposta se tornou, e às duas horas depois do meio-dia desceu todo o gentio da serra, e batalharam até a noite, que se tornaram à sua cerca ao alto, deixando muitos mortos dos seus, e dos nossos dezessete, e alguns feridos (SALVADOR, Frei Vicente. Op. Cit., p.114)

Com a morte e o aprisionamento de muitos índios, a tropa portuguesa sugeriu a Coroa que esta enviasse a *Companhia de Jesus* para ‘apaziguar’ as almas ali existentes, no entanto, o interesse expressivo da Companhia era garantir o domínio do território e dos homens e mulheres tornando-os assim vassallos Del rey. Podendo, com o estabelecimento missionário, proteger as barras de fundição de navios, tanto no rio Parnaíba, quanto na enseada de Jericoacoara, contra a presença de estrangeiros. Entretanto, a ordem dos inácianos não conseguiu de imediato se inserir no território ibiapano. Foram várias as tentativas para instauração do aldeamento, o que demonstra o processo de resistência indígena à colonização que agora se manifestava através da religião. Finalmente, em 15 de agosto de 1700, houve reunião entre os padres, diversas etnias indígenas e autoridades onde se instituiu a *Aldeia de Nossa Senhora de Assunção*, na atual cidade de Viçosa do Ceará. Não se sabe qual foram os acordos feitos nesta reunião, mas diante da possibilidade de aprisionamento ou de morte das outras etnias em territórios próximos, optou-se por um mal menor, a condição de aldeados. De acordo com Maia (2010), em Ibiapaba, se constituiu um dos maiores aldeamentos missionários da *Companhia de Jesus* no Brasil fora da área das missões do Paraná-Uruguaí. Ainda de acordo com o autor:

O expressivo contingente demográfico de milhares de índios na aldeia de Ibiapaba, maior que qualquer outro na capitania de Pernambuco e suas anexas, davam aos nativos a possibilidade real de certa liberdade através de fugas temporárias, especialmente do olhar vigilante dos padres: seja para renovarem seus rituais religiosos, fazer suas pequenas lavouras, praticarem suas caças ou, simplesmente, a recusa clara em se disporem a praticarem as doutrinas cristãs (p.124).

A concentração de indígenas em aldeamentos, que são espaços reduzidos, foi uma tática utilizada pelas autoridades para expansão de outras atividades econômicas, como o gado e as grandes lavouras, em seus territórios de origem. A fixação de povos que anteriormente eram móveis. A divisão de grupos, hierarquia nos grupos indígenas, provocava o individualismo e a busca pelo beneficiamento. A terra se transformava num bem a ser explorado. A divisão dos que tinham que trabalhar na roça, nas fazendas, disponíveis à contratação.

Desta maneira, o colonizador racionalizava o tempo do indígena, reduzia seu território, questionava e apagava sua cultura, seus símbolos, suas práticas que eram realizadas em comunhão e até seus nomes, que se remetiam ao mundo dos espíritos e da natureza.

Os relatos jesuíticos dão conta de índios conhecidos como Cobra Azul, Lagartixa Espalmada, Milho Verde, Mel Redondo, Acaju (fruto do cajueiro), Mandioré (espécie de mandioca), Carapicu (acarás ou peixe de escama), Antônio Carajbocu, Diabo Ligeiro e Diabo Grande (POMPEU SOBRINHO, 1967) apud MAIA (2010).

Os jesuítas aproveitaram-se da mão de obra indígena de diversas maneiras: no trabalho em suas quatro fazendas de gado (Pitinga, Emboeira, Missão e Tiaia), em áreas de plantio e nos serviços prestados por indígenas para moradores (comboios e outros serviços ligados à pecuária). O pagamento do aluguel do trabalhador indígena era, em maior parte, destinado aos inacianos, restando a estes pedaços de pano e alguns alimentos (carne e farinha). O que antes era abundante passou a ser racionalizado e comercializado. Ressaltamos também a presença do trabalho de homens escravizados na Serra da Ibiapaba, só possível com o dinheiro da mão de obra indígena. De acordo com o inventário realizado após a expulsão dos religiosos, estes contavam com seis escravizados, que também trabalhavam nas fazendas e nas roças próximas às casas dos padres. Plantava-se fumo e entre os fumais, feijões; além de arroz de casca e milho (Maia, 2010).

Com a expulsão dos missionários em 1759, o antigo reduto missionário passou a ser a “vila de índios”. As autoridades locais de imediato preocuparam-se em dividir as terras: a maior parte foi entregue ao vigário e seus coadjutores e para alguns índios foram deixadas as terras cansadas (solo empobrecido) e formadas por despenhadeiros, solo pedregoso e capoeira. O fim dos aldeamentos não representou a liberdade dos indígenas, pelo contrário, o território permanecia sob o controle das autoridades locais e estes povos eram impedidos de se deslocarem para outras

capitanias, permanecendo sob a vigilância contínua e como mão-de-obra disponível para moradores locais. De acordo com Maia (2014):

Na ótica do capitão mor, a observância do diretório devia ser seguida mais de perto pelos diretores e principais, e os índios disponibilizados como força de trabalho no desenvolvimento da agricultura, sendo distribuídos aos moradores apenas nos casos indispensáveis, ou seja, a maior parte devia permanecer contingenciada nas vilas para servirem no cultivo da economia do algodão e retirada dos dízimos reais (p.117).

Sob o controle e violência a que estavam submetidos, a mão de obra indígena foi muito explorada na produção algodoeira. Com efeito, em suas poucas terras, os indígenas eram responsáveis pelo plantio de víveres, frutas e verduras, para o abastecimento dos mercados públicos locais. Ao mesmo tempo em que se procurava controlar a saída dos índios de suas vilas, era preciso também obrigar os pobres livres a se trabalhar na lida da agricultura. Em meio às múltiplas violências e obrigações a que estavam submetidos, eles resistiam de suas formas, como fugas para os “matos”, não permitindo ser chamados de caboclos ou cunhas e não reconhecendo ninguém como seu senhor. De acordo com Neto (2006), os índios vilados tinham consciência de sua condição de livres e usaram dessa prerrogativa na manutenção dos seus direitos.

O regulamento das missões em 1845 e a Lei de terras em 1850²⁴ agudizaram a condição dos indígenas cearenses, pois passaram a permitir a posse das terras aos que teriam condições de comprar e aos indígenas restava o pouco que sobrava. Durante o século XIX, assistiu-se a um controvertido, mas sistemático processo de espoliação das terras dos índios oriundas das antigas missões religiosas. Coincidentemente foi o período em que predominou o discurso de desaparecimento indígena no Ceará, cujo marco foi o relatório do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1833 - 1885), apresentado à assembleia legislativa em outubro de 1863. O presidente diz o seguinte:

Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribos de Tabajaras, Cariris e Pitaguaris, que habitavam a Província, uma parte

A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob os cuidados do poder público em todas as suas instâncias (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse (CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terra de 1850 e a Reafirmação do Poder Básico do Estado sobre a Terra. Revista Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado. São Paulo. Edição nº 2, Ano 1, junho. 2005)

foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Ibiapaba, que os jesuítas no princípio do século passado formaram em Vila Viçosa, S.Pedro de Ibiapina e S.Benedito com os índios chamados Camussiz, Anacaz, Ararius e Acaracú, todos da grande família Tabajara. (...). é neles que ainda hoje se encontra maior número de descendentes das antigas raças; mas acham-se hoje misturados na massa geral da população (MAIA, p.112, 2014)

O objetivo principal da “extinção indígena”, por um decreto, era permitir a posse das terras desses povos pelas oligarquias agrárias do algodão. Naquele momento, o algodão era um produto extremamente valorizado e procurado pela Inglaterra, em decorrência da Revolução Industrial e pela impossibilidade de comercializar com Estados Unidos devido à guerra da Secessão que assolou o país em 1861.

Longe da passividade romântica, os indígenas resistiram às violências, denunciando as arbitrariedades praticadas pelas autoridades locais e pelos moradores da região. Interpelaram os direitos dos seus, dos lotes adquiridos até mesmo ao presidente da Província do Ceará, remontando as conquistas de seus ancestrais para a coroa portuguesa. De acordo com Neto (2010), esses povos, seja em São Benedito, seja em Ibiapina ou Viçosa, tinham pleno conhecimento quanto aos seus direitos às terras que haviam sido doadas aos *Principais da Aldeia da Ibiapaba*, em 1720. Tanto é que 140 anos depois do rei D. João V ter concedido aos Tabajaras “toda a terra que fica em cima da serra, desde a Uruoca até Itapeuna”, onde “seus pais, e avós, e estão hoje descançados”²⁵ o índio Luís de Miranda, na condição de descendente dos índios aldeados e exercendo o papel de chefe em 1860, revelou seus próprios requerimentos a Freire Alemão.

Apesar de terem direito aos seus territórios, eram violentamente repreendidos por setores da elite dominante, que buscava se apropriar da terra. Alguns chegaram a ser levados forçadamente para outras áreas, como método desmobilizador e de controle. Em um dos relatos, Neto (2006) cita em sua tese o deslocamento forçado dos índios Jucás de Arneiroz, e os de Cariús, da Vila do Crato, para a Villa de Arronches (atualmente Parangaba, bairro de Fortaleza, capital cearense). Vale destacar que havia um projeto de integração imperial, que se caracterizava pela repressão das diferenças e pela busca de uma sociedade feita por iguais (cultural, religião, outros). Uma estratégia de desagregar a organicidade dos povos que resistiram e exigiam os seus direitos. Para Segato (2007), a ideologia mestiça

²⁵ AHU/Ceará. Requerimento dos índios da Aldeia da Ibiapaba ao rei D. João V. 12/10/1720. Doc. nº.65.

branqueada foi um fundamento ideológico de formação dos Estados pós-coloniais. A cultura foi uma das formas de resistência territorial indígena, estes, de acordo com Maia (2010), utilizaram-se de formas criativas para diminuir a exploração, a qual estavam submetidos, aos olhos das autoridades, falavam bem o português e comportavam-se de acordo com o esperado, mas quando as autoridades menos esperavam, escapavam e viviam de acordo com sua identidade.

Informou-me pessoa competente que entre eles [primitivos habitantes] há ainda quem saiba palavras e até frases dos dialetos de seus maiores, e vez em quando descem à cidade, verdade é que instados, para o fim de executar sua dança favorita - o torém. (BEZERRA, 1965 [1889], p.123).

Lê-se também o seguinte relato em Glória Kok (2001):

Seus “bailes” e “danças”, que mantinham relação direta com aquilo que foi chamado de “seitas”, ocorriam acompanhados de bebedeiras, consumo do “vinho de mandioca”, prática que, cabe reforçar, era típica da cultura nativa e recorrente nos momentos lúdicos deles. Como “essas cauinagens, imbricadas fortemente à vida social indígena, reforçavam os laços de solidariedade (KOK: 2001; p.84).

A dispersão indígena, antes impedida pelo diretório, foi entendida como uma boa oportunidade para se apossar de suas terras, após a lei de terras de 1850, podiam alegar que estas eram devolutas e assim passariam ao domínio das *Câmaras de Vereadores*, que adquiriam o direito de aforá-las, conforme os seus interesses (NETO, 2006). O objetivo, portanto, era tornar as terras indígenas devolutas, pertencentes ao patrimônio público. De acordo com Cunha (1992):

A lei de terras inaugura uma política agressiva em relação às terras das aldeias: um mês após a sua promulgação, uma decisão do império manda incorporar aos próprios nacionais as terras de aldeias de índios que vivem dispersos e confundidos na massa da população civilizada, ou seja, após ter durante um século favorecido o estabelecimento de estranhos junto ou mesmo dentro das terras das aldeias, o governo usa o duplo critério da existência de população não-indígena e de uma aparente assimilação para despojar as aldeias de suas terras (p.21).

O império através de governos locais fomenta a dispersão indígena, executa a mobilização forçada e a eliminação dos aldeamentos como meio de comprovar a inexistência indígena e espoliar as suas terras. Conforme Neto (2006), os moradores, (muitos dos quais eram invasores) alargavam as suas posses e deslocavam os índios da condição de proprietários à condição de rendeiros de suas próprias terras. Havia,

portanto, um processo de desestruturação dos modos de vida indígena a sua separação da terra representava a impossibilidade de relação econômica, cultural, religiosa, ou seja, o caráter objetivo e subjetivo da existência. Ao reivindicar os seus direitos, os indígenas eram vistos como problemas a serem resolvidos pelo império, sendo, portanto, uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que reconheciam a inexistência destes povos, reconheciam que ainda eram uma pedra no sapato da oligarquia local.

Em virtude do apelo da elite agrária por demandas por terra, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas, de 20 de janeiro de 1878, envia um ofício ao Presidente da Província do Ceará, que soava como uma ‘carta de despejo’ aos povos indígenas golpeando os direitos consagrados, que antecedem a própria criação do Estado brasileiro.

Tendo deixado de existir de fato aldeamentos, que foram fundados n’essa província, em data recente ou remota, por haverem dispersado seus habitantes ou fundidos nas outras classes da população, recommendo a V.Ex^a, que depois de verificado as que se achão n’essas circunstancias, declare sua extinção por acto official e, ao mesmo tempo, mande recolher à Secretaria do Governo d’essa província todas as leis e papéis referentes a cada um desses estabelecimentos. Que haja ainda ou nas camaras dos municípios respectivos. Outro sim mandarà V. Ex^a que coligão e remetão ao ministério a meu cargo, quantos esclarecimentos que for possível reunir acerca das terras que constituirão o patrimônio de tais aldeamentos, das edificações construídas e de quaisquer objetos de valor que ali possam ser arrecadados e devolvidos a Fazenda Nacional.²⁶

Há, portanto, um pacto da adesão entre o Governo Imperial e os interesses das oligarquias regionais, relegando aos indígenas a integração forçada, a venda da mão de obra, assalariamento no campo ou nas cidades que se formavam.

Visto a heterogeneidade do campesinato brasileiro, o camponês e o indígena são oriundos da expropriação territorial. Longe das lógicas unilineares que observam o campesinato como uma consequência da ‘desindigenização’, acreditamos que dentre as várias estratégias de adaptação e resistência à extinção, indígenas transfiguram-se em camponeses, este processo é categorizado por Ribeiro (1974) como transfiguração étnica, ou seja, “não houve assimilação de grupos étnicos, mas

²⁶Registro de ofícios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao governo da Província do Ceará, 1878 -1880. Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

sim a absorção de indivíduos dilacerados a ponto de essas entidades étnicas desaparecerem ou se transfigurarem para sobreviver (p.424)”.

Fals Borda (1981), sob a ótica marxista, irá refletir como a apropriação, espoliação e expulsão dos indígenas das suas terras transformaram os domínios de uso coletivo em unidades de propriedade individual. No entanto, costumes, culturas, ritos religiosos, práticas de reciprocidade e cooperação entre os núcleos familiares, que se formaram, eles permanecem e ajudam inclusive a que grupos pós anos 2000 possam ser reconhecidos por instituições como indígenas. Há, desse modo, uma conexão entre esse passado e presente que se manifestam nas diferentes escalas de vida desde os territórios.

O campesinato pobre e explorado que deve trabalhar a terra dos outros, que apenas pode dispor de pequenas porções deixadas de lado pelo latifúndio, o que se há dispersado a áreas marginais. Como já citamos, no início deste capítulo, Bartra (2010), pensador da questão camponesa mexicana, propõe o neologismo “campesindio”. No sentido de que há em ambos há resistências históricas expressas na tentativa de reprodução de seus modos de vida.

O índio camponês - se existe ou está em vias de existir - é uma subjetividade rural latino-americana rebelde na qual se expressa a singularidade do caráter capitalista e colonial do subcontinente. Condição dupla, mas unitária, pela qual a exploração de classe e a opressão racial andam de mãos dadas. Não que uma parte do camponês seja explorada como camponês e outra oprimida como índio, é que a subordinação agrária resulta da combinação inextricável de capitalismo e colonialismo, sem no momento da verdade - isto é, das insurgências históricas de grande aridez - a intensidade de um ou outro traço nas diferentes regiões ou setores é tão relevante. (BARTRA, 2016, p. 150)

Conforme o autor haveria um potencial de classe que é frequentemente atualizado porque, apesar de sua extrema heterogeneidade, os subordinados rurais compartilham socialidades semelhantes e compartilham inimigos. Segundo Sabourin (1999), nas comunidades rurais do sertão nordestino, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem à permanência de práticas de reciprocidade²⁷ camponesa, ancestrais ou readaptadas (p.41).

²⁷Reciprocidade ou dádiva aplica-se a ‘toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno, com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade e comportamento, portanto, uma dimensão de gratuidade (CAILLÉ, 1998)

Ao pesquisar os remanescentes indígenas na gruta do padre em Itaparica, Estevão (1942) cita uma de suas célebres frases – todo sertanejo é antes de tudo um índio. Como um bom pesquisador, conseguiu apreender não só elementos concretos, mas experiências e sensações que o ligavam a uma realidade longe do presente. As comunidades, as redes de proximidade, as relações familiares e interfamiliares, a prestação de ajuda mútua constitui formas de relacionamento reguladas pela reciprocidade camponesa. Em conformidade com Estevão (1942), a própria resistência sertaneja estava nos elementos étnicos que povoavam os sertões do nordeste na época do seu desbravamento e a sua conhecida e tão emblemática desconfiança ligava-se aos quatro séculos de perseguições, que vibravam nos seus subconscientes. Sobre os aspectos econômicos, o autor cita que ainda hoje aquele que se mantém na posse de algum pedaço de terra faz agricultura.

A questão da territorialidade assume a proporção da própria questão da sobrevivência dos povos nativos, no curso dos anos foi grande o esforço deles para não perder esse elemento vital: a terra (MARÉS, 1999). Não só nos Tapuya Kariri em São Benedito, nos Tabajara- Kalabaça em Poranga, mas no conjunto das comunidades traduzidas enquanto camponesas, que na sua pluralidade representam um legado de resistências²⁸ e luta comum pela terra e o território. Conforme pesquisa de Carneiro (2015), grande parte da comunidade dos Tapuya Kariri são trabalhadores ou são filhos de trabalhadores de grandes fazendas da Ibiapaba. São conscientes do seu processo histórico de exclusão. Paralelamente ao reconhecimento da condição desse passado está a relação com o meio natural – um mítico glorioso de convivência com a natureza e multiplicidade de animais. Segundo o pajé da comunidade dos Tapuia-Kariris, um senhor de 78 anos, conhecido por todos como Ti Sé:

Ti Sé: eu me criei dentro do mato, nós comia banana-de-raposa, nós comia batata-doce. Fazia uma coivara grande, depois botava a batata dentro da terra e já sai assadinha, só com um pouquinho de areia. Nós comia um maracujá que chama peroba, comia o quanto queria, as terras eram libertas. Tinha um rato que chama pichuna, nós leva sal e farinha, fazia um espeto grande (CARNEIRO, 2015, p.50).

A etnia foi reconhecida somente em 1998, no entanto, há um passado de pobreza e muito trabalho, há relatos de privação, longas jornadas de trabalho e dificuldade de sobrevivência. As políticas agrárias restritivas historicamente implementadas impactaram a vida de homens e mulheres que tinham o território como

²⁸ O processo de afirmação dos Tapuias-Kariris de São Benedito teve início em 1998.

abrigo, espaço apropriado, feito coisa própria (PORTO - GONÇALVES, 2002). As comunidades recorrem, portanto, às novas formas de organização, novas estruturas de representação, cooperação, sem abandonar completamente as formas de organização e, sobretudo, os valores e as práticas da reciprocidade camponesa. Cooperativas agrícolas, associações de produtores, constitui o modelo de organização local que foi mais desenvolvido nos últimos vinte anos (SABOURIN, 1999).

O discurso da “terra sem dono”, herdado dos tempos coloniais, foi amplamente utilizado por latifundiários tanto do Ceará como do Piauí principalmente por localizar-se numa região de fronteira, 'front', conceito militar e artificial que representa limite. A serra da Ibiapaba se constituirá, portanto, como um território de conflitos entre posseiros e grileiros de outros municípios e estados, advindos das promessas da modernização agrícola sob o patrocínio do Estado que se anunciava (Beserra, 2015).

Adelante de la frontera demográfica, de la frontera de la civilización, están las poblaciones indígenas sobre cuyos territorios avanza el frente de expansión , esto es, el frente de ese populacho no incluido en la frontera económica está la frontera pionera, dominada no sólo por los agentes de civilización sino por los agentes de una modernización fundamentalmente económica; se trata de agentes de una economía capitalista dotados de una mentalidad urbana y emprendedora (no solo agentes de una economía de mercado. ((Martins, 1996, p.31)

Os projetos de modernização agrária nos idos da década de 1970 representam o avanço da fronteira econômica sob o embalo do chamado “milagre brasileiro”. O “desenvolvimento”, “progresso”, através do PIN, Proterra, Polonordeste, Projeto Sertanejo, Prodecor, todos esses programas, de formas mais ou menos evidentes, favoreceram as classes dominantes rurais e afetaram o comunitarismo camponês com práticas econômicas, sociais, culturais próprias. Seja pelo favorecimento de latifundiários por meio do crédito subsidiado (como no caso da pecuária e agroindústrias), seja pela valorização de terras favorecidas pelas obras de infraestrutura como açudes, estradas e eletrificação rural.

4.1 Economia colonial – economia nacional – as sucessivas ofensivas do latifúndio aos modos de viver e de produzir

Poderíamos afirmar que a transição do colonialismo, antessala para o capitalismo sui generis e para o imperialismo, sustenta-se a partir do conservadorismo da propriedade privada da terra. Mesmo em um período de ode a “modernidade” latino-americana, subsiste no Brasil, e nos seus estados, as oligarquias agrárias sustentadas pela concentração da terra e da exploração da mão de obra camponesa, quilombola e indígena. A questão agrária, portanto, mantém-se central e as resistências à invasões, expropriações territoriais, descomunalidade da vida, propriedade privada, através dos sujeitos da ação política - quilombolas, indígenas, camponeses e outro. A concepção de desenvolvimento estará assentada na antinomia “atraso” versus “moderno”, porém a estrutura territorial da propriedade não será alterada. O “atrasado” neste sentido permanece sem alterações reais.

Essa estrutura de acordo com Marini (2013):

Deixa mais da metade das terras nas mãos de menos de 26% dos proprietários, enquanto mantém, em 10% das terras, 75% da população ativa rural em condições de muita baixa produtividade, coloca a maioria dos camponeses em uma situação permanente de subemprego e de miséria, permitindo além disso, que toda a riqueza produzida no setor agrícola seja apropriada por uma minoria de latifundiários, através do arrendamento da terra (p.83).

O debate sobre a necessidade de distribuição de terras terá mais escopo a partir de 1950 com as discussões sobre a industrialização brasileira., já que a estrutura agrária se constituía um obstáculo para a ampliação do mercado interno receber os produtos industriais. No entanto, por outro lado, para determinados setores, esta desigualdade agrária era rentável, sobretudo, para uma minoria de grandes proprietários que se beneficiavam com o arrendamento da terra, permitindo a cooptação de toda riqueza produzida no campo. Não é coincidência que, neste período, as lutas no campo pela posse da terra se agudizassem. Em 1958, surge em Galiléia, Pernambuco, a primeira liga camponesa sob a liderança de Francisco Julião. Ainda de acordo com Marini (2013), ao princípio, tratava-se de uma mera associação de autodefesa e solidariedade. As ligas camponesas não demoram a se situar no cenário político com uma bandeira arrancada das mãos das classes dominantes: a reforma agrária radical (p.87)

Nesse momento, tornava-se imperativo uma reforma estrutural no campo, pois ela contribuiria para que os níveis dos salários se mantivessem estacionários, ao mesmo tempo em que, devido à alta desproporcionada dos preços agrícolas, forçava violentamente o aumento do custo de vida. No entanto, não podemos esquecer que historicamente as classes dominantes enriqueceram-se sob a égide do latifúndio e da exploração da mão de obra. Não seria nesse momento que ela renunciaria a suas benesses. O golpe de 1964 sepultou o projeto de reforma agrária, dando continuidade à organização de milícias pelos latifundiários neste período, que, sob a direção da *Sociedade Rural Brasileira*, passam a contar cada vez mais com o capital estrangeiro, para expansão dos seus negócios no campo e reafirmar a posição do Brasil como agroexportador de matérias primas.

Reflexo do que ocorria no Brasil, na região da Ibiapaba, a década de 1970 marca o início da realização de projetos estatais de cunho desenvolvimentista, dentre os quais destacamos o *Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste* (POLONORDESTE), por ter se instituído, enquanto processo de produção e reprodução do capital no espaço cearense, nas suas diferentes dimensões: técnica (construção de estradas, eletrificação, projetos de irrigação, saneamento básico), científica (introdução de pacotes tecnológicos, serviços de extensão agrícola, outros) e social (construção de centros de saúde, escolas, outros).

Inscreve-se no processo de modernização da agricultura do Nordeste, promulgado pela criação da *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* – SUDENE, no final da década de 1950 (Freitas, 2010). Este órgão seria a primeira manifestação do “planejamento” estatal no sentido de racionalizar os espaços e minimizar os problemas da economia regional (Oliveira, 1981), através de múltiplas ações e investimentos em meios e vias de comunicação, energização e implantação de unidades industriais.

O ultimato do capital industrial à economia agroexportadora sintetizou-se, conforme Oliveira (1981), em: “ou te reproduzes como eu, ou te extinguirás” (150). Nestes termos, o Estado, a partir das suas instituições, atuou de modo interventor em meio às contradições do processo de reprodução do capital em escala nacional e regional, com o intuito de “evitar o choque frontal” (Bursztyn, 2008) com os movimentos populares que mobilizavam produtores rurais (pequenos proprietários rurais, posseiros, arrendatários, parceiros, moradores e assalariados temporários) na

Zona da Mata de Pernambuco, Paraíba, e na região da Vitória da Conquista, Bahia, através da ocupação de terras e reivindicações contra a construção de grandes obras públicas, como as barragens (Pandolfi, 1987).

A extensão espacial das áreas de ocupação agropecuária se insere dentro do contexto de expansão das fronteiras agrícolas, a partir das políticas agrárias da década de 1970. Essa década, portanto, marca o início do autoritarismo “planificador” do Estado, no sentido senão de atacar a questão agrária, ao menos desfazer os pontos de estrangulamento do desenvolvimento agrícola do Nordeste, ainda que tenha havido alocação de recursos em projetos, como: *Programa de Integração Nacional* (PIN), *Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste* (PROTERRA) e em projetos de irrigação.

Em 1972, o Governo Federal encomendou, através do IPEA, ao consórcio instituído pela *Société Centrale pour L'Équipement du Territoire International* (SCET – International) e pelos *Serviços Integrados de Assessoria* (SIRAC), um estudo visando à elaboração do *Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste* (POLONORDESTE). Baseada nos princípios de Perroux²⁹, a ideia central do *Polonordeste* seria a criação de polos rurais de desenvolvimento, espalhados estrategicamente pelo território da região Nordeste, de maneira que a produção em termos capitalistas se organizasse e se difundisse nas áreas periféricas. Foi com esse argumento que passaram a selecionar áreas qualificadas como ‘áreas integradas’ ou Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI). Estes territórios foram escolhidos obedecendo, inicialmente, a critérios de natureza ecológica, (solos, clima e água) e, posteriormente, a de potencialidades de desenvolvimento socioeconômico rápido e efetivo.

Para efetivação desse projeto, o espaço nordestino foi dividido em cinco áreas potencialmente prioritárias: os vales úmidos, as serras úmidas, as áreas de agricultura seca, os tabuleiros costeiros e a Pré-Amazônia maranhense. No Ceará, o *Polonordeste* atuava em 122 dos 144 municípios, numa área de 130.036 Km² com uma população de 3.393.005 habitantes, sendo o terceiro estado mais beneficiado com recursos financeiros provenientes de bancos nacionais e internacionais (BNB, 1985).

²⁹ “O crescimento não aparece em toda parte ao mesmo tempo. Manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidade variável; difunde-se por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia.” (Perroux, 1975, p.7)

Entre as áreas prioritárias do Ceará, os Vales Úmidos (Ibiapaba, Baixo Jaguaribe e região do Cariri) lideraram o recebimento de recursos, pois seriam os responsáveis pelo desempenho quantitativo do programa em nível de infraestrutura e população assistida. Os Vales Úmidos se apresentavam enquanto áreas naturalmente de maior potencialidade agrícola, pois respondiam de forma mais rápida ao objetivo modernizador do *Polonordeste*. Várias foram as transformações que se estabeleceram no território dos Vales Úmidos, entre elas: a construção de estradas, os programas de eletrificação, os centros de saúde, escolas e os projetos de irrigação.

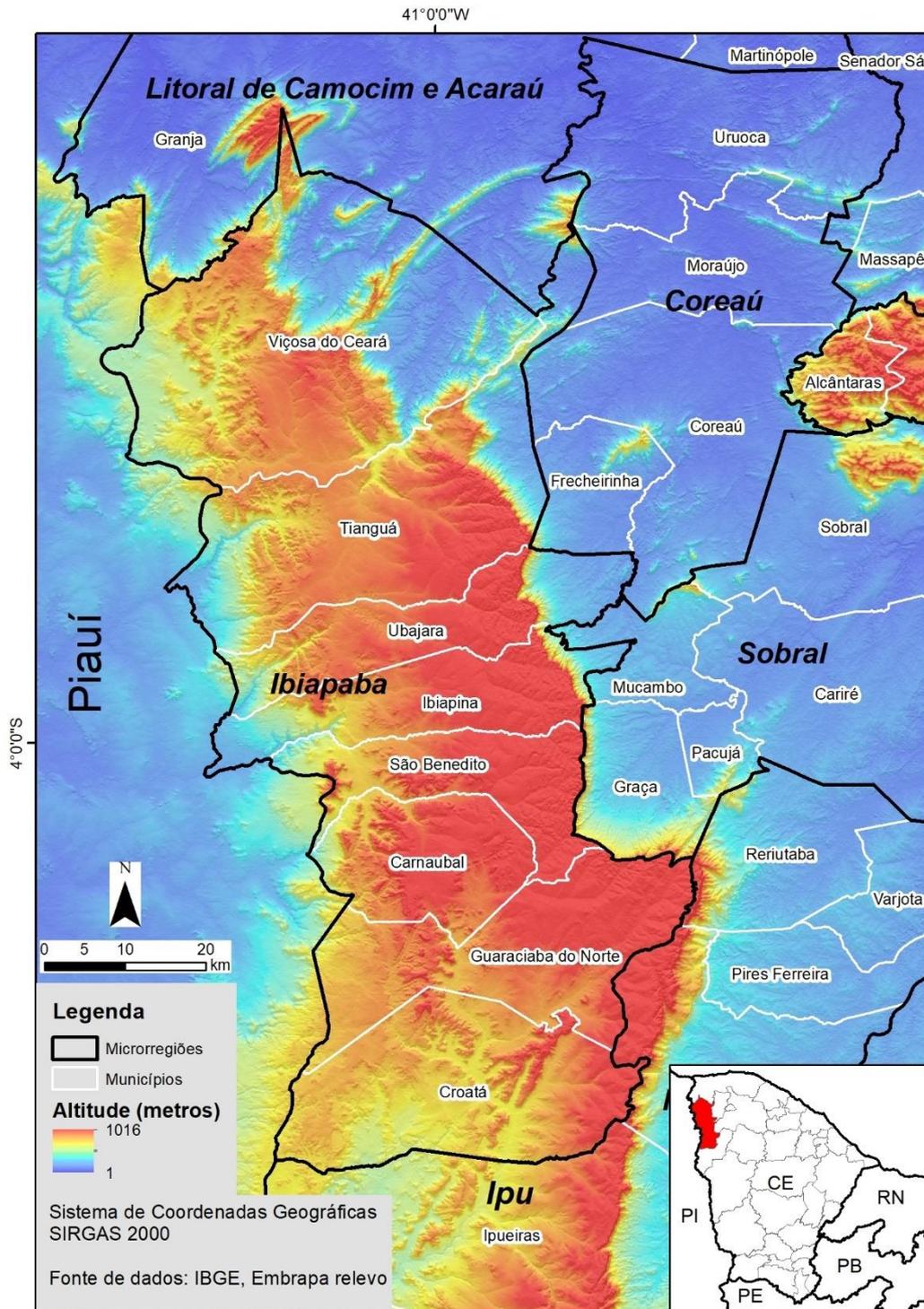
O Estado introduziu, por meio de empréstimos, o sistema bancário no campo, ao mesmo tempo em que disseminou o consumo de insumos industrializados (sementes selecionadas, defensivos, adubos, máquinas e implementos). O acesso a essas tecnologias, no entanto, foi restrito. Instituições, como a Embrapa, deram suporte à realização do *Polonordeste*, cabendo oferecer adequadamente os serviços agrícolas de novos conhecimentos técnicos (Oliveira, 2012). Confirmando o que assinala Miliband (Apud HARVEY, 2005, P.128) de que o Estado não é uma coisa [...] como tal, não existe. O que “o Estado” representa são diversas instituições específicas, que, juntas, constituem sua realidade, e que interagem como partes do que pode ser chamado de sistema estatal.

Ações estimuladas pelo Estado, somadas à própria lógica de concentração do capital, a partir dos grandes centros metropolitanos, fizeram surgir no campo uma reordenação territorial, produto da combinação contraditória e desigual da expansão da agricultura especificamente capitalista. A concentração de recursos nos Vales Úmidos contrariou o discurso integrador do *Polonordeste*, pois a atuação do Programa se mostrou seletiva. Apresentou ações de forma isolada e não seguiu o referencial de pólos de desenvolvimento (Alencar, 2005).

De acordo com Fernandes (1982), este plano trouxe a financeirização da região da Ibiapaba a partir de medidas em formas de “pacote”, no entanto, sem que os trabalhadores e as trabalhadoras tivessem a menor possibilidade de discussão nem acerca do seu conteúdo, nem de sua conveniência e interesse junto à comunidade. Tiveram acesso a essa política um número reduzido de grandes produtores, proprietários das grandes fazendas, os quais tinham acesso aos créditos, aos insumos, às tecnologias, à assistência técnica.

Soma-se a isso, o aumento dos conflitos entre os camponeses e grileiros pela posse da terra, já que a terra, dotada de infra-estrutura e políticas governamentais, passa a ser mais disputada pelos latifundiários. Mesmo ocorrendo em todas as microrregiões, os conflitos são mais comuns em regiões de fronteira agrícola, como é o caso da região da Serra de Ibiapaba e regiões circunvizinhas. O INCRA chegou a denominar a região da Ibiapaba, como “área de tensão social”. Esta tensão não cessou de imediato, mas se reconfigurou a partir de 1990, quando alguns camponeses, diante da pressão da disputa de terras e falta de acesso a políticas sociais nesta região, tiveram como opção o trabalho assalariado nas cidades, ou a possibilidade de se tornarem pequenos produtores em assentamentos da reforma agrária (Beserra, 2015).

Figura 1: Região de Planejamento Serra da Ibiapaba



Fonte: IPECE, 2016

A não aplicação do *Estatuto da Terra* também agudizou os conflitos, o Estatuto instituído em 1964 reiterou a constitucional função da propriedade e o direito de acesso à terra. No entanto, este não impediu a grilagem de terras em todo território nacional. Entraram em cena neste momento, os “mediadores” dos conflitos - os movimentos sociais - partidos, Igrejas, sindicatos, que atuam em defesa dos direitos camponeses.

Sindicatos, FETRAECE, Igreja – por meio de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), MEB e CPT; entidades de assessoria e apoio ao movimento, tais como CETRA, ESPLAR, ATUAR, etc. Estado – por meio da EMATERCE, Secretaria de Promoção Social, Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária, Incra, CEPA, etc., e mesmo os partidos políticos de situação e de oposição (BEZERRA, 2015, p.101).

De todo modo, a pretensa e a inabalável passividade dos camponeses frente ao seu destino de submissão e miséria situa-se mais no nível dos estereótipos produzidos pelas ideologias dominantes do que nas respostas concretas daquelas camadas às agressões cotidianas da exploração. De acordo com Oliveira (2005):

A luta dos moradores parceiros da fazenda Japuara em Canindé (1968 a 1971), pela manutenção do regime de pagamento da renda estabelecido pelo antigo proprietário, a luta dos moradores e rendeiros da fazenda Santo Antônio em Caridade (1979 a 1983) para poder criar cabras na fazenda e a luta dos moradores - parceiros na fazenda Monte Castelo em Quixadá (1977 a 1983) pela diminuição do percentual de renda paga pelo uso da terra, são exemplos de conflitos que somaram-se a muitos outros exemplos de rebeldia camponesa na luta pela no Brasil (p. 107).

Para Sampaio (1999), o processo de reestruturação no campo cearense (1986 a 1997) seguiu o modelo agroindustrial com os polos de irrigação – Baixo Acaraú, Baixo Jaguaribe, Cariri, Centro Sul, Ibiapaba e Metropolitano -; com a “inovação” na ação fundiária; com programas de compra e venda de terras ou “reforma agrária amigável”; como um meio de desmobilizar os movimentos sociais e atenuar os conflitos no campo. O resultado desse processo revelou um mapa da fome no Ceará para o ano de 1990 com 757.145 famílias indigentes, desse total 66,23% encontravam-se no campo.

Há, portanto, maior valorização de terras nos territórios eleitos para a reestruturação econômica e inserção no mercado globalizado. Este processo provocará maior concentração nas mãos dos grandes produtores, deixando os

camponeses à margem dos benefícios tão propagandeados pela “modernização”, pelo “desenvolvimento”, ou melhor, pela ampla dominação do capital no campo.

Conforme Oliveira (2006), a estrutura fundiária no Ceará se mantém fortemente concentrada endossando, portanto, a tese sobre o caráter rentista da terra no Brasil. Evidenciando ser a luta pela posse e uso da terra de trabalho parte constitutiva da questão agrária no Ceará. Para Luna (2004), a comunalidade e desenvolvimento são dois conceitos em contradição permanente, o desenvolvimento tem sido um instrumento de ataque permanente as comunalidades. No espaço agrário brasileiro não há período em que os povos do campo, das florestas e das águas não tenham padecido dos efeitos socioambientais do “desenvolvimento” do “progresso” em seus territórios.

4.2 Monocultura neoliberal: as novas e velhas tentativas de desarticulação camponesa

A onda neoliberal, a partir da década de 1990, trouxe consigo a ampliação do capitalismo no campo através da abertura comercial e das privatizações. No Ceará, a elite empresarial “tassista” construiu uma ideia de ruptura com as antigas práticas patrimonialistas e clientelistas, apesar de ainda continuarem a permear a estrutura burocrática do estado. Tal elite ascendeu ao poder através da ideia de participação da sociedade no governo, ainda que posteriormente, tenham reprimido movimentos e grupos políticos contrários ao projeto neoliberal, que se constituía.

Ao assumir novo papel na divisão social e territorial, consequência da reestruturação econômica (Elias, 2002), o Estado buscou engendrar em seu projeto de modernização os espaços que, a seu ver, ofereciam condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades, como turismo, indústria, serviços e agricultura. Por outro lado, foi responsável por aprofundar as gritantes desigualdades socioespaciais cearenses e ampliar a concentração de renda, de terra e de capital (CAVALCANTE, 2020).

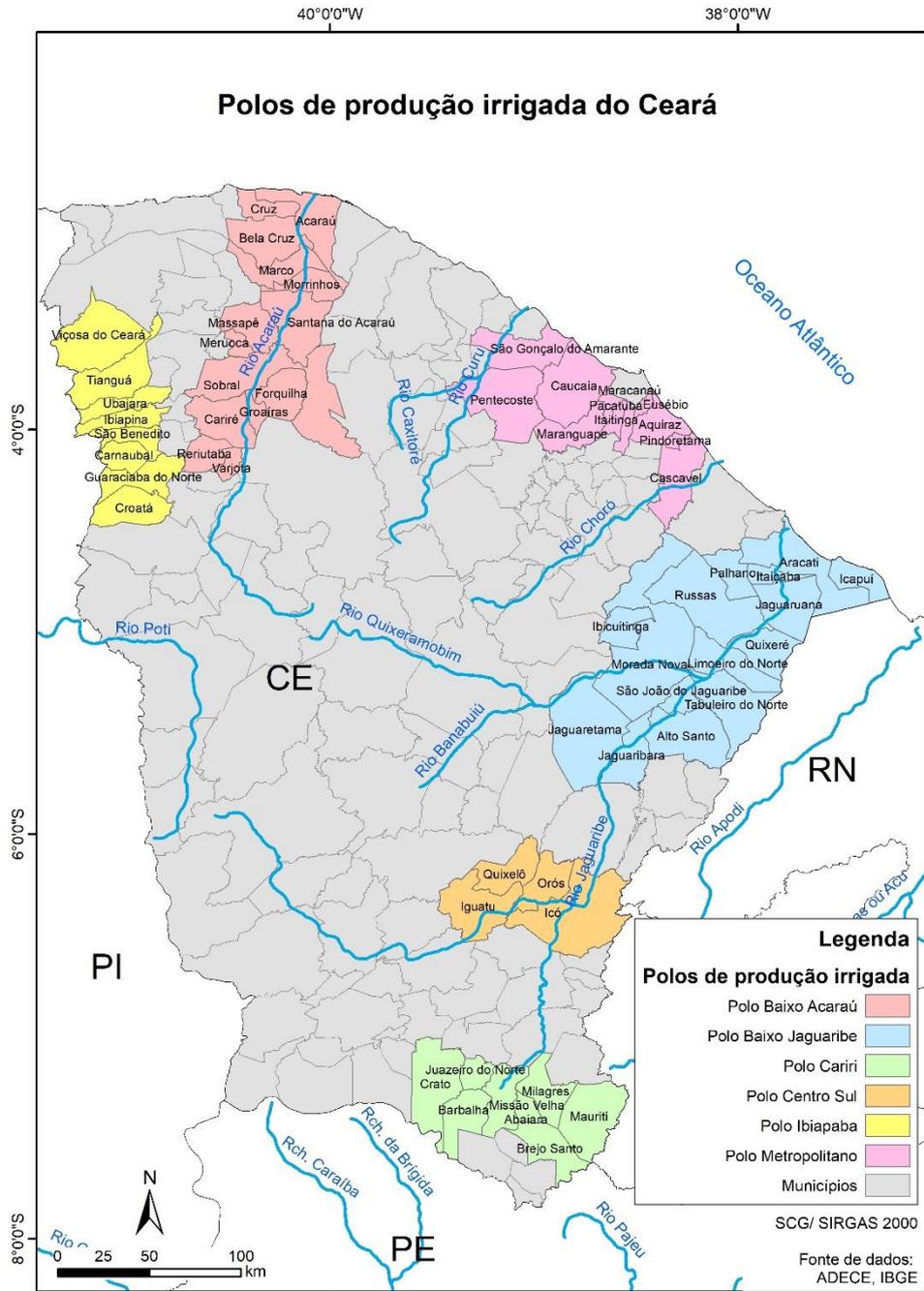
O discurso estatal opera para tentar apagar um passado recente em que a imagem do Ceará era relacionada à pobreza e à fome. De acordo com Sampaio (2011), o discurso, a linguagem, serão cruciais para a inserção do estado no mundo “moderno”, onde o subsolo, as argilas, o sol, o vento, o turismo e a terra deveriam ser

mercantilizados, gerando assim negócios. Ressaltam-se as vantagens naturais e competitivas ao se investir no Estado, como a localização geográfica que permitiria a proximidade dos mercados americano e europeu; a irradiação solar o ano todo e em paralelo a existência de climas amenos em decorrência da diferenciação geomorfológica.

Soma-se às vantagens naturais, os incentivos fiscais e o apoio técnico científico oferecido pelo Estado para atrair empresas. Dentre eles a liberação de recursos financeiros, facilidade na obtenção de licenças ambientais, construção e reforma de rodovias e demais vias de escoamento da produção, garantias de regulação de preços, liberação de outorgas para captação de água etc. (Cavalcante, 2018). Instalasse na Ibiapaba uma infraestrutura com estufas, suporte para fertirrigação e controle do clima, com apoio da *Universidade Federal do Ceará* (UFC) e *Empresa Brasileira de Agropecuária* (EMBRAPA) na área de ciência e tecnologia, aprimorando o pacote tecnológico que seria utilizado na região: o melhoramento das sementes que aperfeiçoaram as espécies cultivadas e a avaliação sobre os agrotóxicos que garantissem a perenidade das flores e frutas produzidas.

As “áreas úmidas” serão eleitas para receber investimentos em infraestrutura e tecnologia, favorecendo assim a adoção de novos negócios. O *Programa Cearense de Irrigação* (PROCEAGRI) potencializou os pólos de irrigação do Estado com a política de modernização dos espaços agrários para produção de frutas, verduras e flores para exportação. De acordo com o programa, foram definidos seis Agropolos de atuação no Ceará: Metropolitano; Baixo Jaguaribe, Ibiapaba; Baixo Acaraú; Centro – Sul e Cariri (ver tabela 1). De acordo com Freitas (2018), esses projetos, vinculam-se aos parâmetros dos perímetros irrigados, atrelando-se à teoria dos “pólos de desenvolvimento” (ANDRADE, 1977), aplicada ao Nordeste brasileiro.

Figura 2- Localização dos polos de produção irrigada do Ceará



Fonte: Instituto Agropolos do Ceará, 2015.

Na Ibiapaba, a floricultura foi eleita como atividade que receberá maior incentivo, em resposta à demanda externa, decorrente da forte urbanização que ocorreu nos países europeus e que reduziu espaços para o plantio de ornamentais e flores, o que fez com que houvesse um aumento da demanda no mercado externo (ADECE, 2013). As empresas aproveitam-se das capacidades naturais (clima tropical úmido, altitude de 900 metros ao nível do mar, intensa luminosidade) e do aparato estatal. O planalto da Ibiapaba deste modo apresentou fatores decisivos para a implantação do primeiro projeto de produção de rosas em grande escala no estado do Ceará.

Tabela 1: Caracterização dos Polos de Irrigação do Ceará

Polos de Irrigação	Nº de municípios (un) (%)	Área Irrigada (mil ha) (%)	Principais cadeias produtivas
Baixo Acaraú	14/7,6%	4/4,2%	Abacaxi, banana, coco, citros, goiaba, leite, mamão, maracujá, melão, pimenta, uva.
Baixo Jaguaribe	15/8,2%	28/32,2%	Abacaxi, ata, banana, citros, figo, goiaba, graviola, leite, mamão, manga, melão, melancia, uva, hortaliças, sementes.
Cariri	8/4,3%	6/6,8%	Banana, goiaba, leite, manga, uva, hortaliças, plantas, flores tropicais.
Centro – Sul	4/2,2%	8/9,8%	Banana nanica, goiaba, leite, spondias.
Ibiapaba	9/4,9%	12/13,6%	Acerola, banana, goiaba, manga, maracujá, hortaliças, plantas ornamentais, flores, rosas, folhagens
Metropolitano	14/7,6%	15/16,7%	Bulbos de Amarílis, caladium, ata, banana, coco, flores tropicais, graviola, leite, mamão
Total de pólos	64/34,8%	73/83,2%	Abacaxi, banana, mamão, melão, melancia, uva, hortaliças, leite, sementes, produtos da floricultura
Extrapolos	120/65,2%	15/16,8%	
Ceará	184/100%	88/100%	Frutas, flores, hortaliças, arroz, feijão, cana de açúcar e leite.

Fonte: Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE, 2013). Adaptado pela autora.

O governo elaborou junto às elites empresariais programas que potencializaram o setor de floricultura no Estado, dentre eles, o *Programa Setorial Integrado de Promoção das Exportações de Flores e Plantas Ornamentais, Flora Brasilis; Projeto Centro Agroflores de Inovação Tecnológica; Projeto Caminhos de Israel e Projeto Flores do Ceará*. Foram criadas marcas para identificação dos produtos “Rosas do Ceará” e “Flores do Ceará”. A partir dessa estrutura organizativa, houve atração de empresas oriundas do Sul e Sudeste do país para o estado. Grupo Reijers, Cearosa, Grupo Swart e Flora Fogaça foram algumas das empresas que se instalaram na região da Ibiapaba. De acordo com Roberto Reijers, presidente do Grupo Reijers:

A empresa se instalou aqui 20 anos atrás a convite do governo, nós viemos conhecer o estado ver o projeto que ele estava implantando de flores. Vimos que tinha um grande potencial de produção e inicialmente a empresa foi montada destinada somente a exportação tanto que se tornou durante muitos anos a maior exportadora de flores cortadas do Brasil (Roberto Reijers, 8 de julho de 2020)

Gilson Gondim, fundador da Brasil Plant30, também dá o seu testemunho:

A gente está nessa atividade aqui há desde 2007, a gente vem, como Hélio falou, da área da construção civil e por uma questão de oportunidade, compramos uma área e começamos a produzir planta ornamental. A gente acha que o Ceará tem uma vocação muito boa para produção de plantas ornamentais. O Brasil é um grande exportador de produtos da agricultura talvez o principal player do agronegócio do mundo (Gilson Gondim, 8 de julho de 2020)

Para capacitar a mão de obra neste setor, o governo do Estado, em parceria com o grupo Reijers, criou em 2006 a *Escola de floricultura do Ceará* (Tecflores), cujo objetivo é educar os filhos de agricultores e agricultoras com faixa etária entre 16-25 anos, desde a etapa de produção até o transporte. Com todo investimento e promessa de inserção da juventude nas empresas instaladas, filhos e filhas de camponesas são seduzidos pelo ideário da modernização do campo. Percebe-se a rearticulação de estratégias do agronegócio, que não se limita somente a propaganda de seus “benefícios”, mas de que modo podem trabalhar na conformação da hegemonia do

³⁰Depoimentos obtidos a partir da live ocorrida em 8 de julho de 2020 organizada pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), por meio da Secretaria Executiva do Agronegócio (SAN) intitulada “Floricultura e Plantas Ornamentais: Panorama e Perspectivas Pós-Pandemia”. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=3ZVnOhYRjIE>

consenso, ao difundir sua ideologia a partir de programas educacionais em parceria público - privada.

Chama-nos a atenção que uma das disciplinas ministradas no curso básico sobre floricultura da escola se refere à *Economia Solidária e Comércio justo*, o que demonstra como o capitalismo coopta conceitos, categorias cuja origem está na organização coletiva, nos movimentos sociais, comunitários e os desvirtua para o sentido puramente comercial. É preciso, portanto, definirmos bem que as *Economias Solidárias e Territoriais* (EST), aqui discutidas, não são sinônimas de “empreendedorismo” e nem lucro de poucos, mas a possibilidade de coletivos, a partir dos seus territórios de vida, construírem projetos econômicos autônomos socialmente e ambientalmente sustentáveis. O agronegócio enquanto paradigma além de apropriar-se dos bens comuns (terra, água, subsolo, outros), da política (bancada ruralista), busca também apropriar-se da educação, dos saberes, construídos pelos sujeitos sociais para tentar assim se mostrar menos desumana.

O agronegócio de flores e frutas provoca maior pressão sobre as terras da Ibiapaba em decorrência da entrada do capital no campo e sua consequente transformação dos bens comuns (terra e água) em bens privados. Os municípios São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará, Guaraciaba do Norte, e Ibiapina – se tornaram os maiores produtores e exportadores de flores e plantas ornamentais do Estado, portanto, espaços disputados por empresários, capitalistas e latifundiários.

De acordo com pesquisa desenvolvida por Viana (2019), as terras da Ibiapaba têm elevado preço, chegando a valores seis vezes maiores do que a média geral dos imóveis rurais do Sertão Norte. Além das condições naturais do altiplano, como solos de boa qualidade edáficas (argissolo, latossolo), justamente, que são favoráveis à agricultura, a presença do Estado intensifica, através de incentivos e da infraestrutura para irrigação, para a sua valorização:

A valorização dos imóveis rurais está diretamente relacionada com os fatores hídricos e edáficos da região, pois estes influenciam nas condições necessárias à prática de agricultura e/ou pecuária. E que o poder público pode, através de investimentos estruturais que busquem a solução ou redução dos impactos negativos causados pelas limitações hidrológicas e edáficas (como no caso dos perímetros irrigados), influenciar positivamente no preço (portanto valorizar) dos imóveis rurais de determinada região (VIANA, 2019, p.42).

Destacamos, portanto, a territorialização das seguintes empresas do agronegócio na Ibiapaba: Amway 'Fazenda Nutrilite Brasil', Cearosa, Flora fogaça, Tedeschi, Itaueira Agropecuária, Agropecuária sem fronteiras, Grupo Swart e Reijers, entre outras. São estas que irão deter os hectares de terras suficientes para produção de flores e frutas para exportação. Na tabela 2, buscamos identificar a origem das empresas, a localização na Ibiapaba, a área ocupada e cultivada. No entanto, é preciso dizer: há imensa dificuldade em conseguir dados sobre os hectares ocupados e cultivados pelos empresários.

Tabela 2: Empresas territorializadas na região da Ibiapaba

Empresa	Localização na Ibiapaba	Origem	Área ocupada (ha) na Ibiapaba	Área cultivada (ha) na Ibiapaba	Produtos cultivados na Ibiapaba
Fazenda Amway Nutrilite	Ubajara	Estados Unidos	1.600		Acerola
Reijers	São Benedito e Ubajara	Holambra, São Paulo	155	45	Rosas, gypsofila, tango, crisântemo e gérbera
Flora Fogaça	São Benedito	Campinas, São Paulo	-	30	Crisântemos, rosas, samambaias, lírios e ramagens
Swart	Ubajara	Holambra, São Paulo	-	7	Rosas
Cearosa	São Benedito	Rio Grande do Sul	70	13	Rosas, gérberas

Fonte: Elaborada pela autora

Identificamos que grande parte das empresas listadas não são oriundas de nenhum município da microrregião da Ibiapaba e nem do Estado do Ceará. Uma delas, por exemplo, tem sua sede nos EUA. Esse retrato demonstra a distinta relação com a terra e o território que estas terão, limitada ao âmbito empresarial e sem nenhum vínculo territorial, nenhum enraizamento. Após extraírem o máximo dos bens naturais

(água, solo, outros) para aumentar sua produção, movem-se para outros espaços e recomeçam o ciclo de desagregação social e destruição da natureza. De acordo com Ortiz (1996):

A característica da modernidade é a mobilidade - da força de trabalho, dos indivíduos, das informações, das mercadorias - o que nos exige repensar a metáfora da raiz, frequente no debate sobre as identidades culturais. Toda raiz requer um solo para se fixar. Ela é o contrário da fluidez. O enraizamento é fruto da existência de uma cultura cujo território encontra-se cartografado. No mundo contemporâneo, este postulado não é mais satisfatório (p.45 -65).

São estas empresas que irão ditar, nos territórios onde estão inseridas, o que e como produzir, cooptando parte dos camponeses ao modelo de produção químico-dependente. Como diz Santos: “tudo que existia anteriormente à instalação de empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social” (SANTOS, 2003, p.85).

Dados do INCRA de 2015 assinalam a minifundiarização e a concentração da terra em poucas mãos na região da Ibiapaba. Reflexo de uma estrutura fundiária baseada no regime de sesmarias (século XVII), que irá conformar uma elite agrária sertaneja. De acordo com a presidente do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tianguá* (STRR), Francisca da Silva:

Nós precisamos nos entender enquanto território e nos perceber que na região da Ibiapaba há uma grande necessidade que haja regularização fundiária porque embora muitas famílias muitas pessoas tenham a posse da terra ela não pode ainda usufruir da implantação de várias políticas que barra justamente pela falta de regularização, não estamos falando da titularização, estamos falando da regularidade das terras muitas delas devolutas muitas delas que são deixadas por herança e a gente não tem condição de regularizar ela. Ser assentada da Reforma Agrária me deixa hoje com uma liberdade muito grande pra falar quão é importante que um agricultor possa chegar o período da plantação, o período da colheita e saber que você está plantando no que é seu, chega no período da colheita e você sabe que tem muita dignidade fruto do teu suor. É importante que os trabalhadores e trabalhadoras compreendam a importância que é a luta que é feita para a conquista da terra e dentro da conquista da terra outras políticas que são importantes e necessárias para promover o bem viver A gente precisa também perceber que por ser uma região bastante favorável pras produções tem se dado o olhar muito da questão dessas áreas serem transformada em áreas de loteamentos e aí a gente percebe que ao tempo que a esses loteamentos chegam vão afastando as pessoas que produzem, vão afastando os agricultores e as agricultoras das suas áreas pq nunca vai ser um agricultor uma agricultora que tem condição de implantar um loteamento ele sempre vai ser adquirido por um latifundiário, por um empresário por alguém

que está nesse ramo né é um olhar que a gente tem que ter pro conjunto da serra da Ibiapaba.(Entrevista concedida a autora em - 05/05/ 2021).

A pressão por terra e território se agrava pela ausência de titularidade da terra, de camponeses, assentamentos coletivos, territórios indígenas e remanescentes quilombolas. Essa falta de títulos dificulta a obtenção de créditos para fomento da produção e, conseqüentemente, facilita a expropriação das terras pelo capital

Tabela 3: Ibiapaba: número de imóveis rurais e área ocupada

Município	Dados do imóvel	Total	Minifúndio	Pequena propriedade	Média propriedade	Grande propriedade	Não classificados
Carnaubal	Quantidade de Área	286 22.548	195 3.211	62 5.363	12 4.592	7 9.382	10
Croatá	Quantidade de Área	239 7545	166 2.846	51 3.845	2 789	-	20 65
Guaraciaba do Norte	Quantidade de Área	1.312 29.148	1.128 13.912	139 10.915	11 3.242	1 708	33 372
Ibiapina	Quantidade de Área	653 15.687	522 5.394	74 5.897	11 3.192	1 1.171	45 33
Ipu	Quantidade de Área	798 28.158	262 5.452	1004 8.607	37 12.349	2 1.750	393 -
Ipueiras	Quantidade de Área	1.071 56.261	732 16.072	189 23.309	34 14.778	1 2.088	115 14
Poranga	Quantidade de Área	186 31.965	106 2.681	41 5.174	21 11.325	6 12.785	12
São Benedito	Quantidade de Área	1.297 24.558	1.147 10.457	116 8.037	13 3.280	2 2.745	19 40
Tianguá	Quantidade de Área (ha)	1.317 49.162	1.095 12.626	164 12.928	29 9.574	4 14.033	25 2
Ubajara	Quantidade de Área (ha)	1.148 38.924,0	1.011 10,589,0	92 7,788,0	13 5,158,0	3 15,224,0	29 166,0
Viçosa do Ceará	Quantidade de Área (ha)	2.392 89,404	1.850 22.382	308 26.562	54 19.989	13 20.465	167 7

Fonte: Instituto Nacional de Colonização Agrária, 2005

Verificamos na região um número total de 10.699 imóveis, ocupando uma área de, aproximadamente, 370 mil hectares. Com o predomínio de minifúndios que ocupam 105 mil hectares, em um número total de 8.214 propriedades. 35 propriedades do território ocupam uma área de 80 mil hectares, o que as caracteriza como grandes propriedades. As médias propriedades somam 237 e ocupam uma área

de 87 mil hectares e as propriedades classificadas como pequenas ocupam uma área de 118 mil hectares em um número total de 2 mil propriedades.

Seguindo os lastros do latifúndio monocultor colonial, o agronegócio tem se expandido em territórios com forte presença de povos originários. Na Ibiapaba esse processo se torna mais visível quando nos deparamos com a multiplicidade de sujeitos sociais vivendo e lutando historicamente por terra e território, nesta região. São camponeses (assentados, posseiros, sem-terra, arrendatários), povos indígenas (Tapuya Kariri de Gameleira em São Benedito e Carnaubal, os povos Tabajaras e os povos Kalabaças na aldeia Cajueiro no município de Poranga), quilombolas (em São Benedito na comunidade Sítio Carnaúba II, em Croatá, na comunidade Três Irmãos e em maior quantidade, no município de Ipueiras, a comunidade do Sítio Trombetas, comunidade do sítio Coité e comunidade Cedro). Conforme a declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Camponesas:

Os Estados devem adotar as medidas apropriadas para realizar reformas agrárias a fim de facilitar o acesso amplo e equitativo à terra e a outros recursos naturais necessários para assegurar que os camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais tenham condições de vida adequadas, e para limitar a concentração excessiva do controle da terra, levando em conta sua função social. Ao atribuir terras, pescado e bosques de titularidade pública, os Estados devem dar prioridade aos camponeses sem terra, jovens, pescadores de pequena escala e outros trabalhadores rurais (2021, p.30).

Distinta da relação estabelecida pelo agronegócio, para o campesinato a terra é um meio e uma condição para reprodução da vida e se estabelece essencialmente através da produção de alimentos e de excedente caso necessitem de outros bens. Apesar do intento de sua subordinação ao capitalismo, a agricultura camponesa não se esvai, sua história antecede ao capitalismo e resiste a ele. São os territórios camponeses que alimentam, que “fazem viver aos demais”, mesmo diante da pressão sobre as terras e redução das áreas para plantio.

De acordo com Porto-Gonçalves (2020), o Brasil, em 1988, ainda dedicava um quarto (24,7%) do total de sua área ao cultivo dos principais produtos da cesta básica, a saber, arroz, feijão e mandioca. Em 2018, por sua vez, o país dedicava somente 7,7% de suas áreas cultivadas a esses alimentos³¹. A redução de terras para o plantio de alimentos de consumo básico, privilegiando de modo escancarado as culturas de

³¹ <https://iela.ufsc.br/noticia/o-agro-e-tudo-mas-so-conta-metade>

exportação, vulnerabilizam o mercado interno, pelo menos, em dois sentidos: o baixo estoque e/ou a conseqüente elevação dos preços dos alimentos para a classe trabalhadora, relegando a muitos a insegurança alimentar extrema. Esse processo, como bem diria Junior e Goldfarb (2021), trata-se de um “projeto” que prioriza culturas para exportação como a soja, a carne, o milho etc. Como conseqüência, o país necessita importar produtos agropecuários como trigo (US\$ 1,4 bi), peixes (US\$ 1,1 bi), produtos hortícolas, raízes e tubérculos (US\$ 1 bi), papel (US\$ 850 milhões) (p.11).

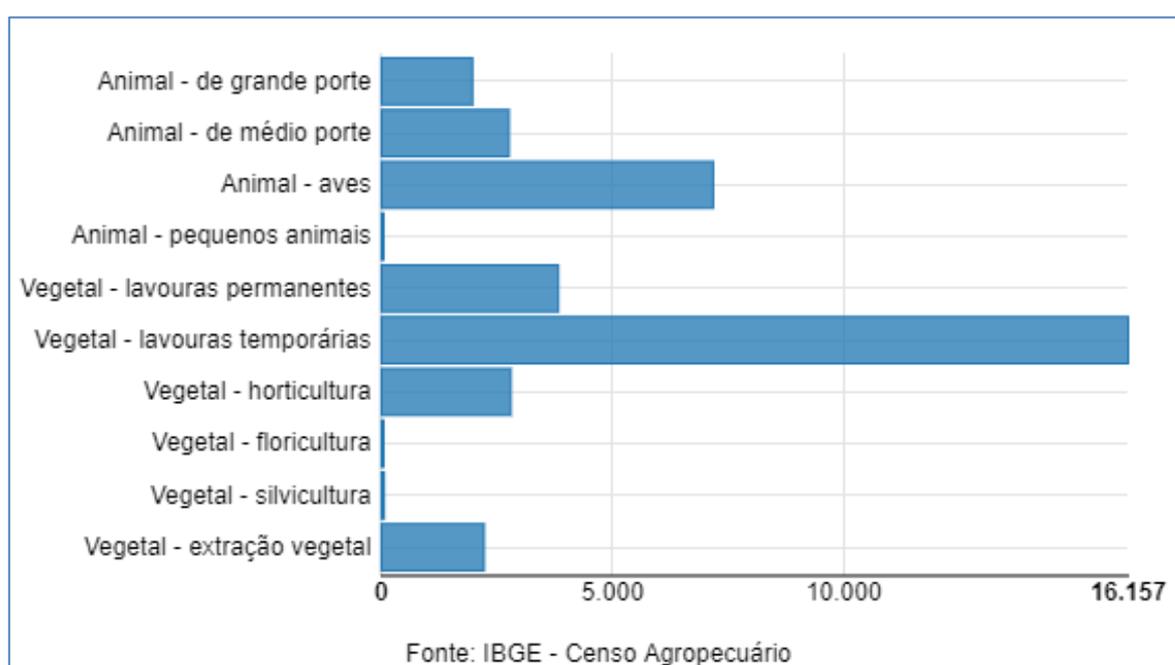
Mais do que o custo financeiro, o custo social desta escolha é altíssimo. Com a pandemia de covid-19 (março 2020 -?), ao invés de fortalecimento que potencializassem a produção de alimentos, tivemos a desestruturação das políticas públicas que agiam neste sentido, a exemplo da Bolsa Família e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o aumento do desemprego e o encarecimento de produtos como carne, óleo, arroz, leite, porque parte deles seriam destinados à exportação.

Já é possível observar o aumento da mendicância nas ruas das capitais, famílias em busca de alimentos nos lixos de supermercados ou restaurantes em conseqüência de direitos negados pelo Estado, em benefício de uma pequena parcela de empresários e de transnacionais. Conforme estudo realizado pela Oxfam (2021), do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 116,8 milhões, pelo menos, estão convivendo com algum grau de insegurança alimentar; destes, 43,4 milhões não têm alimentos em quantidade suficiente para satisfazer suas necessidades básicas e 19 milhões de brasileiros (as) enfrentam a fome.

As elites agrárias, financeiras, através do Estado que os representam, potencializam o setor que não produz alimentos e que agudiza as necessidades da população. Não se fortalece as políticas sociais de apoio a produção campestre, exemplo disso é o desmonte da *Companhia Nacional de Abastecimento* (CONAB) e a distribuição desigual de recursos pelo *Plano Safra*, principal política agropecuária de créditos 2019/2020. Enquanto o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF), que congrega o maior universo de produtores no campo brasileiro, recebeu 29 bilhões de reais, o *Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural* (PRONAMP) recebeu 27,9 bilhões e o *Agro 134*, 8 bilhões (JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

Reflexo do desenvolvimento desigual e combinado no campo, nos minifúndios da Ibiapaba, é possível observar no *gráfico 1* a predominância da lavoura temporária produzida pelo campesinato. Isso vai de encontro com o que Oliveira (2006) discute ao afirmar que à medida que o capitalismo avança, reproduzindo relações especificamente capitalistas caracterizadas pelo trabalho assalariado no campo, cria e recria, igual e contraditoriamente, relações não capitalistas como o trabalho familiar, necessários à sua reprodução.

Figura 3: Produção da Agricultura Familiar Ibiapaba (2017)



Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Há modelos de produção e reprodução da vida antagônicos e inconciliáveis que se expressam a partir de conflitos no campo ibiapabano. O caderno de conflitos elaborado pela *Comissão Pastoral da Terra* (CPT) identificou, a partir de 2003, conflitos por terra e por água em Ibiapaba. Em 2013, houve conflito por terras pela comunidade lagoa do Américo, onde 120 famílias, no município de Carnaubal reivindicavam seus direitos. Em 2019, no município de Ubajara, ribeirinhos do rio Jaburu/açude granjeiro, sofreram ameaça de expropriação por empresários da região. E, em 2020, foram catalogados conflitos por terra e território na região de São

Benedito, envolvendo as etnias Tapuya-Kariri e Tabajara e Kalabaça da aldeia Cajueiro, no município de Poranga.

Os números de conflitos por terra, território e água são maiores, pois há violências diretas e indiretas existentes nesta região. Dentre as indiretas, de difícil catalogação, está a contaminação direta ou crônica dos trabalhadores e moradores da região pelo uso intensivo de agrotóxicos nas empresas ou por agricultores cooptados por esse modelo.

Desde 2002, a *Associação Brasileira de Saúde Coletiva* (ABRASCO) elabora dossiês com a participação da Fiocruz e de outras entidades, os quais demonstram, a partir de dados e entrevistas, os efeitos nocivos que a utilização intensiva de agrotóxicos provoca nos territórios de vida. A região da Ibiapaba vem sendo um destes territórios investigados, em que o seu modelo de produção está baseado na utilização intensiva de agrotóxicos por grandes e pequenos agricultores, o que causa impactos sociais e ambientais na região. Seguindo a ideologia modernizadora no campo, a agricultura desenvolvida na Ibiapaba obedece ao modelo convencional de produção de flores, frutas e olerícolas em que o uso de agrotóxicos e adubos químicos em quantidades abusivas configura a estrutura desse modelo (ALENCAR; MENDONÇA; OLIVEIRA; JUCKSCH e CECOM, 2013).

De acordo com Chico Antônio, coordenador da APA *Budega do Povo*:

Aqui é o maior polo de uso de agrotóxicos do Ceará. Devido as hortaliças e as flores. Lá são as frutas. Sabe quantos pés de tomate saem daqui para Fortaleza por dia? De uma horta só. 300 mil pés de alface numa carrada só. Isso é o que ele leva, mas tem outros. Maior produção de rosas ta aqui, que tem matado gente, tem matado rios, com veneno puro. Pior que é estufa. As pessoas que pulverizam com veneno em área aberta pelo menos o vento leva e quem ta dentro de uma estufa? 10 hectares de estufa, você produzindo rosas. O trabalhador só passa um ano, depois de um ano eles despacham p não ter problema dentro da empresa ter que indenizar. Foi comprovado que 25% dos casos de suicídios de jovens aqui são causados pelo veneno, que causa a depressão. Câncer de estomago, câncer de pele e depressão. O médico que comprovou isso botaram ele para correr. (Entrevista concedida a autora em 19/06/2017).

Estudo realizado por Barbosa (2016) indica haver uma correlação entre o aumento de câncer infanto juvenil e a localização dos polos de irrigação no Estado do Ceará. Na microrregião da Ibiapaba, que apresenta o Polo de Irrigação de Ibiapaba,

há um dos maiores índices de óbitos do Estado. Somando todos os casos, no período de 2000 a 2012, e fazendo uma análise por microrregião, nota-se que as cinco microrregiões com maiores coeficientes de mortalidade por 1 milhão de habitantes são: Ibiapaba (63 óbitos/1 milhão de habitantes), Várzea Alegre (57 óbitos/1 milhão de habitantes), Sertão de Inhamuns e Meruoca, cada uma com taxa de mortalidade de 54 óbitos/ 1 milhão de habitantes e Pacajus (53 óbitos/1 milhão de habitantes).

No município de São Benedito, conhecido como a “Capital das Rosas” da Ibiapaba, há a presença das duas maiores empresas da floricultura da região, Reijers e Cearosa. Estas empresas se situam próximo a aldeia gameleira, onde vivem os Tapuya Kariri. Além das empresas, há a presença de “posseiros” que se apoderaram do território para a produção e comércio de cana-de-açúcar, flores e horticultura. Relatos dos indígenas presentes no dossiê ABRASCO denunciam: “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” (624 p) de 2005, indicam que é possível sentir o odor dos agrotóxicos utilizados nas plantações por toda aldeia. A problemática se estende para os que trabalham nas plantações, estes apresentam afecções cutâneas e respiratórias, bem como cefaleia frequente (p.303). Em carta publicada, pelo dossiê os indígenas Tapuya Kariri, fazem um apelo:

Nosso maior sonho é ter liberdade e as nossas terras demarcadas. O problema dos agrotóxicos é vivido pela comunidade de forma decadente, porque as pessoas que pulverizam não usam proteção, e os demais, que estão trabalhando na colheita ou debulha, levam o veneno todo no rosto, os alimentos que eles levam para comer ficam expostos, eles lavam as mãos na água suja de veneno e ganham menos de 20 reais por dia. Começaram as plantações de hortas há mais de 20 anos. Foi evoluindo descontroladamente; eles foram plantando cana-de-açúcar, tomate, pimentão, repolho, batata-doce, maracujá, pepino e outras culturas. Enquanto eles invadem plantando hortas, ameaçam os índios porque falam que compraram a terra existem os posseiros envolvidos com pequenas empresas. São utilizados vários tipos de agrotóxicos exageradamente. O costal, o bombeador com o trape, o motor para pulverizar e aspersores para retirar as águas dos rios. A comunidade percebe a intoxicação por meio de alergias na pele, problemas respiratórios, desenvolvimento de doenças na tireoide, desnutrição, problemas de vista e gastrite. A ajuda vem da Diocese, da universidade, do Tramas, da Funasa (Equipe médica) e da Funai. Os posseiros dificultam porque trazem doenças para a aldeia com os lixos e venenos. O recado da comunidade para os brasileiros envolvidos nesse dossiê é que antes não tínhamos hortas e não precisávamos de agrotóxicos, porque plantávamos utilizando os nutrientes que a terra nos oferecia. Porque a mãe natureza nos oferecia os alimentos necessários. Isso nos foi tirado com o desmatamento para plantar hortas. Socorro! Pedimos a todos os órgãos públicos e federais que nos ajudem a acabar com o uso dos agrotóxicos, pois precisamos de ar puro, águas limpas e terras

férteis, sem uso de agrotóxicos. Estes são outros problemas que a aldeia sofre: a poluição, o desmatamento, a escassez e o aquecimento global. Tapuya Kariri da aldeia Gameleira. São Benedito – CE, 05 de outubro de 2012. Com a participação de: Comunidade Tapuya Kariri: Cacique Cícero Candido, Pajé Tiçé, Andréia, Luana Kariri, Francisco Juliano, Cícero Candido, Francisco Thiago, Leticia, Francisca Suely, Natália, Maria Auxiliadora, Antônia Adriana. Manoela Cavalcanti Frota e Dayse Paixão e Vasconcelos (Mestrado em Saúde Pública, Universidade Federal do Ceará – UFC/ Núcleo TRAMAS).

As violências do agronegócio são plurais e a utilização intensiva de agrotóxicos tem sido uma delas, ocorridas não só no Brasil, mas na América Latina de modo geral³². O que se altera, eventualmente, diz respeito à legislação interna, que também sofre um processo de homogeneização. Assistimos, no governo Bolsonaro (2019-2022), um avanço da degradação da legislação vigente, com projetos de lei que tratam de flexibilizar o uso de agrotóxicos 44, de dificultar sua avaliação, de desonerar seu uso, de ocultar informações da sociedade e de criminalizar as organizações sociais que atuam no sentido inverso. O PL 6.299/200245, conhecido como “Pacote do Veneno”, incorpora o PL 3.200/201546 e outros mais pontuais, de igual intencionalidade, determinando alteração brutal na *Lei dos Agrotóxicos*.

O *Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxico*, publicado anualmente com o objetivo de alertar as entidades e a população para o abuso da aplicação do veneno agrícola nos mostra o elevado percentual de intoxicações exógenas da população brasileira, na sua maioria homens e trabalhadores agrícolas. O relatório de 2008 aponta o Estado do Ceará com mais casos confirmados de intoxicação de agrotóxicos do que casos suspeitos.

A série histórica dos casos notificados de intoxicações por agrotóxicos no Sinan, entre 2007 e 2015, indica que Viçosa do Ceará, município da região da Ibiapaba foi o município prioritário que notificou mais casos de intoxicação por agrotóxicos no Estado do Ceará. Isso revela a necessidade de órgãos responsáveis atentarem para a gravidade desse dado e promover maior fiscalização às empresas e aos agricultores, que utilizam indiscriminadamente os venenos. Compete à *Secretaria do Meio Ambiente do estado do Ceará* (SEMACE), conforme lei estadual nº 12.228/93, o cadastro de agrotóxicos no Estado e o registro e fiscalização das

³²Na Colômbia a pulverização aérea (glifosato e 2,4-D, entre outros) para eliminação de plantações clandestinas de coca, papoula e maconha, bem como desfolhamento de florestas, causa grande impacto porque se concentra nas áreas de maior sócio e eco biodiversidade do país, a exemplo das regiões Amazônica (departamentos de Amazonas, Putumayo, Guaviare, Caquetá, e Vaupés), do Pacífico (Nariño e Cauca) e das Planícies Orientais (Santander, Norte de Santander y Boyacá), bem como na Sierra Nevada de Santa Marta

empresas que comercializam esses produtos. Já a fiscalização da aplicação dessas substâncias no campo fica a cargo da *Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará* (ADAGRI), cuja competência abrange exercer o poder de direção, regulação e fiscalização das atividades agropecuárias (lei estadual nº 14.145/2008).

A ideologia de que há uma maior produtividade com a utilização do veneno faz com que muitos camponeses se subordinem ao capital, dependendo cada vez mais de insumos externos para produzir e, assim, comprometendo a sua autonomia. Não há nada melhor para o capitalismo do que um camponês sem autonomia (alimentar, produtiva, territorial, outras), pois esta levaria a sua proletarização por completo. De acordo com Escobar (2021), a autonomia é o requisito número um para que a recomunalização tenha escopo, para que não seja destruída ou absorvida pela globalização. Muito relacionada com o pensamento zapatista do México, a discussão sobre autonomia vem transcendendo as fronteiras mexicanas e tem influenciado movimentos sociais na América Latina. Os autonomistas da AL entendem a importância de construir experiências coletivas desde baixo, a partir do território e interdependentes da política. Seria recuperar um projeto político com capacidade de produzir o comum enquanto bem.

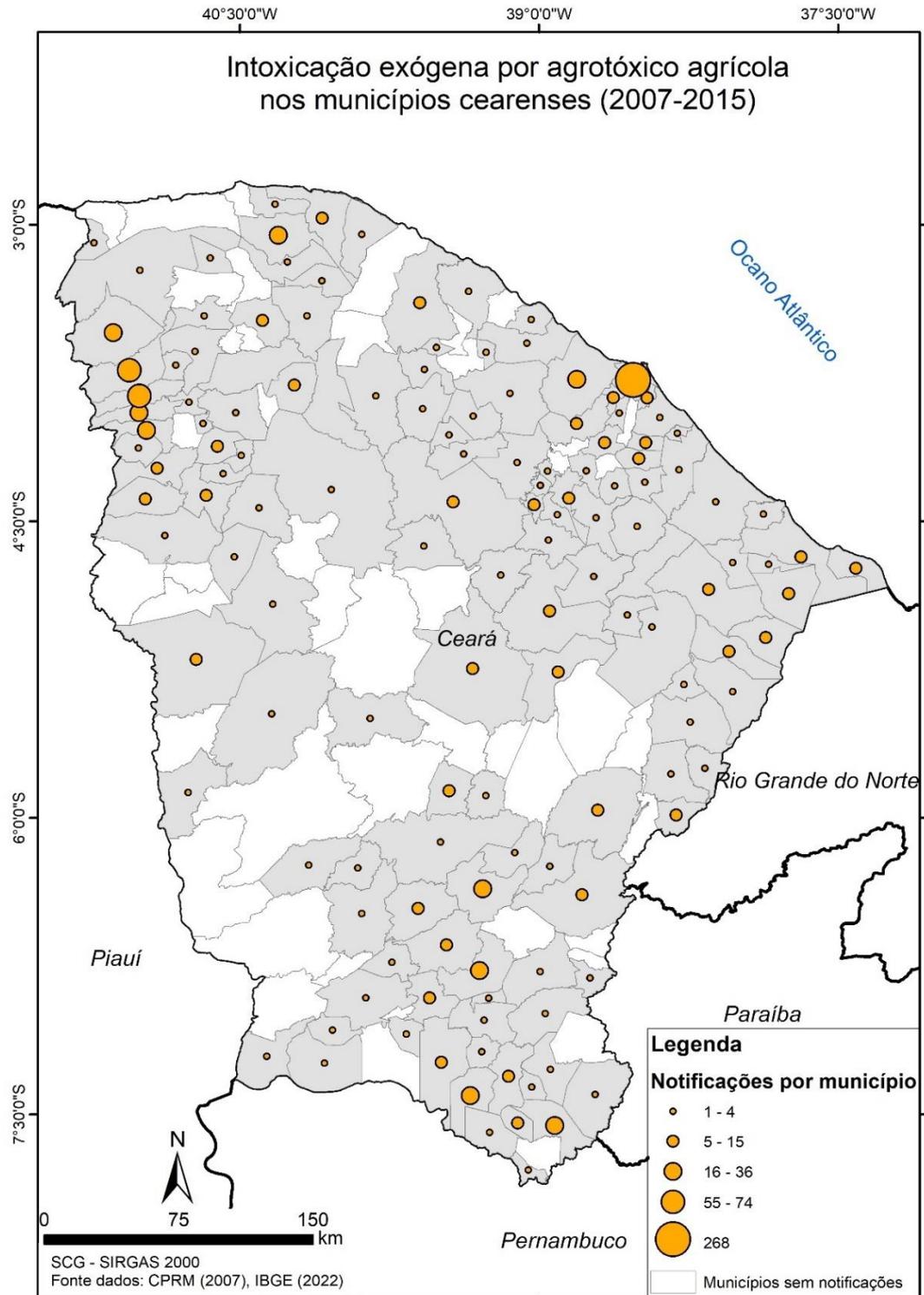
Estejamos cientes de que a correlação de forças nessa sociedade do capitalismo periférico é anti-camponesa. O capitalismo e os valores do mercado dissolvem e negam as comunidades agrárias, camponesas e indígenas diariamente (BARTRA, 2014).

Tabela 4- Intoxicação exógena por agrotóxicos agrícolas nos municípios cearenses

Municípios notificadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Ceará	1	3	6	16	16	25	17	16	41	141
Aurora	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Brejo Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
Crateús	0	0	0	1	4	1	0	1	5	12
Ibiapina	0	0	0	5	0	5	7	4	4	25
Ipu	0	0	0	2	3	1	1	1	0	8
Ipueiras	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Itapipoca	0	0	0	0	0	0	0	3	4	7
Itatira	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Mauriti	0	0	2	1	0	0	0	0	0	3
Milhã	0	0	0	2	1	0	0	0	0	3
Missão Velha	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Pedra Branca	0	0	0	3	5	10	1	1	1	21
Quixeramobim	0	0	2	0	0	3	1	1	0	7
São Benedito	0	0	0	0	1	0	3	1	6	11
Tauá	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Viçosa do Ceará	1	3	2	0	2	4	3	4	13	32

Fonte: Sinan. Consulta ao banco em: fev. 2016. Adaptado pela autora. * os dados referentes a 2015 são parciais.

Figura 4: Espacialização da intoxicação exógena por agrotóxico agrícola nos municípios cearenses



Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan.

A produção agrícola baseada na utilização intensiva de veneno compromete a saúde humana e a natureza (solo, ar, água, outros). No município de São Benedito, por exemplo, pesquisa recente realizada por Barbosa; Silva; Martins; Zelaya e Escobar (2019) indica que os agrotóxicos mais utilizados no município são inseticidas (70%) e fungicidas (30%) e que estes podem ser encontrados nos solos dessa região, comprometendo a qualidade do ambiente com a possibilidade de atingirem as águas subterrâneas.

Sobre as águas, há disputas por terra e conseqüentemente por água na região da Ibiapaba, sendo impossível, portanto, dissociá-los. O rio Jaburu, que abastece oito cidades na região, vem perdendo a capacidade de armazenamento devido aos impactos do agronegócio com desflorestamento e captação de maior parte da água para a produção voltada, como dissemos acima, à exportação. Isso compromete o abastecimento humano. Um dos resultados desse conflito foi à criação do movimento *SOS Jaburu*, que conta com representantes de lideranças sociais, padres, educadores, mulheres, que buscam evitar o colapso do abastecimento humano, pois, apesar da narrativa de que o rio teria uma multiplicidade de usos, sua prioridade vem sendo dada ao setor do agronegócio. Em trecho da petição pública destinada ao governador do Ceará, ao Secretário Estadual de Recursos Hídricos do Ceará, ao Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH) entre outros, o movimento *SOS Jaburu* relata:

O Jaburu foi construído com o propósito de abastecer as necessidades humanas, no entanto o maior volume de água (55%) está sendo destinado aos 151 empreendimentos agrícolas instalados nas margens do reservatório, comprometendo seriamente esse propósito inicial. Da água captada do Jaburu, 44% são destinadas para a CAGECE, que abastece 220.000 habitantes dos 9 municípios e 15 distritos/localidades da região da Ibiapaba.³³

Em ata da terceira reunião extraordinária do comitê da bacia hidrográfica da Serra da Ibiapaba, ocorrida em 2015, havia representantes do agronegócio, da CAGECE, da COGERH, do movimento *SOS Jaburu*, dentre outros. Relatado na ata, Élvio, representante da *Escola de Formação Política e Cidadania* (ESPAF) interveio no debate sobre o discurso dos múltiplos usos da água do rio Jaburu e reafirmou a prioridade da água enquanto bem comum a irrigação:

³³ <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR86060>

Parece que Sr. Junior (vereador de Ibiapina) não concluiu a apresentação e que está havendo um mal-entendido com o movimento SOS Jaburu. Falou que tem hoje 1290 há irrigados, a proposta é suspender a irrigação e o governo arcar com o custo é uma solução de curto prazo, pois transposição é de longo prazo. **Os gestores públicos municipais estão omissos a prova está aqui.** A construção civil está usando água tratada, parece que ninguém quer acreditar nas previsões. Disse também que **a produção irrigada do Jaburu não alimenta a população das Ibiapaba** (grifo nosso, 2015).

Em matéria publicada em fevereiro de 2021 a *Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico* (ANA) confirma o que o movimento *SOS Jaburu* alertava desde 2015, o Açude jaburu perdeu a sua capacidade de abastecimento em 33% (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021)³⁴. O que significa uma maior pressão sobre os recursos hídricos da região e uma necessidade de substituir o modelo insustentável de desenvolvimento adotado na Ibiapaba, baseado na concentração da terra, na ampla utilização de veneno e no alto consumo de água para produção irrigada.

Atentamos para a presença de deputados cearenses na bancada ruralista, atual chamada de *Frente Parlamentar Agropecuária*, formada por 257 membros, estes respondem a lobby de associações e empresas vinculadas ao agronegócio. Dentre os deputados estão AJ Albuquerque (PP), Capitão Wagner (PROS), Domingos Neto (PSD), Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE), Heitor Freire (PSL), Júnior Mano (PL) e Moses Rodrigues (MDB). Ao fazerem parte desta frente, estes deputados interferem nas políticas de estímulo ao agronegócio no Brasil e nos territórios do Estado do Ceará. Ampliando sobremaneira os impactos sociais e ambientais no campo.

Na Ibiapaba, a floricultura, dependente do uso de químicos e de muita água, desde 2015, reduziu suas exportações para o mercado externo e tem priorizado o mercado interno. Um dos objetivos do setor de floricultura atualmente é o aumento da cooperação entre pequenos, médios e grandes produtores. Conforme depoimento do empresário Reijers:

Um mercado onde a gente pode juntar os produtores com os consumidores, clientes isso vai ajudar muito fomentar pequenos produtores que querem iniciar a atividade. Melhorar a questão do mercado, nós temos condições, localização geográfica do estado em relação a norte nordeste é privilegiada, não só no cenário de exportação, mas no cenário nacional também nós podemos distribuir flores de recife até Belém, até Manaus, **nós temos condições de**

³⁴ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/acude-jaburu-i-perdeu-33-da-capacidade-aponta-ana-1.3043586>

pequenos produtores se organizar a gente ser um grande pólo produtor de flores e plantas, clima nós temos, pessoas nós temos, ambiente positivo nos tempos, com essa pandemia nós precisamos rever algumas questões pra gente poder sair dessa de maneira mais forte de maneira mais conjunta, **juntar os produtores de uma forma de associação pra que a gente possa crescer nesse mercado**. E também a questão da Mão de obra, a gente distribuindo norte nordeste vamos valorizar a mão de obra nacional. Fomentar essa cadeia toda. Ceará pode ser o estado de produção de flores norte nordeste (Roberto Reijers, 8 de julho de 2020, grifo nosso)

Com o intuito de facilitar os negócios agrícolas, com o acesso à assistência técnica e aquisição de insumos; o setor endossa o caráter associativo dos produtores, por isso, acreditamos ser preciso distinguir com clareza o cooperativismo capitalista do cooperativismo solidário. O cooperativismo solidário não se restringe a relações puramente econômicas, mas leva em conta, aspectos culturais, políticos, ambientais, questão de gênero, a horizontalidade no trabalho, a autogestão e a divisão dos lucros de maneira equitativa.

Além da floricultura e fruticultura, expandem-se na região negócios ligados ao plantio de soja, milho e trigo e a instalação de parques eólicos nas bordas altas do planalto, alguns destes parques em plena operação como o complexo eólico de Tianguá. Em fase de implementação, o complexo eólico “Ventos de Tianguá” atua em uma área de 9 mil hectares, e os impactos socioambientais já podem ser apreendidos pelas comunidades que estão próximas às torres. Pesquisa realizada por Paiva (2018) aponta alguns dos impactos socioambientais decorrentes da instalação deste parque, dentre eles, a retirada da vegetação nativa, impacto sobre o lençol freático, ruídos aerogeradores, doenças respiratórias decorrentes do tráfego de veículos pesados no município e o aumento da poeira nas casas.

Segundo Diegues e Simonetti (2009), o aumento da demanda por terras com a justificativa de expansão das grandes corporações, da instalação de projetos de infraestrutura (hidrelétricas, parques eólicos, mineração) e, até mesmo do estabelecimento de espaços públicos como unidades de conservação, tem gerado uma verdadeira tragédia dos comunitários, através da expulsão de muitos.

A região possui um caráter de tensão social latente. Há disputas entre o latifúndio, agronegócio e capital contra distintas formas de vida (camponesa, quilombola, indígena), com lógicas de produção, comercialização e consumo inconciliáveis. As comunidades em busca de existir e reexistir em seus territórios tem

buscado se organizar através das igrejas, associações, sindicatos, ONGs, instâncias que se constituem em espaços de luta coletivos contra as violências do agronegócio.

As escolas também constituem espaços coletivos de luta e resistência à ideologia do agronegócio, se por um lado há a escola *Tecflores* educando a juventude para o sustento do agronegócio das flores; de outro, existem também escolas com educação contextualizada, que resistem a esta monocultura de pensamento. Destacamos a *Escola Família Agrícola da Ibiapaba Chico Antônio Bié*, situada em Tianguá, no qual surgiu a partir do projeto agroecologia em rede respondendo os anseios dos *Sindicatos dos Trabalhadores Rurais* de Viçosa e de Tianguá e dos pais e mães da região, que desejavam que seus filhos fossem educados no campo e para o campo, dificultando a cooptação e o êxodo rural da juventude. Destacamos ainda a *Escola Indígena Francisco Gonçalves de Souza 'Chico Paizé'*, escola *Tapuya Kariri* localizada em São Benedito, as quais buscam educar e resgatar práticas e os saberes historicamente perseguidos. Neste espaço, realizam atividades artísticas, plantio de árvores, plantas e ervas de onde se extraem tintas naturais (urucum, jenipapo, etc.), além de incentivar o uso de tecnologias a favor da ampliação e disseminação do conhecimento indígena. O nome da escola homenageia o defensor do povo e da cultura kariri, o cacique Chico Paizé.

Ainda na região, encontramos a Escola indígena *Tabajara Kalabaça Jardim das Oliveiras* no município de Poranga – CE, que se dedica à educação com resgate à cultura indígena, os saberes, as práticas culturais e artísticas além de atividades articuladas a comunidade de Poranga

Quando eu me entendi, a minha realidade de crescimento trabalhando com meus pais, meus avós, meus tios, essa terra tinha um pouco de conflito. Então, eles já diziam para nós, garotos, que era difícil. Como era que vinham acontecendo os conflitos sem ter terra para morar, sem ter onde trabalhar? A gente vivendo cercado de posseiros que se dizem donos da nossa terra por direito. Por nossa organização, começando desde a escola, abriram nossos olhos para nós lutarmos. Foi aí que começou a perseguição mais forte. Mais de cinquenta homens no terreiro da casa do Lissé, seis de outubro, próximo à eleição, onde queriam matar o nosso pajé (Poema de Laisa, retirado do livro *Universos Kariris*, 2021)

A EFA é uma escola que exala o cheiro do campo, o contexto camponês, a vida, o trabalho, a cultura do campo e também das culturas circunvizinhas. Quando falamos de campo estamos invocando a agricultura familiar, a agricultura camponesa. Com a escola o campo se fortalece e busca soluções para seus problemas, pois o campo é vivo, é dinâmico (EFA Chico Antonio Bié)

Acreditamos na importância em citar estas escolas, pois elas representam a diversidade de modos de viver na Ibiapaba, resistentes a séculos de opressão e invisibilidade. A educação no campo desde 2006 vive um momento trágico, reflexo das políticas do Estado anti-educação, anti-trabalhadoras e anti-camponesas, em parceria com o agronegócio. A ofensiva brutal contra educação no campo tem buscado precarizar e encerrar atividades de escolas públicas localizadas em áreas rurais. De acordo com dados do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (INEP), entre 1997 e 2019, houve o fechamento de 82.254, ou seja, 60 %, de estabelecimentos de ensino localizados em áreas rurais. Em duas décadas, mais da metade de todas as escolas do campo foram fechadas. A região Nordeste, por concentrar maior número destas escolas, foi a mais afetada: das 82 mil escolas fechadas, 42 mil foram no Nordeste sob o discurso de que elas tinham o custo elevado, certos argumentos pedagógicos e a retração populacional; mas, o que temos é que, no campo, a escola foi historicamente vista como desnecessária. Sua gênese se afina com a luta por terras realizada, principalmente, pelo *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), que propunha em suas ocupações e assentamentos uma educação contextualizada, diferenciada.

O processo de perseguição às escolas também pode ser lido como uma estratégia de desagregação comunitária e desmobilização de luta pela terra. Pois, quanto menos escolas no campo, menos possibilidade de articulação dos movimentos sociais, menos espaço para a discussão sobre os impactos territoriais do agro. A exigência e visibilidade de demandas, visto que o agro e o campesinato serem projetos antagônicos e incompatíveis, a educação torna-se um campo de disputa de classes no espaço agrário.

Em seu histórico de luta a *Budega do Povo* tem uma ligação íntima com as escolas do campo, Espaf e EFA Chico Bié. Chico, que leva o nome da escola, é um dos mais antigos associados da APA *Budega do Povo* responsável por assessorar as famílias no plantio, a partir dos princípios da agroecologia. Vários associados também fizeram parte de cursos oferecidos pela Espaf, o que deu um embasamento social e político para construção da Budega. Por isso, acreditamos na importância das escolas nesse processo de fortalecimento das organizações do campo.

As formas de luta desenvolvidas pelos movimentos camponeses são ações criativas que revelam a força de uma classe social moderna, eficiente e incomoda. Os camponeses, à margem dos direitos sociais, procuraram continuar em luta pela terra e por um projeto de vida com dignidade e justiça social no campo. As experiências coletivas que aqui denominamos *Economias Solidárias e Territoriais*, inspiradas na economia camponesa e em valores como a solidariedade e a cooperação, buscam revalorizar a comunidade, hoje, profundamente ameaçada pela economia do lucro, sem compromisso com a função social da propriedade. Em oposição a isso, então, A *APA Bodega do Povo*, a partir do seu território, estabelece relações econômicas, sociais e políticas em bases justas, que procuram beneficiar a coletividade sem impactar a natureza. Essas relações são estabelecidas, é claro, para além do território de Viçosa, com as comunidades da Ibiapaba, com outras experiências coletivas que conformam a Rede Budegas. Se expressa, portanto, enquanto resistência territorial e luta por autonomias (territorial, econômica, gênero, alimentar, outros).

5 A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS (APA) BUDEGA DO POVO – VIÇOSA DO CEARÁ E A PRÁTICA DA SOLIDARIEDADE TERRITORIAL

‘(...) *lento, mas vem
o futuro se aproxima
devagar
mas vem.*’
(Mario Benedetti)

Neste capítulo, buscamos compreender a *Economia Solidária* (ES) a partir de uma realidade socioespacial específica - a da Associação de Produtores Agroecológicos (APA) *Bodega do Povo* - localizada no município de Viçosa do Ceará. Busca-se relacionar, a partir do território estudado, a prática da ES em suas vivências, sociabilidades, identidades, contradições e resistências. O território representa a conjunção de tempos e espaços, que apontariam as reais possibilidades da ES de representar o fortalecimento de autonomias.

A APA *Bodega do Povo* vincula-se a Rede Bodegas, que se refere a uma rede estadual de comercialização solidária presente em cinco municípios do Estado do Ceará - Fortaleza, Aracati, Viçosa do Ceará, Maranguape e Sobral. Atualmente, é composta por 56 grupos produtivos e atinge economicamente mais de 456 famílias. Para sua elaboração e criação contaram com o apoio da Cáritas³⁵, organismo da Igreja Católica fundado em 1987 e atuante no estado do Ceará desde 1988.

São diversos os produtos e os serviços oferecidos pelas Bodegas, dentre eles, a confecção e venda de artesanato, produtos beneficiados, produção da agricultura familiar, turismo comunitário entre outros serviços. A gestão é compartilhada e efetivada pela Comissão Gestora, constituída por representantes das Bodegas e das entidades parceiras, que se reúnem regularmente para planejar e executar as ações de forma coletiva.

E porque a rede é chamada de ‘Bodegas’? De acordo com Izabel Cristina, assessora da Cáritas Fortaleza:

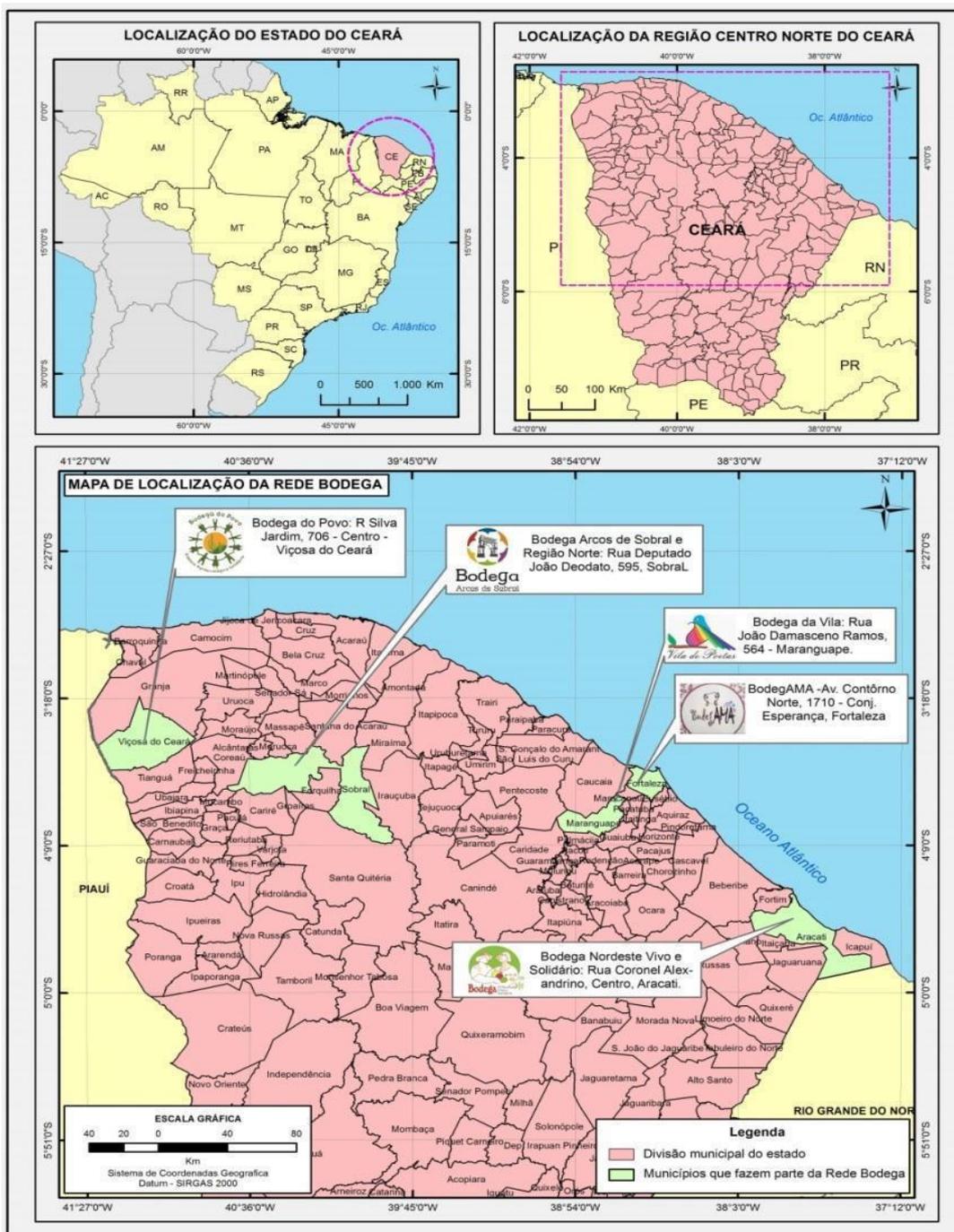
³⁵A Cáritas é um organismo da Igreja Católica presente em mais de duas centenas de países e territórios, na forma de uma rede com nome de Caritas Internationalis, sede no Vaticano e origem em 1897. Essa rede está subdividida em sete regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e a chamada Mona (Oriente Médio e Norte da África). No Ceará a Cáritas participa da articulação das pastorais sociais, CEB's e Organismos. Desde o seminário ‘O Homem e a Seca’, realizados nas décadas de 1980 a 1990, foi construída no conjunto da Igreja e da sociedade, possibilidades de convivência com o semiárido, através da Economia Solidária e da incidência nas políticas públicas.

A Bodega remete ao comércio tradicional da região nordeste muito forte no Ceará que é o comércio pequeno onde a relação não era só de comercialização era de amizade, havia confiabilidade, o caderninho onde se anotavam as dívidas ali não rolava só comercial, mas conversavam sobre a vida. A bodega tinha de tudo né, um pouquinho de arroz, um pouquinho de feijão, de farinha, tinha o chinelo, tinha o chapéu de couro e tudo da produção local então esse termo a gente resolveu usar com resgate a essa cultura no ceará – (Entrevista concedida à autora em 26 de setembro de 2017)

Apresentam, assim, uma diversidade social e produtiva, que é o reflexo da multiplicidade territorial em que se realizam. Enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional proposto pela lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2005).

Sediada inicialmente em Tianguá, a Associação dos Produtores Agroecológicos (APA) *Bodega do Povo* foi criada em 2004 por camponeses e camponesas de Viçosa do Ceará e Tianguá, que buscavam ter o controle do processo produtivo, da distribuição e da comercialização das suas mercadorias. O debate sobre os atravessadores e o impasse da comercialização surgiu na formação de políticas públicas realizadas pela *Escola de formação Política e Cidadania* (ESPAF) de Tianguá. Além do debate sobre a comercialização, um dos objetivos era eliminar a utilização de agrotóxicos em suas produções, porquanto estarem inseridos em uma das regiões, onde localiza-se um dos polos do agronegócio cearense, cujas práticas assentam-se na monocultura e na utilização intensiva de agroquímicos. Desde o início da fundação da *Bodega do Povo*, os camponeses e camponesas optaram pela agroecologia como um dos seus princípios.

Figura 5: Localização da Rede Bodegas



O processo de transição agroecológica foi e ainda é um desafio para os associados e associadas, visto que a cultura de dependência de agroquímicos na região não é algo restrito ao agronegócio. Pequenos agricultores, na região, também se valem do manejo destes produtos. Há uma concepção hegemônica, entre os produtores de distintas escalas, de que os agrotóxicos são indispensáveis para o controle de “pragas” e para o consequente aumento de produtividade.

Compreendemos a transição agroecológica enquanto processo social orientado à obtenção de níveis mais equilibrados de sustentabilidade, produtividade, estabilidade e equidade na atividade agrária, utilizando estilos mais respeitosos com o meio ambiente (COSTABEBER, 1998). Em relação a esse processo, a representante da Cáritas de Tianguá nos relatou o seguinte:

É muito difícil esse processo de transição né, mas com os anos acho que a gente já tem alguma conquista, algumas famílias tem essa consciência que é possível plantar sem veneno, que é possível você plantar né sem queimar, fazer degradação com a terra, eu acho que o desafio foi muito grande com esses agricultores para eles terem essa consciência mas acho que o trabalho feito pela Cáritas, pelas entidades que apoiam a gente, acho que a gente criou uma demanda muito grande já em relação a essa conscientização com as famílias. Eles mesmo guardam as sementes, no intuito que não peguem uma inadequada. Da sua própria terra (Entrevista concedida a autora em 19/06/2017)

Um dos exemplos interessantes nesse processo de transição agroecológica é do agricultor e associado, Jorgiel, pois, após se formar em uma escola técnica, ele adotou os princípios agroecológicos e atualmente difunde o seu conhecimento com a comunidade. Costabeber e Moyano (2000) afirmam que há uma relação entre o processo de transição agroecológica e a ação coletiva, sendo esta ação um elemento fundamental para se compreender a consolidação de novos estilos de agricultura. Em tal estratégia, dizem os autores, a dimensão territorial tem um papel central, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilita a implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

Jorgiel, é, portanto, uma das referências na produção agroecológica em Viçosa do Ceará e é conhecido pelos amigos e amigas como um apaixonado pela agroecologia. Contribui atualmente como professor no curso de Agropecuária da EFA Chico Antonio Bié, escola responsável por uma educação mais contextualizada com a realidade dos filhos e filhas de camponeses.

Meu nome é Jorgiel, sou associado a bodega e assentado há cinco anos pelo programa Crédito Rural, do Governo Federal, no Assentamento Bom Jesus II em Tianguá, CE. Já fui trabalhador rural em unidades de produção de alimentos que faziam uso de muito veneno, mas percebi que aqui não ia conseguir produzir dessa maneira; por isso decidi produzir sem veneno. Hoje produzo tomate, cenoura, couve, beterraba, pepino, maxixe, quiabo, maracujá, com compostagem, biofertilizantes, cultivo protegido e viveiro de mudas próprio (Entrevista concedida a autora em 20/06/2017).

É válido ressaltar que a abordagem agroecológica não estimula a implementação da agricultura sem técnicas, nem o abandono da produção agrícola ao sabor da natureza. É preciso considerar os novos aspectos tecnológicos e socioeconômicos orientados por esta ciência para realização de uma agricultura verdadeiramente sustentável, como a não dependência de insumos externos aliados à melhoria da qualidade do solo gerada pelas práticas orgânicas.

A solidariedade e a cooperação precisam ser exercidas não somente entre homens e mulheres, mas também em relação à natureza e aos seus bens comuns. De acordo com Harvey (2019, Apud Castells, 2019) os bens comuns não são um tipo particular de coisa, mas, sim, uma relação social instável e maleável entre um grupo social autodefinido e aqueles aspectos do seu ambiente social e/ou físico (já existente ou ainda a ser criado) considerados cruciais para a sua vida e o seu sustento (p.55). Coloca-se o desafio de construção de uma Solidariedade sistêmica – em que os integrantes sejam capazes de unir economia, cultura, sociedade, natureza, território, com democracia, com ética. Trata-se de um amplo desafio, pois se estabeleceria uma solidariedade multidimensional.

Recordamos que o projeto piloto do que viria ser a *Bodega do Povo* contou com o apoio institucional da Cáritas Regional Ceará, através da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, da Pastoral Social de Tianguá e do Sindicato dos trabalhadores rurais. Estas organizações sociais, políticas e econômicas auxiliaram o grupo na construção de um ponto fixo para o armazenamento da produção, nas estruturas para feiras e nas atividades de formação, através de cursos e intercâmbios para aprendizagem sobre a agroecologia, gestão econômica e formação em *Economia Solidária*. Há, portanto, um trabalho de base que antecipa a criação da *Bodega do Povo*, o que faz com que ela não se caracterize somente como uma experiência econômica, mas como um espaço de educação popular. De acordo com os associados e associadas, o principal objetivo da *Bodega do Povo*, seria por meio da *Economia Solidária* fortalecer a visão e a ação cooperativista com a comercialização em rede, visando o crescimento e a qualificação dos produtos e dos/as cooperados/as para o mundo solidário.

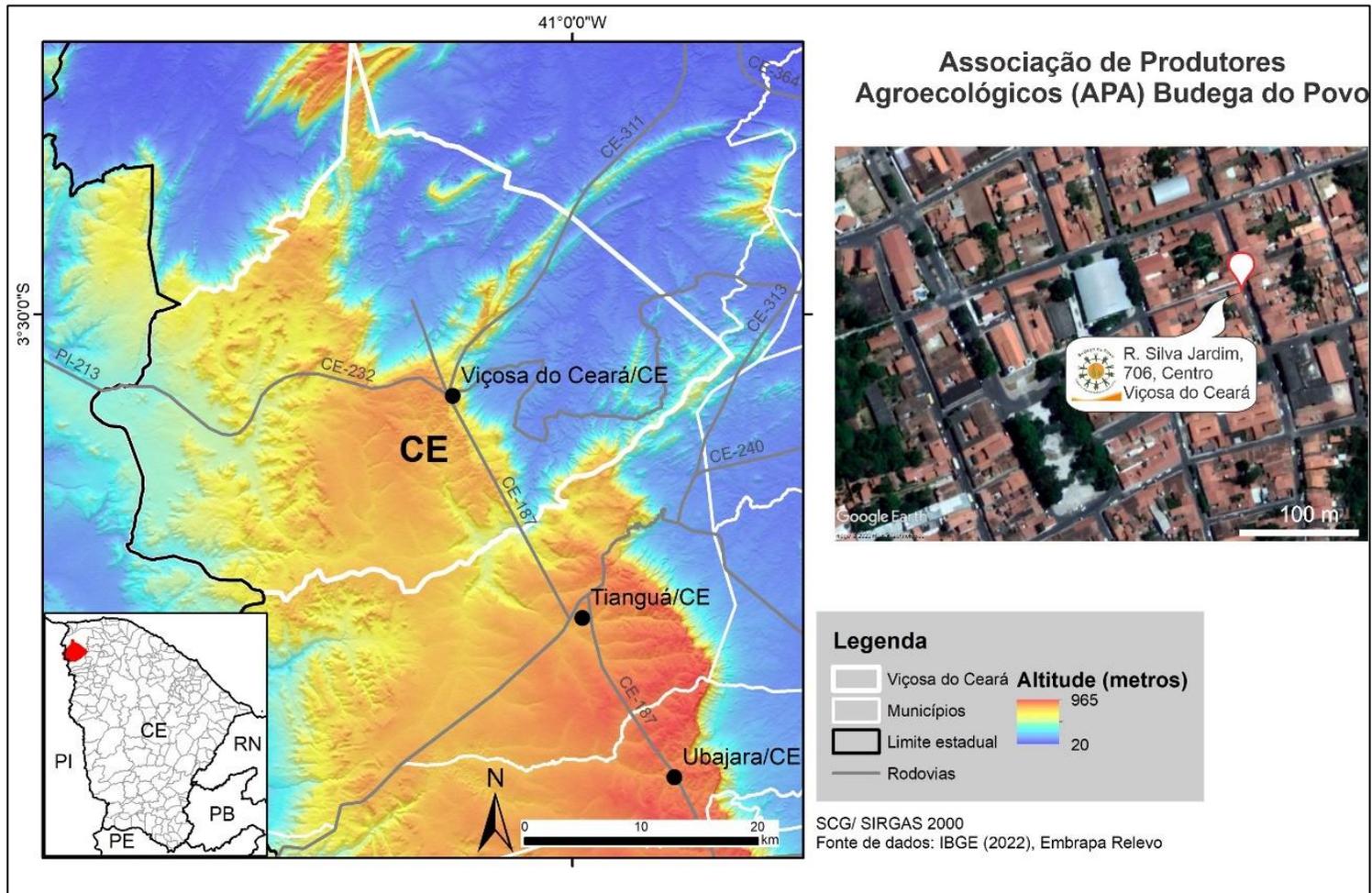
Caracterizamos a Bodega como um território dinâmico, não ausente de conflitos, ao contrário, inseridos dentro do modo de produção capitalista, são diariamente assediados pela individualidade e competitividade. Ao longo dos seus 19

anos, já passaram por idas e vindas de associados e associadas que optaram por comercializar de maneira individual, crises econômicas decorrentes de má gestão dos recursos, mudanças de sede, ou seja, evidenciamos que experiências em ES não estão passíveis de contradições, pelo contrário, elas estão presentes. No entanto, conforme Reygadas (2014), mesmo reconhecendo as limitações e contradições destas experiências não se trata de adotar uma perspectiva fatalista de que não há alternativas econômicas, através de uma narrativa de desilusão que conclui não haver caminhos viáveis. Em que o único caminho possível é aquele já existente dentro do modo de produção capitalista, porque, na prática, nenhuma das experiências consegue acercasse a perfeição imaginada pelos ideais utópicos.

Deste modo, compreendemos as contradições e limitações da APA *Bodega do Povo*, no entanto, acreditamos que a crítica e o reconhecimento dos desafios podem fortalecer esta experiência e não diminuir o seu potencial. Pois, mesmo diante de tantos percalços, ela continua re-existindo como um território para além das questões puramente econômicas, como um espaço de formação, inserção, vínculos afetivos, dentre outros, vamos analisar, pois, as suas possibilidades.

E nós temos coisas boas na bodega, mas a gente sempre foi muito pé no chão, a gente nunca voou tão alto e por isso a gente fecha várias vezes para se reestruturar para se reerguer e uma coisa boa que tem na bodega é que toda vez que tem uma crise e a gente fala, vamos acabar com a bodega? **Ninguém quer acabar com a bodega.** Quer dizer, tem a crise, mas ninguém quer acabar com a bodega. Quer de alguma forma mexer e reestruturar. Mas essa crise mais longa que teve agora, não foi nem por falta de produção não, mesmo porque nessa época do ano tem mais produção do que no restante do ano é porque uma diretoria que foi eleita desistiu, aí foi um problemão, como vai executar. Então tivemos que buscar outra diretoria (Entrevista concedida a autora em 19/06/2017).

Figura 6: Localização da APA Budega do Povo



Fonte de dados: IBGE (2022).

Compreendemos, deste modo, a Budega para além de um território de comercialização, de fato, trata-se de um território de vínculos, onde a subjetividade também a envolve, pois, a afetividade e a sensação de pertencimento está presente em seus associados e associadas. Neste território, há vínculos territoriais que os conectam e fortalecem os aspectos sociais, políticos, econômicos e educacionais.

De acordo com Heidrich (2017), pequenos agricultores associados são exemplos de experiências de vínculo territorial, porque eles fazem uso do espaço como alternativa à territorialidade moderna, pela ressignificação de sua produção agrícola, por ela ser orientada por um valor ético-ecológico-comunitário e não essencialmente mercantil. A articulação com movimentos sociais, igrejas, ONGs, associações, pode se constituir como a busca por apoio técnico, mas também pode funcionar como espaços para divulgação dos seus princípios. Esta ação implica deslocamento geográfico da prática do grupo e das ideias contidas nela. Dentre os exemplos de articulação territorial, poderíamos destacar o *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa*, o *Movimento Ibiapano de Mulheres* (MIM), a *Escola Família Agrícola* (EFA) Ibiapaba Chico António Bié, a *Cáritas Tianguá* e ONGS, como a *Fundação Cepema* e *Casa socioambiental*. Ainda de acordo com Heidrich (2017), o vínculo necessita de um grupo atuante – um ator socioterritorial – pois o território se efetiva quando envolve coletivos. Há, portanto, uma formação de rede territorial local, para além da rede estadual de comercialização (Rede Budegas). O fortalecimento das redes territoriais locais também pode fortalecer as autonomias das experiências a nível local e auxiliá-las na construção e sugestão de políticas em outras escalas (estadual, municipal e federal) em prol de um mesmo projeto - o fortalecimento territorial centrado na economia solidária.

Em contraponto ao modo de produção realizado na região da Ibiapaba pelo agronegócio de flores e frutas; camponeses e camponesas da APA *Budega do Povo* se organizaram em torno de uma forma alternativa de produzir, a partir dos seus quintais localizados na zona rural de Viçosa do Ceará e Tianguá - Sitio Jenipapo, Sitio Buriti, Sitio Noe, Sitio Macajetuba, Recanto do beijaflor, Sitio do caipira, Sitio São João, Assentamento Bom Jesus II, Sitio Juá dos vieira, que passaram a produzir alimentos sem utilizar agrotóxicos e através da APA *Budega do Povo* venderam o seu excedente.

Os quintais produtivos caracterizam-se por serem espaços próximos à residência, onde se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como outros produtos, como lenha e plantas medicinais (BRITO e COELHO, 2000). Esse modelo contraria a racionalidade econômica presente no latifúndio e no Agronegócio, pois, apesar de possuírem extensos hectares de terras, são monocultores, desconsideram a produção de alimentos básicos como o feijão, arroz, milho, mandioca, tão necessários à segurança e autonomia alimentar do país.

Olha nós temos hoje eu acho que é em média de uns 78 itens que a gente comercializa aqui no espaço, a gente trabalha com frutas, verduras, hortaliças e com produtos beneficiados, a gente tem um grupo de 20 associados e cada grupo, é, cada família tem uma produção. Uns trabalha só com produtos beneficiados, outros com beneficiados e hortaliças, outros só com hortaliças e a gente comercializa tanto aqui no espaço, a gente participa da feirinha das mulheres que acontece aos sábados em frente ao sindicato, participamos também de feiras regionais, estaduais e a gente comercializa também através das outras budegas, a gente tem essa troca de produtos e também a gente trabalha muito sob encomenda, outros clientes de fora que são indicados por outras budegas, outros clientes que indicam a gente. (Entrevista concedida a autora em 15/04/2020).

A redes, as feiras locais e os mercados de proximidade proporcionam exemplos de experiências que produzem vínculos sociais e mobilizam a sociabilidade por meio das relações diretas entre produtores e consumidores. Pode significar também a desalienação no processo produtivo a partir da reapropriação do controle do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, bem como de outras instâncias da sua existência social (Quijano, 2000). Trata-se, assim, de retomar à autonomia coletiva no que se refere à posição central e fulcral do trabalho vivo e da cidadania.

Esse grupo quando começou, eram de famílias que produziam somente no seu quintal, a maioria dessas pessoas quando começaram eles não estavam mais conseguindo trabalhar com o veneno, então eles tiveram que produzir para eles para que eles pudessem se alimentar e alimentar a família, mas aí o excedente eles pensaram em comercializar. Aí tiveram a ideia do espaço para eles comercializassem esses produtos que sobravam da produção deles e então começou de uma produção pequena né e que foram aumentando tanto a produção quanto os associados que acreditaram na ideia de que se interessaram em entrar também no grupo e a partir daí a gente também começou a trabalhar com a conscientização né, das pessoas, dos clientes, a importância de uma alimentação saudável (Entrevista concedida a autora em 15/04/2020).

Há entre as Budegas, na feira com os consumidores ou no ponto fixo, a troca de mercadorias e de saberes, pois a *Economia Solidária* articula o caráter econômico com a perspectiva política e pedagógica. O que faz com que, apesar de homens e mulheres, se inserirem nos grupos motivados pela questão econômica, o contato com a pedagogia da autogestão fortalece valores como a reciprocidade e a solidariedade, distintos do mercado de troca capitalista, onde prevalece as leis de competitividade e concorrência.



Figura 7 e 8: Quintal Agroecológico de Lucilene. Lourenço, 12 de março de 2020.

Figura 9: Quintal Agroecológico de Dorinha, Sousa, 10 de agosto de 2020.



Destacamos a intensa participação feminina nas experiências produtivas relacionadas à *Rede Bodegas*, são elas que estão a frente do processo de produção e comercialização e das atividades de formação. Tem possibilitado o encontro e debate sobre a vida e o trabalho. A prática da produção no coletivo, transformando a vida dessas mulheres, com possibilidade de autonomia, empoderamento e renda. Muitos dos saberes aprendidos nesses espaços de formação questionam a cultura capitalista heteropatriarcal enraizada no espaço agrário devido ao elevado conservadorismo instituído na cultura rural, através da divisão social e sexual das tarefas (PASTORE, 2015).

A partir da vivência e apropriação de outros saberes, associadas relatam situações de conflito com seus pais ou companheiros, dentre elas, destacamos o relato de Maria da Penha:

O meu esposo quando vê, fala ave que é besta isso não vai da em nada, eu falo pra ele rapaz deixa o meu serviço de mão, se tu acredita só no teu, então acredita só no teu. Depois tu vai ver o resultado. Porque ele vai fazer uma feira em Parnaíba no final de semana e parece que ele só acredita no dele, quando parte do orgânico, o papai também lá do jenipapo que é onde eu trabalho também, o papai não acredita no orgânico e eu falo para ele papai deixe de botar veneno, bote menos veneno. Olhe nois plantemo agora, nossa última

plantação de maracujá nois não tiremos nenhum q empregamos no arame e porque foi? O veneno acabou com a terra e aí você fica botando veneno. Não não, não tem trabalhador (o pai) não sei o que. Aí eu pai pois vamos comprar uma máquina de roçar que aí eu com a máquina até eu roço. Mas é difícil viu, e o véi já tem 80 anos e para a gente conseguir derrubar na conversa (Entrevista concedida a autora em 15 de abril de 2020)

Logicas econômicas, de princípios e valores com uma perspectiva de gênero, levam em consideração o cuidado com os outros, os vínculos sociais, a interdependência e a sustentabilidade. Essas atividades se desenvolvem muitas vezes na intersecção entre o domínio produtivo e reprodutivo. Grande parte das associadas da *Budega do Povo* dividem as atividades de formação, comercialização, a produção nos quintais agroecológicos, com as tarefas domésticas, reveza com as outras companheiras a presença no ponto fixo, participam das feiras, são responsáveis pelas redes sociais e, em tempos de pandemia da Covid-19, organizam as cestas para entrega. Tecem redes nos seus territórios de vida o que nos permite ir além de uma análise unicamente material. De acordo com Joelma:

A gente tem um pequeno espaço e consegue tirar o nosso sustento, pra mim é um privilégio sabe, a gente fazer uma coisa que a gente gosta e a gente perceber que isso é reconhecido por muita gente. Tem um grupo que eu também vendo no cocal. Vou pra viçosa na sexta e vou para o cocal no sábado. E lá mando semanalmente a lista como mando pra mazé. Tem semanas que eu tenho 15 variedades. Meu tempo aqui é muito corrido, praticamente tempo para casa é mínimo. Ainda acho vantagem fazer o que faço (Entrevista concedida a autora em 22 de abril de 2020).

A ampla participação das mulheres nas atividades em ES aponta-nos a importância destes territórios como espaços democráticos de inclusão e potencializadores da autonomia política e econômica feminina. Ao contrário do que nos mostra repetidamente os *Censos Agropecuários*, as mulheres exercem um papel no campo muito maior e bem mais definitivo do que apenas uma relação de parentesco com o “produtor”. No Estado do Ceará, no que se refere aos responsáveis pelos estabelecimentos das *Unidade de Agricultura Familiar (UAF)* o Censo Agropecuário de 2017 informa que a maioria é constituída de chefes do sexo masculino. Havia 238.132 (80,0%) dos estabelecimentos dirigidos por homens e 59.730 (20,0%) que tinham mulheres nas decisões. Infelizmente, há em nosso país uma constante processo de invisibilidade da importância do trabalho da mulher no campo. De acordo com Pérez Orozco (2006), por exemplo:

Desde el feminismo decimos que uno de los mecanismos clave es derivar la responsabilidad de sostener la vida a las esferas económicas invisibilizadas. A estas esferas le hemos dado diversos nombres: cuidado, trabajo doméstico, reproducción...usamos la nomenclatura que usamos, nos referimos a que la responsabilidad de sacar adelante los procesos vitales amenazados se sumerge ahí, donde queda privatizada (no es del común) y feminizada (p.31).

As práticas comunitárias realizadas a partir de outras economias alargam o debate de dimensões até então ignoradas, como a importância da natureza e da economia feminina. Pérez Orozco (2006) propõe, por exemplo, a construção de espaços econômicos de subversão feminina, articulados em uma responsabilidade coletiva, em fazer possível a vida, pois a economia capitalista - heteropatriarcal, meio ambientalmente destruidora, colonialista e racista – invisibiliza a importância das mulheres.

É o capitalismo, portanto, que define os níveis de visibilidade e os mecanismos de invisibilidade. Por isso se faz necessário fortalecer e visibilizar experiências que tenham preponderância feminina, cuja lógica central de seu trabalho não gire em torno da acumulação, mas se concentre na busca coletiva de autonomia e do bem viver. O "Bem Viver" é um conceito que nasce da cosmovisão das comunidades tradicionais andinas, em que há múltiplos modos de vida, que levam em consideração dimensões plurais (natural, social, econômica e política) distintas à lógica unidimensional do capitalismo. Corresponde a possibilidade de um bom convívio universal e diverso. De acordo com Acosta (2016):

O Bem Viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistências e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (p.29).

Entendemos que as *Economias Solidárias Territoriais* e o *Bem Viver* são propostas carregadas de sentidos e sentimentos comuns. Podem, portanto, imbricar-se em uma perspectiva de crítica ao capitalismo e aos seus efeitos na construção de outras relações com a sociedade e os bens comuns. Desse modo, categorias que estejam de um lado oposto ao do sistema presente - bem viver, teoria do comum, decrescimento – podem enriquecer e auxiliar acerca de leituras plurais sobre as experiências em economia solidária. Perspectivas que rompam o dogma do desenvolvimento – carregado de violências históricas – e apontem também caminhos

em que haja respeito aos povos e a natureza. Saberes, modos de vida, que não estão presentes nos livros, mas que se realizam cotidianamente nos territórios que resistem à lógica vertical do capitalismo em suas diferentes manifestações.

Reterritorializar a economia em uma escala humana (MAX - NEEF, 1993) é, portanto, um desafio posto. Corresponde avançar na autonomia coletiva para o fortalecimento de experiências territoriais emancipadoras. Autonomia que se encarna no território: que é a terra e que é o corpo. E para as mulheres é preciso que haja o desaparecimento da divisão sexual do trabalho, em que se articulam essas formas hegemônicas de trabalho (trabalho assalariado e cuidado), e que permeiam nosso cotidiano para muito mais além dessas questões.

A participação das mulheres na *Bodega do Povo* soma-se ao trabalho do *Movimento Ibiapano de Mulheres* (MIM). Este movimento foi criado em 2004, como estratégia para alterar o quadro crítico de violência contra as mulheres da região da Serra da Ibiapaba. Desde 2007, o movimento atua junto à Bodega. Compartilham os espaços coletivos das feiras, das atividades de formação, para realizarem também atividades que fomentem a emancipação e autonomia feminina no campo. A feira representa, desde o início, um espaço de liberdade para as mulheres e um espaço de troca de experiências e de aprendizado. De acordo com Liliane Carvalho, representante do MIM:

O Movimento Ibiapabano de Mulheres, o MIM, é uma organização feminista que atua em todos os municípios da serra da Ibiapaba, nós estamos integradas ao Fórum Cearense de mulheres e a AMB, Articulação de mulheres brasileiras. Somos uma organização feminista que trabalha especificamente a questão das mulheres no sentido de combater todas as formas de opressão, de dominação, de exploração sobre as mulheres, mas o MIM também integra outros movimentos sociais na luta por justiça socioambiental pela agroecologia e nesse sentido nós fazemos um trabalho em toda a serra, mas especificamente aqui em Viçosa na autoorganização das mulheres em torno de uma produção agroecológica, no comércio justo e solidário, no consumo conciente, nesse sentido a gente contribui tanto com a autoorganização dessas mulheres como também nós somos apoiadas pelo sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, pela fundação Cepema através do projeto Terra do Futuro que tem nos ajudado a organizar essas mulheres (Entrevista concedida a autora em 10 de fevereiro de 2020).

Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 10: Associados no ponto fixo Bodega do Povo. Fonte: Arquivo Bodega do Povo.

Figura 11: bandeira do Movimento Ibiapano de Mulheres. Deparnaíba, 31 de julho de 2020.

Figura 12: Feira dos produtores da Bodega do Povo. Costa, 2 de março de 2015.

5.1 “Enquanto houver quem acredite, a semente é boa³⁶”: desafios e transições da APA *Budega do Povo*

Diante da possibilidade de acesso a um maior número de políticas públicas via *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (SENAES) e *Superintendência do Desenvolvimento Agrário* (SDA), os camponeses da *Budega do Povo* decidiram em 2005 transformar-se juridicamente em Cooperativa. Conceberam a COOPA (Cooperativa dos pequenos (as) Agricultores (as) Agroecológicos e Artesãos – Budega do Povo), no entanto, não obtiveram bons resultados. Essa transição trouxe consigo uma série de problemas, além de conflitos internos, o grupo teve bastante dificuldade burocrática diante da *Junta Comercial* responsável pelas cooperativas no Estado do Ceará.

Chico Antônio conta os problemas deste momento:

A maior dificuldade é o comprometimento, a pessoa tem a consciência que é bom, mas não se compromete. Porque a economia solidaria e a produção agroecológica todo mundo acha que é o caminho porque quando nós temos na buodega as pessoas têm preferência por eles porque são melhores, por exemplo, o cheiro verde que você compra na buodega do povo ou na feirinha das mulheres você chega corta e Poe no deposito na geladeira dura 15 dias o da convencional com 3 dias ele começa a ficar preto, a ficar uma ‘laminha.’ Nossos produtos têm saída, tem procura o que falta é a gente se comprometer e aí a gente tem consciência disso. Eu tenho hortaliças, tenho ovo, galinha, capote, tenho bode, tudo livre de produto químico. A gente não usa nem p ração, nem p nada. Aí faço doce, geleias, faço licor. (Entrevista concedida a autora em 19 de junho de 2017)

As cooperativas nem sempre são sinônimos de solidariedade e reciprocidade. Há uma via destas organizações que funciona com ideologia empresarial capitalista e que aproveita as benesses jurídicas voltadas a este setor como um meio de assegurar maior lucro. Uma dessas vias é a estatal. A partir de 1980, o Estado desvirtua o ideário fundante de cooperativas e associações e os transforma em políticas de governo como meio de controle e atenuação de conflitos no campo. De acordo com Oliveira e Santos (2012):

O cooperativismo e o associativismo tomaram corpo no Brasil como um movimento de Estado, especialmente após a economia brasileira fixar suas bases na agricultura. O Estado passou a ser seu grande financiador, caracterizando-o como instrumento de articulação para

³⁶ Como passar por tantas crises e sobreviver? É uma semente boa, essa!”, diz Liliane de Carvalho, apoiadora apaixonada e incansável através do MIM (Movimento Ibiapano de Mulheres). (Revista Cáritas Ceará, ed. 02, 2015)

expansão das áreas agrícolas no modo de produção capitalista, que se consolidava no país (p.73)

Por isso, análises sobre cooperativismo exigem cautela em relação ao seu potencial anticapitalista, revolucionário, assim como, em relação às conclusões negativas sobre essas mesmas potencialidades. Requerem ser discutidas a partir de, e em relação a, tais contextos específicos, porque os fenômenos sociais não encontram explicação, nem sentido fora deles próprios. Para evitar generalizações que superestime ou reduzam o caráter solidário das associações e cooperativas é preciso compreendê-las desde os territórios, a partir de tipologia das que levem em consideração os princípios (autogestão, horizontalidade nas relações, divisão igual dos recursos, autonomia), às instituições que as fomenta, relação com os movimentos sociais, urbano/rural, espacialização, o mercado etc. Atentar, sobretudo, para as particularidades.

Os associados que estavam lidando com conflitos internos e externos sofriam com a extensa burocracia exigida pela *Junta Comercial* situada em Fortaleza. De maneira recorrente, eles faziam o trânsito até a cidade para entregar uma quantidade substancial de documentos e se depararam com uma instituição que não sabia lidar com uma pequena cooperativa. Estavam acostumados a relacionar-se com grandes mercados e dificultavam com mais burocracia as conclusões dos relatórios da Bodega. Segundo a agente da Cáritas, Izabel Cristina, muitas vezes os documentos retornavam pela ausência de uma única palavra. O processo era lento e angustiante, o que acabava desestimulando os associados. Ao se referir à Bodega, a agente da Cáritas Izabel nos relata que:

Lá é um coletivo de muitas lideranças, tiveram conflito. Então isso vai de encontro com o contexto da atual cooperativa então eles abriram no sindicato lá depois que eles abriram a rua que onde fica a Bodega ela não é uma rua comercial ela é uma rua residencial e ficou bastante tempo lá nesse local e mesmo optando por algumas estratégias de venda inclusive de cestas diretas entregue nas casas teve um período que acharam que não dava para continuar que tinham alguns grupos que tinham desistido, daí a gente entrou exatamente nesse momento de crise (Entrevista concedida à autora em 26 de setembro de 2017).

O desestímulo dos associados provocou uma crise organizacional que resultou no fechamento da *Bodega do Povo*, em 2011. No entanto, como diz a matéria da Revista Cáritas (2015), “enquanto houver quem acredite, a semente é boa”. Apesar de estarem com as portas fechadas, os camponeses/camponesas que acreditaram

nessa semente e não deixaram de se encontrar e comercializar nas feiras aos sábados em frente ao *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa* (SSTR).

Conforme assessoria da Bodega, uma das formas encontradas para gerir melhor o grupo foi diminuir o número de associados, pois, de acordo com Chico Antonio em entrevista no dia 19 de junho de 2017: “é melhor ter pouca gente mais comprometida do que muita para atrapalhar na hora das assembleias, sem comprometimento, ficamos poucas pessoas, mas comprometidas. Tinha produtor que ao invés de levar a produção pra bodega levava para atravessador.” Desse modo, contam hoje com 20 empreendimentos, ou seja, 20 famílias que participam efetivamente das reuniões, das assembleias, do planejamento, da destinação da produção, enfim, da organização diária da associação.

A Bodega, representa para essas famílias muito mais que uma estrutura comercial. Trata-se de um lugar de encontro, de compartilhamento entre os camponeses-camponesas. É preciso, portanto, que esse sentimento continue vivo. Houve um diálogo inicial com a prefeitura para que a Bodega fosse reaberta no mercado público, porém, exigiam um formato comercial que deveria atender aos interesses estatais. Os camponeses/camponesas acostumados à autonomia presente na Bodega optaram pelo retorno à Associação no espaço cedido pelo *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa*. Para o fortalecimento das suas atividades, estabeleceram um planejamento mais preciso sobre os recursos e sobre as atividades que se realizaram ao longo do ano. Além da *Cáritas*, a *Fundação Cepema* (Centro de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente) vem exercendo um papel importante junto a Bodega, nas atividades de extensão e formação camponesa.

As atividades de extensão ocorrem todos os meses nos sítios dos agricultores, lá, é realizado um balanço sobre aspectos financeiros, relacionais, dificuldades e desafios. Os encontros também são marcados por uma atividade prática. Em cada sítio, o grupo é convidado a realizar alguma atividade pendente, uma espécie de mutirão - debulhar milho, feijão, fazer compostagem, limpeza no quintal produtivo entre outras atividades.

Antes da pandemia nossas reuniões ocorriam de maneira itinerante na casa dos produtores associados, a gente sempre começava com uma atividade, se a gente chegasse lá e o produtor dissesse hoje vamos debulhar feijão a gente ia todo mundo ali. Era uma atividade simples que a gente se divertia e passava rápido era muito interessante. Se dissesse hoje nós vamos fazer uma compostagem a gente ia o grupo todo mundo, então era uma atividade bem interessante, além da gente

aprender a gente trocava ideias. Numa compostagem que a gente fez, essa compostagem que era na casa da Dorinha, na casa de uma das nossas sócias da Bodega ela disse que se fosse fazer essa atividade esse tanto de compostagem só ela e o marido e às vezes eles colocam uma pessoa pra ajudar, acho que ia levar no mínimo uns três a quatro dias, nós fizemos em menos de duas horas (Mazé, entrevista concedida à autora em 10 de novembro de 2020)

As atividades práticas realizadas em grupo têm um caráter simbólico muito forte. Demonstram que é bem melhor trabalhar em coletivo do que sozinho. O “isolamento camponês” os enfraquece diante das ameaças da expansão do capitalismo no campo e, por outro lado, dá possibilidade de acesso a recursos públicos para o fortalecimento da classe. Torna-se urgente a cooperação, a associação, a solidariedade como possibilidades comunitárias de luta.

Remete-nos ao texto, sempre lido pelos associados da Bodega, escrito pelo agricultor Amauri Adolfo de Espera Feliz, em Minas Gerais, cujo título é “o segredo é o mutirão”:

Somos tão cheios de coisas, mas não nos damos conta de que somos uma coisa só¹. Somos apenas parte do todo nesta honesta relação harmônica e sempre estamos redescobrimo o encantamento da vida, aprendendo com todos os seres a beleza da vida, em mutirão, onde na troca todos ganham.

Figura 13 – Reunião itinerante APA *Bodega do Povo* - Compostagem



Fonte: Dorinha, 11 de julho de 2019.

Figura 15: Alimentos da Bodega do Povo

Figura 14: Joelma ‘despalhando’ o milho



Fonte: Oliveira, 11 de setembro de 2019.



Fonte: Oliveira, 11 de setembro de 2019.

5.2 Na pandemia da Covid-19 a inventividade coletiva floresce

Diante da pandemia da covid-19, a *Bodega do Povo* precisou mais uma vez fechar suas portas. O decreto estadual proibiu o funcionamento do ponto comercial e das feiras. Durante aproximadamente um mês, os agricultores e agricultoras permaneceram em seus sítios, produzindo e lamentando-se pelo momento de crise. O lamento não era só econômico, mas também porque viam parte da sua produção perecer. Foi nesse momento que retomaram antiga ideia de confeccionar cestas para entrega. De acordo com a agricultora associada Mazé:

Antes da pandemia a gente já tinha discutido trabalhar com cestas também, aí a gente ficava pensando se a demanda poderia ser maior que os produtos que a gente tem, vai que a gente não dá conta, vai que tem que aumentar a produção. Sempre aquela discussão de deixar mais pra frente. Quando foi com um mês e todo mundo preocupado com a situação que os produtores estavam vivendo, então em reunião a gente disse que era o momento que era pra por em prática a nossa ideia que a gente vinha só adiando. E foi quando a gente começou com essas cestas agroecológicas. Eu tinha poucos contatos de clientes, a gente não tinha esse costume. Mas eu tinha em média 20 contatos e foi a partir daí que a gente disse como a gente vai fazer. Falei me passem a lista dos produtos que vocês têm disponível eu passo para os clientes e eles vão fazendo os seus pedidos e isso começou com uma lista simples pelo whats na primeira encomenda nós começamos com oito pedidos, oito cestas apenas. Eu tive que adaptar também até aprender utilizar esses aplicativos, utilizar o computador né, então eu comecei a fazer os cards e saí publicando. Nesses 20 contatos que eu tinha na semana seguinte algumas pessoas começaram a me ligar dizendo que uma pessoa já tinha passado pra eles. Então toda semana essa lista é diferente, porque pode não ter o produto na semana seguinte, ou então tem alguma novidade, por isso que era preciso toda semana eu atualizar. Cada semana ia aumentando a quantidade de cestas, tem semanas que a gente tem pegado a encomenda de 48 cestas. Tá dando tão certo dessa forma, que quando as coisas começaram a reabrir, continuamos com as cestas e o ponto comercial, mas as feiras não voltaram (Mazé, entrevista concedida à autora em 10 de novembro de 2020)

O apoio da *Fundação Casa Socioambiental*³⁷ foi crucial para desenvolver os projetos na *Bodega do Povo* que potencializaram a sua organização neste momento de crise. Um destes projetos chama-se “Bem Viver”. Ele incorpora aspectos referentes à produção e a comercialização da Bodega, além das atividades formativas como as

³⁷O Fundo Socioambiental - CASA - é uma organização não governamental, sem fins de lucro, que financia pequenos projetos, e fortalecimento de capacidades, para iniciativas socioambientais de ONGs e grupos comunitários na América do Sul.

reuniões chamadas “café dencasa”. Nestas reuniões, são convidados especialistas em temas relevantes para associados e consumidores da Bodega, como a importância da agroecologia, os perigos dos agrotóxicos, alimentação e saúde, e comércio solidário. Além destas atividades, foi possível articular junto ao MIM a entrega de cestas agroecológicas para mulheres em situação de vulnerabilidade social em Viçosa. Desse modo, a Bodega, assim como outras experiências em comercialização solidária, se reinventou coletivamente durante a Pandemia.

Pra mim hoje, a bodega tem sido uma oportunidade boa demais. Expandir nosso produto, aquele compromisso semanal. As cestas devido a pandemia pra nós foi melhor do que a venda diária da bodega, a venda diária as vezes ficava lá, aquela história de se perder e as cestas não, é uma coisa encomendada. A nossa venda principalmente nessa época de pandemia fez foi aumentar aquilo que eu vendia na bodega em um ano, eu to vendendo em um mês. Então a bodega pra mim tem sido uma das melhores oportunidades que a gente tem tido é gratificante poder tá participando (Joelma, entrevista concedida à autora em 5 de novembro de 2020).

De acordo com a ação coletiva *comida de verdade* promovida por várias organizações nacionais - Articulação Nacional de Agroecologia, ABA agroecologia, Abrasco, Aliança pela alimentação Saudável entre outras - foi possível, a partir de informações preliminares, mapear mais de 300 experiências coletivas, que atuam na promoção de alimentação saudável durante a pandemia. Muitas experiências já existiam e se reorganizaram em função da pandemia, como é o caso da Bodega, outras foram criadas em função desta. Experiências territoriais que alimentam, através de vendas, trocas, autoconsumo, doações, e nos convidam a refletir sobre a centralidade da alimentação saudável em um país que possui mais de 116 milhões de pessoas sem acesso pleno à alimentação enquanto a política de governo adotada no país privilegia a produção de commodities.

As tecnologias são imprescindíveis neste processo de contato e comercialização, através destas, há a formação de uma rede de consumidores que se estende do território da Ibiapaba ao território do Piauí – Cocais e Parnaíba. Tecnologias que, anteriormente, serviram para guerra, para a precariedade do trabalho, podem também ser instrumentos de acesso e fortalecimento de experiências territoriais que produzem alimentos saudáveis. Nas listas disponibilizadas semanalmente pela *Bodega do Povo*, há uma variedade de alimentos, que chegam a 70 itens. Devido à suspensão da feira, perde-se o contato direto entre consumidor e o agricultor, mas, para amenizar este sentimento, a equipe responsável pela

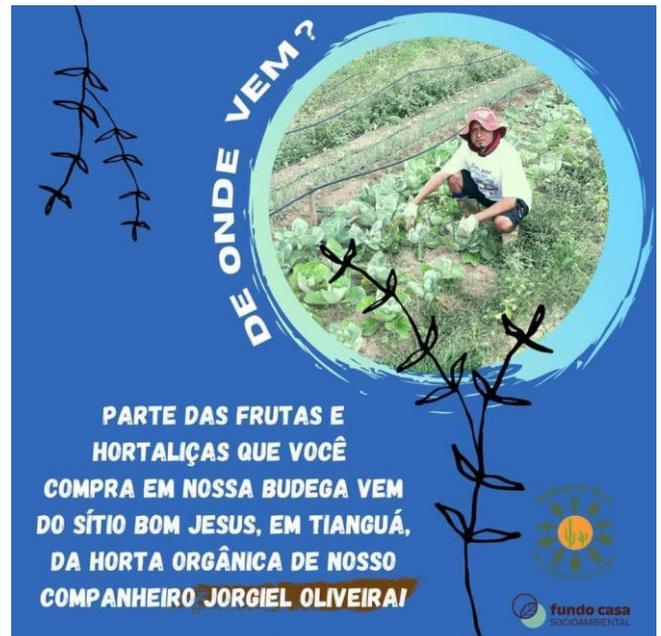
comunicação da Bodega, através das redes sociais disponibilizou imagens, que explicam a origem dos alimentos, ou seja, quem eram os camponeses e onde produziam. Busca-se deste modo prosseguir com a conexão não alienante entre produtor e consumidor. Há uma visão holística de que o alimento deve ser saudável, assim como a forma de entrega. Por isso, com recurso do fundo rotativo e da verba dos projetos, a associação adquiriu sacolas de papel e buscou se unir às costureiras da região, para confeccionar as próprias sacolas sustentáveis.

Figura 16: Lista de produtos comercializados pela Bodega do Povo

Proteja-se do covid-19, Use máscara, se puder, fique em casa Cesta Agroecológica Entre em contato e saiba mais (88) 993094314 Retire sua cesta na Bodega do Povo Rua silva Jardim 706 - Centro (atrás do sindicato de Viçosa-CE)		Bodega do Povo	
ENTREGA: 17/07/20 (AVISAREMOS QUANDO SUA CESTA ESTIVER PRONTA) ENCOMENDAS ATÉ DIA 16/07 AO MEIO DIA		APÓIO: 	
<ul style="list-style-type: none"> ■ Geleia 200g Tamarindo _____ 12,00 acerola e maracujá com pimenta _____ 10,00 ■ Licor 200ml pitanga e canela _____ 12,00 Tangerina, Pimenta e Hortelã _____ 10,00 ■ Doce (banana em calda) _____ 8,00 ■ Cachaça Artesanal 300ml _____ 8,00 500ml _____ 10,00 ■ L _____ 20,00 ■ PolpasKg (Maracujá, Cajá, Tamarindo) _____ 14,00 (Acerola, Abacaxi,goiaba) _____ 12,00 ■ Bolo (Milho, macaxeira) _____ 12,00 ■ Capim santo _____ 1,00 maço ■ Hortelã _____ 1,00 maço ■ Açafrão em pó _____ 3,50 100g ■ Gengibre em pó _____ 9,00 100g ■ Erva doce _____ 4,00 100g ■ Hibisco _____ 6,00 100g ■ Louro _____ 2,50 pct ■ Boldo _____ 2,50 pct ■ Gergelim branco _____ 3,50 100g ■ Orégano _____ 2,50 pct ■ Manjeriçã _____ 2,50 pct ■ Cravo _____ 4,50 50a 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Banana coruda _____ 5,00 duzia ■ Alface(crespa, americana, manteiga e roxa) _____ 2,00 pé ■ Cheiro verde _____ 1,00 maço ■ Salsinha _____ 1,00 maço ■ Rúcula _____ 1,00 maço ■ Cenoura _____ 3,00 pct ■ Tomate cereja _____ 3,00 pct ■ Couve manteiga _____ 1,00 maço ■ Feijão _____ 5,00 L ■ Jerimum de leite _____ 3,00 kg ■ Jerimum caboclo _____ 3,00 kg ■ Milho maduro _____ 3/2,00 ■ Macaxeira _____ 2,50 kg ■ Maxixi _____ 2,00 pct ■ Quiabo _____ 2,00 pct ■ Acerola _____ 2,00 L ■ Tangerina pecan _____ 3/2,00 ■ Tangerina mixirica _____ 4/1,00 ■ Mamão _____ 2,00 kg ■ Abacate _____ 5,00 kg ■ Amedoim cru _____ 4,00 L 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Coloral _____ 5,00 150g ■ Tempero caipira _____ 7,00 300g ■ Ovos caipira _____ 0,80 unid. ■ Batata doce _____ 3,00 kg ■ Limão _____ 4/1,00 ■ Goma _____ 4,00 L ■ Farinha branca _____ 2,00 L ■ Rosca com coco _____ 3,50 Unid. ■ Peta _____ 2,00 Pct. ■ Manteiga da terra _____ 5,00 200ml ■ Óleo de coco babaçu _____ 7,00 250ml ■ Puba _____ 2,00 150g ■ Mel _____ 10,00 300ml ■ Arroz da terra _____ 6,00 1kg ■ Café caseiro _____ 15,00 400g ■ Rapadura _____ 2,00 unid. ■ Fubá _____ 5,00 500g ■ Sequios _____ 4,00 250g ■ Máscara _____ 3,00 unid. ■ Sacolas retornável 10,00 unid. cartão 	

Fonte: arquivo APA Bodega do Povo. 2021.

Figura 17, 18 e 19: Campanha Bodega do Povo.



Fonte: arquivo APA Bodega do Povo.

Figura 20: Consumidora e sua cesta agroecológica



Fonte: arquivo APA Bodega do Povo. 2021.

As atividades fomentadas pelas *Economias Solidárias e Territoriais* aliadas às práticas agroecológicas contribuem acima de tudo para o fortalecimento da autonomia camponesa, pois como aponta Caporal e Costabeber (2004), a *Agricultura Familiar* é mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, uma vez que ocupa maior mão de obra, produz uma diversidade de culturas que são próprias desta forma de organização da produção e, desta maneira, possui maior capacidade de proceder ao redesenho de agroecossistemas de modo mais adequado aos ideais de sustentabilidade.

É partindo destas reflexões que compreendemos o papel relevante das práticas econômicas solidárias da Associação de Produtores Agroecológicos *Bodega do Povo*. Isto é, a partir do território considerando que, em meio a estas experiências, se busca forjar novos modos de organização socioeconômica para superar as tradicionais dicotomias postas pelo capitalismo, entre elas, a relação campo como (*lócus* da produção) e cidade (*lócus* do consumo). Trata-se, com efeito, de refletir sobre a possibilidade de construção de territórios democráticos, assentados numa economia autogestionária nas esferas de produção, distribuição, troca e consumo.

6 “TERRA PARA SEMEAR, TETO PARA SONHAR E VIDA PARA TRABALHAR”: ECONOMIAS SOLIDÁRIAS PARA A REINCORPORAÇÃO E RE-EXISTÊNCIA TERRITORIAL DOS EXCOMBATENTES DAS FARC

*Una mano
 más una mano
 no son dos manos
 Son manos unidas
 Une tu mano
 a nuestras manos
 para que el mundo
 no esté en pocas manos
 Sino en todas las manos
 (Gonzalo Arango)*

Buscaremos neste capítulo apreender as *Economias Solidárias e Territoriais* para autonomia camponesa a partir das experiências vivenciadas na Colômbia. Compreendemos as singularidades no processo de formação socioespacial do país. Dentre elas, os conflitos armados que historicamente estiveram relacionados à espoliação e expropriação de terras e territórios indígenas, afrodescendentes e camponeses, além das particularidades do processo de colonização espanhola. Contudo, o processo de concentração da propriedade privada da terra, a forte desigualdade social e modelo econômico assentado no setor agrário primário são características que nos aproximam. Diante dessas problemáticas, experiências em ES realizadas desde os territórios podem constituir estratégias de fortalecimento econômico, social e político e em específico de reincorporação social dos ex-combatentes das *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia* (FARC).

Reconhecemos em diversos períodos históricos múltiplas violências que atentam contra as formas de organização comunitária realizadas por distintos sujeitos sociais - oligarquias regionais, pelo Estado e pelo capitalismo internacional. Assim como o Brasil, a Colômbia apresenta uma das maiores concentrações de terras do mundo. Conforme relatório da OXFAM (2017), predominam fazendas com mais de 500 hectares - que mal representam 0,4% do total – e concentram 67,6% das terras produtivas do país. Isso só é possível a partir da ação violenta das elites regionais em cooperação com o capital internacional e cumplicidade do Estado. De acordo com Fajardo (2014):

A particularidade de Colômbia consiste que a transformação da agricultura ocorre como expressão do regime de acumulação dominante, construído através do entramado social e político de uma *'guerra civil encoberta'*, prolongada por mais de 50 anos e dinamizada pelo narcotráfico. Esta é a forma na qual se há traduzido em Colômbia as orientações das políticas econômicas internacionais estabelecidas durante este período sob a orientação do Banco Mundial e com diretrizes específicas para o país (p.71).

Como resultado evidencia-se a geração de múltiplos conflitos por terra e território, cujas maiores vítimas continuam sendo as comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes. Na formação socioespacial colombiana, os grupos de poder geraram diferentes modalidades de apropriação dos bens comuns e controle de sua população, separando as comunidades de suas terras e territórios tradicionais (FAJARDO, 2009). Nos primeiros anos da década de 1990, vários organismos humanitários denunciaram os deslocamentos forçados que ocorriam em diferentes regiões da Colômbia, como consequência do conflito armado.

De acordo com o Banco Mundial, em 1999/2000, a Colômbia apresentou a cifra mais elevada de pessoas “desterradas” no mundo, com 1,8 milhões de habitantes nesta condição; seguida por Afeganistão, Angola e Iraque. Este deslocamento forçado coincide com as ações do narcotráfico, do paramilitarismo e a ampliação de espaços para plantações de palma, para criação de gado. O controle de espaços para exploração mineira, de hidrocarbonetos e a construção de grandes projetos de infraestrutura energética.

Além do despojo, consequência da violência social, há concomitantemente violências sobre a natureza, pois o modelo de produção dominante no país, o Agronegócio, segue o receituário desenvolvido pela *Revolução Verde* de 1970, fomentando monoculturas – gado, palma - que provocam desflorestação, utilização intensiva de agrotóxicos, contaminando as águas, os solos, os trabalhadores e trabalhadoras, além de ser aplicado como arma química para expulsão de comunidades³⁸do campo.

³⁸ A pulverização aérea (glifosato e 2,4-D, entre outros) para eliminação de plantações clandestinas de coca, papoula e maconha, bem como desfolhamento de florestas, causa grande impacto porque se concentra nas áreas de maior sócio e ecobiodiversidade do país, a exemplo das regiões Amazônica (departamentos de Amazonas, Putumayo, Guaviare, Caquetá, e Vaupés), do Pacífico (Nariño e Cauca) e das Planícies Orientais (Santander, Norte de Santander y Boyacá), bem como na Sierra Nevada de Santa Marta. Nestes locais se concentra a maior parte dos parques naturais, reservas indígenas e núcleos de populações negras, cuja autonomia e possibilidade de subsistência⁵⁹ resulta comprometida. Também ocorrem pulverizações aéreas com herbicidas em monocultivos de cana no Vale do Cauca e de arroz em Tolima e Huila, afetando a saúde das populações ali estabelecidas, com

Frente às violências sociais e ambientais, que acentuam a desigualdade social e territorial da Colômbia, destacamos as formas de resistências coletivas camponesas através das economias, denominando-as como *Economias Solidárias e Territoriais* (EST). Estas formas de organização social e territorial se expressam desde o período colonial como as “rochelas” - territórios autônomos habitados por indígenas, mestiços, “cimarrones” e brancos pobres livres da administração espanhola (FAJARDO, 2014), que conviviam ao mesmo tempo com os palenques, territórios de resistência construídos prioritariamente por escravizados fugidos da opressão colonial. Já no século XX, destacamos os “baluartes” - territórios camponeses apresentados pelos trabalhos de Orlando Fals Borda (1982), que eram localizados no interior da costa caribenha e defendiam suas terras contra as pressões dos latifundiários e dos intervencionistas norte-americanos. Os baluartes foram expressão de organização e pedagogia popular com notável liderança das mulheres. Podemos refletir que estas experiências inspiraram a formação das atuais experiências coletivas camponesas (Zonas de reserva camponesa, associações, cooperativas etc.).

Assim como no Brasil, as EST se contrapõem aos princípios da injustiça social no campo ou na cidade. Desde os seus territórios se recompõe em resposta a tentativa de decomposição cotidiana pelo capital. Entendemos as EST presentes na Colômbia, em específico as cooperativas que conformam a *Economias Sociais do Comum* (Ecomun) como exemplos de reexistência territorial que podem, ao lado do estudo sobre a APA *Bodega do Povo*, contribuir com as propostas de resistência ao modelo vigente e como práticas de sociabilidade e reciprocidade próprias. Trata-se de um modo de produzir ancorado no respeito à natureza e as suas diversas formas de vida, com prioridade na produção de alimentos para as famílias e para as comunidades através da comercialização justa.

6.1 Questão agrária colombiana: decomposição e recomposição das *Economias Solidárias e Territoriais*.

¡Sí hay males que duran cien años
hay pueblos que los resisten!³⁹

destruição de cultivos, contaminação das fontes hídricas e solos, além de danos aos ecossistemas e à biodiversidade (BURITY, Valéria T. A. et al. 2020)

³⁹Trecho retirado da canção ‘La Cuña’ do grupo musical Velandia y La Tigra.

Baseados na teoria de Luxemburgo (2007, 2015), nos escritos de Orlando Fals Borda (1981) e de Darío Fajardo (2009, 2017), discutiremos de que modo a colonização espanhola com seus mecanismos de dominação econômica, social e territorial, inaugurou as sucessivas tentativas de descomunalização de povos a partir da expropriação das terras e dos territórios de vida. Acreditamos na importância desse resgate, pois a América Latina, principalmente os seus povos (indígenas, camponeses, afro) tem sofrido “da conquista que não termina”, ou seja, sob a égide da acumulação, as elites têm sistematicamente submetido os povos a um contexto de violência, saqueio, pilhagem de terra e território. Como há contradição dentro do próprio sistema capitalista, os povos não têm se deixado exterminar, têm insurgido, têm se contrapondo a esse modelo de produção. Destacamos, assim, as organizações coletivas territoriais a partir do que denominamos *Economias Solidárias e Territoriais*, as quais tem, a partir dos seus territórios, resistido às tentativas de soterramento dos seus modos de vida.

Ao contrário de discursos ocidentais que caracterizavam a América enquanto um lócus de “bárbaros” e “selvagens”, existiam no que denominamos hoje como Colômbia uma multiplicidade de povos - Taironas, los Zenúes y los chibchas e Agustinianos, povos que haviam adquirido um grau de civilização de extrema relevância. Viviam de forma comunitária, com economias próprias, onde o valor de uso estava sobreposto ao valor de troca. A terra não possuía valor “mas em termos de uso feito por famílias ou parentes na comunidade, ou seja, não havia propriedade privada sobre ela. A natureza era de todos e a caça e a pesca eram necessárias para a subsistência coletiva” (Montaña, 1974, 30). Contavam com uma organização na divisão do trabalho entre ferreiros, mineiros, escultores, tecelões, pintores, sacerdotes, curandeiros, músicos, astrônomos, engenheiros e construtores.

Conforme Fals Borda (1982):

A forma comunitária indígena incluía, em geral, todas as tribos existentes no atual território colombiano. Estas somavam entre um milhão e 1400.000 pessoas até 1560, estes dados se calculam com base no informe de um visitante espanhol (Jaramillo, 1964, 241), embora a população possa ser maior. No entanto, essa forma de comunidade era o fator determinante em grupos que viviam na fase de colheita e nômade (caça e pesca), com um mínimo de organização social e uma tecnologia rudimentar que não permitia maior acúmulo de excedentes (p.18).

Havia, portanto, uma espécie de democracia econômica, onde não era permitida a acumulação excessiva que provocasse diferenças de classe sociais. A

troca era o meio onde as etnias que produziam culturas distintas especializavam-se conforme as suas necessidades. Não tinham, assim, o caráter acumulativo e de ostentação. A sua prioridade era a subsistência coletiva.

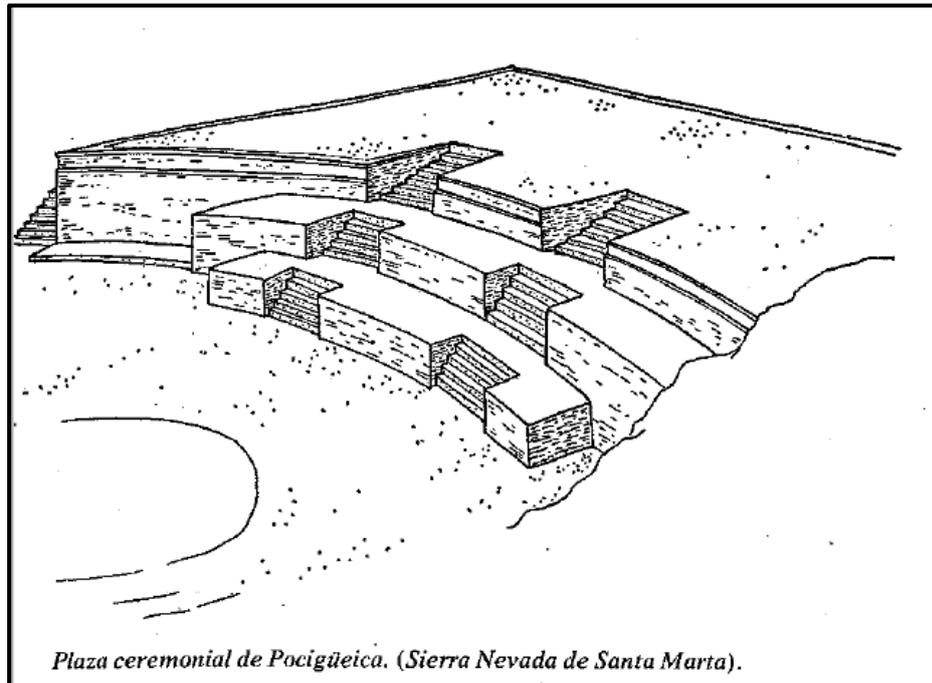
Importante trazer esta reflexão, pois, há uma concepção empobrecedora de homogeneidade das economias indígenas, reduzindo-as a economias agrícolas. Na verdade, as condições naturais complexas do território permitiam uma diversidade de usos e o estabelecimento de uma co-dependência econômica entre os diferentes grupos.

En **la costa atlántica** se observó un temprano surgimiento de la pesca, como primera actividad económica, antes que la agricultura y la caza. Luego se desarrolló la agricultura a base de yuca y ñame, combinada con la pesca sedentaria de agua Dulce y caza de reptiles entre los cuales la hicotea (especie de tortuga). **Este desarrollo pudo ser distinto en otras regiones, como la montaña andina. En efecto, en la región de San Agustín (Huila)** las grandes estatuas y otros restos de trabajo humano, que viene de 500 años antes de cristo, demuestran que allí había un pueblo eminentemente agricultor (maíz, nogal, maní) y poco o nada mercador (Duque Gómez, 1963, 53-55). Em todo caso, las formas comunitarias de producción se extendieron por casi todo el territorio nacional, y muchas tribus y comunidades todavía las practican (FALS BORDA, 1982, p.20).

A organização socioespacial era tamanha, que os Taironas, por exemplo, construíram uma praça (figura 1) para a troca de produtos entre as etnias da região. Na praça era possível fazer trocas entre o sal de Zipaquirá, da manta tecida e da esmeralda de Somondoco dos Chibchas, trocavam-se por ouro, papagaios, penas e algodão cru dos Panches, que viviam em Magdalena Médio. O ouro dos catíos de Antioquia foi levado aos Zenúes em troca de caracóis para serem processados por ourives. O transporte era feito “nas costas” de homens ou em canoas, já que não havia animais de carga na região.

Trocavam-se produtos, pois, não havia moeda e nem dinheiro. Os metais e as pedras preciosas que posteriormente seriam motivo da cobiça e da extrema violência espanhola tinham valor de uso para os indígenas que as consideravam pelo seu sentido cultural, ritual ou familiar. Exemplo disso é que no início da invasão espanhola, os povos indígenas não entendiam tamanha ânsia pelos metais.

Figura 21: Praça cerimonial dos Taironas para troca de produtos com outras etnias da região



Fonte: FALS BORDA, Orlando. História da questão agrária Colombiana, 1982.

A horizontalidade não era só nas relações econômicas, mas na própria hierarquia social. De acordo com Fals Borda (1982), havia um cacique, designado pelo próprio povo, mas que pouco diferiria deles. Sobre a religião, a concepção do sagrado e da própria vida era distinta. Não havia separação entre a religião e a própria vida, pois havia um mundo de deuses e espíritos que se harmonizavam com sua atividade econômica; estes lhes ensinaram vários ofícios, podiam ser vistos em rochas, lagoas e rios e podiam ser apaziguados com oferendas simples (raramente sacrifícios) ou por meio da magia, que subsiste até hoje em algumas etnias.

O encontro da Europa Ocidental com o que se nomeou América se deu a partir do caráter de dominação e violência. De início, os espanhóis não se interessavam pela terra como tal, no entanto, esta foi se tornando cada vez mais importante à medida que a conquista violenta avançava para a fase de colonização e controle burocrático, e a apropriação de metais preciosos se tornava mais difícil. O choque e a desagregação dos povos indígenas aconteceram de várias formas: a primeira delas pelo contato direto com outras formas de vida como micróbios e doenças, que em

muitas ocasiões se tornaram epidemias inacessíveis que determinaram muitas outras formas de violência. Apropriação dos bens comuns e aproveitamento da força de trabalho indígena para agricultura, mineração, transporte, construção (FRIEDE, 1974).

Para os povos originários, as relações impostas pelos espanhóis tinham significados totalmente distintos aos seus modos de vida. O trabalho, o tempo, as ferramentas antes comunitárias são apropriadas. Estes povos se veem em uma lógica de organização social, cultural e econômica completamente distinta da que viviam e isso só foi possível a partir de muita violência. No entanto, os povos não aceitaram pacificamente a esta imposição, a exemplo das lutas de caciques como Caiarcá y la Gaitana contra o governo espanhol. Em resposta as resistências indígenas, os espanhóis agiram com mais violência, pois, para o controle territorial precisavam do controle e da subordinação indígena, e estes buscavam autonomia; governo próprio; a defesa da terra como lugar de produção e reprodução social, como território e como mãe. Suas práticas de vida eram vistas como aversões culturais que ameaçavam e geram obstáculos à “modernidade” com seu projeto colonial.

Dentre as violências utilizadas pelos governantes espanhóis para a aquisição de terras e superexploração da mão de obra indígena, destacamos a escravidão, o pagamento de tributos, as reduções, os resguardos, que tinham como objetivo a expansão dos latifúndios do *Estado Señorial*. Ao espoliarem as terras dos povos, ocorria a desagregação das comunidades indígenas e, em consequência disso, muitos foram sendo desterritorializados, sendo, de acordo com Borda (1980), os primeiros povos “desplazados” da Colômbia.

Sob o discurso de desaparecimento dos indígenas (assim como ocorreu no Brasil com a instauração da lei de terras em 1850), permite-se a compra de terras que eram de resguardos. Esta compra seria realizada consequentemente por aqueles que já detinham o capital naquele momento, as elites regionais. A compra de mão de obra negra ocorre sob o pretexto da decadência dos resguardos e a abolição das reduções. Homens, mulheres e crianças foram sequestrados da África e escravizados em território colombiano. Estes povos, em todo momento, buscaram fugir do julgo da escravidão e reproduzir modos distintos ao da Colônia espanhola em vários territórios colombianos.

As comunidades próprias, o autogoverno denominado “Palenque” eram a expressão máxima de busca de liberdade e autonomia. Para lá, não só escapavam escravizados, mas também outros grupos, mestiços, “desplazados” indígenas entre outros. De acordo com Fals Borda (1982):

Los palenques, casi no había lugar en la zona esclavista del país donde no se registrará ese símbolo de rebeldía y autonomía que era el palenque. Se organizaron con esfuerzos colectivos en los que predominó el uso comunal de la tierra y la asistencia mutua. En esto reprodujeron al régimen de las tierras africanas de donde venían, que en muchos aspectos se parecía al indio americano y era precapitalista. No obstante, con el paso de los años también se registra aquí el uso individual de lotes para familias. La producción tenía un valor de uso y el excedente se dedicaba a la reconstitución interna de la mano de obra y posteriormente, en parte, a la obtención de armas y su intercambio con las haciendas españolas cercanas (especialmente ganaderas). A esto se limitava el intercambio (p.75).

A luta pela terra, pelo território e pela autonomia fazem parte da busca destes grupos que resistiram à colonização espanhola, grupos que Fals Borda afirma constituir a gênese do campesinato colombiano. Com a entrada da mão de obra escravizada, amplia-se esta concepção e mistura bases fundamentais da cultura e das formas de produção campesina. “Estos tres grupos – indígena, negro y Blanco – al principio separados física y geográficamente como si fueran castas, aun por ley, se fueron juntando y amalgamando poco a poco para formar el campesinado colombiano como lo conocemos hoy” (p.56).

Os campesinos, explorados, se territorializam em terras, onde não havia se estabelecido a apropriação do latifúndio. Com suas famílias buscam reconstruir suas vidas, produzindo por conta própria. Precisavam estar distantes do Estado e dos latifundiários, pois estes sempre buscam expandir suas terras até o limite possível, subordinando e explorando sua mão de obra. A concentração de terras e as relações precarizadas de trabalho subsistem no campo colombiano. Mudam as faces dos atores, mas os padrões de exploração permanecem no país. Com a independência e a Proclamação da República, as demandas exógenas passarão a ser determinadas notadamente pelos Estados Unidos.

O imperialismo americano terá grande influência no capitalismo agrário do país. No início do século XX, a nascente burguesia industrial colombiana se desvincula da Europa e passa a responder aos interesses estadunidenses. A oligarquia ligada ao campo, através de um sistema primário de exportador foi responsável pela exploração

e violência dos camponeses. No último século, há a entrada de multinacionais no campo e com elas os conflitos, dentre eles, o massacre das bananeiras (1928) em Aracataca, onde cerca de 2000 trabalhadores agrícolas foram assassinados nesse dia, em praça pública, e mais 3000 nos dias seguintes, perseguidos pelo exército após reivindicarem direitos trabalhistas da empresa *United Fruit Company*.

Hernando Calvo Ospina (2010), autor do livro “O Terrorismo de Estado na Colômbia” enumera acontecimentos históricos que o leva a acreditar que a oligarquia colombiana é a mais violenta da América Latina. Dados do autor, apontam que entre 1943 e 1958 foram assassinados praticamente 300 mil camponeses na Colômbia pelo exército, a mando do partido liberal e conservador que fizeram este pacto para permitir a acumulação capitalista, para defender o interesse dos grandes latifundiários, das grandes empresas transnacionais e do imperialismo, para que o capital internacional e o capital nacional pudessem avançar. Diante desse contexto, os camponeses não tiveram outro caminho, a não ser reagir de diferentes formas em resposta a violência que eram atingidos.

Com influência da Revolução Russa, os camponeses criaram as *Ligas Camponesas*, organização para exigir melhor pagamento, expulsão com indenização, maior participação nas colheitas, fim de determinadas formas de renda e melhores condições de trabalho. De acordo com Fals Borda (1982), as ligas alcançarão triunfos espetaculares para o campesinato colombiano em sua luta secular contra a exploração capitalista. A eles se deve a derrota do latifúndio em Sumapaz, cujo campesinato se manteve fiel à ideologia revolucionária inicial. As ligas estavam presentes em territórios como o baixo e médio Sinú, na bacia do Magdalena, em Tolima, Antioquia e Valle onde só a violência das elites regionais destruiria as experiências organizativas em curso.

A burguesia dominante, através do Estado, agiu de distintas maneiras para desagregar as organizações camponesas, como forma de aliviar as tensões e retroceder direitos conquistados. Dentre elas, a venda de créditos para lideranças com desterritorialização para áreas de colonização marginais. Como citado no início do presente texto, a história da América Latina é de uma colonização que não acaba, de acumulação capitalista a partir da expropriação e violência contra os povos (camponeses, indígenas e afro). Diante de qualquer tentativa de organização e resistência, as elites regionais respaldadas pelo Estado agiam com múltiplas violências com objetivo de conservar a estrutura agrária predominante. Desse modo,

o século XX será marcado pela agudização da violência e a migração forçada da população do campo para as cidades, o que irá aprofundar a desigualdade social urbana.

Antigos membros das ligas camponesas continuaram a ser perseguidos, obrigados a emigrar, armaram-se e defenderam-se de grupos que pretendiam eliminá-los. De acordo com Borda (1982), em várias partes do país, agruparam-se camponeses se autodefendendo, alimentados pelas ideologias revolucionárias da Rússia e de Cuba. Os camponeses buscaram se organizar em territórios independentes, da violência, injustiça social, concentração de terras que as elites agrárias representavam.

Os dados apontam como as leis agrárias do século XX foram ineficazes na melhoria e no equilíbrio da estrutura da propriedade, pois provocaram apenas a alta desigualdade existente. De acordo com Rojas e Camacho (1974):

El censo agropecuario de 1960 había mostrado que el 10 por ciento de los propietarios tenía el 81 por ciento de las tierras, mientras que el 50 por ciento de ellos se quedaba solo el 2,5 por ciento de la tierra restante. El censo de 1970 mostró que todavía el 10 por ciento de los propietarios seguía con el 80 por ciento de las tierras, y que el 50 por ciento de los propietarios todavía poseía el 2,5% de las mismas. El ingreso de los camponeses no mejoró, con la ley, en el decenio de 1960-1970, al contrario, disminuyó. El número de familias sin tierra creció al ritmo de 50.000 por año, en tal forma que ahora hay mayor desigualdad en la distribución del ingreso rural (p.55).

Riochiquito, El Pato, Guayabero, Marquetalia, Sumapaz y Tequendama se constituíam territórios de autodefesa camponesa em resposta à repressão das *Forças Armadas* (auxiliadas por tropas de contra insurgência e assessoria estadunidense), por falsas promessas dos governos aos camponeses, cujo único objetivo era fazê-los depor as armas e a imposição de programas desenvolvimentistas. Aí estão os elementos que irão impulsionar o que virão a ser as guerrilhas mais tarde. A guerrilha colombiana, portanto, é fruto da violência do capitalismo no campo.

A ausência estatal e a intensa repressão aos movimentos camponeses contribuíram para o surgimento de guerrilhas, que, historicamente, tem operado sobretudo em territórios de colonização e fronteira, nos quais a presença estatal é limitada. Na citação a seguir, destacamos o papel das *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia* (FARC-EP) e o *Exército de Libertação Nacional* (ELN):

La guerra golpea muchísimo las organizaciones camponesas, pero las organizaciones camponesas que no tenían un grado de

desenvolvimiento económico, que apenas están con sus procesos de organización productiva hay algunas que van avanzando pero son arrasadas, las arrasan, el gobierno las destruyen y ellos tienen que huir, esos campesinos que sobreviven de estas regiones tienen que huir hacia regiones del interior de los bosques, cuando van a refugiarse en colonias campesinas ellos tratan de recuperar esas formas de organización, son comunidades organizadas van a colonizar pero como comunidades organizadas pero también organizan su defensa en armas ellos se arman como proceso de resistencia es no solamente fortalecer su actividad económica como una organización sino también defenderse política y militarmente. El gobierno continúa los ataques contra ellos hasta que finalmente ellos toman la vía de la formación de una organización guerrillera que son las FARC y eso aparece en 1964 y su base de apoyo son las comunidades campesinas organizadas (Entrevista Darío Fajardo, concedida a autora em 16 de novembro de 2018, Bogotá – Colômbia)

Classe reconhecida por não se adaptar passivamente às violências submetidas ao longo dos anos, os campesinos reagem através de distintas formas de organização - guerrilhas, autodefesa, movimentos sociais etc. De acordo com Yezid Arteta, ex-comandante da *frente 29* das FARC, a grande porcentagem dos combatentes desta guerrilha era formada por camponeses.

Es decir, en la realidad el porcentaje principal en las FARC era jóvenes, campesinos. Es decir, un joven que estaba trabajando la tierra en el caso de las zonas cordilleras, jóvenes que estaban cosechando hojas de coca en la amazonia o em la Orinoquia. En el caso de los indígenas también, cocaleros, trabajadores agrícolas. La mayoría era jóvenes que vivían con sus padres, que vivían con sus familias campesinas, por eso digamos, una de las razones de la indestructibilidad de las FARC era precisamente porque tenía un componente campesino, indígena, conocedor del territorio, que sabía moverse por las características de los territorios. Porque eran sus territorios. La diferencia de los grupos armados procedentes de las capas urbanas que tenían dificultad para sobrevivir em el medio agrario en las condiciones topográficas en las dificultades del territorio sea andino o en la zona selvática. Eso fue lo que le dio digamos cierta ventaja operativa a las guerrillas de las FARC. Un ejército autóctono con raíces em el territorio. La concepción urbana ayuda esa visión de cuadro políticos que piensan em la revolución, la parte educativa (Entrevista concedida a autora em 18/10/2021).

A expansão capitalista no campo vai dissolvendo as formas antigas de organização do trabalho para dar lugar a um proletariado rural. Ao mesmo tempo, essa mesma expansão promoveu uma articulação entre o setor agrícola e o industrial, priorizando uma produção voltada para exportação. O aumento da demanda de *commodities* levou à entrada de empresas multinacionais, em uma nova faceta do capital, o imperialismo, que invade o campo agroindustrial reforçando a disputa de terras e a pressão entre camponeses e latifundiários. Dados apresentados pelo

Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) sobre o uso da terra indicam que a maioria das grandes propriedades é caracterizada pela subutilização da terra, em grande parte, destinada a criação do gado de modo extensivo, que, além de uma contribuição baixa na criação de empregos, intensifica a deterioração dos solos e uma série de implicações ambientais.

Dentre os agentes de aprofundamento da violência no campo, destacamos o paramilitarismo, força militar que atuava contra insurgência no período da Guerra Fria. Essa força atua agora como um exército privado das elites regionais e internacionais para apropriação de terras e de bens comuns. Para lograr esse feito, utilizam-se de múltiplas formas de violência territorial, através de ameaças, assédios, massacres contando com milhares de mortes. São, portanto, agentes de despojo e “desplazamiento” para espoliação de terras para ilegalidade, contrabando e narcotráfico.

Segundo os dados do *Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH)*, publicados em 2015, estima-se que, nas últimas cinco décadas, mais de sete milhões de pessoas (13% da população) foi forçado a deixar seus locais de vida e escapar para as cidades e outras regiões. A Colômbia se tornou o país com o maior número total de deslocados internos. Uma situação mais fluida se apresenta na Síria e no Iraque, ambos com populações grandes e flutuantes de deslocados internos. Em uma clara violação de direitos humanos, esse processo acentua ainda mais a desagregação das comunidades campesinas e o aprofundamento da desigualdade social nas cidades. Além de provocar o ‘*acaparamiento*’- monopólio das terras de Colômbia.

Na sequência de “despojo”, que sofreram os campesinos, também se relaciona a presença de empresas nacionais e estrangeiras que se beneficiaram do espólio e se beneficiaram do despojo. É preciso reverter esse “*acampamiento*” das terras em poucas mãos, de empresas estrangeiras e de empresas nacionais, que tem alimentado a guerra e as vítimas têm sido as comunidades - afros indígenas e sobretudo os campesinos.

Fajardo (2016) nos afirma que o documento mais subversivo produzido nos últimos anos na Colômbia foi o *Censo Agrícola Nacional* de 2014, a partir do qual é possível visualizar a concentração de terras do país; a área produtiva, a pastagem e a pequena área destinada a chamada agricultura familiar camponesa. Os grandes donos de terras seguem sendo o poder intocável da Colômbia. Essas forças detêm o

controle das terras no país. Elas são as mesmas que se opõem ao ponto um do *Acordo de Paz* assinado em 2016, o qual é proposta uma *Reforma Rural Integral* (RRI). Uma das indicações deste ponto seria atualizar o cadastro rural para saber quantos baldios a nação possui e poder, assim, democratizar a terra para que os camponeses possam ter sua parcela. Identificar também os prédios do país para quando o Estado tomar suas decisões, ele saiba quais as restrições que existem nos territórios. Além disso, o ponto propõe ter mais clareza quanto aos diferentes usos desses prédios, pois, infelizmente, há zonas do país em que o Estado não tem chegado. E, evidentemente, há um esforço dos latifundiários para que essa cegueira permaneça, visto que a regularização pressupõe o pagamento de impostos em relação a quantidade de terras. Por isso, para esta classe social que não renuncia aos seus privilégios, é necessário que o cadastro siga desatualizado.

Conforme Rodriguez (2015), existem dois tipos de ordenamento territorial nos dois espaços e nos dois modelos de desenvolvimento: o do agronegócio e o da pequena economia camponesa familiar e das economias próprias. Um que tende a ser mais subordinado à reprodução da vida no mesmo território e a sua sustentabilidade e um arranjo territorial implantado com o princípio de eficiência, competitividade e geração de excedentes. Atividades que chocam com formas preexistentes de apropriação do espaço e em particular do usufruto territorial.

Dados apresentados por Barbieri (2011) apontam que embora somente 33% das terras estejam destinadas aos camponeses, estes contribuem com 51% da área colhida e 49% da produção agrícola, o que permite concluir que a produtividade por hectare na pequena produção camponesa é muito alta. De acordo com Fernandes (2014), apesar da pouca terra disponível para os camponeses, a Colômbia é o único país da América Latina onde os agricultores de base familiar produzem mais que a agricultura industrial capitalista. São responsáveis por 41% do valor da produção e 57% da oferta dos postos de trabalho:

Colombia en 1992 en el gobierno de César Gaviria importaba aproximadamente 3 millones de toneladas de alimentos hoy estamos en 16 millones en Colombia **solamente se están cultivando aproximadamente unas 5 millones de hectáreas de tierra entre 5 máximo 6 millones de una vocación que tenemos de aproximadamente 20 millones de hectáreas aptas para agricultura** o sea que hay 14 millones de hectáreas de tierra que no se cultivan sino que están en ganadería extensiva todo eso va en digamos en contra el campesinado **sin embargo el campesinado produce 70% los alimentos que consumimos los colombianos** pero es una es una digamos una lucha del capital que eso es lo que lo que está en

juego (Entrevista Eberto Diaz- FENSUAGRO, concedida a autora em 15 de fevereiro de 2019, Bogotá – Colômbia)

Esses dados demonstram as potencialidades do modo de produção camponês, como por exemplo o aumento do emprego; a produção de alimentos saudáveis e o respeito à natureza, contrariando a aposta atual dos *Estados Nacionais* dos países latino-americanos, que optam pela acelerada expansão do modelo do agronegócio exportador de matérias primas, que exploram a vida e os bens comuns. Diante desse modelo, o campesinato é essencialmente o símbolo e o sujeito sociopolítico da resistência (Bartra, 2011). Mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência. Quer dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Em recente período de pandemia de covid-19 (março de 2020 -?), panos vermelhos foram erguidos nas janelas das casas dos bairros populares de Colômbia, em sinal de que ali havia famílias em situação de insegurança alimentar. Dados do *Departamento Administrativo Nacional de Estatística* (DANE), antes do início da quarentena obrigatória, em março de 2020, 11,9% dos colombianos consumiam menos de três refeições por dia. Em setembro de 2020, esse número subiu para 30% e a situação permaneceu a mesma até julho de 2021. Estima-se que atualmente pelo menos sete milhões de colombianos estejam em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, 14% da população está com fome. A aposta de economias subalternas e dependentes como Brasil e Colômbia, ao privilegiar muitas terras para exportar poucas mercadorias, não alimentos, vulnerabilizam o mercado interno provocando desabastecimento, aumento dos preços e como consequência insegurança alimentar do seu povo.

O modelo de produção capitalista no campo, representado pelo agronegócio, é insustentável em todos os sentidos (ambiental e social). É preciso, portanto, visibilizar experiências coletivas e territoriais camponesas, as quais, em meio a tantos impasses e falta de apoio político, continuam a alimentar os territórios. Quase dois séculos de história do capitalismo no campo não foram suficientes para destruí-los. Pelo contrário, são gestadas cotidianamente, construídas desde os territórios de vida como estratégia possível de resistências aos modelos de morte do capitalismo em diferentes regiões da América Latina. A alternativa é conduzida principalmente por comunidades

indígenas, camponesas ou afro colombianas, que resistem há séculos as políticas de decomposição territorial. De acordo com entrevista realizada com Professor Darío Fajardo, em 16 de novembro de 2018, o modelo mais recente de organização comunitária na Colômbia se refere aos *Conselhos Comunitários das Comunidades Negras*, cuja criação está autorizada pelo artigo 5º da lei 70 de 1993. Ainda de acordo com o Professor, há experiências em economia indígena nos territórios colombianos, que são historicamente diferentes da tradição de povos nativos, além das economias próprias e tradicionais dos camponeses mestiços.

Há mais de 12 anos, o movimento campesino e popular tem disputado nas ruas e nas instituições o seu papel como sujeito político de direitos. Vítimas diretas do conflito armado e da implementação de um modelo agrícola, que privilegia os grandes projetos e a concentração de terras, o movimento considera urgente uma política que garanta os seus direitos de ter sua identidade cultural e política reconhecidas, de acesso e proteção de suas terras e território, assim como, a sua própria maneira de fazer economia e, é claro, o direito ao seu papel de protagonista na proteção e cuidado da natureza. Conforme Yezid Arteta, ex-comandante das FARC e atual negociador da paz, é necessário e urgente garantir condições dignas de trabalho ao campesinato que, segundo ele, são ainda análogas ao sistema feudal. De acordo com Yezid:

La manera que se contrata en el campo siempre ha sido de unas formas, yo diría de un sistema feudal. Es decir, son relaciones muy feudales. Jornaleros, pequeños trabajadores agrícolas las relaciones no se hacen con una especie de normatividad, reglas, unos derechos jornadas determinadas por la ley. En el campo muchas veces se da relaciones feudales. Por ejemplo, el casi como un sistema de encomenderos, terraje, que era un sistema como el pago al dueño o al patrón era en especie, dinero o trabajo. Grandes latifundistas que tiene relación con campesino le entregan la tierra a cambio que en ella trabaje y le dé una parte. Um sistema feudal entre lati fundista y lo servo de lá Tierra (Entrevista concedida a autora em 18/10/2021).

Em julho de 2023, com a presença de mais de 200 delegados de associações camponesas de diferentes territórios do país, o Governo Nacional, através do Presidente Gustavo Petro entregou a *Constituição Política* reconhecendo o campesinato como sujeito de direitos e de proteção especial. Após a aprovação unanime no congresso nacional, os delegados da *Convenção Nacional Campesina* receberam a carta política com a reforma do artigo 64 da constituição de 1991. Dentre as alterações no artigo, destacamos:

Las comunidades campesinas tienen un particular relacionamiento con la tierra basado en la producción de alimentos, en garantía de la soberanía alimentaria, conforme a la economía campesina agraria y familiar, todas las actividades de transformación tendientes a mejorar la productividad de sus cultivos y las tecnologías para transformación que permitan darle valor agregado a sus productos y la protección del ambiente, así como en tradiciones y costumbres compartidas que los distinguen de otros grupos sociales⁴⁰.

Reconhece-se o avanço que as alterações neste artigo representam. Uma delas seria sem dúvida a garantia que os camponeses tenham direitos trabalhistas, assim como os trabalhadores urbanos. No entanto, os movimentos campesinos estão atentos para o fato de que estas mudanças não resolvem os problemas estruturais de maneira imediata, principalmente, a distribuição de terras desigual e a violência. Deste modo, compreendem a necessidade de continuar organizados desde os territórios, lutando pelas reformas estruturais do campo colombiano.

Desse modo, o campesinato no passado/presente se opõe a homogeneidade proposta pelo capitalismo no campo, através de uma diversidade de economias, decorrentes das resistências e da organização comunitária nos territórios de vida. Em meio a esta multiplicidade, destacamos uma experiência coletiva *Ecomun*, que vem sendo espacializada e construída nos territórios de reincorporação na Colômbia. São, portanto, experiências resultantes do acordo de paz. Os que firmaram o acordo optaram pela reincorporação coletiva e organização econômica baseada na *Economia Solidária*, ou seja, optou-se por este arranjo que se constrói nos territórios mais afetados pelos conflitos armados e esquecidas pelo Estado. O propósito do enfoque territorial é que os bens gerados pelas políticas sociais em benefício dos ex-guerrilheiros sejam democratizados entre as principais vítimas (indígenas, campesinos e afros).

Dentre os direitos exigidos, a *Reforma Rural Integral* ganha centralidade, pois é a partir dela que poderá romper o exagerado desequilíbrio histórico na propriedade da terra em Colômbia, além de trazer infraestrutura rodoviária, eletricidade, água potável, moradia, saúde, educação e potencializar as experiências coletivas em *Economia Solidária*, que se constroem desde os territórios.

Não poderia deixar de citar também, uma das experiências que tivemos contato ao longo do estágio e que também podem contribuir com debate sobre “Economia Solidária” para as autonomias camponesas, pois, nesta experiência encontramos a

⁴⁰ https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma_pdf.php?i=201383

resistência camponesa feminina: mulheres que abandonaram a precarização do trabalho no agronegócio de flores, muitas com sequelas em relação a saúde, para se associarem e encontrarem neste espaço oportunidades de trabalho, educação e principalmente de viver bem. Em cada experiência visitada pudemos nos aproximar da multiplicidade das economias solidárias e territoriais de Colômbia, distintas formas de organização social e econômica, que se relacionavam com os territórios de vida. Imensurável contribuição, pois assim pudemos compreender que era preciso expandir os horizontes e não limitar as análises a partir de teorias que muitas vezes não dialogavam com a realidade, com o território.

6.2 Associação Herrera: Território de solidariedade e aprendizagem para as mulheres de Madrid-Cundinamarca

Criada em 2009 por ex-trabalhadoras do agronegócio de flores presente na região de Madrid em Cundinamarca, a *Associação Herrera* é uma organização social que produz e comercializa leguminosas, flores, plantas medicinais, quinoa, artesanatos entre outros - com princípios técnicos e sociais opostos aos presentes no agronegócio, assim como, a associação se uni com outras organizações e iniciativas, buscando fortalecer o movimento social na Sabana de Bogotá, por meio da pedagogia social, educação em direitos humanos e na formação artística de mulheres da comunidade.

Em 2011, fundaram a “Escola de Mulheres de Madrid” para formação popular das mulheres da região. Parte das mulheres que hoje participam da associação Herrera trabalhou no ramo das flores e foi impactada pelo modelo de trabalho extenuante que ali encontraram. As políticas territoriais articuladas pela escola de mulheres constituem um referente intergeracional, interdisciplinar, para a Sabana, a partir da criação de espaços de troca de saberes entre trabalhadoras da indústria de flores ainda presentes na região a trabalhadoras cooperativas.

Conocí a Soraid y ahí conocí a Gisela y las chicas de acá de la organización Herrera y ya me puse en contacto con ellas me pusieron las mingas de trabajo en las huertas había huertas con manos unidas, sukimar, herrera y con la semilla que es otra organización de acá de Madrid entonces nos unimos y hacíamos las mingas de. Ya llevo dos como dos años trabajando en la organización. A veces hay trueques cuando hay ferias con las otras organizaciones. Nos invita a ferias, nos

convidan a nosotras para vender. Yo también estudié lo las también hicimos un curso de Economía Solidaria, también hubo escuela de mujeres (Entrevista concedida a autora el 13 de diciembre de 2019).

Inicialmente as mulheres construíram um espaço para educação política e, no “pedaço” de terra que possuem em Madrid, elas aprenderam técnicas de plantio de flores com agricultores agroecológicos da Sabana. É uma associação que não se move pelo lucro e cujo apoio financeiro é dado a partir das atividades que elas mesmas desenvolvem na venda das flores e verduras nas feiras ou em eventos culturais criados por elas na comunidade. Como meio de fortalecer sua articulação, participam da *Rede de Mulheres da Sabana* e contam com o apoio de divulgação ou de infraestrutura da ONG *Cactus*⁴¹. De acordo com Glória, uma das associadas mais antigas:

Nos vinimos para acá y pues aquí ha sido muy bonito por muchas cosas porque acá también tan pronto empezamos el curso de economía solidaria con la javeriana y eso nos ha ayudado mucho. También como estar uno esto para nosotros es gratificante pasa todo lo que pasa por acá por lo menos nos olvida los problemas que tenemos en la casa. Y acá hay un bachillerato popular tiene los chicos estudiando dos años validando el bachillerato tiene el apoyo de la pedagógica (Entrevista concedida a autora el 13 de diciembre de 2019).

Economía solidaria nos ayuda como gastarlos, como unirnos nos ayuda con la unión esa fuerza para ser solidarias. Acá tenemos como 10 mujeres. Yo trabajé en flores hace años trabajé en flores, me quedé embarazada y tenía mucha persecución que iban me echar en fin me enfermaba mucho no sé por el embarazo o por la preocupación. Yo me tenía muy incapacitada cuando trabajaba ya no era el mismo rendimiento. Me poneron en otro cargo y me robaran la plata que yo iba comprar cosas para mi hijo entonces no pude. Mucho veneno, cuando yo vía que estaban aplicando yo salía me enfermé mucho en la cabeza y ya tenía que depender de pastillas. Acá es como una terapia hermosa. la huerta la mayoría es para acá, pero también para el pueblo (Entrevista concedida à autora em 14 de dezembro de 2019).

Alguns aspectos descritos pelas mulheres presentes na *Associação Herrera* são economicamente incalculáveis como o bem-estar, a satisfação, o prazer do encontro. Todos são sentimentos descritos e enaltecidos em uma sociedade que prioriza o aspecto econômico somente a partir do valor de uso. A associação é uma

⁴¹Organização sem ânimo de lucro que nasceu há 22 com foco na defesa dos direitos trabalhistas das mulheres, através da organização social e cultural destas que sofreram impactos múltiplos da floricultura.

resposta territorial aos conflitos socioambientais decorrentes da forma que se organizou a floricultura na região. Cundinamarca, historicamente, recebeu “desplazados” das guerras, camponeses/camponesas que diante da ausência de outras formas de trabalho se submeteram a precariedade encontrada nas empresas multinacionais e locais de flores. As mulheres foram o grande alvo. Elas são a maioria da mão de obra das empresas de floricultura devido a “delicadeza” no trato das flores, no entanto, há, nesse discurso, também uma oportunidade de as empresas reduzirem ainda mais as condições salariais e trabalhistas, sendo estas, portanto, as mais vulnerabilizadas.

A *associação Herrera*, através de suas integrantes de diversas idades, faz um chamado para essas mulheres compartilharem os seus saberes, para ajudarem na formação escolar (Bachillerato), na produção de comida e de flores de maneira saudável e para muitas outras vias possíveis diante da desumanidade do agronegócio de flores, que se instalou na Sabana. De acordo com Soraid:

Nuestro aporte fundamental va desde el reconocimiento y estudio riguroso del tipo de sociedad que se está construyendo actualmente y el papel que nosotros y nosotras desempeñamos desde nuestro diario vivir, como el reconocimiento de nuestro territorio, sus procesos históricos, las proyecciones económicas, políticas, culturales y ambientales que se siembran sobre él y sobre todo como nosotros y nosotras asumimos este hecho (Entrevista concedida à autora em 13 de dezembro de 2019).

Novas formas de cooperação territorial estão sendo descobertas. Mulheres se opõem à racionalidade material encontrada nas cidades e apostam em outra forma de viver nas zonas veredais, em que seja possível preservar os valores aparentemente perdidos como a cooperação e a solidariedade. Solidariedade instituída e construída de baixo para cima como aponta Demo (2002), a partir de suas energias próprias, em particular de sua capacitação política. São muitos os desafios, dentre eles, um dos mais urgentes se refere ao acesso à terra e à capacidade de financiamento de todos os projetos que desejam. Entre muitos percalços, a associação vai construindo uma economia própria a partir da territorialidade instituída.

Figura 22 – Cursos oferecidos pela Associação Herrera



Fonte: Oliveira, 13 de dezembro de 2019.

Figura 23 – Cultivo na associação Herrera



Fonte: Oliveira, 13 de dezembro de 2019.

Figura 24: Encontro urbano-rural promovido pela Associação Herrera



Fonte: Arquivo divulgação. 2019

Figura 25: Cultivo de flores Associação Herrera



Fonte: Oliveira, 13 de dezembro de 2019.

6.3 Acordo de paz e o surgimento das Economias Sociais do Comum (ECOMUM)

A partir do *Acordo de Paz* firmado em 24 de novembro de 2016, as cooperativas, associações, fundações, outras em Economia Social e Solidária (ESS)

passam a ser alternativa de reincorporação dos ex-guerrilheiros e das ex-guerrilheiras no período pós-conflito. Esta via de reincorporação alinha-se à perspectiva da *Economia Solidária*, pois busca-se não somente a incorporação econômica, mas também a construção de territórios de vida. De acordo com Demo (2002), a cooperativa é considerada geralmente o carro-chefe da economia solidária, na qual se distingue sete princípios:

i) a adesão é organizada por vínculo aberto e voluntário; ii) os membros exercem efetivo controle democrático; iii) os membros contribuem economicamente; iv) preserva-se autonomia frente ao Estado; v) é eminente o compromisso com a educação dos membros; vi) fomenta-se a cooperação entre cooperativas; e vii) promove-se o desenvolvimento da comunidade. (p.237)

A cooperativa nacional Economias do Comum (ECOMUN), criada em 2017, visa desenvolver negócios cooperativos e projetos produtivos voltados para a reincorporação econômica de ex-combatentes, apoiando as cooperativas criadas nos diversos territórios do país.

Con el propósito de estimular diferentes formas asociativas de trabajo de o entre pequeños y medianos productores y productoras, basadas en la solidaridad y la cooperación, y que promuevan la autonomía económica y la capacidad organizativa en especial de las mujeres rurales, y fortalezcan la capacidad de los pequeños productores y productoras de acceder a bienes y servicios, comercializar sus productos y en general mejorar sus condiciones de vida, de trabajo y de producción, el **Gobierno Nacional creará e implementará en Plan Nacional de Fomento de la economía solidaria y cooperativa rural** (p.68).⁴²

Considerando a dinâmica dos assentamentos, essas organizações coletivas autogestionárias serão criadas com base na localização dos *Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação* (ETCRs) e das *Novas Áreas de Reincorporação* (NARs). Auxiliará neste processo, o *Conselho Nacional de Reincorporação* (CNR) e a *Agência de Reincorporação e Normalização* (ARN) (Instituto Kroc, 2020). A atuação da comunidade internacional⁴³ envolvida em diferentes instâncias, como as Nações

⁴² MINISTERIO DEL TRABAJO COLOMBIA. Proyecto de decreto de ley número 2017: "Por el cual se adopta el Plan Nacional de Fomento a la Economía Solidaria y Cooperativa Rural y se dictan disposiciones para su implementación". Disponível em:

<<https://www.mintrabajo.gov.co/documents/20147/59676/PROYECTO+DE+LEY+ECOSOL.pdf/cf4a20d0-5482-4ceb-5f58-9d92898044bb?version=1.0&t=1499357608722>>

⁴³ Las delegaciones del gobierno nacional y las FARC, con la garantía de Cuba y Noruega y el acompañamiento de Venezuela y Chile, con el visto bueno del delegado del gobierno de Obama en la

Unidas, a União Europeia, a USAID e ONGs internacionais, colaboraram com a internacionalização do acordo, assim como, com o intuito de impedir que a direita governante possa manipular o acordo e não cumprir definitivamente e impunemente o que foi acordado em Havana. Além do caráter político, estas organizações têm contribuído com os projetos produtivos dos signatários do acordo a partir de recursos econômicos que foram colocados em um "saco comum" administrado pelo estado colombiano chamado *Fundo Colômbia em Paz*.

A distribuição da cooperativa Ecomum se dá em nível nacional. Conta com aproximadamente 150 cooperativas, 30 delas legalizadas. Com 5076 associados, 3468 homens e 1374 mulheres. Dados fornecidos pela ANR demonstram que 42% dos assentamentos de ex-combatentes têm, como principal linha econômica, a pecuária, a avicultura, a piscicultura e a suinocultura. Um total de 33% da população ex-insurgente vivendo nos ETCRs estão envolvidos em atividades agrícolas, como cultivo de café, de cacau, de pomares domésticos, do cultivo de vegetais e de fazendas em pequena escala. Apenas 17% dos ex-insurgentes nas ETCRs estão engajados em atividades de serviço, como mercados comunitários e lojas, bem como turismo e ecoturismo. Embora existam alguns projetos introduzidos e apoiados por cooperação, eles ainda estão em fase de implantação e seus resultados definitivos só poderão ser avaliados após alguns anos.

A questão de gênero é um dos pontos trazidos à luz pelas atividades em *Economia Solidária*. Historicamente deixadas à margem do processo produtivo e relegadas a atividade doméstica considerada não econômica, amplia-se a necessidade sobre a participação política e equidade na distribuição das benesses nas associações e cooperativas. Conforme Demo (2002), é preciso combater a sociedade patriarcal e sua pecha histórica de fazer das oportunidades um monopólio masculino; a participação das mulheres na produção alternativa é imprescindível, também como emblema da mudança que vai muito além do regime econômico.

A base de ação a nível produtivo social e econômico da Ecomum se orienta para promover a economia popular, campesina, social e solidária como modelo alternativo para o sustento da vida coletiva dos territórios. De acordo com Razeto

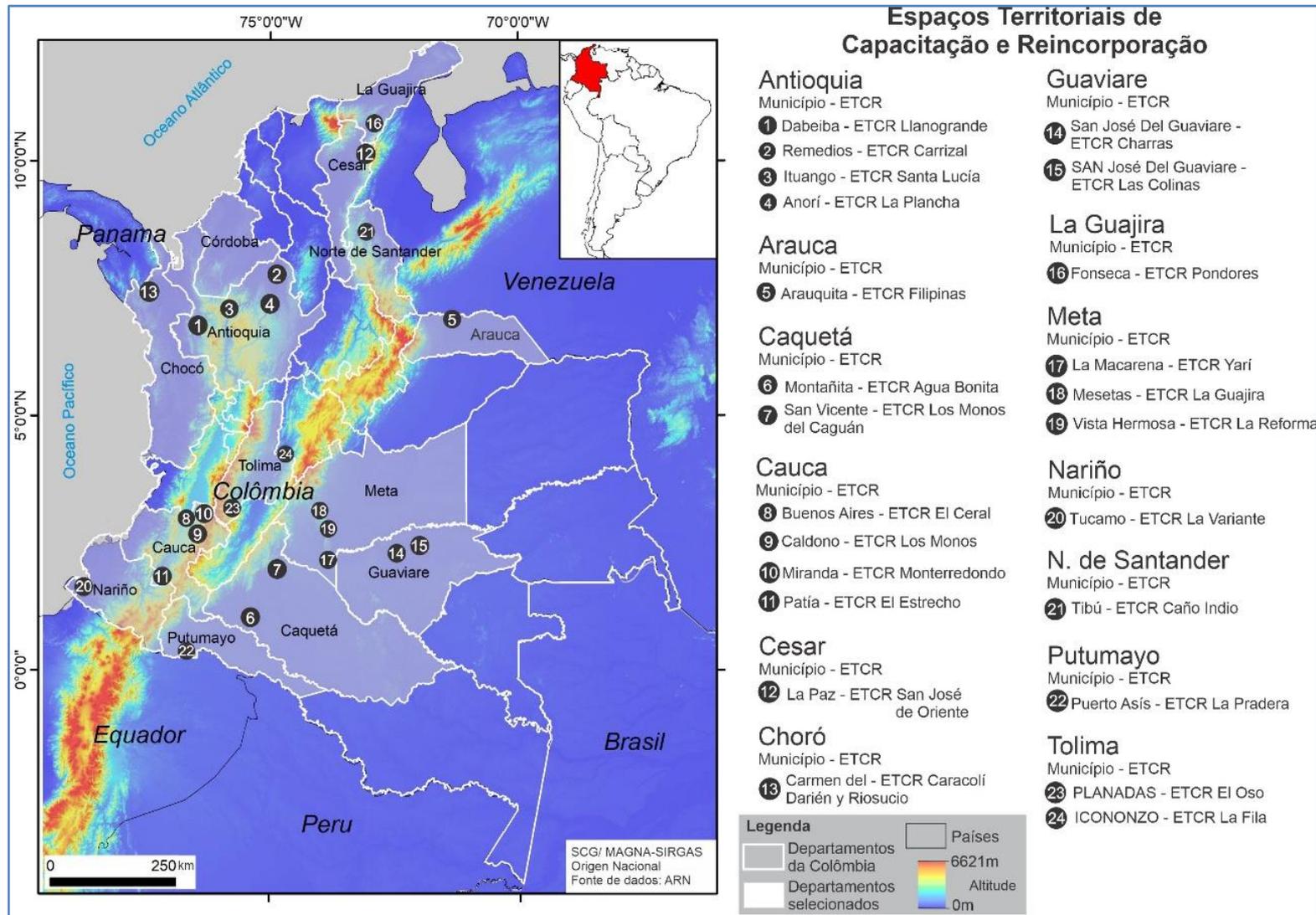
Mesa y el apoyo cerrado de la Unión Europea y las Naciones Unidas, dieron cuenta al mundo de la concreción de un Acuerdo Final de Paz para la Construcción de una Paz Estable y Duradera en Colombia. Texto de Rodrigo Lodoño para conferencia no México encontrado em: <https://partidocomunes.com.co/2021/10/22/la-paz-en-colombia-una-lucha-que-no-cesa-intervencion-de-rodrigo-londono-en-mexico/>

(1997), a chamada "economia camponesa", com suas unidades familiares ampliadas, suas articulações em nível territorial e comunitário, suas formas tradicionais de reciprocidade para enfrentar os requisitos variáveis e temporários da força de trabalho, tecnologias, meios de produção e financiamento. A Ecomun firma-se como uma estrutura organizativa, que constrói relações em rede a partir dos territórios. Estes espaços são denominados *Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação Social* (ETCRS), atualmente são 24 distribuídos em todas as regiões do país (ver Figura 1).

De acordo com Valencia Agudelo (2019):

A origem dos ETCR na Colômbia encontra-se no Acordo Final para a cessação do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura (Mesa de Conversaciones, 2016, p. 62), assinado entre o Governo e as FARC-EP. Estes dois atores concordaram em criar - para a primeira parte da fase de implementação - vinte zonas transitórias de normalização local (ZVTN) e sete pontos transitórios de normalização (PTN) como espaços destinados à realização de atividades de desarmamento e desmobilização, também como locais para a atenção imediata de antigos guerrilheiros sobre questões de cuidados de reintegração (n.p.).

Figura 26: Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação (ETCRs)



Fonte: Agencia para la Reincorporación y La Normalización (ARN). Org. Oliveira, realizado por Felipe Portela, 2020.

O acesso e a titulação de terras pela cooperativa foi o primeiro ponto da agenda temática a ser abordado no marco da mesa de conversação entre o governo nacional e as FARC-EP em 2016. O objetivo da *Reforma Rural Integral* sugerida pelo grupo seria “contribuir com a transformação estrutural do campo, fechando as lacunas entre o campo e a cidade, criando condições para o bem viver para a população rural” (Acordo de paz Final, 2016, p. 5).

A ausência de políticas de distribuição de terras entre os projetos limita e muitas vezes impossibilita o desenvolvimento de projetos produtivos em *Economia Solidária* no espaço agrário, pois dificultam o acesso a créditos, a empréstimos que poderiam fomentar e potencializar estas experiências. Conforme Rodríguez (2015):

O acesso à terra é determinado pelo poder político e pelo poder econômico, de modo que, se a terra também não é distribuída, é por isso que é importante ter um entendimento abrangente da terra, como uma categoria política e econômica ligada ao poder, mas também como o substrato onde as plantas são cultivadas, isto é, a terra como um espaço vital, onde a vida cresce e se desenvolve (p.26).⁴⁴

Por não terem acesso à terra por parte do governo, o coletivo arrenda terras a camponeses que possuem lotes próximos aos ETCRS, possibilitando que estes também possam associar-se às cooperativas vinculadas a ECOMUM. É importante salientar que este impasse provoca vulnerabilidade dos projetos produtivos, pois a ocorrência de alguma intempérie na produção comprometerá o pagamento do arrendo e assim homens e mulheres correm o risco de serem expulsos de seus territórios. Citamos a questão da terra por ser um tema central, mas é importante salientar que este não foi o único descumprimento do acordo assinado em 2016. A precária infraestrutura dos territórios (energia, água, gás), a falta de assistência técnica, jurídica, de inserção de homens e mulheres ao sistema de saúde, a segurança, são alguns dos problemas e das urgências que os territórios enfrentam ainda e que continuam a exigir politicamente ações mais energéticas do Estado.

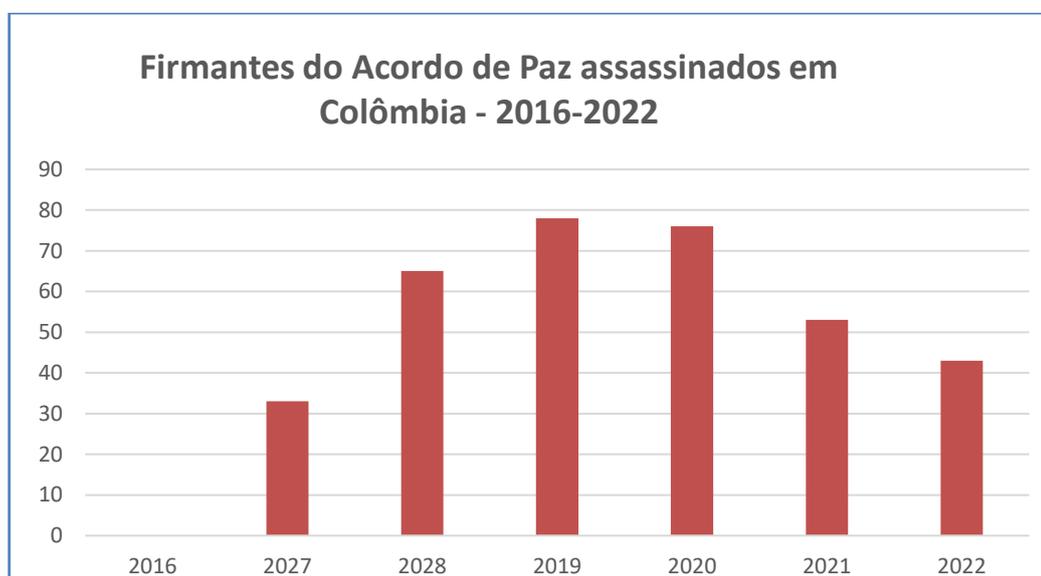
O problema da insegurança, por exemplo, aumentou nos últimos anos, gerando uma crise humanitária caracterizada por uma violação permanente de direitos humanos das comunidades, com os assassinatos de líderes sociais e ex-combatentes. De acordo com dados obtidos no *Instituto de Estudio para o*

⁴⁴ “El acceso a la tierra está determinado por el poder político y el poder económico, por lo que, si la tierra no se distribuye uniformemente, es por eso que es importante tener una comprensión integral de la tierra, como una categoría política y económica vinculada al poder, pero también como el sustrato en que crecen las plantas, es decir, la tierra como un espacio vital, donde la vida crece y se desarrolla.”

Desenvolvimento e a Paz (INDEPAZ), o ambiente de estigmatização se mantém contra os signatários do acordo, por parte dos setores opostos ao acordo de paz.

Os municípios de Tumaco, Nariño e Ituango, Antioquia, são os que tem maior número de ex combatentes assassinados. Estes dados coincidem com as pressões exercidas por grupos armados que estão presentes nestas zonas. Com a ação do novo governo nacional que se expressa através da política de “paz total”, ou seja, no desarme dos conflitos, se espera que os dados de assassinato dos ex-combatentes se mantenham com uma tendencia de diminuição nos próximos anos.

Figura 27: Ex-combatentes assassinados em Colômbia – (2016-2022)



Fonte :INDEPAZ. Elaborado pela autora.

Em meio a tantos desafios, a Ecomum busca impulsionar a comercialização do que é produzido no campo e na cidade. De acordo com Mance (2006):

A realização progressiva e complexa de inúmeras redes solidárias, sinergicamente integradas, não é nem uma ruptura imediata do sistema capitalista em uma determinada sociedade, nem tampouco uma reforma a tal sistema, mas a expansão efetiva de um novo sistema econômico, político e cultural anticapitalista que cresce negando-lhe as estruturas (p.81-82).

Além das redes, também são realizadas a nível nacional e até internacional a participação em feiras, que buscam visibilizar e fortalecer o trabalho dos reincorporados. Importante destacar, o interesse da Ecomum de buscar a reincorporação coletiva através de suas atividades, primando pelo trabalho em

comunidade. A ideia de comunidade precisa ser entendida, neste caso, como a expressão e o espaço de luta de interesses, articulada em ações coletivas de reciprocidade e de reconhecimento (MEDINA, 2008).

Conforme Villamizar (2020), o acordo de paz foi um avanço e trouxe a oportunidade da sociedade colombiana vislumbrar depois de várias décadas a ausência do cenário de confronto no espaço agrário, no entanto, é preciso ir além. O Estado deveria estar mais próximo aos territórios a partir das suas instituições e políticas públicas. Ouvindo o que homens e mulheres necessitam para impulsionar e garantir o bem-estar, a segurança e o fortalecimento dos seus projetos produtivos. Apreendemos que esta ação consequentemente possibilitaria o aumento da produção e abastecimento agroalimentário interno do país cuja parte da produção vem sendo importada.

A primazia de terras para o agronegócio exportador vem comprometendo o abastecimento de produtos agrícolas para o mercado interno, fazendo com que o país importe produtos até então produzidos historicamente em suas regiões como o café. Conforme dados de Villamizar (2010), as importações agrícolas e agroindustriais passaram de US \$ 637 milhões em 1992 para US \$ 5.786 milhões em 2015, ou seja, aumentaram 9,1 vezes. Este panorama representa o aumento da insegurança e autonomia alimentar do país, principalmente, nos grupos mais pobres localizados nas zonas rurais.

Há um horizonte a ser construído junto a Ecomum e os resultados não poderão ser visualizados de imediato. É preciso, no entanto, que haja um esforço principalmente do governo, mas não só dele, também dos movimentos sociais e universidades, que reconheçam a potencialidade social, econômica e política das cooperativas vinculadas a Ecomum, para além da produção e acesso aos mercados, isto não só possibilitaria a reincorporação efetiva de homens e mulheres que almejam produzir para viver em seus territórios, mas permitiria o aumento da produção agroalimentar no país.

Não poderíamos deixar de reafirmar a necessidade de segurança aos ex-combatentes. Até o mês de agosto de 2021, 288 homens e mulheres foram mortos após deixar suas armas e se comprometerem com o acordo de paz, mas eles não foram protegidos. Reafirmamos o avanço que o acordo de paz representou para a Colômbia, após quase 50 anos de conflito armado, no entanto, a concentração da terra e dos seus bens comuns (água, ar, subsolo) nas políticas voltadas para o

agronegócio e para especulação estrangeira, além do narcotráfico, ainda é uma realidade presente na Colômbia. Quatro anos não foram capazes de permitir o acesso e a titulação do que fora prometido. Por isso os/as ex-guerrilheiros e ex-guerrilheiras continuam resistindo com os pés sobre a terra.

6.4 Yondó- Antioquia: a luta comunitária pela terra e pelo território

*A lomo de mula, en carros y hasta al hombro de los mismos exguerrilleros llegaron los materiales que se convirtieron en los estanques de tilapias, cachamas y bocachicos en las alejadas veredas.*⁴⁵

No departamento de Antioquia, à margem esquerda do rio Magdalena, localiza-se o município de Yondó, um dos territórios destinados a receber a população reincorporada. Localizado no coração do Magdalena Médio, departamento de Antioquia, que foi um dos territórios que mais sofreu os impactos do conflito armado. A intensidade da violência sofrida pelos sujeitos sociais (campesinos, indígenas, afro, outros) foi o critério para escolha dos municípios, em que o acordo deveria direcionar as atividades do Estado para recuperar e integrar a estrutura econômica político-econômica do país. Ou seja, os firmantes buscaram democratizar os benefícios gerados no acordo de paz entre as populações que mais sofreram com a guerra.

Reflexo da colonização do país, a formação histórica e territorial deste município é marcada por fortes conflitos por terra e território. Os povos Yariguíes - arayas, chiracotas, tolomeos, suamacaes, opones y carares – foram as primeiras vítimas do choque violento da conquista espanhola, eram povos nômades que transitavam neste espaço, caçavam e pescavam, além de “empaparem-se” do petróleo que extraíam do solo contra a ameaça dos mosquitos.

Antes de la incursión española esta etnia estuvo organizada social y políticamente como una sociedad agro alfarera compleja y jerarquizada, a través de nueve cacicazgos concebidos como unidades políticas autónomas que abarcaban varias aldeas o comunidades bajo el control de un jefe supremo. A la vez, manejaban el complejo alimenticio maíz-frijol, en una agricultura intensiva, que dejaba la yuca-caza-pesca, como una labor de complemento (Véase vasija de cerámica). Estuvieron ubicados en los valles y afluentes

⁴⁵ https://viva.org.co/cajavirtual/svc0692/pdfs/Antioquia_cultiva_la_paz.pdf

tributarios de los ríos Lebrija, Sogamoso, Opón, Carare y el Magdalena en la vertiente occidental de la cordillera Oriental. ⁴⁶

Havia, portanto, comunidades organizadas com sistemas econômicos próprios e autônomos, que utilizavam os bens da natureza de acordo com as suas necessidades. Para os espanhóis, esses povos eram bárbaros, eram muralhas ao “desenvolvimento” e ao processo de colonização, sendo necessário, portanto, convertê-los e reduzi-los. Para o conhecimento e espacialização destes povos, a instrumentação cartográfica foi utilizada, a Geografia desse modo foi uma importante aliada na guerra contra os povos originários de Magdalena Médio. De acordo com Luís Restrepo (2005): “El mapa es de este modo un instrumento de contención. El localizar estos grupos en el mapa es parte del proceso de su colonización. El mapa opera como panóptico, una mirada que vigila y controla un territorio” (p.23).

A partir do conhecimento territorial, os empreendimentos coloniais utilizaram estratégias como o aniquilamento, a pacificação de caciques e a conversão de indígenas. No entanto, apesar das armas e da tecnologia, os indígenas não se renderam, sua resistência pode ser identificada a partir da violência instituída e etnocida que seguiu até o século XX em plena república, quase os extinguindo. Ainda de acordo com Restrepo (2005), de cerca de quinze mil que existiam por volta de 1860, caíram para dez mil em 1880, para cinco mil em 1900, para mil em 1910, para quinhentos em 1920 e para cerca de duas dúzias em 1925.

O período republicano é marcado por mais violência contra os indígenas Yariguies e isto pode ser explicado pelo início do processo de exploração de petróleo na região, os indígenas que ainda ocupavam estes territórios foram vistos como resíduo em contraste ao progresso que expandia na região com a abertura de estradas, que significava o fim dos seus mundos, uma ameaça, na qual seria preciso, portanto, exterminá-los. A extrema violência contra os povos Yariguies não os apaga, a própria denominação Yondó tem na língua desse povo a origem, a cada vez que o seu nome é repetido, recordamos aquilo que o processo de colonização tentou extinguir, a existência e a resistência destes povos.

A valorização do petróleo no mercado mundial despertou o interesse das grandes multinacionais para explorarem este bem, aplicando o seu capital sem se preocupar, efetivamente, com danos ambientais ou com os direitos trabalhistas. Entre

⁴⁶<https://www.revistacredencial.com/historia/temas/los-yareguies-resistencia-en-el-magdalena-medio-santandereano>

1950 e 1970, a Shell se instala na região de Yondó. Trata-se de uma localização estratégica por ser um porto fluvial na Colômbia. A empresa, então, logo, apropria-se dos bens naturais, explorando estes e os trabalhadores, que vislumbravam uma possibilidade de ascensão social nos empregos oferecidos pela Shell. A maioria era de camponeses empobrecidos de diversas partes do país - Córdoba, Sucre, Bolívar e das partes baixas do rio Magdalena - em decorrência das promessas de empregos, no entanto, quando eles chegam a Yondó, se deparam com uma realidade decepcionante: jornadas de trabalho extenuantes; salários precários e perseguição daqueles que buscavam algum tipo de melhoria. O município vivia em função do “sangue negro”, além da empresa, havia grandes fazendas de gado pertencentes a oligarquia *Ospina*, representavam o que era de mais arcaico e improdutivo no campo colombiano. Família proveniente de um conquistador espanhol cuja herança se mantinha na concentração de terras da região. Desse modo, encontrávamos em Yondó as terras para exploração do petróleo e para criação de gado, porém, os camponeses continuavam despossuídos de terra e trabalho, sem condições de viver e se manter naquele lugar.

A partir dos anos de 1940, há um movimento de organização e resistência contra esta estrutura agrária colombiana. Há o questionamento político sobre a distribuição econômica e a participação política no país. O estopim para a ascensão e mobilização campesina foi o assassinato de Gaitán em 1948, político com intensa atividade militante, que liderava e já denunciava os desmandos e as arbitrariedades que ocorriam na região e em quem os camponeses depositavam esperanças de transformação social. De acordo com o escritor William Ospina (2020), Gaitán tinha um projeto de país, já urgente em sua época e no qual todas as pessoas humildes que foram negligenciadas, excluídas, maltratadas e malformadas por um Estado clerical, medieval, fechado a toda modernidade, foram reconhecidas na Colômbia. Sua morte impulsionou movimentos e comunidades tradicionais a lutar. Em entrevista, o Professor Darío Fajardo descreve este processo:

Lo que el gobierno se da cuenta es que esa persona (Gaitán) puede llegar al gobierno, ser el próximo presidente y lo mata y encadena toda la guerra, lo que llamó violencia en 1948. Es una violencia que aparentemente es de liberales contra conservadores pero que el filo de esa guerra esta contra las organizaciones campesinas que las organizaciones campesinas de una manera o otra la punta de lanza del cambio político del país (Entrevista Darío Fajardo, concedido a autora em 16 de novembro, Bogotá – Colômbia)

Em Yondó, unem-se as reivindicações nacionais às locais contra as relações trabalhistas e a repressão exercida pela *Shell*. Em consequência disso, os trabalhadores são alvos de tentativas de coerção, prisões, assassinatos, entre outras formas de violência. Diante da baixa rentabilidade produtiva e, principalmente, da organização e pressão campesina, em 1985, a *Shell* decidiu se retirar, deixando o seu legado de exploração da natureza e dos homens a cargo da *Ecopetrol* (Empresa Colombiana de Petróleos S.A.)

A perseguição contra camponeses-camponesas, antes exercida por uma empresa privada, passa agora a ser tarefa do Estado, através do *Exército Nacional*. O Estado, nesta região, adotou o discurso de que os camponeses se relacionavam com as nascentes guerrilhas, com este argumento, o governo legitimava as ações para prender, torturar e assassinar os seus opositores. Para os que acreditavam que os camponeses/camponesas iriam se render, houve uma maior organização com a criação das *Juntas de Acción Comunal y Associação Nacional de Usuários Campesinos* – ANUC, estas tinham o objetivo de unificar a luta campesina e diversificar atividades econômicas como as “granjas comunales”, os espaços de fortalecimento econômico e político camponês. O Estado, representado tanto pelo exército nacional como também por sua outra roupagem, o paramilitarismo, continuava perseguindo os movimentos camponeses, pois via nesta classe a ameaça à propriedade privada das terras na Colômbia. Em 1972, foram detidas doze pessoas por parte do Exército, de acordo com Portuguez (2011), todas elas foram torturadas, acusadas de pertencer ao *Exército de Libertação Nacional* e condenadas em juízo militar, que ficou conhecido como “Conselho Verbal de Guerra de Campo Casabe”.

Quanto mais o Estado perseguia, mais os campesinos buscavam articulações dentro e fora Yondó. Em 1978, o movimento conhecido ANAPO Socialista se transformou no movimento *M-19 de abril* com forte presença no município de Yondó. Estiveram ali muitos dos seus principais dirigentes como Israel Santa Maria, Carlos Pizarro, Andrés Almarales entre outros e, ao contrário do exército e de suas outras configurações, o movimento foi aceito pela comunidade de Yondó, pois viam nestes a disposição para ajudá-los no processo de formação e organização diante das ameaças. Sem contar que os camponeses se sentiam militarmente mais protegidos, o M-19 exercia uma espécie de governo, no qual os camponeses tinham mais respeito que o exército nacional.

A presença do M-19 no município de Yondó fortaleceu o discurso de ódio do Estado contra o campesinato, acusando-o de cúmplices das ações guerrilheiras. O resultado disto foi recorrentes assassinatos, perseguição, tortura e encarceramento. Injustiça com sujeitos sociais que reivindicavam apenas a continuação da luta pela terra e para permanecerem no seu território. Diante de tamanha violência, muitos abandonaram o município e outros ficaram para resistir.

Com o intuito de descentralizar a organização campesina, os movimentos sociais conceberam os comitês veredais de usuários campesinos, nos quais se constituíram legalmente como pessoa jurídica, as associações municipais de Barrancabermeja, Puerto Wilches, Yondó y Sabana Rorres. Havia, portanto, a consolidação de uma *Associação Municipal e uma Regional, a Associação Regional de Usuários Campesino*. Esta organização camponesa expôs ao governo Betancur os aspectos que os afetavam naquele momento: a insegurança, a concentração de terras e a necessidade de políticas de fomento agropecuário. Apesar da exposição, os camponeses de Yondó continuavam sem qualidade de vida. Parte deles já havia abandonado as poucas terras que tinham por medo do Exército e do paramilitarismo. Foram em busca de reterritorialização. Onde talvez pudessem trabalhar e viver dignamente. Aos que se vinculavam à *Ecopetrol*, o cenário era de precarização e de constante ameaça ao desemprego. Contrário ao que apregoava o Estado, a empresa não potencializava a diversificação de atividades locais. Só a dependência. Muitos dispensados e sem alternativas, criaram em 1984 a Associação de Desempregados de Yondó foi exemplo para outros trabalhadores, como meio de pressionar a empresa a garantir empregos com direitos.

A luta seguia em Yondó e não somente pela posse da terra, mas pela possibilidade de ali construir projetos de vida coletivos. A primeira experiência comunitária construída por campesinos de Yondó foi a *Cooperativa de Medianos Agricultores de Antioquia (COPEMANTIOQUIA)*. Buscavam sustentar economicamente os associados a partir da comercialização dos seus produtos também avançarem na questão educativa. Contaram com o apoio do partido *União Patriótica*, que naquele momento geria a administração municipal. Em 1989, o partido destinou maquinaria e trabalhadores para erguerem o que viria ser um projeto de habitação campesina e de uma empresa comunitária na Vereda Puerto Nuevo Ité, promovida pela Coopeantioquia. Após cinco dias, em 25 de fevereiro de 1989, iniciam bombardeios de helicópteros do Exército, atingindo as veredas La Congoja, Puerto

Novo Ité, San Francisco Alto, Támara y El Ité. A Coopeantioquia foi bombardeada sob o pretexto de que a sua estrutura serviria para construção de pistas de aterrissagem de aviões que transportavam narcóticos pelas FARC. Esta ação provocou o “desplazamiento” de mais de 3000 camponeses para as cidades.

O Estado se mostrava ineficiente na proteção e na garantia de acesso a terras e a vida digna para milhares de camponeses; por outro lado, mostrava-se eficiente no uso da violência contra as comunidades e na proteção de projetos econômicos de oligarquias e multinacionais. Diante da violência, muitos camponeses decidiram partir para as cidades, outros corajosamente ficaram enfrentando o exército e principalmente o paramilitarismo que, a partir de 1990, adentrava cada vez mais ao território de Yondó.

Nesse contexto de conflitos, há maior necessidade de organização coletiva das comunidades rurais dos municípios de San Pablo, Cantagallo e Yondó. Essa organização resulta na criação da *Zona de Reserva Campesina (ZRC)*⁴⁷ do Vale do Rio Cimitarra aprovada em dezembro de 2002, pelo governo nacional (ACVC, 2010). Segundo o decreto⁴⁸ de criação das ZRC, estes territórios buscam justamente superar as causas do conflito e criar condições para o alcance da paz e justiça social. Devido aos intentos históricos de fragmentar a organização comunitária camponesa, impossibilitando o avanço das políticas sociais, o decreto tinha como objetivo fortalecer e estabilizar a economia camponesa criando um espaço de ordenamento territorial. Seriam territórios de autonomias camponesas. Conforme Fajardo (2009), pela primeira vez na história, teríamos campesinos organizados em seus territórios a partir destas estruturas organizativa. O que, antes eram lutas individuais, se converteriam em lutas coletivas e a figura da zona de reserva camponesa representaria e alimentaria estas lutas. Principalmente, a luta dos camponeses contra os latifúndios, capitalistas, agronegócio, setores que a política tradicionalmente tem favorecido.

A *Associação Valle Campesina do Rio Cimitarra - ACVC* –formula um plano de desenvolvimento, no qual cerca de 22.105 mil habitantes se comprometeram a conservar o território da reserva (180.000 hectares); além de fomentar atividades

⁴⁷As ZRC são uma figura que capacita o capítulo XIII da lei 160 de 1994 que regulamenta o decreto 1777 de 1996, o qual é basicamente uma resposta a uma das demandas expostas pelas marchas camponesas e de plantadores de coca realizadas entre 1996 e 1998.

⁴⁸(Decreto 1777 de 1996, art. 1º).

agropecuárias ambientalmente sustentáveis; defender e preservar os direitos humanos; desenvolver projetos de manejo sustentável da floresta e de melhoramento das condições habitacionais da população, entre outros aspectos importantes. A formulação do plano de manejo contou com o apoio do *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento* (IDEADE), a Universidade Javeriana e a *Fundação Mundial para a Natureza* (IDEADE 2003, p.16). Em entrevista concedida a organização Semillas, o vice-presidente da Associação Campesina do Vale do Rio Cimitarra, ressaltou que um dos grandes objetivos da associação seria:

Combatir la desigualdad social; por eso nosotros creemos que una reforma agraria integral debe garantizar a todos los campesinos el acceso a un pedacito de tierra, pero debe garantizar, además, unos mecanismos de mantenimiento, productividad y comercialización, donde se reduzca totalmente el desempleo, y donde se empiece a fomentar la agricultura de pancoger, se mantenga una soberanía alimentaria para el campesino y sus alrededores, y se dé un asentamiento estable al campesino en su territorio; pero aparte de eso, también hay que desarrollar en estos territorios, y en el país en general, un gran proyecto de defensa integral de los derechos humanos⁴⁹.

O governo nacional, quatro meses após a declaração de sua existência, decidiu suspendê-la por razões arbitrárias. Dando início a uma etapa de estigmatização e perseguição ao campesinato e as organizações que defendiam a ZRC. De acordo com ANZORC (2019):

En esta etapa (2002-2010) todas las organizaciones de las ZRC fueron perseguidas judicialmente, muchos de sus líderes encarcelados, sufrieron el incremento de las violaciones a derechos humanos y de falsas acusaciones judiciales, pues fueron señaladas por el gobierno como 'zonas de despeje para guerrilla' (p.29).

Ao analisar os desdobramentos, entendemos que a ZRC do Vale do Rio Cimitarra se convertia em um obstáculo para os projetos produtivos que o governo nacional vinha impulsando, principalmente as concessões mineiras (ouro e petróleo), empresas multinacionais e o monocultivo da palma do azeite em plantações de grandes dimensões (VILORIA, 2009), assim como, para o plano político, a ZRC se constituía de território em que se construía coletivamente projetos autónomos. O estado neoliberal não aceitaria a sua existência e continuaria a promover ofensivas em diferentes trajés. O interesse privado superaria o público, pois é mais interessante

⁴⁹ <https://semillas.org.co/apc-aa-files/353467686e6667686b6c676668f16c6c/articulo%2018.pdf>

para o capitalismo ter camponeses dependentes de microscópicas políticas sociais (que podem os levar a proletarianização e conseqüentemente ao desaparecimento) do que sujeitos autônomos e capazes de construir desde os seus territórios as experiências coletivas de produção, comercialização e principalmente de democracia.

Em 2011, após muita luta, os camponeses passam a desenvolver estratégias comunitárias para subsistir ao conflito armado e as ofensivas do Estado, que patrocina megaprojetos de mineração, programas de erradicação de “cultivos ilícitos”, cujas fumigações com glifosato tem atingido a economia camponesa, impactando a saúde e provocando forçadamente seu “desplazamiento”. De acordo com ACVC (2009):

[...] la región presenta diferentes problemas de tipo ambiental como la contaminación relacionada con la minería (principalmente con el cianuro y mercurio en la extracción del oro), la extracción inadecuada tanto forestal como petrolera, las fumigaciones aéreas (con el glifosato), los insumos del procesamiento de la coca, además de la deforestación y el uso de tecnologías inadecuadas (agroquímicas, sobrepastoreo en la ganadería extensiva y cultivos en ladera). Por otra parte, las cuencas hidrográficas de la región han sufrido un gran desequilibrio hídrico, ya que la paulatina sedimentación y contaminación de las aguas, las actividades industriales relacionadas con el procesamiento del petróleo (explotación y refinación), la minería artesanal y gran minería y la explotación maderera han contribuido al agotamiento de los recursos en fauna y flora en cuanto a disminución de especies terrestres y acuícola. (ACVC 2009, p. 9)

Não só na região do Magdalena Médio, mas em inúmeras outras localidades, ocorre o processo de violência estatal contra as comunidades. Para estes governos, prioriza-se negociações com empresas multinacionais no lugar de possíveis acordos entre os camponeses, as empresas e o Estado. Importante recordarmos que se trata de uma área, geoestratégica e geopolítica, chave para o governo nacional na medida em que o Magdalena Médio serve para o abastecimento e comunicação do norte com o sul do território nacional. Talvez isso nos ajude a explicar tamanha violência e controle.

Diversos estudos comprovam a importância das ZRC para proteção da natureza. Há mais de trinta anos, as comunidades camponesas preservam mais de 80 mil hectares com cifras como a *Linha Amarela*, acordos que delimitam zonas e as protegem do corte e da caça. Uma situação que está mudando. Nos portos do rio Cimitarra agora é comum ver toras de madeira maciça empilhadas, bem como mulas com cargas de madeira nas laterais.

Dentre os projetos produtivos desenvolvidos pelas comunidades, destacamos a fazenda de búfalos, o centro da *Zona de Reserva Campesina* do Vale do Rio

Cimitarra, uma área geográfica de produção campesina com mais de 25.0000 famílias dos municípios de Yondó e Remédios, em Antioquia, e de Cantagallo e San Pablo em Bolívar. Com produção agroecológica e a comercialização direta de carne de búfala e queijo mussarela, propicia alto impacto social e sustentabilidade ambiental através do trabalho comunitário e de produtos saudáveis. Buscam, assim, ter autonomia alimentar e econômica em seus territórios, anteriormente tão afetados pela violência.

É em Yondó, onde se estabeleceu um dos territórios para reincorporação dos firmantes do acordo de paz, “NAR Omaira Diaz” se reuniram neste espaço há dois anos, largaram suas armas e elegeram ali viver. Ao territorializar-se estabeleceram suas vidas com os camponeses e indígenas, o que foi fundamental nas conquistas do retorno à vida civil. Hoje, essas pessoas que estiveram mais de meio século na guerrilha são reconhecidas como lideranças sociais em suas comunidades. Em várias zonas de reincorporação, os ex-combatentes juntaram-se para, com o próprio dinheiro, arrendarem terras e produzirem feijão, pimenta, lulo (fruta), sachá inchi (semente), entre outros alimentos. De sua renda básica mensal, que é de 90% de um salário-mínimo, eles investem em lavouras, já que o apoio do Estado não se concretizou. Ou seja, são os firmantes da paz, junto com auxílio da sociedade civil e da cooperação internacional, que impulsionam verdadeiramente a realização dos projetos produtivos.

Diante de muitos desafios, desenvolve-se uma ampla gama de experiências econômicas que conseguem levar adiante aqueles que ainda estão empenhados em permanecer na vida civil e na legalidade, dentre elas, a produção de tilápias, a confecção de mochilas, a distribuição de redes de internet, construção de padarias, restaurantes, casas de memória, turismo, galinhas e até atividades científicas com a descoberta de novas espécies de plantas e animais descobertos pelo firmantes da paz. Durante a *Expedição Bioanorí* ocorrida em 2018, quatorze espécies foram descobertas por ex-combatentes, camponeses e cientistas das FARC, incluindo insetos, plantas, mamíferos e répteis. “Terra para semear, teto para sonhar e vida para trabalhar” são essenciais para continuar impulsionando a reincorporação, através dos projetos coletivos que hoje avançam nos territórios graças as comunidades por tanto tempo esquecidas.

Junto com os camponeses integrantes ou não da ZRC, indígenas, outros somam esforços nos projetos coletivos, através da luta pela terra e pelo território. Durante mais de 30 anos a ACVC, e mais de 50 anos as FARC, as duas combateram

o mesmo inimigo, o latifúndio, de maneiras e com armas distintas. Hoje, elas atuam na luta pela terra e pelo território, através da implementação do acordo, principalmente do ponto 1, a *Reforma Rural Integral*, garantida para todos, principalmente os grupos mais impactados pelos conflitos: camponeses, indígenas e afrodescendentes.

Figura 28 - Centro da ZRC do Vale do Rio Cimitarra



Fonte: Oliveira. 28 de fevereiro de 2019

Figura 29 – Produtos da Ecobúfalo



Fonte: Oliveira. 28 de fevereiro de 2019

6.5 Com os pés no território – Vivências no processo de construção da Cooperativa Multiactiva para o Desenvolvimento do Magdalena Médio (Coomuldemm)

Busca-se, neste subcapítulo, demonstrar a experiência vivida na Nova Área de Reincorporação Omaira Diaz, localizada na Vereda Bocas de San Francisco no município de Yondó, foi neste território que tivemos a honra de vivenciar (27 de fevereiro – 03 de março de 2019) o processo de reincorporação das famílias de ex combatentes das FARC e participar do processo de construção da Cooperativa Multiactiva do Magdalena Médio (Comuldemm). Após meses de negociação com

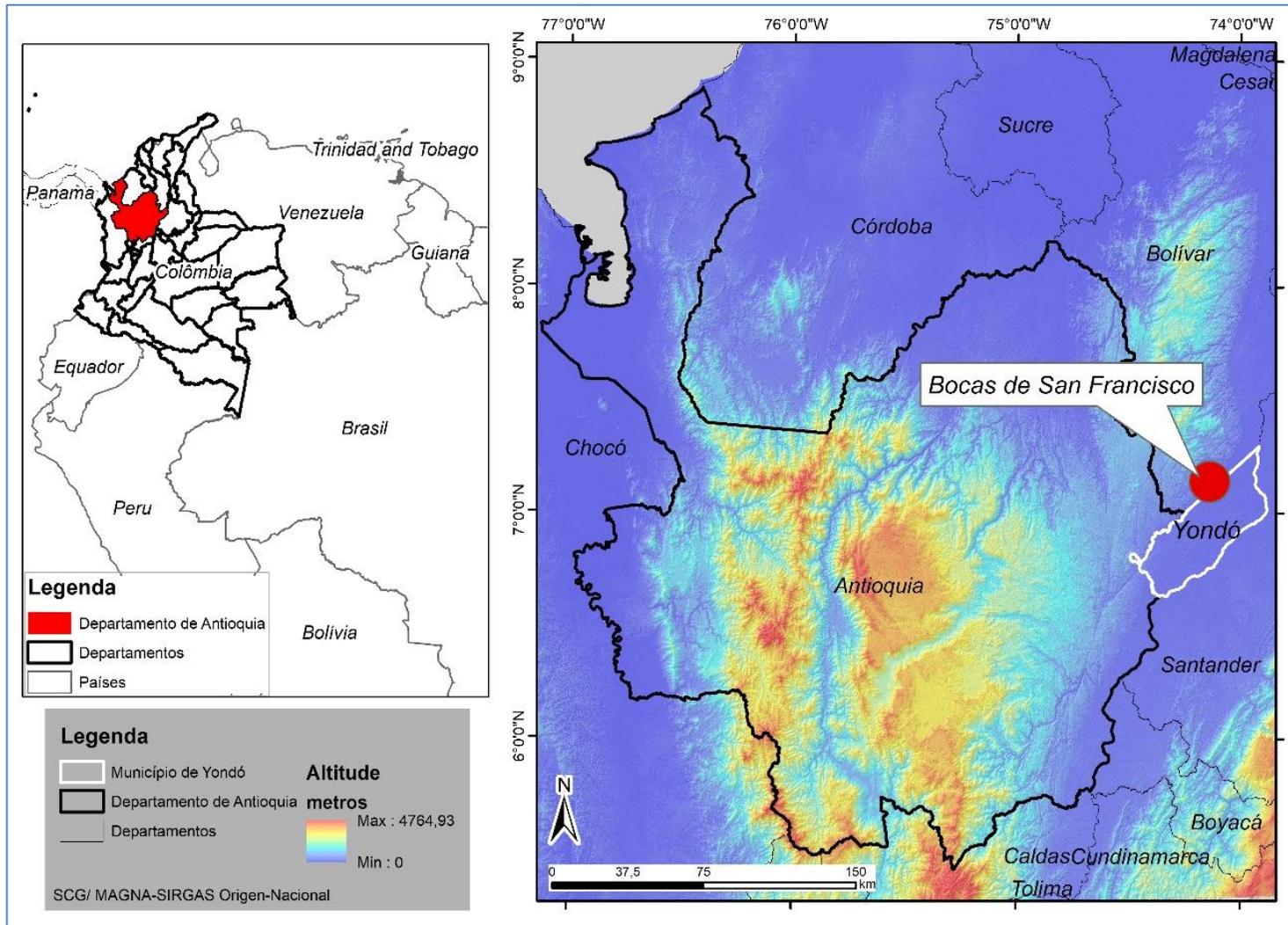
lideranças do partido *Comunes* e participantes de movimentos sociais, camponeses, outro conseguimos ingressar no território NAR OMAIRA DIAS.

De Bogotá a Yondó, atravessamos a cordilheira oriental com suas curvas sinuosas em mais de sete horas de viagem. O nosso sentimento durante a viagem foi de bastante apreensão, pois esta foi realizada com um esquema de segurança nunca experimentado anteriormente em trabalhos de campo. Dentro de um carro blindado, havia homens armados e outros veículos nos escoltando, este cenário revela as ameaças cotidianas que ex-combatentes continuam a sofrer, ainda mais os firmantes da em um cargo de liderança, como era o caso da vice presidenta da ECOMUN, Fanny Castellanos que nos acompanhava.

Em nosso trajeto, atravessamos cidades como La Vega, Villetas, Guaduas, Barrancabermeja, cujo histórico de luta e resistência camponesa são muito fortes. Em Barrancabermeja, as margens do rio Magdalena - que atravessa mais de onze departamentos do país - visualizamos a extração de petróleo, que atualmente ameaça os bens naturais das comunidades ribeirinhas. Dentre os danos socioambientais que ocorrem nesta região, poderíamos citar a contaminação da água superficial e subterrânea, desaparecimento de espécies vegetais e animais, impacto na atividade pesqueira, comprometimento econômico das comunidades etc.

Ressaltamos que este rio possui relevância para a biodiversidade, para a economia do país e, sobretudo, como testemunha histórica do conflito armado, visto que durante mais de trinta anos suas águas acolheram milhares de vítimas.

Figura 30: Localização da Vereda Bocas de San Francisco - Yondó



Fonte: Instituto Geográfico Augustin Codazzi - IGAC

Figura 31: Fanny e o rio Magdalena



Fonte: Oliveira. 27 de fevereiro de 2019.

Figura 32: Frutos do rio Magdalena



Fonte: Oliveira. 27 de fevereiro de 2019.

Ao chegar ao NAR Omaira Diaz, nos deparamos com um assentamento que reunia cinco casas e uma casa coletiva central, nas quais conviviam crianças, idosos, homens e mulheres. Em Bocas de San Francisco, há aproximadamente 90 ex-combatentes morando, no entanto, nesta estrutura coletiva, em que estivemos vivem 50 pessoas. O momento da minha chegada coincidiu com a reunião entre os firmantes da paz e os membros da *Comissão Nacional da Verdade*, entidade responsável pelo esclarecimento e identificação das causas estruturais dos padrões de violência e as violações aos direitos humanos ocorridas durante o conflito armado. Além da comissão, estavam presentes membros das *Organizações das Nações Unidas* (ONU) e da prefeitura do município de Yondó.



Figura 33: Território NAR OMAIRA DIAZ. Oliveira, 27 de fevereiro de 2019.

Figura 34: Representantes da ONU presentes no NAR Omaira Diaz. Oliveira, 27 de fevereiro de 2019

Figura 35: Reunião dos firmantes com a Comissão Nacional da Verdade. Oliveira, 27 de fevereiro de 2019

A presença destes atores foi fundamental para o estabelecimento das famílias, pois o processo de reincorporação dos firmantes do acordo tem sido bastante complexo. Destinados aos Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação (ETCRS), os ex-combatentes encontram nestes territórios empecilhos (falta de segurança, ausência de identidade territorial, precariedade entre outros) que os impedem de construir territorialidades, levando-os a migrar e construir novas territorialidades, estes novos territórios são denominados pelo Conselho Nacional de Reincorporação (CNR) como Novas Áreas para Reincorporação (NAR). De acordo

com CNR⁵⁰ há a existência de 91 NARs ao longo do território colombiano. Estas NARs ampliaram-se desde 2017, são majoritariamente rurais, no entanto, também há a formação de núcleos populacionais de caráter urbano.

Poderíamos relacionar com os processos geográficos de Territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR) discutido por Haesbaert (2002), processo em que homens e mulheres ao não se estabelecerem em territórios (ETCRS) pela insegurança, por identidade territorial, outros aspectos se desterritorializam destes espaços e em coletivo territorializam-se em Novas Áreas de Reincorporação (NAR). São processos concomitantes fundamentais para compreender as práticas humanas. Ainda de acordo com o autor:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, é um processo de exclusão socioespacial. [...] na sociedade contemporânea com toda a sua diversidade não resta dúvida de que o processo de 'exclusão', ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2002, p.67)

Ressaltamos que o principal motivo de saída dos firmantes da paz relaciona-se ao descumprimento do *Acordo de Paz* por parte Estado que não vem garantindo segurança aos ex-combatentes: “una seguridad humana integral con participación de las autoridades civiles” (ACORDO FINAL, 2006, p.3). Dados apresentados pelo partido FARC, agora *Comunes* demonstram que até o mês de outubro foram 292⁵¹ firmantes assassinados.

Diante de ameaças e mortes, moradores dos ETCRS migram para outros territórios. Entendemos que é preciso que o Estado efetive o acordo de paz, através da segurança não só nos ETCRS, mas também nos novos territórios denominados NARS. A partir de entrevistas e de pesquisas já realizadas por (GARCIA e ALVAREZ, 2020), o Estado através das suas instituições, entidades, tem ido contra os projetos coletivos estipulados no acordo de paz. Dados apontam que, após três anos de acordo, as políticas públicas têm apoiado 1.500 projetos individuais e somente 52

⁵⁰ De acuerdo con CNR FARC, se dividen en siete (7) grandes regiones en 29 de los 32 departamentos: Región Norte (Guajira, Cesar, Magdalena, Atlántico, Bolívar y Sucre); Región Nororiental (Norte de Santander, Santander y Arauca); Región Noroccidental (Córdoba, Antioquia, Chocó, Caldas y Risaralda); Región Suroccidente (Valle del Cauca, Cuaca y Nariño); Región Sur (Huila, Caquetá y Putumayo); Región Oriente (Vaupés, Guaviare, Meta, Casanare, Vichada y Guainía); y Región Centro (Tolima, Cundinamarca y Boyacá).

⁵¹ A Missão de Verificação das Nações Unidas publicou recentemente seu relatório sobre o terceiro trimestre de 2021, no qual relata 292 assassinados signatários da paz

coletivos. Compreendemos que há o intuito de desagregação não só dos projetos econômicos, mas principalmente da força política que os ex-firmantes possuem. Conforme entrevista com o ex-comandante das FARC, Yezid Arteta:

Esa es una de las grandes frustraciones podríamos decirlo así. Es decir, la intención de las FARC era hacer un proceso de reincorporación, pero manteniendo la identidad que se tenía dentro de la lucha guerrillera. Manteniendo ese espíritu colectivo, cooperativo, ese espíritu de solidaridad sin duda. Pero ha encontrado una realidad los hizo chocar una piedra. Es decir, creo que fue una de las razones porque el movimiento, el Partido comunes fueran desinflando porque, precisamente los guerrilleros salen y lo primero que tiene que hacer es como retomar la vida porque las ayudas que llegaron del Estado fueran llegando a conta gotas, muchas veces no llegaron o muchas veces llegaron de manera incompleta. Entonces eres tú un guerrillero que tienes que sobrevivir frente a una sociedad de consumo, una sociedad capitalista, una sociedad que debe tener un teléfono móvil, debe tener estas cosas etc., todo tiene que comprar (Entrevista concedida a autora em 18/10/2021).

Para que os ex-combatentes não realizassem as mudanças estruturais presentes no *Acordo de Paz* de maneira coletiva, de maneira estratégica, há um incentivo do Estado a reincorporação individual. Este individualismo como modelo econômico e social corresponde aos princípios do neoliberalismo, que buscam romper os laços comunitários historicamente presentes na guerrilha ao inflamar em muitos dos ex-combatentes o sentimento de “salve-se quem puder”. As consequências dessa política são graves ao movimento, pois há atomização social, política e econômica.

A presença do Estado ao longo da história colombiana tem sido centralizada. Isso não é só característica das repúblicas latino-americanas, mas também se relaciona à aspectos naturais do país. Caracterizada por uma geografia complexa, a Colômbia possui vários acidentes topográficos, com regiões digamos selváticas, remotas, distantes do poder principal; o que favoreceu ao longo da história a formação de micro realidades, territórios múltiplos constituídos a partir de costumes, idiomas e, por vezes, de economias próprias. O elemento territorial foi determinante para distribuição dos grupos armados no país. Isto é, parece-nos evidente que qualquer política estatal a ser realizada no país, precisa levar em consideração a perspectiva territorial no processo de reincorporação. Em específico, seria preciso que essas políticas, como as descritas no Acordo, cheguem oportunamente às zonas periféricas, historicamente apartadas do poder central, estes territórios são em sua maioria, rurais.

Consideramos no processo de reincorporação, também aspectos subjetivos que também têm motivado a mobilidade de ex-combatentes, como por exemplo a

ausência de identidade/enraizamento territorial, por encontrarem-se longe de municípios onde estão os parentes, os amigos. Sobre a importância da identidade territorial, Haesbaert (1999) afirma que:

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentada através do território. Ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta. O espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (...). De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes (HAESBAERT, 1999, p.172).

Em uma das reuniões realizadas com a *Comissão Nacional da Verdade*, o firmante Israel aproveitou a presença desta comissão e de representantes da prefeitura de Yondó e discursou sobre a necessidade de o Estado cumprir sua parte do acordo, já que os firmantes estavam dispostos a seguir com as suas promessas. Segundo Israel:

30 a 40 personas en este espacio y hemos, nos hemos amontonados en las tres casas, sí. Porque no había otras condiciones de pronto. Mira, algunos que han llegado todavía encuentran casita de plástico y el ranchito tócanos arrúmalos a veces porque no cabemos. Aquí hay muchas veces que por ejemplo cuando hay actividades grandes como esa tiene que ser por Allá porque no tiene donde y lo que hemos hecho hasta el momento fue con el esfuerzo de nosotros de nosotros aquí excombatientes lo que tenemos lo tenemos por esfuerzo de nosotros, pero no tenemos un recurso nosotros aquí no tenemos un recurso el único recurso que tenemos aquí es una renta básica que es la única entrada que tenemos aquí. Es claro aquí está pendiente los señores de ARN, de las naciones unidas están pendientes aquí, están visitando constantemente han venido algunas organizaciones sociales y otras entidades por ejemplo aquí hemos tenido un gran lio/hilo que hace mucho rato nosotros contratar de hacer viviendas, casas y cómo las vamos a hacer. Tócanos ir en la Montaña quitar madeira, traer palma para poder vivir porque no hay otra opción, muchos de nosotros por ejemplo no tenemos, la reincorporación a la vida civil, anda muy lentamente, muy despaciosamente, porque todavía no hay oportunidad de traer mi familia mis hijos que convivan una familia, o sea, hemos tenido muchas dificultades con el señor alcalde de Yondó que no ha querido colaborar aquí, aquí estuvo una reunión con nosotros, aquí en este espacio y se comprometió con nosotros y hasta el día de hoy estamos esperando. Fuimos a Yondó, ficemos varias peticiones al Sr alcalde que se comprometió y hasta el momento no hay cumplido, entonces nosotros estamos precisando en este momento, el salario básico que no está llegando, como hacemos unas casitas en este terreno porque para eso nos toca comprar como 5-6 hectáreas de tierras, la estamos comprando ahora, la estamos, hicimos convenio con el dueño de la tierra Le mandamos al Sr alcalde 'gasolina', algún delegado de nosotros se podríamos alquilar máquinas/maquinaria para hacernos un rancho, después de

comprometerse con nosotros aquí hasta hoy, estamos ahí ‘colgados’, entonces por eso decía yo que el proceso de reincorporación esta seno muy lento, no solamente yo, todos los que hicimos parte del espacio de san Francisco, todo lo que tenemos aquí, nosotros aquí estamos cultivando pescado, hemos cultivado yuca, ahorita un proyecto de cacao y eso estamos haciendo con recurso de nosotros con la renta básica que nos está llegando. Hay mucho incumplimiento, hay mucho incumplimiento em este proceso porque por ejemplo nosotros hemos querido que vengan un medio de comunicación aquí que pase por allá ante el país como estamos viviendo nosotros aquí porque Le digo una de las cosas señores presentes nosotros estamos aquí porque queremos este proceso de paz y Le apostamos em la paz pero no están todos los que debían estar aquí en este momento porque la mismas necesidades nos ha obligado a tener que ir gánalos un por lado para poder mantenernos aquí y se no quien sabe que pasaría. Pero Le apostamos a eso. Y queremos la paz. Y queremos que, así como nosotros estamos cumpliendo el gobierno también empecé a cumplir.

Como destacado na fala de Israel, apesar da precariedade, que se encontra a NAR, há um desejo coletivo pela “paz”, ou seja, pela implementação do acordo e não retorno às armas. Para isso, o coletivo vem se organizando para conjugar os projetos produtivos (piscicultura, cacau, parceria com a eco búfalo), que se constroem neste território em uma perspectiva coletiva, baseada na solidariedade e cooperação. Isso possibilita a horizontalidade nas relações sociais, a distribuição dos recursos e principalmente, a autonomia coletiva. No artigo nono da *Declaração das Nações Unidas* sobre os Direitos dos Camponeses e Camponesas (2021), em seu primeiro ponto, afirma que:

Os camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais têm o direito de formar e afiliar-se a organizações, sindicatos, cooperativas ou qualquer outra organização ou associação de sua própria escolha para a proteção dos seus interesses e para negociar coletivamente. Tais organizações deverão ter caráter independente e voluntário, e não poderão ser objeto de nenhum tipo de interferência, coerção ou repressão. (p.21).

Desse modo, as experiências coletivas devem se organizar a partir dos territórios para não serem alvos de instrumentação política. Partindo do desejo e dos territórios coletivos para se associarem e compartilharem a produção e a própria vida. Distinguindo-se, assim, do caráter individualista e impessoal encontrado em empresas capitalistas. A importância destas experiências reside, para além da produção e da comercialização, nas capacidades e potencialidades de resistência ao padrão de acumulação e concentração da propriedade e ao sistema de desterritorialização, decomposição camponesa e destruição das comunidades (FAJARDO, 2009)

Asdrubal, ex-combatente e atual firmante da paz, nos mostrou o projeto de piscicultura em andamento desenvolvido pelos seus companheiros e suas companheiras. Destacou que a produção de peixes já tem capacidade de alimentar as famílias assentadas e seu excedente pode ser comercializado na região central do município de Yondó. Não poderia deixar de citar, que enquanto nos mostrava as terras com potencial agrícola próximas ao NAR Omaira Diaz, Asdrubal aproveitou para nos brindar com uma canção do mexicano José Molina que em outros tempos ele cantava no monte:

No canto porque se admiren, porque me admiren tampoco, Canto porque es necesario, comunicarnos un poco. Como el sudor que me corre, al cantar estas canciones, así ha corrido la Sangre, por calles y callejones. Sangre de jóvenes puros, de ancianos y de mujeres, sangre que clama Venganza, sangre de tantos ayer. Ayeres de Tlatelolco, Y del 10 de junio ayer, Ayer Coprero Acapulco, Ayer más Ayeres...

Figura 36: Projeto Piscicultura – NAR Omaira Diaz



Fonte: Oliveira, 28 de fevereiro de 2019

Figura 37– Firmante Asdrubal



Fonte: Oliveira, 28 de fevereiro de 2019

Após brindar-nos com a sua voz, o firmante nos relatou que parte das terras do território NAR foi doada por camponeses da região, pois, a partir do não cumprimento do Acordo de Paz, em que em seu primeiro artigo “Hacia um nuevo campo colombiano” prometia facilitar o acesso à terra aos ex-combatentes e aos campesinos sem-terra ou com irrisória parcela, complementando com programas de apoio em assistência técnica, crédito, infraestrutura, vias terciárias, irrigação e drenagem, eletrificação, saúde, educação, moradia, água potável, apoio a economia campesina e comercialização, entre outros (ACORDO, 2016).

Busca-se, portanto, não só o acesso à terra, mas infraestrutura que viabilize a reprodução da vida nestes territórios. Contudo, o que se tem verificado é uma tentativa sistemática de inviabilizar o acordo e o que ele representa para a democratização agrária colombiana, pois a *Reforma Rural Integral* representaria o acesso aos bens comuns aos firmantes e a todas as vítimas do conflito armado. O que faz da reforma um gesto muito mais potente do ponto de vista político e social, com oportunidade de reconstrução do tecido social que foi esgarçado pelos conflitos socioterritoriais. A partir do enfoque territorial nas regiões mais afetadas pela pobreza, a presença de cultivos ilícitos e os efeitos da guerra contariam com a estreita participação das comunidades. Ambos enfrentaram problemas comuns e “inimigos” comuns e a partir da efetivação do acordo podem se fortalecer.

Desse modo, o processo de reincorporação no meio rural passa também por encontros e diálogos com comunidades étnicas e com uma multiplicidade de iniciativas produtivas. Segundo Fajardo (2017):

El desarrollo de estas iniciativas tiene distintos antecedentes en las diferentes manifestaciones de afirmación territorial y resistencia de las comunidades, dentro de las cuales los pueblos originarios cuentan con una prolongada trayectoria en la formación y defensa de los resguardos, algunos de origen colonial y otros generados durante la república. A ellos se añaden las expresiones campesinas y los arraigos de las comunidades negras, todas con proyecciones y perspectivas territoriales, incluyendo las de las articulaciones campo-ciudad en diversos espacios del país (p.24).

Os projetos econômicos pensados coletivamente para o NAR Omaira Diaz se assentam nos princípios das *Economias Solidárias e Territoriais* e se convertem como um meio de fortalecimento da reincorporação, do espírito comunitário, político e da autonomia para as famílias. Conforme o *Delegado do Conselho Nacional de Reincorporação* do processo de paz entre o estado colombiano e a antiga guerrilha das FARC-EP, Jose Lisandro, mais conhecido como Pastor Alape:

A eso le apuntamos, a generar un espacio concreto que dignifique las personas es ese escenario que llamamos la economía solidaria, es decir, como nos acompañamos uno, una con lo otro, con la otra ese es el centro de este proyecto damos todos para recibir todos, doy de mi posición como individuo para aportar y recibir desde ahí como individuo sumamos fuerzas para poder distribuir también lo que vamos construyendo y fortaleciendo de manera colectiva. Se no somos capaces camaradas de establecer una cooperativa la gente no va a creer que somos capaces de gobernar. Se la cooperativa es un fracaso la gente, un grupo de esos, del gobierno de aquí en Yondó ni siquiera va a poner carretas, pero se los ven que funcionamos se ve que esa cooperativa es para decir algo en un año la cooperativa va se encargar de un almuerzo para -los niños de San Francisco, de lunes a viernes. (Depoimento Pastor Alape em 30 de fevereiro de 2019).

Figura 38 - Assembleia Coomuldemm



Fonte: Oliveira, 30 de fevereiro de 2019

Alape expressa uma aspiração política do partido, no desenvolvimento de uma nova economia política plural, que seria constituída pelas economias sociais do comum, pelas economias autônomas dos povos étnicos e comunidades camponesas, pela economia do Estado, bem como pelas articulações e relações de cooperação, que podem se estabelecer entre eles; seja por meio de programas e projetos específicos; seja ao enquadrados em processos de planejamento. Apontam a

necessidade de receberem aporte inicial do Estado ou de organizações não governamentais, mas entendem que deve se constituir como um pontapé inicial da cooperativa em um contexto de reincorporação. Há o desejo de autonomia nas cooperativas dos ETCRs e nos presentes em NARS, visto serem mais que experiências econômicas, mas políticas.

Chama-nos a atenção a presença de crianças e jovens no NAR. Foi, através deles que nos aproximamos e vivenciamos mais de perto a realidade das famílias que ali viviam. Jovens ainda chamados por seus pseudônimos e que há um tempo recente empunhavam armas ou realizavam missões nas cidades, converteram-se em agentes atuantes no processo de construção da cooperativa a partir da atuação nos projetos produtivos em cooperação com a comunidade camponesa local.

Dentre os projetos desenvolvidos neste território e em outras regiões colombianas de reincorporação, destacamos a piscicultura. Homens e mulheres em processo de reincorporação reuniram forças para obter recursos do governo nacional e o apoio do PNUD, para desenvolver a “Piscicultura del Común”, organizada em sete nós geográficos dos ETCRS (Caribe, Nordeste, Noroeste, Sudoeste, Leste, Sul e Centro). Esta atividade beneficia atualmente cerca de 12.000 firmantes da paz e produz cerca de 800 toneladas de peixes por ano. Foi priorizada pela ECOMUN considerando o alto potencial do peixe para ser um alimento sustentável para os habitantes das ETCRs e NARs e para o comércio nas cidades vizinhas.



Figura 39, 40 e 41: Juventude e a Piscicultura. Oliveira, 02 de março de 2019.



Figura 42: Divisão dos alimentos do NAR. Oliveira, 02 de março de 2019.

Além da piscicultura, a Coomuldemm está desenvolvendo o projeto de plantação de cacau. Até agora já foram plantadas 4.200 mudas. Para potencializar a produção de cacau, os firmantes solicitam apoio da prefeitura de Yondó, através de assessoria técnica e da ONU para melhoria da infraestrutura para irrigação. A cooperativa tem buscado se alinhar a outras cooperativas territoriais campestres com objetivo de trocar experiências, articulação e produtos, criando assim uma rede. A Cooperativa Multiactiva para o Progresso do Nordeste Antioqueño - COOMUPRON e a Ecobúfalo são dois exemplos deste processo. A Coomupron, cooperativa que também faz parte da Ecomun, em Carrizal, município de Remédios em Antioquia, impulsiona o projeto de pecuária em ambas às cooperativas, além de promover a capacitação dos associados em cooperativismo, piscicultura, pecuária e contabilidade. O convenio, com a experiência comunitária campestre Ecobúfalo, resulta da aliança com a Zona de Reserva del Valle del Río Cimitarra, a ACVC e a COOMUPRON. A Ecobúfalos se estabelece assim a partir da criação de búfalos para posterior transformação em cortes finos, embutidos, queijos, outros, para venda na região.

Salientamos que a produção da cooperativa para o mercado não compromete o abastecimento interno da comunidade do território NAR OMAIRA Dias. Além dos peixes, os firmantes alimentam-se da macaxeira “Yuca”, do feijão semeado e do peixe produzido no território. As crianças e os idosos ajudam a semear a “yuca”, um deles, o ex-guerrilheiro mais velho da Colômbia, Lorenzo Mosquera, mais conhecido como Pollo, é uma das inspirações de luta e resistência presentes no NAR. Com 96 anos, o ex-combatente demonstra um espírito de luta e de motivação. Nos contou como aquela região, onde nos encontrávamos, havia sido palco de inúmeros conflitos e que nos montes que visualizamos desde a vereda descansavam muitos dos seus ex-companheiros. Em meio a suas histórias, expressava sua admiração pelo *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) que utilizando outras armas, ideológicas, políticas, para se estabelecer como um dos movimentos de luta por terra e território mais reconhecidos na América Latina.

A comunidade do território do NAR busca inserir ao máximo os idosos e os incapacitados da vereda nas atividades para que estes não se sintam descartáveis, contrariando o que o sistema capitalista cotidianamente faz com essas pessoas. A cooperação está presente na comunidade a partir dos laços construídos não só no processo de reincorporação, mas no reflexo de um contexto de guerras em que

necessitavam para sobreviver da cooperação e solidariedade. Nos conflitos armados, precisavam trabalhar em equipe em todas as tarefas, tanto bélicas como de subsistência. Como em algumas situações que se dividiam grupos para o cultivo da horta, na produção de panela e aspersão dos campos, bem como a semeadura, capina e colheitas.

De acordo com o texto do “Cura guerrilheiro” de Camilo Torres (1963), as forças de guerrilha, formal e informalmente, constituíram elementos de trabalho coletivos que também minaram o sentido individualista do camponês. Ainda conforme o autor a violência criou circunstâncias pelas quais tiveram que romper com o individualismo, através de migrações conjuntas, defesa de comunidades rurais, organização para a produção etc. Isso possibilitou que criassem uma mentalidade de cooperação, iniciativa e consciência de classe, o que definiu uma nova situação social na comunidade rural colombiana e que faz dessa comunidade um elemento social com coesão interna, iniciativa e dinamismo diante das possibilidades de mudança social.

A solidariedade camponesa ameaça os grandes latifundiários, pois representa uma organização comunitária sólida com capacidade de reunir outros movimentos sociais que lutam pela terra e pelo território. Há uma perseguição sistemática ao Acordo de Paz, não só por agentes externos que ganham com o conflito através da venda de armas, mas daqueles que não desejam a *Reforma Rural Integral*, (empresários nacionais, transnacionais, oligarquias regionais entre outros). Pesquisa realizada por Cortés (2020) demonstra uma intenção concreta de funcionários de instituições do governo para enfraquecer o processo organizacional proposto pelas comunidades em reincorporação por meio da promoção individual de processos de reincorporação. Ou seja, busca-se romper o espírito comunitário e político presente nos territórios dos ETCRS e NARS.

Ao participar das assembleias para o processo de construção da COMULDEMM, captamos alguns elementos que demonstram heranças da estrutura organizativa do que anteriormente foi as FARC, e que é compreensível, visto muitos terem dedicado suas vidas à luta armada. Em alguns momentos, homens através da fala mais altiva reivindicavam uma hierarquia que já tiveram no passado e que disputam no presente, deixando muitas mulheres, em atividades relativas ao cuidado, seja com os filhos, seja com o marido, com a alimentação etc. Atentos aos novos debates sobre gênero e representação feminina, o partido FARC, agora Comunes, inseriu no acordo de paz de 2006 a situação específica das mulheres, levaram em

conta a "perspectiva de gênero", sobretudo, no capítulo em que abordam as vítimas do conflito armado, pois as violências sofridas por uma mulher em um contexto de guerra são distintas e muito mais significativas. São as mulheres que perdem os maridos, os filhos, podem ser vítimas de abusos sexuais, desterritorializadas, dentre outros impactos. Necessário, portanto, reconhecer os direitos das mulheres e buscar cada vez mais inseri-las nas atividades políticas, econômicas, culturais, construindo nestes espaços de reincorporação, a inserção das mulheres nas diversas atividades existentes, criando assim territórios verdadeiramente democráticos.

A discussão sobre gênero e garantia de direitos que se faz no território da NAR deve se estender ao plano nacional, já que as mulheres rurais, apesar de terem pouco acesso a recursos e serviços produtivos, especialmente terra, crédito e assistência técnica, dão uma contribuição essencial para o setor agrícola. Sua contribuição é pouco reconhecida e a cegueira de gênero nas estatísticas contribui para mantê-los invisíveis como atores econômicos e sujeitos de políticas públicas. De acordo com os resultados divulgados pelo Censo colombiano de 2014, 26% das fazendas administradas por pessoas físicas são administradas por mulheres, 61,4% são administradas por homens e os 12,6% restantes são administrados de forma mista. As fazendas dirigidas por mulheres são menores - predominam aquelas com menos de 5 hectares - e com menos acesso a maquinário, crédito e assistência técnica. O artigo quatro presente na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e das Camponesas (2021) propõe que:

Os Estados deverão adotar todas as medidas apropriadas para erradicar todas as formas de discriminação contra as mulheres camponesas e outras mulheres que trabalham em áreas rurais e para promover seu empoderamento de maneira que possam desfrutar plenamente, e em condições de igualdade com os homens, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e trabalhar pelo desenvolvimento econômico, social, político e cultural do âmbito rural, participar nele para tirar partido dele com total liberdade. (p.17)

Reconhece-se a importância, desse modo, ao debate sobre gênero, no entanto, em todas as assembleias que participamos a questão da terra e território são centrais como condição e possibilidade para a reincorporação através da realização de projetos produtivos. Ao contrário do que se encontra em muitas cooperativas no campo e na cidade, o foco de discussão não se centra na produção e comercialização dos produtos, mas de que forma os firmantes podem continuar pressionando e

“peleando” com o Estado pela *Reforma Rural Integral*, vista como ponto estratégico no processo de reincorporação territorial, reparação às vítimas do conflito armado e no fortalecimento dos seus laços comunitários. Com a costura desse tecido-territorial tão esgarçado por mais de 50 anos de conflito, pode-se construir e realizar coletivamente as experiências solidárias e territoriais. Conforme relatório da OXFAM (2017):

O acordo de paz aspira a uma redistribuição de terras mais equitativa. Para tanto, estabelece quatro mecanismos: 1 - criar um fundo de terras de distribuição gratuita, com três milhões de hectares a partir da recuperação pelo Estado de terras adquiridas ou ocupadas ilegalmente (inclusive desertos indevidamente apropriados), terras exploradas que violem seu caráter social e função ecológica, bem como terras doadas ou adquiridas pelo Estado para esse fim; 2- formalizar massivamente a pequena e média propriedade rural em sete milhões de hectares; 3- criar uma jurisdição agrícola especial no sistema judicial que forneça justiça eficaz nas áreas rurais e 4 - criar e atualizar o cadastro para ter informações precisas e atualizadas sobre a posse da terra. No total, prevê-se a realização de processos de redistribuição de terras em 10 milhões de hectares nos próximos 12 anos (p.57).

O drama vivenciado pelas comunidades estabelecidas nos ETCRs e NARS ainda não são donas de suas terras, provoca um cenário de insegurança para a territorialização dos firmantes da paz e o fortalecimento das experiências coletivas autogestionárias. Conforme Alape, é preciso que:

Se definan los terrenos de donde están los espacios territoriales eso quiere decir que el gobierno compre esos terrenos y se los entregue a las cooperativas, para el personal proceso de reincorporación. Montar nuestra condición de guerrero. Cuando estábamos en la guerra como decía Jacob su problema era el apoyo, la casa cuesta pues hoy estamos en las mismas condiciones, estamos en esos espacios territoriales, pero no sabemos cuándo va a llegar las garantías. 'Un sol de aquí, un sol de allá'. **Vivimos en una permanente incertidumbre. esta pelea para que el gobierno formalice esos espacios. La otra pelea es la tierra. Que se pueda definir la tierra, la titulación de tierras.** No estamos peleando por tierra individual, tierra para -los proyectos productivos, e diríamos que es lo fundamental en ese proceso de paz, de organización solidaria (Depoimento Pastor Alape em 30 de fevereiro de 2019).

Os firmantes são chamados cotidianamente a entender a complexidade sobre processo de reincorporação para não desanimarem. O que gera mais coesão e unidade das comunidades desde os territórios, mas não tem impedido que outros setores, movimentos e organizações possam também continuar a pressionar os

governos, no sentido de se oporem à implementação do Acordo. Reconhecem a importância dos seus territórios de reincorporação nas comunidades atingidas por anos de conflito e sentem a obrigação de trabalhar para estes sujeitos (indígenas, camponeses, afros) e discutir junto a eles a necessidade de uma reforma rural abrangente. A partir disso, os ex-combatentes do território Omaira Diaz buscam fortalecer a luta pela participação política dos firmantes da paz e das comunidades próximas em que se gera uma pressão significativa através da mobilização no campo.

De acordo com Alape, é preciso fortalecer a organização, a associação e a cooperativa multiativa, como expressão do comunitarismo camponês. Busca-se o acesso aos direitos não só para os firmantes, mas para as vítimas dos conflitos em toda a sociedade colombiana, especialmente a população mais excluída.

Um dos vários desafios no processo de reincorporação a nível territorial é que não existe uma normatividade, que favoreça a participação permanente de instituições vinculadas aos estados e municípios em áreas de reincorporação. Ou seja, a descentralização do governo federal, através das prefeituras e dos estados, em apoio às experiências coletivas territoriais. Verifica-se, desse modo, problemas na eficiência da *Comissão Nacional de Reincorporação* (CNR). Segundo Estrada-Álvarez (2020), o governo colombiano não só não cumpriu o acordado, como também tem se privado do seu papel central no processo de paz. As mudanças de governo têm afetado substancialmente as políticas relativas ao acordo, por exemplo, Ivan Duque, atual presidente, pertence ao Centro Democrático, partido liderado por Álvaro Uribe Vélez, declarado inimigo do acordo de paz. Em sua gestão tem interferido em vários pontos, levando a atrasos e violações, prejudicando o desenvolvimento do quadro normativo (leis) e das políticas públicas.

Poderíamos apontar, alguns reflexos da política anti-acordo, como o retorno às armas de uma dissidência das FARC-EP em setembro de 2019⁵², o contínuo assassinato de lideranças sociais que desde o início do governo Duque já contabilizam 573 mortos⁵³ e 292 firmantes da paz assassinados em várias regiões do país. Estes dados expressam o genocídio político e a negação aos direitos descritos no Acordo, dentre eles, a segurança da vida e a segurança do territorial, ou seja, não pode haver reincorporação sem o direito à vida e se não há direito a terras.

⁵² <https://diplomatie.org.br/dissidencia-das-farc-volta-as-armas/>

⁵³ <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/69262/guerra-sem-fim-colombia-perpetua-assassinatos-de-liderancas-sociais-e-ex-guerrilheiros>

O não cumprimento e a perseguição ao Acordo de Paz representam mais do que a negação de um compromisso, mas a expressão da contínua tirania colonial contra os empobrecidos do campo colombiano e suas tentativas de organização comunal. No período que estivemos no território Omaira Diaz percebemos o desejo de homens e mulheres, adultos, idosos, jovens e crianças de reconstruir suas vidas com segurança - social e territorial. O sentido de segurança, portanto, se amplia, mas somam-se, visto ao lutar por segurança territorial para os sujeitos sociais (afro, indígenas, campesinos) a segurança social se reproduziria enquanto efeito da distribuição mais igualitária da terra no espaço agrário colombiano.

Alicerçados na solidariedade e cooperação, os campesinos/campesinas do território Omaira Diaz, diante de tantas dificuldades construíram com suas próprias mãos a Coomuldemm e ela representa muito mais que uma organização econômica, mas um espaço político, onde, desde o território, fortalece-se a organização camponesa em busca de democracia e autonomias (territorial, gênero, alimentar, política) “hacia un nuevo campo colombiano”.

Figura 43: ‘Meninas da Vereda’. Oliveira, 03 de março de 2019.



Fonte: Oliveira, 02 de março de 2019.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos o processo de desagregação das economias próprias e territoriais como condição para a expansão do latifúndio e concentração da terra na América Latina. Nas várias etapas do capitalismo (colonialismo, imperialismo, globalização/neoliberalismo), houve ofensivas a tudo que representava o comunal - o coletivo, através da sistemática tentativa de decomposição do tecido comunitário (indígena, afro, camponeses). Assim, as práticas sociais alternativas constituem-se re-existências territoriais ao intento de desagregação das economias próprias e sua espacialização se estabelece desde os territórios através das diversas formas organizativas (cooperativas, associações, bancos comunitários, feiras, redes solidárias entre outros). A releitura conceitual de uma *Economia Solidária* (ES) singular para *Economias Solidárias e Territoriais* (EST) no plural acentua a diversidade destas economias e a sua relação direta com a terra e o território.

Nesta análise, o território adquire centralidade enquanto meio e possibilidade para a realização das atividades econômicas, como espaço de formação política, educacional, de trocas culturais, ou seja, da reprodução própria da existência. Busca-se não reduzir o território a uma pequena dimensão, pelo contrário, ele possui multidimensionalidade e cada aspecto, econômico, cultural, social e político é interdependente e pode contribuir para o fortalecimento das autonomias. Autonomias, entendidas enquanto lógica processual, de construção e exercício de poder, assumindo, assim que a classe (o sujeito) não se forma para depois lutar, mas se forma na luta (MODONESI, 2010).

No espaço agrário, o campesinato, ainda que subordinado ao capitalismo, sobrevive e se reproduz enquanto modo de produção “particular”, pois as economias camponesas representam, para além de um modo de produzir, outros modos de existência, que sobrevivem ativas e criativamente em uma realidade social, resistindo às investidas e às usurpações do capitalismo no campo. O agronegócio, setor eleito como via de desenvolvimento e expansão do capitalismo nos países subalternizados e dependentes – Brasil e Colômbia - tenta se afirmar enquanto modernidade, como se não possuísse nenhuma relação com a estrutura colonial. No entanto, verificamos que esse modelo de desenvolvimento não só herda essa estrutura como exacerba seus efeitos negativos, dentre eles, a concentração de terras, a lógica da monocultura,

a superexploração do trabalho, a devastação ambiental e a violência contra as comunidades tradicionais. Estas comunidades, através de associações, cooperativas, Zonas de Reserva Camponesa (ZRC), sindicatos, bancos comunitários, buscam agregar o que o capitalismo cotidianamente desagrega, principalmente, concernente a produção e reprodução metabólica da vida. Desse modo, o processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais etc. (FABRINI, 2007). Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana.

Quando discutimos o processo de transição da ES enquanto práticas sociais para uma ES como política pública no Brasil, entendemos que a partir da sua institucionalização coexistem duas formas de elaboração e realização: uma que denominamos desde cima e outra desde baixo. Como já descrito, estas duas formas não são excludentes, no entanto, a predominância da ES desde cima compromete o caráter emancipador e autônomo das experiências coletivas desde baixo. A *Economia Solidária* desde cima é realizada pelo Estado que, de maneira centralizada e descontextualizada, pode desenvolver políticas e medidas verticais que atentam ao exercício de poder e tutela. A forma de construir a *Economia Solidária* que ressaltamos é a que funciona como estratégia de luta e emancipação desde baixo, ou seja, são edificações construídas desde os territórios por uma multiplicidade de sujeitos sociais, cujos valores e princípios estão baseados em um novo modelo econômico, social e político que se contrapõe ao modo de produção capitalista. Salientamos, que a construção sociopolítica desde baixo não significa o abandono do Estado, pelo contrário, se reconhece a disputa deste pelas classes sociais, principalmente, pelas elites econômicas e financeiras. Por isso, se faz necessário muito mais organização, articulação, pressão e diálogo, escapando do caráter fetichista do Estado ao permitir que os ciclos eleitorais inviabilizem os processos territoriais mais autônomos.

Apesar das especificidades socio territoriais, ambas as experiências (APA Bodega do Povo e Coomuldemm) atuam direta ou indiretamente contra à lógica e contra os efeitos perversos do capitalismo. São territórios inseridos na periferia do sistema mundo, que exemplificam históricos de resistências coletivas. Certas problemáticas enfrentadas são semelhantes mesmo em países diferentes, dentre elas, poderíamos destacar a desigualdade social, a violência e a concentração de

terras. Frente a estas, as experiências persistem criativamente em associação e cooperativa baseadas nos princípios de autogestão, igualdade de gênero e respeito à natureza. Isso não significa que estão isentas de crises financeiras, tensões ou disputas internas, conflitos que atravessam estas experiências como reflexo da própria desigualdade social que estão inseridas. Estas crises são e estão ainda sendo enfrentadas, para isso busca-se uma articulação com outros setores presentes nos territórios, como os sindicatos, as escolas, ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, igrejas, que podem, através do vínculo territorial, fazer uso do espaço como alternativa à territorialidade moderna, pela ressignificação de sua produção agrícola, sendo orientada por um valor ético-ecológico-comunitário e não essencialmente mercantil.

Compreendemos que, para cada experiência – APA *Bodega do Povo* e COOMULDEMM -, para além das suas redes comerciais estadual e nacional – estas mantêm uma relação de vínculo com outros sujeitos sociais, que formam uma rede territorial capaz de criar ambientes propícios à permanência destas experiências.

A APA *Bodega do Povo* possui uma genealogia histórica de resistência indígena e camponesa. Compreendemos que, em continuidade com o histórico de luta da região a experiência coletiva estudada, a associação se expressa como um território, articulando sujeitos sociais do campo, que privilegiam princípios de horizontalidade, autogestão, respeito a natureza, participação feminina em busca da autonomia alimentar, territorial e política. Contrários à racionalidade do agronegócio, que se apropria dos bens comuns (terra, sol, ar água, florestas) com infraestrutura e incentivos do Estado. Este “moderno agronegócio” provoca conflitos explícitos e latentes, através das empresas nacionais e multinacionais, que sob o pensamento colonizador negam a diversidade social, política, econômica dos territórios ribeirinhos, indígenas, quilombolas, camponeses etc. Ao se territorializar, o moderno agronegócio concentra a terra, privatiza a água, condena a população à intoxicação crônica por agrotóxicos e busca o “consenso”, através do monopólio da educação e dos saberes. Deste modo, procuramos visibilizar a experiência coletiva *Bodega do Povo*, enquanto prática social que há mais de 19 anos aposta em outras racionalidades, social, ambiental e econômica. Diante da concentração de terras nas mãos do agronegócio, da fruticultura e floricultura e da utilização intensiva de agrotóxicos, a associação decidiu produzir em seus quintais produtivos a partir dos princípios da agroecologia e os seus excedentes destinam as feiras e ao ponto comercial conhecido como

Bodega, construído ao lado do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa*. Eles buscam se constituir como produtores e produtoras diretos e diretas de seus meios de vida, através do controle das etapas da produção, comercialização, distribuição e consumo. Um processo inimaginável no sistema capitalista, em que o trabalhador exerce apenas parte do processo, estando completamente alheio ao conjunto do seu trabalho.

Nas experiências estudadas, procuramos discutir a participação das mulheres nas *Economias Solidárias e Territoriais (EST)*. Contra o indivíduo padrão “*homo economicus universal*” presente nas discussões da economia neoclássica, as EST ampliam o seu referencial ao reconhecer e visibilizar as mulheres nas experiências coletivas. O trabalho feminino presente nestas não se circunscreve somente ao aspecto comercial, mercadológico, mas também ao processo de organização, de formação política e educacional, cuidado, e de liderança. Desta maneira, como estes espaços podem se constituir verdadeiramente como territórios democráticos de inclusão e visibilidade do trabalho feminino? Compreendemos que este ainda é um desafio em ambas as experiências, visto estarmos dentro de uma sociedade patriarcal e o espaço agrário não estaria isento das reproduções machistas. Não há nestas estruturas tradicionais, que insistem na divisão das tarefas entre homens e mulheres, mesmos estas sendo grande parte das associadas/cooperadas, o reconhecimento do trabalho feminino e muitos dos saberes aprendidos nos processos de formação entram em choque nos espaços domésticos com os saberes tradicionais dos esposos, dos pais, dos irmãos.

No espaço agrário colombiano, nos chamou a atenção a busca dos firmantes da paz em reproduzir antigas hierarquias dos tempos de guerra. Nas assembleias, nos espaços de convivência, eram os homens que buscavam se impor, falar mais alto, delegando inconscientemente o papel de assistência e de cuidado às mulheres. Atentos a este aspecto e principalmente reconhecendo o forte impacto do conflito armado colombiano na vida das mulheres, não só ex-combatentes, mas também as que estão nos territórios escolhidos para reincorporação (ETCRS, NARS) o *Acordo de Paz* prioriza a discussão sobre gênero enquanto tema transversal para a inclusão de medidas afirmativas específicas destinadas a garantir os direitos plenos das mulheres e da comunidade LGBTIQ+. Busca-se nos territórios de reincorporação horizontalizar as discussões e democratizar cargos de relevância entre homens e

mulheres. As experiências em EST podem se constituir territórios de inserção e valorização do trabalho feminino na Colômbia.

Exemplificamos em nosso estudo, a ampla participação feminina na cooperativa *Economias Sociales del Comum* (ECOMUN). Fruto do *Acordo de Paz* firmado em 2016 entre as FARC (Partido Comunes) e o governo colombiano. Esta cooperativa resulta do desejo dos/das firmantes de se reincorporarem de maneira coletiva priorizando territórios, cujos impactos sociais decorrentes dos conflitos armados haviam sido mais intensos.

Desse modo, a reincorporação dos ex-combatentes se dá a partir da perspectiva territorial, pois, compreende-se que durante muito tempo o Estado esteve centralizado e distante de muitas regiões do país, o que favoreceu a criação de outras territorialidades, incluso a dos grupos armados (FARC, agentes do Estado, paramilitares). Esses grupos foram responsáveis pelo conflito armado que durou mais de 50 anos e que vitimou, de acordo com a *Comissão Nacional da Verdade*, quase 500 mil pessoas entre os anos de 1985 e 2018. Ainda de acordo com a comissão, esses dados podem chegar a 800 mil vítimas, devido a subnotificação. Dessas vítimas, 80% eram civis, camponeses, obreiros, indígenas, líderes quilombolas.

Busca-se com a reincorporação reparar minimamente os impactos socioambientais sofridos nestes territórios. A partir do Acordo de Paz, foram eleitos 24 *Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação* (ETCRS) em distintas zonas do país, que representam a perspectiva territorial de reincorporação dos ex-combatentes, camponeses e camponesas, os quais buscam a partir da organização política, econômica e social garantir que os direitos firmados no acordo de paz sejam efetivados não só para eles, mas também para as principais vítimas do conflito armado (indígenas, afro, camponeses). Implica territorializar programas, planos e projetos que atendam às necessidades das comunidades em processo de reincorporação.

Infelizmente, o Estado não tem disponibilizado os recursos necessários para a reincorporação dos ex-combatentes. Estes, ao chegarem aos territórios destinados a reincorporação (ETCRS) encontram muitas dificuldades, dentre elas, a precária infraestrutura e a falta de segurança. De acordo com dados do *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz* (INDEPAZ), até 31 de dezembro de 2022, 348 ex-combatentes das FARC-EP em processo de reincorporação foram assassinados. Diante da violência, muitos decidem se deslocar com suas famílias e amigos para outros territórios, construindo assim *Novas Áreas de Reincorporação* (NAR).

As *Novas Áreas de Reincorporação* (NAR) configuram-se como espaços de reterritorialização das comunidades camponesas. São nestes territórios ETCRs e NARS, que camponeses e camponesas firmantes da paz buscam desenvolver coletivamente os seus projetos. Dentre os projetos, destacam-se a piscicultura, a agricultura, o turismo entre outros. Aproveitam-se as potencialidades e as especificidades territoriais e, a partir dos vínculos com outras cooperativas, movimentos sociais camponeses, partidos progressistas, escolas, sindicatos, associações, procura-se fortalecer não só as experiências, mas também o tecido social anteriormente esgarçado pela guerra.

Um dos grandes desafios para a execução dos projetos comunitários em andamento é a insegurança territorial. Muitos destes, vêm sendo desenvolvidos em terras arrendadas ou cedidas por comunidades camponesas. A não realização da *Reforma Rural Integral*, primeiro ponto do acordo de paz, vem provocando instabilidade e a insegurança dos projetos, muitos firmantes não conseguem acessar créditos e temem perder o que vem conquistando.

O Estado, em pacto com elites agrárias e setores do capital internacional, evitam e criminalizam o debate sobre a *Reforma Agrária*, fazendo com que a violência no país permaneça “endêmica”, pois ao não implementar reformas sociais, políticas e de segurança, contribui com a permanência das disputas territoriais entre máfias, paramilitares, empresários e outros.

A partir dos estudos de Garcia e Alvarez (2020) e de entrevistas realizadas, entendemos que há, no não cumprimento do *Acordo de Paz*, a tentativa de desagregar não somente os projetos econômicos coletivos, mas a própria identidade que as antigas FARC possuíam em relação ao cooperativismo e a solidariedade. O Estado, através das suas instituições, entidades, ao investirem muito mais nos projetos individuais do que nos projetos coletivos, estimula a individualidade dos ex-combatentes que assediados pelo consumismo capitalista, preocupam-se em vencer sozinhos. Essa tentativa de decomposição das experiências coletivas nos mostra a potencialidade das *Economias Solidárias e Territoriais*, para além da comercialização, como espaços políticos e de resistência territorial.

Em meio ao complexo processo de reincorporação, tivemos a honra de participar da formação de mais uma cooperativa da ECOMUN, a *Cooperativa Multiativa para o Desenvolvimento do Magdalena Médio* -COOMULDEMM. Localizada na Vereda San Francisco, município de Yondó – Antioquia. Homens e mulheres, em

uma *Nova Area de Reincorporação* (NAR) denominada Omaira Dias, constroem coletivamente a COOMULDEMM. Reconhecem que juntos são mais fortes, por isso, provenientes do ETCR de Carrizal, eles decidiram que viver em San Francisco seria estar mais próximo das comunidades camponesas, as quais tinham mais vínculo e com eles enfrentar coletivamente os desafios da reincorporação e das problemáticas que as comunidades já possuíam.

A cooperativa surge, então, nesse contexto, como um desejo dos reincorporados e, igualmente, ela nasce como uma forma de dividir com as comunidades locais, os benefícios do pós-acordo. Em cooperativa, articulam-se com o partido político *Comunes*, a escola (Centro rural educativo alto Cimitarra), com a Zona de Reserva Campesina do Vale do Rio Cimitarra, com outras cooperativas (ECOBUFALO E COOMUPRON) que já estão há mais tempo desenvolvendo atividades na região. Estes vínculos territoriais, com certeza, podem potencializar as economias e as autonomias.

Dentre as atividades desenvolvidas pela COOMULDEMM, destacamos o projeto de piscicultura, o cultivo de cacau e, em parceria com a cooperativa campesina Ecobufalo vinculada a ZRC do Vale do Rio Cimitarra, a criação de Búfalos para produção de laticínios, linguiças e derivados. A Coomupron, cooperativa que também faz parte da Ecomun, em Carrizal, município de Remédios em Antioquia, impulsiona o projeto de pecuária em ambas às cooperativas, além de promover a capacitação dos associados em cooperativismo, piscicultura, pecuária e contabilidade. O convênio, com a experiência comunitária campesina Ecobúfalo, resulta da aliança com a Zona de Reserva del Valle del Río Cimitarra, a ACVC e a COOMUPRON.

Contrário à racionalidade capitalista que privilegia o abastecimento externo visando o lucro, os/as ex-combatentes priorizam o abastecimento interno (peixes, galinhas, ovos, laticínios, tubérculos, outros) para as famílias do NAR. Até mesmo o plantio de cacau, vinculado a uma empresa nacional, não os impede de que bebam todos os dias um 'pocilito' de chocolate. Como diria a participante do *Foro de Popayan*, a lógica seria Comercializar - alimentar o coletivo primeiro e posteriormente comercializar o excedente para municípios vizinhos. A solidariedade orgânica que vivenciamos no NAR Omaira dias, nos revela e nos aproxima da reflexão de Torres (2019), em que a presença desta solidariedade e a cooperação nesses territórios explica-se também pelo período da guerra para que estes permanecessem fortes nos montes diante das ofensivas inimigas. Sem armas, os ex-combatentes ainda

permanecem sob ofensivas inimigas e reconhecem que há, no território a presença de atores armados que os ameaçam cotidianamente. Por isso, estes buscam se organizar não somente a nível territorial, mas também denunciam as violações aos setores internacionais, como forma de pressionar e “pelear” com o Estado, para que este garanta o que foi assinado no *Acordo de Paz*.

Enquanto as reformas estruturais se apresentam como horizonte, homens e mulheres do território do NAR Omaira Dias, que abandonaram as armas e deram sua palavra à Colômbia, resistem coletivamente às tentativas de desarticulação, tanto por parte das políticas do Estado como de outros setores. Desde a Vereda, a juventude aposta em outra perspectiva de futuro, através dos projetos produtivos semeiam nestas terras esperança e resistência.

Apesar das especificidades socioeconômicas e das escalas de atuação, compreendemos as experiências (APA *Bodega do Povo* e COOMULDEMM) como territórios de resistência. Ambas persistem criativamente em meio aos desafios e em suas práticas demonstram a busca pela dimensão coletiva na produção e reprodução da vida.

REFERÊNCIAS

- ACVC. 2009. Exigencias del campesinado del valle del Río Cimitarra al Estado. Disponível em: <http://www.prensarural.org/spip/img/pdf/encuentroregionalporlavidadigna14nov09.pdf> Acesso em: 12 de jun. 2020.
- ACVC. 2010. Asociación campesina del valle del río Cimitarra. Disponível em: <Http://www.prensarural.org/acvc/presentacion2009.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2020
- ACOSTA, Alberto **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos** São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.
- Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE). Flowers from Ceará. Fortaleza, 11 de dez. 2013. Disponível em: < <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/agronegocio/floricultura>> Acesso em: 15/08/2019
- ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca. **Da economia social para a economia solidária**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Economia Política, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: www: <http://hdl.handle.net/10071/11388>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- ALENCASTRO, Felipe. **África, números do tráfico atlântico**. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 57.
- AMARO, Rogério Roque; MADELINO, Francisco. Contributos para um conceito - Economia solidária. Madeira: Projecto Cores, 2004.
- ANDERSON, Perry *et al.* La trama del neoliberalismo: mercado: crisis y exclusión social. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (org.). **La Trama del Neoliberalismo**. 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina**. 4.ed. (revista e atualizada). São Paulo: Brasiliense, 1977.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BARBIERI, Fernando. **Globalización, libre comercio y desarrollo rural**. Conferencia dictada en el marco de la cátedra Manuel Ancizar “Tierras y territorio” de la Universidad Nacional de Colombia. 12 de mayo de 2011. Recuperado el 25 de

fevereiro de 2020 de <http://www.unradio.unal.edu.co/nc/categoria/cat/catedra-manuel-ancizar/pag/4.htm>

BARROS, Jean. PRIETO, Gustavo. MARINHO, Caio. (Org). **Sertão, Sertões: Repensando Contradições, Reconstruindo Veredas**. 1 ed. Editora Elefante, 2020. 223p.

BARTRA, A. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do campo e desenvolvimento rural, 2011.

BARTRA, Armando. Resistir con los pies sobre la tierra: experiencia mexicana. IN: RODRÍGUEZ M; CAMACHO; MORALES (edit). **Concentración, acaparamiento de tierras, desarrollo rural y derecho a la alimentación**. Bogotá: FIAN-Colômbia: ICANH: Universidad Externado de Colombia. 2017

BARTRA, Armando. **Campesindios**: Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Bolivia, CIDES-Universidad Mayor de San Andrés, 2010.

BARBOSA, I. M. **Câncer infantojuvenil**: relação com os polos de irrigação no estado do Ceará. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter. M. **Autonomía y los movimientos sociales del campo en América Latina**: un debate urgente. aposta revista de ciencias sociais. N.º 89, abril, mayo y junio 2021

BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina**. Tradução castellana, Editorial crítica S.A. Vol. 1 a 16, 1991.

BERGET, John. **Puerca tierra**: de sus fatigas 1. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2011. 217 p.

BESERRA, Bernadete de L. Ramos. **Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. 148 p.

BETHELL, Leslie. **História de América Latina**. Tradução castellana, Editorial Crítica S.A., 1991. v. 1-16.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p.

BORGES, C. T. O.; UEDA, V. **Organização social em redes de solidariedade uma perspectiva geográfica**. In: 58ª Reunião Anual da SBPC, 2006, Florianópolis. Livro Eletrônico com os Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC, 2006

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Serra da Ibiapaba – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual operativo do Programa de Aquisição de Alimentos: modalidade compra com doação simultânea, operação por meio do termo de adesão. Brasília: MDS, 2014b.

BURITY, Valéria T. A. et al. **Agrotóxicos na América Latina: violações contra o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas**: informe regional 2020. 1. ed. Brasília: FIAN Brasil, 2020. Disponível em: <<https://fianbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2021/04/Agrotoxicos-na-America-Latina-Portugues.pdf>> Acesso em 18 set. 2021.

BURZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPOS, Rosana Soares; CAMPOS, Christiane. O lado perverso da economia popular solidária: a exploração do capital nas relações de “trabalho solidário”. **ESAC – Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 5, nº 1, jan./jun. 2010.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo**. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, set. 2006, p.146-162.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1981

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês? **O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 90.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde/ Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo : Expressão Popular, 2015. 624 p.

CARNEIRO, F. J. G. 2015. **Escola diferenciada e Identidade Étnica**: uma trajetória de lutas, conquistas e resistência dos Tapuya Kariri de São Benedito-Ce. 93 f. Monografia, Curso de Ciências Sociais. Universidade Estadual Vale do Acaraú, janeiro/2015.

Castoriadis, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1982. 418 p.

CNMH (2015); Una nación desplazada: informe del desplazamiento forzado en Colombia. Bogotá, D.C: CNMH–UARIV. Disponible en: <https://bit.ly/29uyNzv>

Departamento Administrativo Nacional de Estadística (dane). Tercer Censo Nacional Agropecuario. Hay campo para todos. Bogotá: dane, 2016.

CATTANI, A. et al. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CAVALCANTE, L. V. **A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará**. REVISTA NERA (UNESP), v. 23, p. 22-46, 2020.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terra de 1850 e a Reafirmação do Poder Básico do Estado sobre a Terra**. Revista Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado. São Paulo. Edição nº 2, Ano 1, junho. 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/LeideTerra.pdf>> Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz.; SOUZA, Suzane Tosta. **Avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro**. Geopauta. V. 3, n. 3, 2019.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz.; SOUZA, Suzane Tosta. **As ‘novas’ estratégias para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio**. Revista Pegada. V. 9, n. 1, 2008.

CONCEIÇÃO, A. Luz e KOLMING, Fernanda V. **Alternativas de Organização nas Comunidades Rurais**. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, Santiago, 2001.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. S.Paulo, junho de 1998.

CORAGGIO, J. L. **La construcción de otra economía como acción política**. Mimeo, 2012.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 422p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

- COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.4, p.50-60, out./dez. 2000
- CHAYANOV, Alexander. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão Agrária**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.
- CRUZ, André Viana da. **Identidade Cultural Como Elemento Determinante Para Titulação De Terras Quilombolas**. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Popayán: Universidad del Cauca, 2016.
- ESTEVÃO, Carlos. **O ossuário da “Gruta-do-Padre” em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas no Nordeste**. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, Imprensa Nacional, 1942. 151-184p. Disponível em: http://etnolingüística.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aestevao-1942-ossuario/estevao_1942_ossuario.pdf. Acesso em 10 de abril de 2021.
- ESTIVILL, J. **Espacios públicos y privados: construyendo diálogos en torno a la economía solidaria public and private spaces**. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 84, 2012.
- FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 10, nº. 11 pp. 8-32 Jul.-dez./2007.
- FAJARDO, M. D. **Territorios de la agricultura colombiana**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2009
- FAJARDO, Darío; SALGADO, Henry. **El Acuerdo Agrario**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2017.
- FALS BORDA, Orlando. **Historia de la cuestión agraria en Colombia**. Bogotá: Carlos Valencia, 1981.
- FERNANDES, José Candido. **POLONORDESTE: proposta educativa do ‘Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado da Ibiapaba’**: Ceará. (Dissertação de Mestrado). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Filosofia da Educação. Rio de Janeiro. 1982.

- FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. **Quando la agricultura familiar es campesina**. In: HIDALFO, F. e FRANCISCO. *Agriculturas campesinas em Latinoamérica: propuestas y desafios*. 1.ª ed. Quito: Editorial IAEN, 2014.
- FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da Modernização da Agricultura do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará.
- FREIRE, Paulo; FREIRE, Nita; OLIVEIRA, Walter Ferreira de Oliveira. **Pedagogia da Solidariedade**. 3ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. p.144.
- FUINI, Lucas L. **Construções teóricas sobre o território e a sua transição: a contribuição da Geografia brasileira**. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 26. n. 1. p: 221-242, 2017.
- GAIGER, Luiz (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil** Porto Alegre, UFRGS Editora. (2004).
- GAIGER, Luiz; KUYVEN, Patrícia. **Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil**. *Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 3, Setembro/Dezembro 2019*.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de. Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p.
- GARCÍA LINERA, Álvaro. **La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- GIRADORT, Jean-Jacques. **Seis hitos em la creación y el desarrollo de la inteligencia territorial**. In: GIRADORT, J. J; CIRIO, G.;BARRIONUEVO, C.;GLIEMMO, P.(Org). *Inteligencia territorial: teoria, métodos e iniciativas en Europa y America Latina*. La Plata: Universitaria de la Plata, 2012.p.30-37.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509 p.
- GÓMEZ, J. R. M. CRÍTICA AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2011. DOI: 10.33026/peg.v3i1.798. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798>. Acesso em: 5 jul. 2023.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Ética e diferenciação interna do trabalho na ordem territorial e ambiental do Cariri cearense: solidariedade e conflito.** 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

GUÉLIN, André (1998). **L'invention de l'économie sociale.** Paris: Economica

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais.** In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (Org). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. P.169-190.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial, 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. P.43-70.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** São Paulo, SP: Loyola, 2004. 382 p.

HARVEY, DAVID. **Anticapitalismo em tempos de pandemia: Marxismo e ação coletiva.** Boitempo Editorial, 2020.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyolla, 2014.

HARVEY, David. **Razones para ser anticapitalistas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

HEIDRICH, A. L. **Vínculos territoriais - discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais.** GEOGRAPHIA (UFF), v. 19, p. 1-13, 2017

IANNI, OCTAVIO. **A utopia camponesa.** In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora. 1986. 337 páginas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.htm >. Acesso em: 15 ago. 2020.

FONSECA, Karol Barragán; URQUIJO, Julián Cortés and DICKE, Marcel et al. South-south inspiration to connect SDG2 and SDG16 in former conflict areas: **Promoting sustainable livelihoods of ex-insurgents in Colombia by insect farming.** DOI: 10.18174/539034

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; Goldfarb, Yamila. **“O Agro Não É Tech, O Agro Não É Pop E Muito Menos Tudo”**. Publicado por: Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e a Fundação Friedrich Ebert Stiftung Brasil (2021). Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em : 12 de mar. 2019.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Tradução de C. Iperoig. 3ª Ed. São Paulo: Proposta.

KOK, Glória. **Os vivos e os mortos na América portuguesa: da antropofagia à água do batismo**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2001.

LECHAT, N. M. P. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2004.

LISBOA, Josefa. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese (Doutorado) – NPGEU/UFF, 2007.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. **Autonomias, democracia o contrainsurgencia**. México: Ediciones Era, 2004.

LÖWY, Michael. **Por um socialismo indo-americano: seleção e introdução**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2005.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Trad. Telma Costa; Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz – 2º Edição, Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal, Publicações Escorpião, 1989.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LUXEMBURGO, Rosa. **A sociedade primitiva e sua dissolução**. 1 ed. São Paulo: Edições ISKRA, 2015, 216 p.

MAIA, Ligio de Oliveira. **Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial século XVIII**, Tese de Doutorado em História, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2010

MAIA, Ligio de Oliveira. **Povos indígenas no crepúsculo setecentista na capitania do Ceará: ‘invisibilidade’**. AGÊNCIA INDÍGENA E REELABORAÇÃO CULTURAL. Caicó, v.15, n.35, p.111-136, jul./dez. 2014. Dossiê Historias Indígenas.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboración solidaria. Aspectos económico-filosóficos: complejidad y liberación**, UACM, México, 2006.

- MARÉS, Carlos Frederico. **Da tirania a tolerância**. In: NOVAES, Adauto (Org.). A Outra margem do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis : Insular, 2013.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios da economia: volume I**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996b
- Martínez Luna Jaime. Conocimiento y comunalidad. Bajo el Volcán [en línea]. 2015, 15(23), 99-112[fecha de Consulta 22 de Julio de 2021]. ISSN: 2954-4300. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28643473006>
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 p.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento a escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores**. Blumenau: Edifurb, 2012.
- MEDINA, Patricia (coord.) **Educación intercultural en América Latina. Memorias, horizontes históricos y disyuntivas política**. UPN/Plaza y Valdés/Conacyt, México. 2008.
- MELGAREJO, Patricia Medina; LÓPEZ, Severo e ÁNGELES, Issac. **Comunidades-Comunalidades: Experiencias en México con la educación intercultural como demanda de los movimientos sociales, memorias de-coloniales Latinoamericanas**. Tramas 34. UAM. México. 2011. pp 143-178.
- MELO, M. A. B. de. **Quilombo: da insurreição à propriedade constitucional**. 2006. Disponível em: https://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=59483e9b-f005-49e4-b93b-af35a19aff03&groupId=10136#:~:text=A%20norma%20constitucional%20acima%20trascrita,estratifica%C3%A7%C3%A3o%20social%20trazida%20da%20%C3%81frica. Acesso em: 04 jul. 2020.
- MELUCCI, Alberto (1999), **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**, El Colegio de México, México.

MESA DE CONVERSACIONES. **Acuerdo Final para la terminación del conflicto:** la construcción de una paz estable y duradera. Bogotá: Torreblanca (incluye folleto: *Nuevo Acuerdo Final*), 2017 a.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009. 133 p.

MODONESI, Massimo. **Subalternidad, antagonismo, autonomía: Marxismo y subjetivación política.** Buenos Aires: CLACSO, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa.** In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). Território, territórios- ensaio sobre o ordenamento 2ª. Ed. Niteroi-RJ. DP&APPGEO/UFF, 2006.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra.** São Paulo: Editora Brasiliense. 4ª edição. 1985.

NETO, João Leite. **Índios e Terras – Ceará: 1850-1880.** Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; PEREIRA, Raimundo Castelo Melo. **Campesinato e Uso da Terra no Semiárido Cearense.** Revista Geografia, Rio Claro, v. 36, n. 2, p. 237-250, mai./ago. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Violência e Barbárie: a grilagem de terra no Brasil. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2005.** (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2005, 264p

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura Camponesa no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 137 p.

OLIVEIRA, Renata Sibéria; SANTOS, Josefa de Lisboa. Do Pioneirismo de Rochdale ao Cooperativismo/Associativismo no capitalismo – **Uma análise do Controle do Estado no Espaço Agrário Brasileiro.** Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), Sobral –CE, v.14, n.1, p.69-80, 2012.

OLIVEIRA, A.U. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: A.F. CARLOS, Nos Caminhos da Geografia. São Paulo, Contexto, 2002. p. 113-133.

ORTIGOZA, S. A. G. **Para além do mercado: As Feiras Solidárias no contexto das novas relações de trocas**. Desfazendo os nós do capital – território, ação social e economia solidária. Mendes, A. A.; Cortez, A. T. C.; Ortigoza, S. A. G. (orgs) Bauru, SP: Canal 6. 31-64. (p.2013)

ORTIGOZA, S. A. G. **Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 6 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 241-257. (p.2014)

OXFAM (2017) **“Radiografía de la desigualdad: Lo que nos dice el último censo agropecuario sobre la distribución de la tierra en Colombia”**. Disponible en: <https://goo.gl/Tb7BKz>. Acesso em: 12 de jun. 2018.

PANDOLFI, Maria Lia Corrêa de Araújo. **Movimento de Trabalhadores Rurais no Nordeste**. Cad. Est. Soc. 1987, v.3, p. 269 -288.

PÉREZ OROZCO, Amaia. **“Amenaza tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico”**. *Revista de economía crítica*, n. 5, p. 7-37, 2006.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 382 p.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Portal do FNDE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br> Acessado em 16/09/2019

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios na América Latina/ AbyaYala**. Universidad Nacional Autónoma de Mexico. Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso**. Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), v. 22, n. 2, p. 103-132, 5 set. 2020.

PORTO- GONÇALVES, C.W. **Desafio Ambiental: os porquês da desordem mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. “**A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha**” em Ceceña, Ana Esther (coord.) *Los desafíos de las emancipaciones en un contextomilitarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- PORTUGAL, Anna Raquel. **História e Historiografia do ayllu andino**. Historia y Sociedad No. 14, Medellín, Colombia, junio de 2008, pp. 69-93.
- PORTUGUEZ, Andrés Leonardo Molina. **La zona de reserva campesina del valle del río Cimitarra: un ejercicio inconcluso de participación ciudadana y manejo colectivo del território**. CUADERNOS DE GEOGRAFÍA | REVISTA COLOMBIANA DE GEOGRAFÍA | Vol. 20, n.º 2, julio-diciembre del 2011 | ISSN: 0121-215X | BOGOTÁ, COLOMBIA. p. 21-33
- PAIVA, Iara Tâmara Pessoa. **Análise Socioambiental dos Impactos da Implantação do complexo eólico Tianguá/Ubajara- CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), Centro de Ciências Humanas (CCH), Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG), Sobral-CE, 2018.
- PASTORE, E. **Relação de gênero na agricultura ecológica**. Texto para discussão, n. 06. Rio Grande do Sul: Universidade de Passo Fundo, 2005. 15p.
- PINTO, J. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- RAMA, Angel. **Transculturación narrativa en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones El Andareigo, 2008.
- RAMOS, Arthur. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, nº 47, 1938.
- RAZETO, Luis: En El Factor “C” “Charla de Luis Razeto”, Escuela de Cooperativa “Luis Arrona”. Venezuela, 1997.
- REPÚBLICA DE COLOMBIA. Presidencia de la República, Oficina del Alto Comisionado para la Paz (2016). “Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera”.
- Reygadas, José Luis. **Economías alternativas. Utopías, desencantos y procesos emergentes**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Juan Pablos Editor, 2014. 360p.

ROCHA, Osvaldo de Alencar. **O negro e a posse da terra no Brasil**. In: SOUZA Filho, Carlos Frederico Marés de; ALFONSIN, Jacques Távora; OCHA, Osvaldo de Alencar, PRESSBURGER, T. Miguel. **Negros e Índios no Cativoiro da Terra**. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular e FASE, 1989. p. 38-55.

RODRIGUES, R. N. **As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares**. In: Os africanos no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 78-105.

RODRÍGUEZ M; CAMACHO; MORALES (edit) **Concentración, acaparamiento de tierras, desarrollo rural y derecho a la alimentación**. Bogotá: FIAN-Colômbia: ICANH: Universidad Externado de Colombia. 2017

RODRÍGUEZ, Flavio Bladimir. **Economías para la paz en medio de la guerra: el reto de la economía social**. In: El tema de tierras y desarrollo rural en el acuerdo preliminar para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera; Reflexiones preliminares. Bogotá. Corporación grupo semillas, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Editora Vozes. 1974.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 29-56.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. Introdução. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do estado do Ceará**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SAMPAIO, J. L. F. **A Resistência e o desprivilegio no Espaço Rural cearense**. Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), v. 2, n. 1, 2011.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. São Paulo. Editora Nacional. 1987. 380p.

SANCHEZ, Fábio José Bechara. **Autogestão, Economia Solidária e ‘invenções’ democráticas na América Latina**. IN: A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho. Organizadores: Andre Ricardo de Souza, Maria Zanin. São Carlos: EdUFSCar, 2017;

- SANTANA JUNIOR, G. **Economia Solidária nos Trópicos**. In: IV Encontro Internacional de Economia Solidária: Educação, Política e Integração da América Latina, 2006, São Paulo. IV ENESOL. São Paulo: NESOL-USP, 2006.
- SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília, INCTI/UnB, 2015.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Saber popular, práxis territoriais e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- SABOURIN, E. **Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, n. 20, p. 41-49, 12 nov. 1999.
- SCHILLING, Kurt. **História das ideias sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.
- SINAN (SISTEMA NACIONAL DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO). (2014). Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/intoxicacao-exogena>>. Acesso em: 12 de ago. 2021.
- SINGER, P. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SGUISSARDI, Valdemar. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 75, Agosto/2001.
- TORRES RESTREPO, Camilo. **La violencia y los cambios sócio-culturales em las áreas rurales colombianas**. Realis, v.9, n.01, Jan-jun. 2019
- THOMPSON, E.P. **“A economia moral da multidão inglesa no século XVIII” e Economia moral revisitada**”. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 150-202.
- TRASPADINI, R. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UFMG, 2016. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2016%20tese%20UFMG%20Robert%20Transpardini.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

- TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente**. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1694-1713.
- TUXÁ, R. C. de A. **Educação escolar indígena como novo paradigma na visão indígena: experiências, conquistas e desafios**. *Tellus*, Mato Grosso, n. 20, p. 275-288, jan./jun. 2011.
- VALENCIA AGUDELO, G. D. (2019). **Reincorporación territorial en Colombia**. *Estudios Políticos*, (56), 9–16. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n56a01>. Acesso em: 13 de jul. 2018
- VÁZQUEZ, Daniel e DELAPLACE, Domitille.. **Políticas públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo em construção**. In: SUR –Revista Internacional de Direitos Humanos. São Paulo: Conectas, v. 8, n. 14, jun. 2011.
- VIA CAMPESINA BRASIL. **Tradução da Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Camponeses e das Camponesas**. 2021.
- VIANA, Ana Karolyne Oliveira. **Caracterização dos Mercados Regionais de Terras Sertões do Norte e Serra da Ibiapaba**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Agronomia, Fortaleza, 2019.
- VIANNA, Hélio. **História do Brasil: Período Colonial**. 8 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970. 385 p.
- VILLAMIZAR, Juan Carlos. **“La reforma agraria: la paz con las FARC, un compromiso aplazado de nuevo”**. Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura. 2020. 231-263 p.
- Viloria, Joaquín. 2009. **Economía y conflicto en el cono sur del departamento de Bolívar**. En: Documentos de trabajo sobre economia regional 110. Cartagena: Banco de la República – Centro de Estudios Económicos Regionales (CEER). <http://www.banrep.gov.co/documentos/publicaciones/regional/documentos/DTSER-110.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2020.
- XAVIER, Maico Oliveira. A presença dos índios da região da Ibiapaba-CE nos relatos de viagem de Francisco Freire Alemão. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal-RN, 2013.
- WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Tradução: Allan Rodrigo de Campos Silva. Editora Elefante& Igrá Kniga, São Paulo, 2020.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 21, 2003.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

XAVIER, Maico Oliveira. **Cabôcullos são os brancos: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX**. 2010. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2010.